

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXVI • PORTO • 2013

DIRETOR:

João Teixeira Lopes, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Carlos Manuel da Silva Gonçalves, FLUP/ISFLUP; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/ISFLUP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/ISFLUP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Carlos Manuel da Silva Gonçalves, FLUP/ISFLUP; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patricia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Victor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em Latindex, Open Science Directory (EBSCO), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Fonte Académica (EBSCO), Newjour, CAPES e EZB (Electronic Journals Library).

TIRAGEM – 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA – INVULGAR – Artes Gráficas, Lda.
Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

**OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.**

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons Richard Lachmann	11
Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal Hernâni Veloso Neto	37
Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida Marta Martins	61
Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010) Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira	81
Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género Rui Pedro Fonseca	113
Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico Caetano De' Carli e Elizardo Scarpati Costa	139
As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti	163

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement Massimo Introvigne	189
Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o <i>dissensu</i> matrimonial em Anthony Giddens Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves	201
Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009 Jorge Portugal Branco	209
 RECENSÃO	
Recensão crítica do livro <i>Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950</i> Miguel Quaresma Brandão	229
 ESTATUTO EDITORIAL	237
 SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	238
 NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	241

EDITORIAL

Por João Teixeira Lopes

Muito se tem falado sobre o reacender dos movimentos emigratórios em Portugal, depois de uma década em que a imigração parecia ter conquistado a agenda mediática e a prioridade nas políticas públicas. Ora, o artigo de Jorge Portugal Branco, que há muito analisa esta temática, oferece um olhar consolidado e atual, a partir de França, sobre reconfigurações e permanências, apontando para uma forte persistência de perfis emigratórios de inserção precária e tendencialmente desqualificada.

Antônio Gonçalves e Daniella Santos Alves partem da “grande teoria” de Anthony Giddens sobre a modernidade tardia, que articula os fenómenos mais íntimos a vastas tendências e dinâmicas sociais, para uma breve mas acutilante reflexão sobre autoidentidade e matrimónio. No domínio do divórcio, Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira comparam tal realidade em casais nacionais e bi-nacionais, iluminando, sob este ângulo, a sociedade portuguesa da última década.

Um conjunto de artigos analisa movimentos sociais e glocalismos, quer pela banda da religião (Massimo Introvigne), quer pelo prisma da cultura (Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti), quer pelo ângulo dos feminismos artísticos (Rui Pedro Fonseca), quer ainda pelo lado da produção científica (Caetano De’ Carli e Elizardo Scarpati Costa).

Richard Lachmann, da Universidade Nova-Yorquina At Albany, propõe-nos uma digressão histórica sobre as perspetivas sociológicas a propósito da riqueza, enquanto Marta Martins analisa uma dimensão espacializada da sua (desigual) distribuição: os condomínios fechados.

Hernâni Veloso Neto, por outro lado, demonstra, pelo seu artigo, uma das características mais enraizadas da sociologia portuguesa: a reflexão crítica sobre si mesma.

Finalmente, com a recensão de Miguel Quaresma Brandão, homenageamos, *in memoriam*, o Professor Mário Murteira, um dos economistas portugueses que mais proficuamente dialogou com a sociologia.

-----*-----

Este é o último número da *Sociologia* sob minha direção. Quero, por isso, agradecer a dedicação e competência da Dr.a Marta Lima na coordenação editorial, bem como o acompanhamento e apoio dos conselhos de redação e editorial. Devo, ainda, um particular agradecimento à Diretora da FLUP e à Reitoria da UP por terem suportado financeiramente este projeto e aos serviços da Biblioteca da FLUP, particularmente ao Dr. João Leite e à Dr.a Ana Paula Soares, pela ajuda técnica e constante procura de projeção nacional e internacional da *Sociologia*. Ao seu novo Diretor, Carlos Manuel Gonçalves, desejo as maiores felicidades e ofereço desde já o meu modesto contributo para a prossecução renovada deste projeto, tão aliciante quanto ligado à divulgação do que de melhor a sociologia vai fazendo na investigação científica – afinal, uma das formas mais sólidas de intervir *no* e *sobre* o mundo.

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons¹

Richard Lachmann²

State University of New York at Albany

Abstract | What does it mean to be wealthy? Do possessors of significant wealth act in distinct ways that justify considering them a class, an elite or a status group? I explore the implications of various definitions of the wealthy. I review available data for a range of historical societies and then examine if the 1990's explosion of wealth in the United States created a society with a larger stratum of the wealthy than in previous societies. I conclude by identifying a future research agenda that seeks to relate the relative and changing proportions of the wealthy in various societies to other, often non-quantitative evidence of shared occupational and leisure pursuits, family forms and political action.

Keywords: Wealth; Class; Stratification; Status.

Resumo | *Em direção a uma Sociologia da Riqueza: definições e comparações históricas*
O que significa ser rico? Os possuidores de grande riqueza agem de uma maneira distintiva que justifique que sejam considerados como uma classe, uma elite ou um grupo de *status*? Neste artigo, exploram-se as implicações das várias definições de riqueza. Partindo de uma revisão dos dados disponíveis para uma gama de sociedades históricas, procura-se, de seguida, examinar se a explosão de riqueza verificada nos anos 1990, nos Estados Unidos, conduziu à criação de uma sociedade onde as camadas sociais mais ricas se alargaram, comparativamente com sociedades anteriores. Conclui-se este artigo com a identificação de uma agenda de investigação futura que procura relacionar as proporções relativas e as mudanças verificadas nas classes sociais mais abastadas em diferentes sociedades, muitas vezes provas não quantitativas de atividades de lazer, formas de família e ação política.

Palavras-chave: Riqueza; Classe; Estratificação; *Status*.

¹ I am grateful to John Logan, Glenn Deane and Larry Raffalovich for helpful comments on an earlier draft of this article.

² Department of Sociology – University at Albany (New York, U.S.A.). Direct correspondence to Richard Lachmann; Department of Sociology; University at Albany; Albany, NY 12222. E-mail: RL605@albany.edu.

Resumé

Vers une Sociologie de la Richesse: définitions et comparaisons historiques

Qu'est-ce que cela signifie d'être riche? Les possesseurs de grand richesse acte d'une manière distinctive pour justifier son être considéré comme une classe, un groupe ou un statut d'élite? Cet article explore les implications des différentes définitions de la richesse. Basé sur un examen des données disponibles pour une gamme de sociétés historiques, regardant vers le haut, puis examiner si l'explosion de la richesse trouvée dans les années 1990 aux États-Unis, a conduit à la création d'une société où les couches sociales les plus riches élargies par rapport aux sociétés antérieures. Nous concluons cet article avec l'identification d'un programme de recherches futures qui cherche à relier les proportions relatives et les changements observés dans les classes sociales aisées dans les différentes sociétés, souvent aucune preuve quantitative des activités de loisirs, des formes familiales et l'action politique.

Mots-clés: Richesse; Classe; Stratification; *Status*.

Resumen

Hacia una Sociología de la Riqueza: las definiciones y las comparaciones históricas

¿Qué significa ser rico? Los poseedores de un gran riqueza actúan de una manera distinta para justificar su ser considerado como una clase, un grupo o un estatus de élite? Este artículo explora las implicaciones de las diversas definiciones de la riqueza. Basado en una revisión de los datos disponibles para una amplia gama de sociedades históricas y, a continuación, examinar si la explosión de la riqueza en la década de 1990 en los Estados Unidos, llevó a la creación de una sociedad donde los estratos sociales más ricos se han ampliado en comparación con las sociedades anteriores. Concluimos este artículo con la identificación de una agenda de investigación futura que busca relacionar las proporciones relativas y los cambios observados en las clases sociales más acomodadas en diferentes sociedades, a menudo sin evidencia cuantitativa de actividades de ocio, las formas familiares y la acción política.

Palabras clave: Riqueza; Clase; Estratificación; *Status*.

This is an essay in definition and historical comparison. I ask what it means to be wealthy. What is the gap, in income or in property, between the wealthiest members of a society and the mass of people? At what point do differences in degree become significant enough to justify labeling some members of a society as wealthy? Do possessors of significant wealth act in distinct ways that justify considering them a class, an elite or a status group?

I begin by exploring the implications of various definitions of the wealthy. I review and compare the few available data sets for historical societies and then examine

if the 1990's explosion of wealth, that has been sustained through the stagnation of the 2000s and the crisis of 2008, in the contemporary United States has created a society with a larger stratum of the wealthy than in previous societies. I conclude by identifying a future research agenda that seeks to relate the relative and changing proportions of the wealthy in various societies to other, often non-quantitative evidence of shared occupational and leisure pursuits, family forms and political action.

1. An Undertheorized Problem

Sociologists have devoted surprisingly little attention to identifying the number and characteristics of the wealthiest members of societies and, therefore, have little to say about the effects of wealth on social identity and action. These lacunae are due to the small part that wealth plays in sociological concepts of elites and classes, and to the tendency in stratification research to examine inequality and mobility across entire societies rather than focusing on the top tiers.

Classical sociological theory is concerned more with how power is sustained and exercised rather than with the relative or absolute size of the material advantages realized by those with power. Marx's definition of capitalists was designed to illuminate the nature of exploitation through the production process. A Marxist understanding of the mode of exploitation does not in itself generate an explanation of the distribution of wealth. The relationship between the form of exploitation and the scale of the gap between exploiters and exploited is variable. Marx himself did not attempt to quantify either the number of capitalists (although he was sure that their ranks would fall both absolutely and relatively as capitalism matured) or the differences in incomes and assets from other classes. Elite theory (Mills, 1956; Domhoff, 1983) is concerned with how small cohesive groups exercise power and how those groups reproduce themselves socially and organizationally yet fails to elucidate the material fruits of elite privilege. Weber's concept of status group allows for, and he himself describes ([1922] 1978: 304-05, 932-38), a distinctive style of life among those with dramatically greater and/or more enduring wealth than the bulk of society. Yet, Weber never was systematic in identifying or comparing the wealthy across historical or contemporary societies and as a result he did not develop a clear understanding of what aspects of wealth can create a distinctive status group, nor what specific interests such groups hold in contrast to the rest of their societies. Bourdieu ([1979] 1984) is more systematic and detailed than

Weber or Marx in describing the social characteristics and reproduction of those who occupy the top ranks in society, yet he too doesn't specify the degree or difference in wealth among classes.

The U.S. tradition of status attainment research and theoretical treatments of the relationship between types of societies and patterns of stratification are concerned with differences across entire societies rather than between those at the apex and everyone else. The most sophisticated of such theories identify multiple if overlapping stratification systems based on power, privilege or material wealth, and prestige (Lenski, 1966; Turner, 1984). Lenski and Turner are careful to identify factors that can intensify or disrupt feedback loops that serve to increase or decrease inequality in each of these three realms. The feedback mechanisms account for both growing inequality as the surplus of production over basic needs widens in agrarian societies and a reversal of direction in industrial societies. For Turner, greater equality is common to all industrial societies, while for Lenski the degree of inequality in modern societies varies with the type of political regime.

Lenski and Turner do not distinguish among changes in inequality between a small elite and the rest of society and shifts in distributions of wealth and income among middle strata. Since they do not examine available data from historical societies, their models remain abstract. In order to evaluate the explanatory power of their feedback mechanisms, indeed of any stratification model, we need to determine if they can account for differences in the distribution of wealth across industrial or agrarian societies as well as between each type of society.

If we want to understand the mechanisms by which wealth creates political power and how the rich use their resources to exercise control within their societies, we first must identify the wealthy and distinguish the behaviors particular to them. I begin that task by noting correlations between holders of wealth and of political power and exploring whether the concentration of one is an indicator of the narrowing of the other. Such analyses can provide the basis for the future study of cohesiveness among the wealthy and of how wealth can be used to amass and exercise political power.

Much previous scholarship on differences in wealth and especially in income is concerned with measuring mobility throughout societies. Knowledge of whether individual and familial mobility is high or low does not in itself provide understanding of the existence and extent of the gap between the wealthy elite and the rest of a mobility structure. A high degree of individual mobility can co-exist with a stable and

polarized stratification system, just as there can be relatively low levels of inequality in a society with little mobility (Breiger, 1990).

I will, however, examine the strategies wealthy individuals and families adopt in an effort to ensure that their heirs retain the resources and lifestyle of wealth. I explore the extent to which the existence of such strategies, and the resources to ensure the success of such strategies, are integral to a definition of the wealthy.

This article is concerned in the first instance with the mere possession of wealth and how that is defined and measured. It is especially important to devise a clear definition of the wealthy if we hope to evaluate the claims that wealth has become significantly more widespread in the United States in recent years. That premise animates both the best-selling *The Millionaire Next Door* (Stanley and Danko, 1996) and Kingston's (2000) argument that cohesive classes do not exist in present-day America and therefore sociologists should content themselves with studies of individual mobility and political preferences. Ironically, it also is a premise behind the work of the leading U.S. Marxist scholar of stratification, Erik Wright (1997), who contends that ownership of capital and control over production extends so far down into the middle classes that various contradictory class locations exist in contemporary capitalist societies.

We can find a way toward a useful definition by remembering that Marx's work, like elite theory, is concerned with privilege as well as exploitation. If we want to understand how a total system of economic exploitation or political domination operates we must identify the beneficiaries of such a system. If we can establish standards for separating out a privileged elite or class from all others then we can more appropriately identify the size and dimensions of a special class that needs to be contrasted, not melded, with the vast majority from whose circumstances they fundamentally differ. If that task of differentiation can be accomplished here it will provide a basis for future clarity in discussions of elites and class differences. It also will provide the basis for subsequent studies that can specify the interaction between wealth and political power and explain how mobility into and out of the ranks of the wealthy affects the exercise of political power and vice versa.

2. Definitions of Wealth

David Landes tells the story of Nathan Rothschild, the wealthiest man in the world, who died in 1836 “of a routine infection easily cured today for anyone who could find his way to a doctor or a hospital, even a pharmacy” (1998: xviii). Landes makes the point that common people at the end of the twentieth century were healthier and lived longer than monarchs and their bankers had two hundred years earlier. By Landes’ definition, we are all (at least those of us in developed nations) rich today.

Landes’ notion of wealth is profoundly non-sociological. Landes is describing well-being, not wealth which is about relative social position. He ignores the ways in which wealth and privilege are defined by social contexts and are measured in relation to others with whom one comes into contact.

Veblen’s definition of wealth is the inverse of Landes’ notion of well-being. “The motive that lies at the root of ownership is emulation...The possession of wealth confers honor; it is an invidious distinction” ([1899] 1953: 35). A person is wealthy, in Veblen’s view, by comparison with others who have less. “The invidious comparison now becomes primarily a comparison of the owner with the other members of the group” (*idem*: 36).

Veblen’s definition points us to the question posed at the start of this article. How much of a difference is necessary to render someone wealthy? Veblen provides a qualitative answer. Veblen believes that wealth needs to be displayed to convey honor, and the most impressive such display is never having to work. “The wealth or power must be put in evidence...a life of leisure is the result” ([1899] 1953: 42-43). To be wealthy is to have the resources to allow “conspicuous leisure and consumption...the utility of both alike for the purposes of reputability lies in the element of waste that is common to both” (Veblen [1899] 1953: 71). The honor is even greater if it is inherited rather than earned. “By a further refinement, wealth acquired passively by transmission from ancestors or other antecedents presently becomes even more honorific than wealth acquired by the possessor’s own effort” (*idem*: 37).³ Veblen’s analysis leads us to the following definitions which frame the analysis in the rest of this article:

³ Veblen does not attempt to explain the mechanisms by which wealth is passed from one generation to the next. In that way, his study remains a static picture of the leisure class rather than the dynamic sociological analysis of its reproduction and development offered by Bourdieu.

- a. **Being wealthy** is defined as holding enough property to allow oneself and one's heirs in perpetuity to lead a life of conspicuous consumption without ever having to work for material rewards.

- b. **Conspicuous consumption** is defined as the purchase of non-income producing property at a level that is recognized by the majority of the society as so far beyond the norm as to confer special honorific state on the purchaser.

3. The Production and Reproduction of Wealth

Veblen's analysis is updated in Robert Frank's (1999) *Luxury Fever*. Frank chronicles in delicious detail the ever escalating cost of purchasing commodities that can stand out from the ever more common items that once would have been regarded as luxurious. Frank points out that a growing portion of national income goes to goods designed to draw what Veblen ([1899] 1953: 18) called "invidious comparisons" rather than to products that promote well-being, as Landes would predict. Thus, U.S. spending on ever larger homes, more elaborate and bejeweled watches, high performance automobiles that get stuck in traffic on crumbling roads, and \$5000 grilles for cooking tainted hamburger meat is rising. At the same time, public investment, even that necessary to allow individuals to actually enjoy their purchases (anti-pollution measures, food inspections, municipal waters systems and other public health programs), is falling.

Individuals eager to earn enough to engage in displays of conspicuous consumption are working ever longer hours, reversing in the U.S. the long-term and worldwide trend toward more leisure (Frank, 1999: 48-53). Frank regards the sacrifice of leisure time for the purchase of luxury goods as a preference for conspicuous over inconspicuous consumption (*idem*: 90-92). In grouping leisure with genuinely inconspicuous goods such as interesting and worthwhile work, Frank diverges from Veblen's view of leisure as the ultimate form of conspicuous consumption.

Veblen's classification of leisure is preferable to Frank's because it alerts us to the reality that much luxury spending is paid for by income and by debt rather than assets. Thus, evidence of rising luxury consumption might not indicate an increase in the stratum of genuinely wealthy individuals and families in the contemporary United States. While working Saturdays (Frank, 1999: 180) can pay for a Porsche, true wealth

allows a standard of living so far beyond the norm that it is not attainable by working overtime. Frank confuses the spread of certain emblems of wealth with consistent conspicuous consumption in numerous realms, all paid for with a return on wealth, not by salaries earned by working overlong hours.

We are left with an actuarial and an historical problem. We can calculate the amount needed to provide for leisure in any society for perpetual generations of heirs. However, the level of spending needed to display enough conspicuous consumption to allow someone to be regarded with honor varies across time and place. That level can be determined only by empirical investigation to identify the meaningful break points between the honored elite and everyone else in particular societies. Inheritance patterns are an additional historical variable. Less wealth is needed to endow heirs where primogeniture is practiced, and where estates are divided the number of offspring becomes crucial.⁴

Midlarsky (1999) argues that inequality is automatically produced by scarcity of valued commodities (with land being the most important and highly inelastic commodity through most of human history). Midlarsky contrasts “exponential” and “fractal” distributions. The former is typical of peasant societies with moderate scarcity of land. Rising population and/or geographical or technical limitations on the opening of new farmland can cause the scarcity. Fractal inequality is much more severe. Under that pattern, a small elite maintains its hold on a scarce resource through institutionalized power, most often in the form of the state. While the elite holds most of the scarce good, the remainder is subdivided again and again among the rest of the population, widening the gap between the elite and the rest through the impoverishment of the masses. Fractal inequality is extreme and becomes more so, since the elite’s advantages (large estates, trade routes, markets, colonies) aren’t divided and don’t circulate. The elites benefit from positive feedback between concentrated resources and the powerful institutions the narrow elites invest in to guard their hold on those resources.

Midlarsky is concerned with the effect of different levels of inequality on state stability and democracy, and so neglects to compare the actual levels of inequality and wealth across the historical cases he examines. Shanin (1972) has found that centripetal

⁴ There is feedback between inheritance practices and fertility patterns. Wealthy parents, in the absence of primogeniture, tend to limit the number of offspring to preserve family wealth. Even in Britain, where primogeniture was combined with dowries and cash portions to ensure that younger sons could establish themselves in careers or businesses, parents limited their fertility to preserve cash for the eldest son (Stone and Stone, 1984; Howell, 1983).

forces reduce inequality between rich and poor peasants, undermining the repeated subdivisions among non-elites that are the primary factor in Midlarsky's analysis. Conversely, centrifugal forces, such as divisions among heirs, political expropriation, and economic setbacks, made it impossible for all but a minority of Russian aristocrats to maintain their vast edge over commoners for more than a few generations in pre-Revolutionary Russia. Thus, neither exponential nor fractal inequality are stable in most cases. The extent of inequality and its duration must be studied historically before we can develop typologies and reach conclusions.

4. Wealth in Agrarian Societies

It is easy, in most historical societies, to identify the wealthiest stratum. Income and power were determined by control over land. Peasants were the vast majority in most pre-modern societies. Peasants varied in the share of production they had to surrender to landlords in return for use rights to land. The portion of the population that collected rents from the users of land was quite small in virtually every historical society. Land in European feudal societies was not owned. Instead, peasants had rights to work land, while landlords, officials and clerics enjoyed the right to collect rents in kind or in cash, and/or to demand labor dues from peasants. Non-peasants' property consisted mainly of such income rights. When landlords bought land, they actually were buying income rights. Indeed, land was valued and sold as a multiple of the annual income it generated for its landlord. Measures of the income landlords, officials and clerics received from land therefore can serve as a proxy for the distribution of non-peasant property and vice versa.

The income collected by landlords was narrowly distributed. Various local studies for France in the fifteenth through seventeenth centuries find that seigneurs made up 1-2% of the population and collected a quarter to a third of total agricultural production (Le Roy Ladurie, 1975; Leon, 1966). Spanish nobles collected about a third of agrarian income (Vilar, 1962), as did English landlords in the centuries prior to the Reformation (Lachmann, 1987: chapter 3). We can make only a rough calculation of landlord incomes as multiples of peasant incomes since we have little data on the distribution of landholdings and incomes among landlords and peasants. If we assume that rich peasants had three times as much land as the average peasant (which was typical in many of the villages for which we have records) then the average landlord had

an income from 4 to 17 times that of rich peasants. That relatively modest gap between many nobles and rich peasants masks the reality of large differences among landlords. Especially in countries like France, where noble landholdings were subdivided, many landlords lived more like very rich peasants than like the great magnates. Unfortunately, we have only case studies and anecdotal evidence to support the view (with which most historians concur) that a small minority of landlords made up a wealthy elite removed in consumption patterns and political power from lesser landlords and peasants alike.

Lesser landlords attempted to uphold the standards of noble behavior, pursuing noble leisure activities and fulfilling obligations of hospitality while shunning commercial enterprise (Elias, [1969] 1983: 78-116). This pursuit of honor served to impoverish lesser landlords over time as they outspent their incomes and mortgaged their estates (Stone and Stone, 1984). These behaviors became essential to noble self-definition once landlords no longer were required or allowed to maintain armed retinues that challenged more often than they assisted royal armies (Stone, 1965). Impoverishment was more rapid and more widespread among nobles (such as the French) where property was divided among heirs, than where primogeniture was practiced (such as in England).

Landlords in medieval and early modern Europe deployed their wealth to sustain membership in a status group defined by aristocratic ideals of leisure and hospitality and which was the basis of political power (Clark, 1995). Nobles' devotion of their wealth "to the maintenance of everything that traditionally held the lower-ranking strata at a distance" (Elias, [1969] 1983: 95) had the long-term effect of fatally undermining the ability of all but the greatest landlords to preserve the means for the practice and reproduction of their status. Only a few landlords were wealthy enough to sustain both the material bases and status behaviors of their positions over generations, just as most of the contemporary Americans described by Frank indulge in luxurious consumption at the cost both of their leisure time and of their heirs' prospects to attain wealth through inheritance.

5. Early Modern England

Gregory King's study of England in 1688 is the earliest comprehensive survey of income distribution in a predominately agrarian society. King listed families by title or occupation and gave the average household income for each category ([1696] 1936:

31). King's survey, unlike the others we will examine, is for income rather than assets. However, since the bulk of English wealth still was in land in 1688, King's income data remains a good proxy for wealth, especially for the landowners who make up the majority of the top strata. Two possible break points suggest themselves.

Table 1 – Wealthy Cohorts in England in 1688

	6586 richest families	next 25,000 richest families	next 15,000 richest families
% of all families	0.48	1.8	1.1
% of national income	8.2	13.1	4.6
mean income of cohort as multiple of all lesser families' incomes	18.4	8.8	5.4
incomes as multiples of the mean of all lesser families' incomes	13.6 to 95	7.8 to 10.8	4.9 to 5.7

Source for data: King (1696) 1936: 31.

The first cohort consists of the richest one-half of one percent of families, all of whom enjoyed incomes at least 13.6 times the average of the other 99.5% of English families. Two-thirds of those families came from the top four orders of lay nobles and the spiritual lords, while the remaining third were the wealthiest merchants and traders. These families clearly fit our definition of the wealthy. They spent 80-90% of their income, according to King's estimates, much of that on conspicuous consumption (Stone and Stone, 1984: 295-328). The lords and other nobles were able to sustain their high incomes and spending over the very long-term because their wealth was in land which was kept intact through primogeniture, ensuring that a single head of household would receive and spend the family's income on an elaborate household. Furthermore, land in England generated an income that rose absolutely and relatively to other sources up to the nineteenth century (Allen, 1992), allowing landowners to widen their advantage over other non-landowning groups in subsequent centuries. Furthermore, the

land was received in inheritance and managed by hired stewards, allowing the landlords to spend their entire lives at leisure.

The second cohort includes gentleman (gentry who held only a single manor), high-level officeholders, and lesser merchants and traders. The gentlemen enjoyed incomes of more than ten times the average of all the lesser cohorts. The other members of this cohort enjoyed incomes of 7.8 to 9.3 times that of the lesser cohorts.

The third cohort consists of lesser officeholders and lawyers. The lawyers had average incomes two-thirds higher than the best-off families outside this group. Put another way, the average lawyer's family enjoyed an annual income slightly less than five times the average of the 96.6% of English families outside this group.

The second and third cohorts were able to indulge in conspicuous consumption, albeit at progressively lesser levels than the richest families. However, since these cohorts, except for the gentleman landowners, had incomes that were derived from work rather than wealth they were unable to sustain their high consumption if they lost their offices or professions or otherwise could not continue to work. Their ability to pass on their positions to their children varied. Gentlemen practiced primogeniture and so were able to pass on their wealth and standing to their heirs just like the greater landlords unless they sought to match the spending levels of the top cohort in which case they took on debt and lost their lands.

The other members of these cohorts lacked the assets to ensure that an heir would equal their income. Often they were able to help their heirs, but that was not a result of their wealth per se. Political connections and education were narrowly held and often could be passed down or reproduced, allowing many though not all officeholders and lawyers to maintain their family incomes in their eldest sons. Commerce was more volatile than agriculture or politics, and these lesser merchants were more vulnerable to economic fluctuations and heightened competition over generations than their wealthier counterparts in the first cohort, and so less able to ensure a similar position of relative wealth for heirs over generations (Clark, 1977; Simpson, 1961).

We can conclude that among the families of the second and third cohorts, only the gentlemen of the second cohort might meet our definition of the wealthy. If we add the gentlemen to the population of the first cohort, we would be left with 18,586 out of 1,360,586 English families, or 1.35% of the total, who can be considered wealthy.

6. Florence

The other relatively comprehensive pre-modern data set is from the Florentine *Catasto* of 1427 (Herlihy and Klapisch-Zuber, 1978; Goldthwaite, 1980: 60-61; Martines, 1963: 106, 365-78). The *Catasto* lists the assets of each household in the Florentine commune, including smaller captive cities and the countryside. Table Two parallels the results for England in 1688, offering three strata of wealth.

Table 2 – Wealthy Cohorts in Florence in 1427

	Top 1/2%	2 nd 1/2%	next 1%
% of national assets	11.7	4.6	5.5
mean assets of cohort as multiple of all lesser families' assets	26.8	11.1	7.1
assets as multiples of the mean of all lesser families' assets	13.6 to 98.2	9.2 to 14.3	5.4 to 9.7

Sources for data: Herlihy and Klapisch-Zuber, 1978; Goldthwaite, 1980: 60-61; Martines, 1963: 106, 365-78.

We find that the truly wealthy comprised a smaller portion of the population in fifteenth century Florence than was the case in England two hundred and fifty years later. The wealthiest 1/2% of Florentines held 11.7% of total household wealth compared with 8.2% in England. The range of wealth for this top cohort in relation to the wealth of all lesser households, 13.6 to 98.2, is almost exactly the same as in England, 13.6 to 99. However, the mean wealth for this top cohort as a multiple of the other 99.5% is, at 26.8, almost half again as large as the multiple of the mean income of the top 1/2% in England compared with the rest of the population at 18.4. The larger multiple reflects the enormous concentration of wealth in the hands of the top dozen Florentine families. The concentration of wealth drops off abruptly, with the second 1/2% enjoying a mean wealth only 11 times that of the rest of the population. When we get to the next 1% the ratio is only 7.

The second Florentine cohort hovers just above our definition of the wealthy, while the third cohort (the second richest 1%) falls below our definition, since they lacked a great enough multiple of wealth to engage in truly conspicuous consumption. Indeed, historians’ descriptions of this group show a sharp drop-off from the size of the palaces, entourages, dowries, and art collections characteristic of the truly wealthy Florentines. Most Florentines in the top cohorts worked, however those in the richest group possessed enough wealth to spend months vacationing each year at their country estates. Only families in the first cohort were able to accumulate enough wealth to ensure that their heirs could live off passive income from land and state bonds in future generations. The heirs of those in the second and third cohorts suffered real and relative declines in income as Florence’s commercial and manufacturing position deteriorated in the late fifteenth and sixteenth centuries (Litchfield, 1986). The first cohort was not only a status group but a political bloc, dominating the offices of the Florentine government (*idem*).

7. Late Eighteenth Century Comparisons and the Concentration of American Wealth

We can gain a sense of how the United States at the beginning of its independent existence compared with European societies emerging from feudalism from data compiled by Lee Soltow (1989).

Table 3 – Wealthy Cohorts in Six Countries, 1770-1800

A: Percentage of Wealth Held by Top Cohorts						
	U.S.	Scotland	Norway	Denmark	Finland	Sweden
Top 1/2%	9%	24%	26%	34%	15%	23%
2 nd 1/2%	4%	8%	7%	13%	4%	8%
next 1%	6%	9%	8%	8%	6%	10%
next 3%	12%	15%	13%	15%	10%	13%

B: Assets as Multiples of the Mean of All Lesser Cohorts' Wealth						
	U.S.	Scotland	Norway	Denmark	Finland	Sweden
Top 1/2%	20	63	70	103	35	60
2 nd 1/2%	9	23	10	48	10	22
next 1%	7	15	13	17	8	17
next 3%	5	11	9	15	5	9

Source for data: Soltow, 1989: 136-37, Table 54.

The United States enjoyed a far more equal distribution of wealth than the five European countries for which Soltow was able to find comparable data for the last decades of the eighteenth century. The richest 1/2% of Americans in 1798 occupied almost the same relative position as their counterparts in 1688 England, holding 9% vs. 8.2% of wealth, a multiple of 20 times the holdings of the bottom 95% compared to the English top tier's 18.4 multiple of the bottom 96.4%.

The other five countries examined by Soltow had far more extreme concentrations of wealth, ranging from the 15% of total assets and a 35 multiple of the mean of all lesser cohorts' wealth in Finland to an astounding 34% and multiple of 103 in Denmark. If we take a multiple of more than ten times the assets of all lesser cohorts as the indicator of sufficient wealth to indulge in consumption at a level conspicuously beyond others, then we find that the United States had the smallest cohort of wealthy of any society in this era (1/2% vs. 1% for Finland, 2% for Norway and Sweden and 5% for Denmark and Scotland). The United States in the early years of the Republic stands apart from other largely agrarian societies of that era, and along with England of a century earlier and the Florentine city-state of three centuries earlier as relatively egalitarian.

Soltow argues that America in 1798 had greater income equality than in the late colonial period, mainly because the British defeat in the Revolutionary War had led to seizure of many of the largest estates, which belonged to Loyalists, and to the reform of inheritance laws, which served to divide large estates among heirs (1989: 141-51). Such changes did not effect the total wealth of the new nation, nor its per capita level; indeed, America's "average wealth was as large, or almost as large, as that in any country of that era" (*idem*: 140).

Williamson and Lindert's (1980) less fine-grained data⁵ on the distribution of assets point to the period from 1840 to 1860 as the moment when the distribution of wealth became dramatically more unequal in the United States. Their data are not strictly comparable to Soltow's or to Kennickell's (2001; 2003) for the United States in 1998 and 2001. However, Williamson and Lindert are useful in showing change over the entire history of the United States.

Table 4 – Share of Wealth Held by the Top 1% in the United States, 1774-1972 and 1998

Year	% of Wealth
1774	12.6
1860	29.0
1870	27.0
1890	25.6
1922	31.6
1929	36.3
1933	28.3
1949	20.8
1972	26.6
1998	34.0
2001	40.0

Sources: for 1774-1972 data, Williamson and Lindert, 1980: Table 3.1 for 1774-1870, Table 3.4 for 1890, Table 3.8 for 1922-1972; for 1998 data, Kennickell, 2001, Table 6d; for 2001 data, Kennickell, 2003, Table 10. Data for 1774 are of probate inventories, for 1860 and 1870 census reports of property and financial assets and for 1860 slaves as well; for 1890 of net property and financial assets; and for 1922-1949 of estate tax returns, and for 1972 unadjusted Federal Reserve Survey data. The 1998 and 2001 data also are Federal Reserve Survey data but adjusted in the manner I describe in the note to Table Six.

U.S. wealth inequality declined somewhat after the Civil War, mainly because the emancipation of slaves and destruction in the war undermined the great slaveholding fortunes of the South. Inequality rose to a peak in 1929, then declined substantially with the stock market crash, the New Deal and the broadening of the middle class in the post-war decades. Wealth concentration rose again sometime after the mid-1970's, reaching levels unprecedented for the U.S. with the peak of the Clinton bubble in 2001.

⁵ Soltow's (1989) data for the period that they cover are preferable to those of Williamson and Lindert (1980) because Soltow makes finer distinctions, separating the top and second 1/2%, the next 1% and following 3%, while Williamson and Lindert offer results only for the top 1% and top 10%. I present Williamson and Lindert's data in Table Four since it offers the longest sequence (albeit from several different sources including Soltow, and therefore calculated in somewhat different ways) for the top 1% from 1774 to 1972, while Soltow's data are just for the early Republic.

8. Britain at Its Imperial Height

Nations can become wealthier when they achieve dominance in the world economy, as Britain accomplished at the end of the eighteenth century and the United States at the start of the twentieth century (Lachmann, 2003). At issue here is how such imperial power affects the concentration of wealth within the hegemonic polity.

British commerce and industry expanded from the seventeenth through nineteenth centuries, but the main beneficiaries were the top ½%, who almost tripled their share of national wealth from 11% in 1688 to 31% by the turn of the twentieth century.

Table 5 – Wealthy Cohorts in Britain, 1895-1903

Cohort	I	II	III	IV
% of all estates	0.5	0.7	1.5	3.8
% of national assets	31	12	13	15
mean assets of cohort as multiples of all lesser estates' assets	91	29	19	15
assets as multiples of the mean of all lesser estates' assets	32.3 to 323	19.6 to 39.3	12.4 to 24.9	7.3 to 18.2

Source for data: Statistical Abstract for the United Kingdom #50 (1903).

The next cohorts benefited along with the richest ½% from Britain's economic and imperial hegemony. The next 3%, which held 24% of the nation's wealth in 1688, became the next 6% (Cohorts II-IV), which held 40% two centuries later. Compared with their inferiors, the second cohort was 8.8 times as well off in 1688, while cohorts II-IV were on average 21 times richer than those below them at the turn of the twentieth century.

All four of the top cohorts in Britain at the turn of the twentieth century can be considered wealthy, which means that 6.5% of the population was wealthy according to our definition. This is, by far, the largest portion of the population in any of the cases considered here to achieve that distinction. The four cohorts shared a common lifestyle,

which combined the illusion of leisure in country life with the pursuit of wealth and the exercise of political power at both the local and national levels (Stone and Stone, 1984; Mann, 1993).

The British data suggest that a world empire is better suited than either a commercial city-state or the European agrarian societies of the seventeenth and eighteenth centuries for producing a relatively large cohort of wealthy. Florence had a far more volatile economy than did Britain in either 1688 or 1895-1903. Only a single cohort of less than 1% of the population was able to sustain true wealth under such economic and political flux. That greater relative wealth for the Florentine rich was won at the expense of the next cohort, which fell far behind the second English cohort. Only in late Victorian England, at the height of British financial and imperial dominance of the world (Arrighi and Silver, 1999), did a super-rich top cohort co-exist with still wealthy secondary cohorts totaling 6% of the population. This relatively broad distribution of wealth is more extraordinary in that it coincided with an enormous multiple of wealth for the very top cohort of 91 times the average assets of the non-wealthy portion of the population, the second highest such figure recorded, exceeded only by largely agrarian Denmark in 1789.

9. The Contemporary United States

Popular and some academic accounts trumpet the supposed broadening of wealth in the United States in the 1990's. *The Millionaire Next Door* became a long-standing bestseller as it celebrated the myriad of people who got rich by working hard at boring jobs, running bland small businesses, and living frugally (Stanley and Danko, 1996). Stanley and Danko present the contemporary millionaires' lack of ostentation as a virtue, pointing out that most of them would not be millionaires for long if they attempted to live like the millionaires of old. Thus, these estimated 3.5 million households enjoy material well being which meets Landes' notion of wealth but are unable to enjoy a perpetual life of leisure and the ostentatious display that conforms to Veblen's and our definitions of the wealthy. The word remains the same, but the meaning changes, and data on income and wealth indicate that it requires much more than a million to really distinguish oneself from the vast American middle class and so meet the definition of wealthy.

Table 6 – Wealthy Cohorts in the United States in 1998

	Top 1/2%	2 nd 1/2%	next 9%
% of all households	0.5	0.5	9.0
% of national assets	25.8	8.2	34.7
mean assets of cohort as multiple of lesser households' assets	75.3	24.9	11.2 (or 3.8)
% of national income	8.8	3.4	21.1
mean income of cohort as multiple of lesser households' income	19.1	7.6	3.1

Source for data: Kennickell (2001: Table 6d).

The top 1/2% in the United States held a quarter of all financial assets in 1998. This is equivalent to the share held by the same cohort in Florence in 1427 and to the top 1/2% in the late eighteenth century agrarian societies of Scotland, Norway and Sweden. That share is triple that held by the top 1/2% in 1688 England and early Republican America. It is exceeded only by the 34% held by the Danish top 1/2% in 1789 and by the 31% of the top 1/2% in late imperial Britain.

The very wealthiest Americans among the top 1/2% meet the highest historical standards for relative wealth. “The richest grandee in Spain [in 1600 had] an estimated annual income of 160,000 ducats” which was 5333 times as large as the annual wage for an average laborer of 30 ducats (Kamen, 1991: 243). The average U.S. household income in 1997 was \$62,400 (Congressional Budget Office, 2001). The same multiple would yield an income of \$333 million. The I.R.S. reported that the top 400 tax returns (0.0004% of all returns) had an average gross income of \$110.5 million (New York Times, 2001). In other words, the richest 0.0004% of Americans had incomes 1771 times the national average. The top category in British estate tax returns a century earlier was a larger 0.013% of the population with an estate 1564 times the average of the bottom 93.5% of estates. Late Victorian Britain, thus, produced a group of superrich that by this measure was thirty times as large as that in the United States near the height of the Clinton financial bubble.

The second half percent of American households also are wealthy by comparative historical standards. Their means assets are 24.9 times that of the bottom 99% of households in the United States in 1998. That is comparable to Scotland in 1770 (23 times) and Sweden in 1800 (22 times) and exceeds their counterparts in 1427 Florence and 1688 England (both around 11 times), 1800 Finland and 1789 Norway (both 10 times), and the United States in 1800 (9 times). Only Britain at the turn of the twentieth century had a wealthier second half percent with mean assets 29 times that of the bottom 99% of the population.

The third cohort, which includes two-thirds of the millionaires profiled by Stanley and Danko, is at the edge of being wealthy if taken as a whole. Their assets are eleven times the national average. However, if we recognize that the bottom 60% of U.S. households have no net financial wealth (Keister, 2000: 85), then this third cohort only has 3.7 times the assets of the next 30%. That small multiple helps explain Stanley and Danko's observation that most American millionaires live surrounded by less wealthy folk and wear clothes and drive cars that are the same as ordinary middle income Americans. That consumption pattern is similar to that historians describe for the second Florentine cohort with its 4.1 ratio of assets to those under them. The 3.7 multiple of this third American cohort is close to its 3.1 multiple for income over the bottom 90% (Kennickell, 2001), indicating that assets add little to this cohort's relative standing.

Clearly, the large size of the third cohort, at 9% of the population, masks the presence of some additional percentiles of wealthy Americans. Kennickell's (2003) study of wealth in 2001, divides those 9 percentiles into two groups, the 95th through 98th percentiles and the 90th through 94th. His latter study, unfortunately, collapses the top two cohorts of 1998 into a single top percentile and is not exactly comparable with his earlier study in some other ways. (Thomas Piketty and Emmanuel Saez study the distribution of income, not wealth, which is why I use Kennickell's work rather than theirs.) However, the 95th through 98th percentiles, when measured at the top of the stock market bubble in 2001, do fall into the ranks of the wealthy. Their mean assets are 20.3 times those of the bottom 95% of American families. Thus, we can conclude that at the height of the Clinton bubble, 5% of American families were wealthy, a total that is matched by late eighteenth century Denmark and Scotland and exceeded only by imperial Britain.

Households in the 95th through 98th percentiles had a mean net worth of \$2,060,000 and a minimum net worth of \$1,090,000 (Kennickell, 2003, Table 10⁶). Assuming an 8% annual return in perpetuity (which is generous), the average nest egg of this cohort would produce an annual income 3.2 times the mean income of the 95% of American families below them, while the minimum net worth would produce an income 1.7 times the bottom 95% of families' mean income.⁷ This cohort is at the edge of being wealthy. They can sustain a level of conspicuous consumption while living a life of leisure, although only at a level two to three times that of the mass of Americans living below them. These families' positions of wealth would be endangered by subdivisions among heirs and probably has been undermined by the stock market declines following the bursting of the bubble after these 2001 data were collected.

Conclusion

We have been able to identify clear break points between the wealthy and the rest of the population in the ten cases for which we have clear data.

⁶ I derive mean net worth by reducing Kennickell's total by the value of vehicles and houses while eliminating his deduction for the mortgages on those houses. The minimum net worth is the amount Kennickell gives in Table Ten adjusted to reflect the average reduction of 16.6% in assets for this cohort produced by my adjustment for houses and vehicles.

⁷ An 8% yield on \$2,060,000, the average net worth of this cohort, produces \$164,800, which is 3.2 times \$51,400, the average income of the bottom 95% of American families in 2001. The minimum net wealth of this cohort, \$1,090,000 produces 87,200 with an 8% yield, or 1.7 times \$51,400.

Table 7 – Comparisons of Wealth Concentration Across Ten Cases

	Wealth of the Top 1/2% as Multiples of the Rest of the Population	% of population with more than 10 times the mean wealth of all lesser percentiles
Denmark (1789)	103	5.0
Britain (1895-1903)	91	6.5
United States (1998)	75	<5.0 [note 2]
Norway (1789)	70	2.0
Scotland (1770)	63	5.0
Sweden (1800)	60	2.0
Finland (1800)	35	1.0
Florence (1427)	27	1.0
United States (1798)	20	1.0
England (1688)	18 [note 1]	1.35

Data sources are given in Tables 1-3, 5 and 6.

Note 1: For England in 1688 the multiple is for income not wealth, and the cohort is 0.48% not 0.5%. In the second column the multiple is of the mean income of the bottom 96.62% for England.

Note 2: The data for the United States in 1998 includes the second through tenth wealthiest percentiles in a single category. The calculation of the top 1/2% in the left-hand column is taken from those data. For the calculation, in the right-hand column, I use Kennickell's 2001 data. See the text for an explanation of how I derive <5.0% as the size of the wealthy cohort in the contemporary United States.

The rich not only are different from you and me; there are not many of them in any of the societies examined. Britain at the height of its imperial power and wealth had the largest recorded cohort of wealthy at 6.5%. Its hegemonic successor, the contemporary United States, and the agrarian societies of the late eighteenth century (Denmark, Scotland, Norway and Sweden) occupy a middle ground with wealthy cohorts of 2% to 5%. Agrarian Finland, and the more dynamic mixed agrarian/commercial societies of 1427 Florence, 1798 America and 1688 England have the smallest cohorts of the wealthy at 1% to 1.35%. That result contradicts Midlarsky's claim that fractal distributions of assets are most likely to occur in the more rigid politics and economies.

There also is a clear relationship between the size of the wealthy cohort and the degree to which that cohort's wealth exceeds that of the rest of the population. Extremely wealthy top cohorts, with wealth multiples of 60 to 103, are found in agrarian or imperial societies and coexist with relatively large secondary cohorts of the wealthy.

The agrarian and commercial societies in which only 1% of the population is wealthy also have lower multiples of wealth at 30 or less.

In all the cases studied only one or a few percent of a society's population is able to engage in true conspicuous consumption, defined by its lavishness in relation to other members of society rather than in relation to generally rising historical standards. That small group of wealthy also is the only fraction of society able to sustain such a standard of living from passive rather than earned income. As a result, only that small group is able to fulfill the other half of Veblen's model of status honor, a life of leisure. Further, since this wealthy elite maintains its standard of living from assets that need not be added to by work, these families can sustain their high standing in perpetuity provided they avoid subdivision among multiple heirs, foolish investment decisions, inheritance taxes, or political expropriation.

The small size of a wealthy cohort in these societies points to the value of pursuing a research agenda that focuses on this narrow elite. We need to deepen our understanding of mobility into and out of this narrow elite. Such studies of changes in the number and quality of elite positions need to be separated from broader analyses of mobility through a society. Status attainment research easily can confound evidence of mobility among the mass of the population with very different patterns among the truly wealthy.

Finally, we should disentangle the "noise" of regular falls by individual families out of this elite cohort from the more significant extinctions of large groups of wealthy. How are economies and polities affected by large-scale elimination of wealthy cohorts, such as the revolutionary elimination of nobilities and the expropriations and evaporations of wealth following defeats in war, decolonization, or economic collapses? How quickly are the ranks of the wealthy reoccupied, and from where do the members of the new cohort come? Conversely, how are societies affected when a wealthy cohort is successful in protecting its privilege into the distant future? For example, what would be the consequences of a permanent abolition of the inheritance tax in the United States? Now that we can clearly identify the subjects of study, we will better be able to ask meaningful questions and identify the proper bases for developing answers.

Bibliographical references

- ALLEN, Robert C. (1992), *Enclosure and the Yeoman: The Agricultural Development of the South Midlands, 1450-1850*, Oxford, Clarendon.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. (1999), *Chaos and Governance in the Modern World System*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- BOURDIEU, Pierre ([1979] 1984), *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*, Cambridge, Harvard University Press.
- BREIGER, Ronald (1990), "Introduction: on the structural analysis of social mobility", in Ronald Breiger (ed.), *Social Mobility and Social Structure*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-23.
- CLARK, Peter (1977), *English Provincial Life*, Sussex, Harvester.
- CLARK, Samuel (1995), *State and Status: The Rise of the State and Aristocratic Power in Western Europe*, Montreal, McGill and Queen's University Press.
- CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE (2001), *Historical Effective Tax Rates, 1979-1997*.
Available on: <http://www.cbo.gov/ftpdoc.cfm?index=2838&type=1>.
- DOMHOFF, G. William (1983), *Who Rules America Now? A View for the 80's*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- ELIAS, Norbert ([1969] 1983), *The Court Society*, New York, Pantheon.
- FRANK, Robert H. (1999), *Luxury Fever: Why Money Fails to Satisfy in an Era of Excess*, New York, Free Press.
- GOLDTHWAITE, Richard A. (1980), *The Building of Renaissance Florence: An Economic and Social History*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- HERLIHY, David; KLAPISCH-ZUBER, Christiane (1978), *Les Toscans et leurs familles*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences politiques.
- HOWELL, Cicely (1983), *Land, Family and Inheritance in Transition: Kibworth Harcourt 1280-1700*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KAMEN, Henry (1991), *Spain 1469-1714: A Study of Conflict*, London, Longman.
- KEISTER, Lisa A. (2000), *Wealth in America: Trends in Wealth Inequality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KENNICKELL, Arthur B. (2001), *An Examination of Changes in the Distribution of Wealth From 1989 to 1998: Evidence From the Survey of Consumer Finance*, Washington, Federal Reserve Board.
- (2003), *A Rolling Tide: Changes in the Distribution of Wealth in the U.S., 1989-2001*, Washington, Federal Reserve Board.
- KING, Gregory ([1696] 1936), "Natural and Political Observations and Conclusions upon the State and Condition of England", in *Two Tracts*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.

- KINGSTON, Paul A. (2000), *The Classless Society*, Stanford, Stanford University Press.
- LACHMANN, Richard. (1987), *From Manor to Market: Structural Change in England, 1536-1640*, Madison, University of Wisconsin Press.
- (2003), “Elite Self-Interest and Economic Decline in Early Modern Europe”, in *American Sociological Review*, 68, 346-372.
- LANDES, David (1998), *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor*, New York, Norton.
- LENSKI, Gerhard (1966), *Power and Privilege: A Theory of Social Stratification*, New York, McGraw Hill.
- LEON, Pierre (1966) (ed.), *Structures Economiques et Problemes Sociaux du Monde Rural dans la France du Sud-est*, Paris, CNRS.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel (1975), “Un Modele Septentrional: Les Campagnes Parisiennes (XVI-XVII siecles)”, in *Annales ESC*, vol. 30, #6, pp. 1397-1413.
- LITCHFIELD, R. Burr (1986), *The Emergence of a Bureaucracy: The Florentine Patricians, 1530-1790*, Princeton, Princeton University Press.
- MANN, Michael (1993), *The Sources of Social Power volume II: the rise of classes and nation-states, 1760-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MARTINES, Lauro (1963), *The Social World of the Florentine Humanists, 1390-1460*, Princeton, Princeton University Press.
- MIDLARSKY, Manus I. (1999), *The Evolution of Inequality: War, State Survival, and Democracy in Comparative Perspective*, Stanford, Stanford University Press.
- MILLS, C. Wright (1956), *The Power Elite*, New York, Oxford University Press.
- NEW YORK TIMES (2001), “Really Rich vs. Simply Affluent”, May 15, 2001.
- SHANIN, Teodor (1972), *The Awkward Class*, Oxford, Clarendon.
- SIMPSON, Alan (1961), *The Wealth of the Gentry 1540-1660*, Chicago, University of Chicago Press.
- SOLTOW, Lee (1989), *Distribution of Wealth and Income in the United States in 1798*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- STANLEY, T.; DANKO, W. (1996), *The Millionaire Next Door*, Atlanta, Longstreet.
- STATISTICAL ABSTRACT FOR THE UNITED KINGDOM #50 (1903), *London: His Majesty's Stationary Office*.
- STONE, Lawrence (1965), *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641*, New York, Oxford University Press.
- STONE, Lawrence; STONE, Jeanne C. Fawtier (1984), *An Open Elite? England 1540-1880*, Oxford, Clarendon.
- TURNER, Jonathan H. (1984), *Societal Stratification: A Theoretical Analysis*, New York, Columbia University Press.

- VEBLEN, Thorstein ([1899] 1953), *The Theory of the Leisure Class*, New York, New American Library.
- VILAR, Pierre (1962), *La Catalogne dans l'Espagne Moderne: Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*, Paris, SEVPEN.
- WEBER, Max ([1922] 1978), *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, Berkeley, California Press.
- WILLIAMSON, Jeffrey G.; LINDERT, Peter H. (1980), *American Inequality: A Macroeconomic History*, New York, Academic.
- WRIGHT, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto¹

Universidade do Porto

Resumo

O aumento da compreensão social sobre a sociedade portuguesa também se tem ficado a dever à evolução que a sociologia registou no país, seja em termos profissionais, seja em termos académicos. Por sua vez, a expansão da sociologia portuguesa também se deve às próprias transformações sociais verificadas na sociedade. Caracterizar estes processos, configurando-os como fatores definidores de contextos evolutivos diferenciados da sociologia portuguesa, acaba por ser o principal intuito do presente texto. Acredita-se que a sociologia em Portugal comportou cinco grandes estádios evolutivos. No decurso do texto tentar-se-á especificar quer a opção pela proposta dos estádios evolutivos, quer os elementos que consubstanciam cada um dos períodos sinalizados.

Palavras-chave: Sociologia em Portugal; Estádios evolutivos; Rupturas de paradigma sociológico.

Abstract

Main evolutionary stages of the sociology in Portugal

The increase of social understanding about the Portuguese society has also been due to developments that sociology had in the country, whether in professional terms, whether in academics. Moreover, the expansion of Portuguese sociology also due to the social changes registered in society. To characterize these processes, configuring them as defining factors of different evolutionary contexts of Portuguese sociology, turns out to be the main objective of this text. We believe that sociology in Portugal behaved five major evolutionary stages. In the course of the text will be specified both the evolutionary stages option and the elements that embody each of the periods signalized.

Keywords: Sociology in Portugal; Evolutionary stages; Sociological paradigm ruptures.

¹ Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia | Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Gabinete 251 (Torre B – Piso 2) | Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | Portugal. *E-mail*: hneto@letras.up.pt.

Resumé

Principales étapes de l'évolution de la sociologie au Portugal

L'augmentation de la compréhension sociale sur la société portugaise a également été due à l'évolution que la sociologie enregistrée dans le pays, soit au niveau académique ou professionnel. À son tour, l'expansion de la sociologie portugaise doit également être due to transformations sociales vérifiées dans la société. Caractériser ces processus, de en les configurant comme facteurs définissant de différents contextes évolutifs de la sociologie portugaise, se révèle être le principal objectif de ce texte. On croit que la sociologie au Portugal s'est comporté cinq grandes étapes de l'évolution. Dans le cours du texte va essayer de spécifier l'option proposée par les étapes de l'évolution et les éléments qui incarnent chacune des périodes marquées.

Mots-clés: Sociologie au Portugal; Étapes de l'évolution; Ruptures de paradigme sociologique.

Resumen

Principales etapas de la evolución de la sociología en Portugal

El aumento de la comprensión social de la sociedad portuguesa se ha debido también a la evolución que la sociología registrado en el país, ya sea en términos de experiencia profesional o académica. A su vez, la expansión de la sociología portuguesa también se debe a las transformaciones sociales verificadas en la sociedad. Para caracterizar estos procesos, configurándolos como factores que definen los diferentes contextos evolutivos de la sociología portuguesa, resulta ser el principal objetivo de este texto. Se cree que la sociología en Portugal comportó cinco etapas principales de evolución. En el curso del texto se especificará la opción de las etapas evolutivas y los elementos que incorporan cada uno de los períodos señalados.

Palabras clave: Sociología en Portugal; Etapas evolutivas; Cambio de paradigma sociológico.

Introdução

A sociologia é um domínio científico que já se encontra amplamente instituído na sociedade portuguesa, apesar de diversas/os autoras/es a perspetivarem como uma ciência do passado recente de Portugal. Aliás, Madureira Pinto (2004: 11) diz mesmo que é, praticamente, um lugar comum afirmar-se que “a sociologia portuguesa só começou verdadeiramente após a revolução de abril de 1974”. No entanto, apesar de ter sido nas últimas quatro décadas que se constituiu uma verdadeira comunidade técnico-científica dedicada ao estudo e explicação sociológica da sociedade portuguesa, muitos

acontecimentos marcantes no passado mais longínquo devem ser registados, na medida em que sem a sua existência o contexto contemporâneo dificilmente assumiria os mesmos contornos.

A implantação da democracia não incentivou a instituição da sociologia, incentivou a instituição de todo um novo social. Começou a ser pensada uma nova forma de estruturar e operacionalizar a sociedade, circunstância que criou condições para que toda uma panóplia de modos de agir e pensar que estavam reprimidos pudesse emergir. As mudanças na sociedade portuguesa, especialmente a partir da década de 70, trouxeram novas/os sociólogas/os e novos olhares porque o próprio social também mudou. O modelo social passou a permitir que a sociologia existisse e se pudesse sistematizar. Por isso é que Madureira Pinto (2004: 16) referia que a revolução de abril acelerou “o regresso a Portugal de um conjunto vasto de intelectuais, entre os quais bastantes sociólogos”. Ou seja, não foi só a sociologia que mudou com a revolução de 1974, a sociedade como um todo começou a mudar. Naturalmente que em áreas científicas como a sociologia se sentiu mais, até porque existe uma diferença significativa entre poder ser e fazer sociologia e não poder ser e fazer sociologia.

A expansão da sociologia acabou por se ficar a dever às próprias transformações sociais verificadas no país, mas o aumento da compreensão social sobre a sociedade portuguesa também se ficou, em parte, a dever à evolução que a sociologia registou, seja em termos profissionais, seja em termos académicos. Caracterizar estes processos, configurando-os como fatores definidores de contextos evolutivos diferenciados da sociologia portuguesa, acaba por ser o principal intuito do presente texto. No ponto 2 tentar-se-á enunciar a opção pela caracterização da evolução da sociologia em Portugal a partir da proposta dos estádios evolutivos, em particular a opção pela proposta dos cinco grandes estádios evolutivos. No ponto 3 procurar-se-á colocar em evidência o conjunto de características que especificam e diferenciam cada um dos períodos sinalizados. Para concluir, efetuar-se-á um breve balanço sobre os elementos explorados, procurando-se vincar virtudes e janelas de oportunidade para o futuro.

1. A proposta dos estádios evolutivos

A instauração da democracia no país permitiu um verdadeiro desenvolvimento da análise e da comunidade sociológica. Muitas/os aspirantes a sociólogas/os passaram a poder aceder à formação necessária para ter o estatuto e a prática, seja em Portugal,

seja no estrangeiro. Foi um avanço importante, mas que deve ser contextualizado historicamente. A sociologia surgiu muitas décadas antes da revolução de abril. Se se analisar, por exemplo, os trabalhos de Falcão Machado (1962), Braga da Cruz (1982), Sedas Nunes (1988 e 2000), Firmino da Costa (1988), Teixeira Fernandes (1996), Machado (1996), Hespanha (1996), Nunes de Almeida (1999 e 2004), Madureira Pinto (2004) e Ferreira (2006) percebe-se com facilidade que a evolução da sociologia portuguesa não foi um processo linear, além de se terem registados avanços e recursos, períodos de maior desenvolvimento e de maior estagnação, verifica-se a existência de diferentes estádios evolutivos. Contudo, a enunciação desses períodos não é totalmente coincidente.

A análise da posição das/os diferentes autoras/es ajuda a compreender os pontos de consenso e a constituir uma proposta de percurso evolutivo. Acredita-se que a sociologia portuguesa considera cinco grandes estádios evolutivos. O primeiro período decorreu entre a década de 1870 e meados da década de 1920. O segundo período entre o final da década 1920 e o início da década de 1950. O terceiro período entre meados da década de 1950 e o início da década 1970. O quarto período entre o ano de 1974 e o final da década de 1980. O quinto período teve início na década de 1990 e ainda se encontra em vigor na atualidade.

Esta estruturação surge após se ter percorrido os diferentes roteiros de caracterização histórica e respetivos elementos de fundamentação. Um ponto comum a todas as análises é o 25 abril de 1974, que surge conotado como o principal momento de rutura. Por exemplo, Madureira Pinto (2004) e Nunes de Almeida (2004) referem que a sociologia portuguesa começou verdadeiramente com essa revolução, apesar de se poder identificar, anteriormente, um conjunto marcante de acontecimentos e épocas. Esse conjunto de contextos prévios é importante porque revela precisamente compassos evolutivos diferenciados. Mas nem todos os roteiros históricos o segmentaram. Por exemplo, em 1988, Firmino da Costa distinguia três etapas: período dos pioneiros até 1974, período de institucionalização do ensino e da investigação científica até meados da década de 1980 e um período de constituição dos sociólogos em grupo profissional a partir de final da década de 1980. Como se pode verificar, o autor congregou o período prévio a 1974 num grande estádio evolutivo, segmentado o período pós 25 de abril. Teixeira Fernandes (1996) fez precisamente o oposto, segmentou o período prévio a 1974 em duas grandes fases e configurou o pós 25 de abril como a época de institucionalização da sociologia. Para o autor, a sociologia portuguesa comportou três

grandes fases evolutivas, sendo que a primeira época prolongou-se entre as últimas décadas do século XIX e o final da primeira metade do século XX. A segunda época começou a partir da década de 1950, na medida em que a situação da sociologia começou a alterar-se fruto do próprio esforço mais abrangente de promoção das ciências sociais em Portugal. Esta segunda época terminou com a revolução de 1974, começando a ser constituído um novo contexto social, extensivo à própria sociologia. Nessa terceira fase, verificou-se uma institucionalização da sociologia, enquanto disciplina autónoma que adquiriu “contornos de uma verdadeira profissão” e entrou em pleno nas universidades (1996: 17).

Teixeira Fernandes não foi o único a identificar clivagens relevantes no período pré-abril de 1974, autores como Braga da Cruz, Sedas Nunes e Madureira Pinto também sustentam esse cenário. Todos sinalizam que as décadas de 1950 e 1960 foram pontos de viragem face ao que se verificara até à data, criando as bases para o que se viria a suceder no pós-25 de abril. Madureira Pinto referia que a progressiva abertura da economia ao exterior, o surto emigratório da década de 1960 e a crescente modernização do país (industrialização, urbanização, escolarização, etc.) foram criando “condições globalmente favoráveis ao desenvolvimento de um pensamento sistemático e academicamente enquadrado sobre o social” (2004: 14). No entanto, era um período que tinha de ser, necessariamente, diferenciado do que viria a suceder depois de 1974, até porque, como refere Nunes de Almeida (2004: 22), assistiu-se, na década de 1960, a um “despertar de uma ‘primeira geração informal de sociólogos’”, mas “a institucionalização da sociologia como disciplina académica, ciência ou profissão” apenas aconteceu a partir de 1974.

As décadas de 1950 e 1960 assumiram relevância por formarem um período de transição e, simultaneamente, de estabelecimento de alicerces. Distinguiram-se relativamente às décadas posteriores, mas também face às anteriores. Enquanto Teixeira Fernandes (1996) não sinalizou nenhuma rutura entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, Braga da Cruz (1982) e Madureira Pinto (2004) fazem-no. Braga da Cruz refere que a implantação da República em 1910 rompeu com o que vinha acontecendo com a sociologia desde o final do século XIX, já Madureira Pinto indica que essa clivagem apenas aconteceu com o golpe militar de 1926 e a instauração da ditadura do Estado Novo. Para este autor, a história do campo intelectual português sofreu “uma rutura decisiva com o golpe militar de 1926, na medida em que depois durante quase cinco décadas de regime ditatorial, toda a reflexão de tipo sociológico

passou a ser encarada, pelo aparelho ideológico-repressivo instalado, como atividade potencialmente contrária à segurança do estado, devendo por isso ser vigiada, censurada e reprimida” (2004: 14). Esta situação não se sucedeu quando a sociologia começou a ser falada e considerada em Portugal, chegando mesmo a obter, no início do século XX “alguma consagração institucional no mundo académico, entrando em 1901 no plano de estudos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra” (*idem*: 11). No entanto, com a implantação do Estado Novo o cenário mudou, pelas razões já indicadas.

Esta contraposição de perspetivas ajudaram a explicar e a fundamentar as opções que se efetuou quando se indicou que se defendia que no período pré abril de 1974 se podiam vislumbrar três grandes estádios evolutivos da sociologia portuguesa. No período pós abril de 1974 também se podiam evidenciar períodos evolutivos perfeitamente diferenciáveis. Tem-se uma visão próxima da apresentada por Firmino da Costa (1988) e por Nunes de Almeida (2004). Até ao final de década de 1980, verificou-se uma institucionalização do ensino de base da sociologia e da investigação científica, mas as décadas de 1990 e de 2000 acabaram por ter registos diferentes dos verificados nas décadas de 1970 e 1980. Uma coisa permaneceu sempre, o crescimento progressivo da sociologia, encontrando-se, atualmente, totalmente implantada na realidade educativa e profissional portuguesa.

A década de 1990 fica significativamente marcada como a era em que a área das ciências sociais passou a ter “uma indiscutível visibilidade pública em Portugal” (Almeida, 2004: 25). No entender de Nunes de Almeida (2004), este contexto coincidiu “politicamente com o consulado de Mariano Gago à frente do recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia” (*idem*). A investigação científica, em geral, e a investigação nos domínios das ciências sociais, mais em particular, passou a ter outro tipo de valorização política e de projeção social. Foi uma condição necessária para que houvesse uma expansão da oferta de formação sociológica de pós-graduação, uma proliferação do ensino de base da sociologia ao setor privado e, principalmente, uma penetração extensiva das/os sociólogas/os no mercado de trabalho não académico e não público. Circunstâncias que não ocorreram nas décadas de 1970 e 1980, apesar de ter sido a institucionalização realizada durante essas décadas que permitiu que acontecesse o que se indicou.

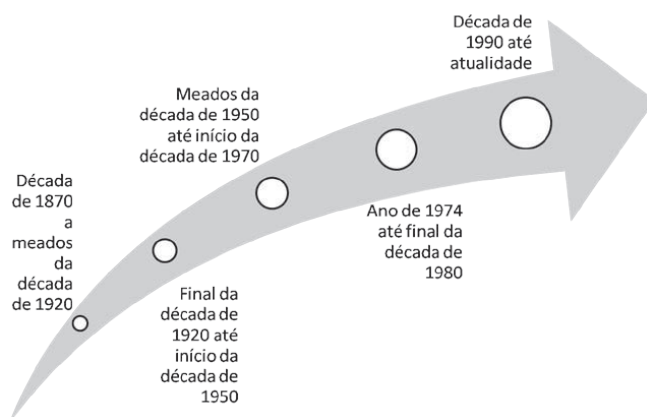
Foi com base nestes pressupostos que se elaborou a proposta de compreensão da evolução da sociologia em Portugal à luz de cinco grandes estádios evolutivos. De

seguida, vai-se caracterizar com mais detalhe os principais acontecimentos registados em cada um dos períodos.

2. Grandes estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Acredita-se que a sociologia portuguesa, enquanto campo disciplinar, comportou transformações significativas ao longo do tempo, em parte fruto das próprias circunstâncias sociais. Ao se efetuar uma análise retrospectiva da sua evolução encontra-se diferentes compassos e registos de desenvolvimento. Defende-se a existência de cinco grandes estádios evolutivos. Na Figura 1 representa-se esses cinco períodos, os quais serão caracterizados nos próximos parágrafos.

Figura 1 – Estádios evolutivos da sociologia portuguesa



O primeiro estádio evolutivo da sociologia portuguesa ocorreu entre a década de 1870 e meados da década de 1920, reportando-se, essencialmente, ao reconhecimento da existência da área e à sua inclusão nos quadrantes de análise e produção de conhecimento. Tal como referia Falcão Machado (1962: 2), apesar de ser “difícil datar a entrada das ideias sociológicas em Portugal”, já não o seria se fossem procurados os veículos precursores do seu aparecimento. O autor referia, desde logo, “o interesse que o movimento operário tinha por assuntos sociais e que se refletia em várias camadas da sociedade portuguesa, nomeadamente a intelectual” (*idem*). Também vincava o papel de Teófilo Braga na produção dos primeiros trabalhos de natureza sociológica. No ano de 1878, Teófilo Braga, conjuntamente com Júlio de Matos, fundou a revista “O

Positivismo”, através da qual entraram as primeiras doutrinas sociológicas em Portugal. Teixeira Fernandes (1996: 11) refere mesmo que foi “pela pena de Teófilo Braga” que a sociologia surgiu em Portugal, mas como este autor tinha fortes influências dos trabalhos de Comte, Spencer, Stuart Mill e Letourneau, a sociologia foi “introduzida com um grau de aproximação ao positivismo” (*idem*).

A filosofia positivista e a visão determinística da compreensão da realidade social predominaram neste período (Cruz, 1982; Fernandes, 1996), mas que acabava por estar consonante com o “timbre da explicação científica no século XIX e inícios do século XX” (Fernandes, 1996: 13). Em 1884, Teófilo Braga publicou o primeiro tratado de sociologia português (*Systema de Sociologia*), onde, “de um modo geral, os pontos de vista do positivismo organicista e evolucionista eram as referências fundamentais” (Pinto, 2004: 11). Nesse período, a análise sociológica assumia “uma feição essencialmente doutrinal e ideológica, frequentemente polémica, em detrimento da produção do conhecimento científico” (Fernandes, 1996: 14). Procurava mais “a mudança do que a cientificidade, revelando-se alheia às questões epistemológicas e metodológicas” (*idem*). Mas apesar dessa matriz ideológica e conceptual não gerar consensos, a sociologia não deixou de entrar nos currículos académicos. A Universidade de Coimbra, mais em concreto a Faculdade de Direito, foi o palco dessa entrada (Machado, 1962; Cruz, 1982; Pinto, 2004). Avelino Calisto, em 1881, ascendeu à cátedra na Faculdade de Direito e renovou “o ensino sob a influência das novas doutrinas e ideias sociológicas” (Machado, 1962: 2). Muito mais influenciado pela sociologia foi Emídio Garcia (Machado, 1962; Cruz, 1982), adepto de Comte e de Littré defendia no programa da 4.^a Cadeira em 1885 que a política era um ramo da Sociologia. Já em 1880, um grupo de alunos seus de Direito Administrativo publicara, sob a sua direção, “uma série de monografias com o título de *Estudo Sociológico*” (Machado, 1962: 2).

Este conjunto de acontecimentos fez com que a faculdade elaborasse um parecer sobre a inclusão de uma cadeira de Princípios Fundamentais de Sociologia e Filosofia do Direito no plano curricular de Direito, apesar de só em 1889 é que o parecer se efetivou e foi instituída a disciplina, sendo a regência entregue a Avelino Calisto (*idem*). A unidade curricular foi lecionada até 1902, momento em que a reforma educativa realizada a extinguiu. Em 1903, Meneses Cordeiro, aluno de Avelino Calisto, “publicou as lições do Mestre, com o título ‘Elementos de Sociologia fundamental e de Filosofia do Direito’” (*idem*: 3). Nessa sebenta transpareciam as influências de Gabriel Tarde e

De Greef, mas, segundo Madureira Pinto (2004), os pioneiros da sociologia norte-americana (Durkheim, Simmel, Tönnies, etc.) também foram referências teóricas importantes nas disciplinas de direito que abordavam as questões sociológicas.

A contribuição de sociólogos estrangeiros suscitou um impulso importante na promoção da sociologia nesse período. Acabou por ser um signo relevante, especialmente se for considerado, primeiramente, o papel de Léon Poinard e, depois, o de Paul Descamps. Segundo Falcão Machado (1962: 3), Poinard conseguiu congregiar em torno de si um conjunto relevante de colaboradores como, por exemplo, Serras e Silva, o Conde de Sobral, o Cónego Frutuoso e Silveira Lobo. Produziram diversas monografias, através das quais lhe foi possível publicar, em 1912, a famosa obra “*Le Portugal Inconnu*”. Não só foi “o primeiro trabalho sociológico sobre Portugal, mas, também, como que um programa ou plano de reformas sociais, que a mudança de regime não permitiu que se aproveitasse”.

O entusiasmo pela sociologia estava bastante concentrado em torno da Universidade de Coimbra, contudo foi em Lisboa, mais especificamente no Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho, em 1925, que a sociologia entrou pela segunda vez no ensino oficial. A “regência foi confiada a Vieira de Almeida” (*idem*: 4). Mesmo com estes avanços, a primeira fase de afirmação da sociologia em Portugal não deixou de estar marcada por uma grande indiferenciação disciplinar, uma incapacidade de institucionalização académica e por uma elevada permeabilidade às lutas político-ideológicas e às dinâmicas dos diferentes movimentos sociais (Pinto, 2004). Esta situação ainda se agudizou mais com a revolução de 1926 e a instituição do Estado Novo. Firmino da Costa (2003: 16) referia que “a análise sociológica da realidade social portuguesa era incómoda para o regime ditatorial”, daí que a sociologia fosse, “durante esse longo período, sistematicamente impedida de se desenvolver. O mesmo aconteceu, aliás, com outras ciências sociais” (*idem*). Por isso, o período forte do Estado Novo configurou um contexto diferente para a sociologia e para as pessoas que a procuravam desenvolver. Todavia, não deixou de representar mais uma fase evolutiva, dotada de particularidades e contributos para uma história que continuava a ser escrita.

Este segundo estádio teve como balizas temporais o final da década 1920 e o início da década de 1950. Foi o período da repressão, mas também o período de projeção da sociologia como mecanismo de desocultação da realidade social. Aliás, a sua capacidade de caracterizar e desvendar as sociedades e os fenómenos sociais que

nelas existem, potenciando um maior conhecimento e intervenção social, terá sido mesmo a razão pela qual foi reprimida. O país estava “submetido a um regime ditatorial que contrariava tanto o socialismo como o liberalismo. A sociologia então praticada, sob a influência da situação do tempo, era ‘global, crítica e interventora’” (Fernandes, 1996: 16). A aproximação dos conceitos de sociologia e socialismo criava uma suspeição amplamente difundida no antigo regime (Cruz, 1982; Fernandes, 1996), por isso é que a tentavam banir.

As dificuldades das ciências sociais neste período eram significativas, mas não impediam que áreas como a sociologia continuassem a existir. Apesar dos constrangimentos, prevaleceram personalidades que continuaram a fazer sociologia e a difundir os seus preceitos. Uma das pessoas que mais se destacou durante a década de 1930 foi Paul Descamps, mais um representante da Escola de Le Play que se vinha instituindo em Portugal desde o início do século XX (Cruz, 1982). Além de dar continuidade ao trabalho realizado por Poinard e de elaborar um estudo mais atualizado sobre Portugal, Descamps veio com o intuito de expor a doutrina *le playsiana* e o método da ciência social (*idem*). Curiosamente, o sociólogo francês foi convidado pelo próprio governo para efetuar estudos que fundamentassem, de certa forma, as opções políticas. “Apesar dos cuidados que rodearam a escolha do autor do estudo, os resultados não parecem ter agradado ao regime” (Hespanha, 1996: 5). Segundo Falcão Machado (1962: 4), foi por sugestão do próprio Oliveira Salazar (iniciava a sua carreira política na altura) que Descamps inaugurou “um curso de Sociologia na Faculdade de Direito de Coimbra, no ano letivo de 1930-31”. “No ano seguinte, o curso repetia-se na Faculdade de Direito de Lisboa” (*idem*). Além da exposição às teorias e métodos, Descamps iniciou os “seus alunos-colaboradores no método de observação dos fenómenos sociais, na pesquisa e no inquérito” (*idem*: 5), por isso é que Falcão Machado defendia que deveria “ser considerado o iniciador do período científico da sociologia em Portugal” (*idem*).

Em 1939 e em 1940, a sociologia integrou mais dois planos curriculares no ensino superior, bem como chegou a algumas escolas elementares. Com o apoio de Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional à data, foi criado em 1939 “o Instituto de Serviço Social, destinado à formação de assistentes sociais”, no qual figurava uma disciplina de sociologia (*idem*: 5). A unidade curricular teve diversos regentes, entre os quais Paiva Boléo, que já em 1937 tinha publicado um trabalho sobre “O valor médico-pedagógico dos inquéritos sociais” (*idem*). Em 1940, surgia a Escola

Técnica de Enfermagem, no Instituto Português de Oncologia, cujo curso integrava uma disciplina de sociologia.

Todos estes trabalhos e iniciativas acabaram por não ter a capacidade de sistematizar o conhecimento sociológico em Portugal, apenas assumiam um carácter simbólico e demonstrativo que a sociologia também sobreviveu ao Estado Novo. Apesar de refletirem esforços relevantes não constituíam elementos capazes de agregar a produção sociológica e de estabelecer uma base de sistematização e de difusão alargada dos seus desígnios e produtos. Essa situação começou a alterar-se no decurso da década de 1950, com a delineação de um projeto e uma linha de ação com capacidade de funcionar como base agregadora das ciências sociais, em geral, e da sociologia, em particular. Para Karin Wall (1993: 1001), “os anos de 60 ficaram marcados pela criação de espaços institucionais de investigação não diretamente ligados aos fins pragmáticos da administração pública e pelo princípio de um esforço sistemático de reflexão científica”. Por isso, é que se referiu que o período que mediou a segunda metade da década de 1950 e o início da década 1970 representava um estádio evolutivo diferente dos registados até então.

Esse novo período ficou conotado pela definição dos alicerces institucionais da primeira plataforma agregadora e sistematizadora do ensino, investigação e debate do conhecimento sociológico. Esse projeto e linha de ação começaram a ser estruturados com a criação do Gabinete de Investigações Sociais (GIS) por parte de um conjunto de investigadores oriundos do Centro de Estudos Corporativos. O gabinete foi criado em 1962 no âmbito do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Nunes, 1988). Inicialmente, era constituído por um grupo de economistas com ligações ao movimento católico, mas, progressivamente, foi incluindo outras formações (Pinto, 2004). No ano seguinte, sob a liderança de Sedas Nunes, o gabinete lançou a revista *Análise Social*. Esta publicação, conjuntamente com o trabalho do GIS, “abriram um espaço novo no campo intelectual português” (Nunes, 2000: 350), bem como expuseram situações e problemas que afetavam a maioria da população, “mais especialmente as classes sociais de menores recursos” (*idem*: 354), e ecoaram as “crescentes aspirações coletivas ao desenvolvimento económico, social e cultural” (*idem*).

O aparecimento de uma figura proeminente como Sedas Nunes acabou por se converter num eixo fulcral dessa primeira plataforma de sistematização da investigação e publicação do trabalho sociológico. O elemento referencial que no passado não

existiu, surgiu na década de 1960 pela pessoa de Sedas Nunes. Com a constituição, em 1966, do Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Gulbenkian junto do GIS (Nunes, 1988; Ferreira, 2006), começou a formar-se o que Sedas Nunes designou por 2º GIS. Esta iniciativa criou condições, mas não foi o produto, até porque “os membros do Grupo de Bolseiros não se reconheciam membros do GIS nem queriam ter nada a ver com o GIS” (Nunes, 2000: 384). O elemento fulcral foi o recrutamento de um conjunto de técnicos superiores para trabalhar no GIS, pagos pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial, pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra e pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (*idem*). Este apoio estatal permitiu reunir um “grupo de jovens licenciados interessados em dedicar-se profissionalmente às ciências sociais, cuja pós-graduação e reconversão em sociólogos foi, a partir de 1969, objetivo prioritário do GIS” (*idem*: 386).

Estes elementos foram fundamentais, mas não únicos. Esta primeira plataforma apenas se completou com o lançamento, em 1964, da primeira licenciatura em sociologia no Instituto Superior Económico e Social (Almeida, 2004; Hespanha, 1996). Esta instituição particular de ensino e investigação de Évora também foi responsável pelo lançamento e manutenção da segunda mais antiga publicação de natureza sociológica em Portugal, a revista *Economia e Sociologia* (foi lançada em 1965 com a designação de *Estudos Eborenses*, mas a partir da edição n.º 4 assumiu a designação indicada). Não foi uma publicação eminentemente sociológica, tal como a *Análise Social* nunca o foi, mas surgiu e manteve-se como um espaço para discussão e disseminação da sociologia em Portugal.

Com a conjugação de todos estes elementos foi possível, pela primeira vez em quase cem anos, estruturar e sedimentar institucionalmente a sociologia. A criação do GIS simbolizou o despertar de uma geração informal de sociólogos (Almeida, 2004; Pinto, 2004), mas que implicou uma “reconversão académico-profissional da quase totalidade dos membros desta primeira comunidade informal de sociólogos portugueses: uns tinham formação de base em letras, outros provinham da economia ou do direito e alguns eram engenheiros” (Pinto, 2004: 16). Aliás, esta foi uma característica central da sociologia portuguesa, ter sido instituída por personalidades que tinham conhecimento e interesse pela sociologia, mas que não tinham competências formalmente reconhecidas para o seu exercício.

A reconversão académica e o aparecimento de um novo conjunto de individualidades conduziram a uma mudança da matriz inicial do GIS (Nunes, 2000;

Ferreira, 2006). A regeneração começou a evidenciar-se com maior veemência na entrada da década de 1970, o que, por si só, já podia ser sintomática de uma rutura de paradigma, mas com o 25 de abril de 1974 pôde ser ainda mais potenciada. A revolução de 1974 representou a clivagem definitiva no processo de institucionalização da sociologia em Portugal. Primeiramente “com a abertura do regime subsequente à morte política de Salazar, a que veio a corresponder uma intensificação dos movimentos de contestação nas universidades” (Pinto, 2004: 15), e, posteriormente, com a instauração da democracia no país, surgiu, finalmente, a oportunidade de criação de espaços de ensino, investigação e publicação sistemática de sociologia.

Segundo Karin Wall (1993: 1002), “o movimento de 25 de abril de 1974 traduziu-se por uma eclosão de iniciativas sociais, económicas, políticas e culturais que abriram novas perspetivas às ciências sociais. Os pólos de investigação e de ensino já criados puderam desenvolver-se e apareceram novos centros universitários. Estas condições de trabalho profissional em sociologia permitiram a diversificação e o aprofundamento progressivo das temáticas, dos paradigmas e das metodologias”.

Este período representa o quarto grande estádio evolutivo da sociologia portuguesa e decorreu entre 1974 e o final da década de 1980. Em cerca de 15 anos foram criadas sete licenciaturas em sociologia e surgiram três organizações representativas dos profissionais da área, daí que se considere o período como a fase da institucionalização do ensino de base da sociologia em Portugal e do lançamento de uma nova classe profissional, a das/os sociólogas/os. No que se refere ao ensino de base, a primeira das sete licenciaturas mencionadas foi logo criada em 1974, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), decorrente da reconversão da licenciatura em Ciências do Trabalho (Nunes, 2000). Em 1979, surgiram mais duas, na Universidade de Évora (por integração do Instituto Superior Económico e Social) e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). As restantes foram criadas na segunda metade da década de 1980, mais precisamente em 1986 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1988 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)² e em 1989 na Universidade do Minho³. No ano de 1983 também surgiram os dois primeiros mestrados em sociologia, disponibilizados pela FCSH-UNL e pelo ISCSP (Machado, 1996).

² Licenciatura em sociologia do trabalho.

³ Licenciatura em sociologia das organizações.

Esta autonomização da sociologia como licenciatura também se ficou a dever, segundo Teixeira Fernandes (1996: 18), ao aparecimento, no pós 25 de abril, de diversas personalidades com os seus doutoramentos concluídos, principalmente “em universidades estrangeiras, nomeadamente em França, Bélgica, Itália, Inglaterra e Estados Unidos”, e prontas para assumirem funções de docência e investigação nas universidades portuguesas. Conjuntamente com o grupo de pessoas que começaram a sair formadas das universidades foi-se constituindo um núcleo substantivo de profissionais a exercer ou prontos a exercer sociologia. Foi um efeito que já se começou a sentir na segunda metade da década 1980, mas que obteve maior expressividade a partir da década de 1990. Como a maioria das licenciaturas apenas foi criada na parte final da década de 1980, o grande *boom* de sociólogos/os disponíveis para o mercado de trabalho sentiu-se durante a década de 1990.

A criação da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) (1985), da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT) (1985) e da Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses (1986) são exemplos representativos da substancialidade que a classe profissional começou a ter. No entanto, com o avolumar do número de sociólogos/os, o problema das saídas profissionais ganhou relevo. Já em 1984 tinha sido realizado o 1º Encontro Nacional de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, reunindo alunas/os finalistas da licenciatura do ISCTE e da FCSH-UNL para discutir o problema (Machado, 1996). A criação das associações referidas também resultou, de certa forma, dessa necessidade de pensar coletivamente o novo papel que a sociologia tinha na sociedade portuguesa e o que o futuro lhe podia reservar. Machado (1996: 57) refere que a Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses “teve um importante papel de mobilização dos finalistas de sociologia para a discussão do problema das saídas profissionais”; no entanto, à medida que a APS se foi afirmando como uma associação de todas/os as/os sociólogos/os, foi perdendo relevo, esvaziando-se o seu intuito de existência.

O importante a reter é que no final da década 1980 fica a imagem que, além da instituição do ensino de base, já tinham sido constituídos os primeiros grupos extensivos de sociólogos/os formadas/os em Portugal e que se estava a consolidar um organismo de representação profissional dos mesmos. Importa também referir que durante a década de 1980 a investigação científica sociológica também granjeou um impulso relevante, surgindo diversos núcleos de investigação [exemplo: Centro de Estudos e Investigação

de Sociologia no ISCTE (1985), SociNova - Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada na FCSH-UNL (1987), Instituto de Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1989)]. O próprio GIS foi sujeito a uma reestruturação, dando origem ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1982. Para Ferreira (2006: 35), esta foi “a derradeira etapa” da estratégia de “Sedas Nunes para a implementação académica da sociologia”. Isto porque a criação desta unidade orgânica consagrou e institucionalizou a legitimidade de uma carreira de investigação no âmbito da sociologia (Almeida, 1999: 3), estando, assim, “criadas as condições formais para a entrada em cena de uma segunda geração de sociólogos portugueses” (*idem*).

No final da década de 1980, as bases académicas, em termos de ensino e investigação, e as bases profissionais da sociologia portuguesa, em termos da existência de um núcleo substantivo de sociólogas/os e de estruturas de representação profissional, estavam instituídas. Os pilares que no passado não existiam ou que não eram suficientemente fortes para aguentar com a arquitetura desejada, à entrada da década final do século XX estavam estabelecidos e contribuíram para que a sociologia se emancipasse enquanto ciência e profissão nas décadas seguintes.

Analisando-se com mais detalhe a questão da profissionalização da sociologia, regista-se que a APS foi assumindo progressivamente um papel de aproximação e aglutinação das/os sociólogas/os portuguesas/es. Os dados disponíveis no Quadro 1 evidenciam essa situação. Em 1986 estavam registados 87 associadas/os, enquanto em 2008 o número já ascendia a 2.173. Para Nunes de Almeida (2004), o crescimento exponencial da APS ilustra, justamente, o vigoroso movimento de institucionalização da sociologia portuguesa.

Quadro 1 – Evolução do número de associadas/os da APS

1986	1988	1990	1992	1994	1996	2000	2004	2008
87	197	267	505	730	916	1.660	1.966	2.173

Fonte: APS; Machado (1996).

O papel aglutinador que foi assumindo em muito se ficou a dever à organização, de quatro em quatro anos, do Congresso Português de Sociologia. A primeira edição foi em 1988. No ano de 2012 realizou-se a sétima edição. O congresso foi funcionando

como o principal momento de encontro e de reflexão sobre a prática sociológica portuguesa. A partir do segundo congresso, realizado em 1992, os balanços críticos sobre a profissão ainda assumiram maior relevo, dado que nesse encontro foi aprovado, em Assembleia Geral, o Código Deontológico das/os Sociólogas/os Portuguesas/es.

A organização dos congressos também foi funcionando como uma espécie de barómetro sobre a comunidade sociológica portuguesa, permitindo que se fosse registando o volume e o tipo de trabalho que essa comunidade está a realizar. Durante os primeiros congressos realizados, o número de participantes era superior ao número de associados da APS (Quadro 2 vs Quadro 1), mas a partir do quarto congresso essa tendência inverteu-se. O que se manteve sempre em crescimento foi o número de comunicações apresentadas, contribuindo, também, para evidenciar como a comunidade e a investigação sociológica aumentaram significativamente nos últimos vinte anos. Além disso, evidencia que, de algum modo, o perfil dos participantes também foi mudando, enquanto nas primeiras edições a maioria das pessoas apenas eram espetadoras, nas edições de 2008 e 2012 grande parte das pessoas já assumiam o papel de conferencista. No último congresso, foram aprovados 1373 trabalhos, sendo que apenas 688 acabaram por ser efetivamente apresentados durante o evento (APS, 2012). Face aos dados apresentados não se pode dizer que, em 2012, a maioria das/os participantes tinha comunicação, isto porque existiam autoras/es com mais de um trabalho. No entanto, não deixa de ser óbvio que o número de pessoas que apresenta trabalhos no evento tem aumentado progressivamente.

Quadro 2 – Evolução do número de participantes e comunicações nos congressos da APS

Congresso	I 1988	II 1992	III 1996	IV 2000	V 2004	VI 2008	VII 2012
Participantes (a)	600	766	799	1.060	1.234	1.188	1.086 *
Comunicações (b)	73	129	202	224	392	576	688 **
Rácio (a/b)	8,22	5,94	3,96	4,73	3,15	2,06	1,58

Legenda: *Corresponde a número de inscrições pagas;

** Corresponde a comunicações efetivamente apresentadas

Fonte: APS (2012); Lobo (1996); Rodrigues (2009).

A organização continuada deste evento também foi permitindo verificar que a verdadeira era da profissionalização da sociologia ocorreu nas décadas de 1990 e 2000, não só pelo volume de pessoas já evidenciado, mas por considerarem um crescimento progressivo da profissionalização não académica. Nos primeiros momentos de institucionalização da sociologia, a profissão era exercida, essencialmente, por personalidades ligadas ao mundo académico, nomeadamente docentes e investigadoras/es. O cenário tem vindo a mudar. Os dados sociográficos relativos às/aos associadas/os da APS evidenciam essa situação (dados disponíveis no site da associação). Em 1988, os profissionais em instituições de ensino superior e investigação (público e privado) representavam 67% das/os associadas/os, em 1992 51%, em 1996 44%, em 2000 51% e em 2004 47%. Por sua vez, os profissionais na administração e serviços públicos passaram de 20%, em 1988, para 24% em 1992, 32% em 1996, 27% em 2000 e 32% em 2004. Os profissionais em empresas passaram de 2% em 1988, para 10% em 1992, para 13% em 1996, 14% em 2000 e 13% em 2004⁴. Apesar dos últimos dados disponíveis serem de 2004, deixam transparecer uma tendência de penetração extensiva das/os sociólogas/os no mercado de trabalho não académico. Esta é uma característica marcante deste último estágio evolutivo.

Outro aspeto relevante é a expansão da oferta de formação sociológica de pós-graduação e proliferação do ensino de base ao setor privado. Na década de 1990, as iniciativas de abertura de licenciaturas em sociologia continuaram, expandindo-se também ao setor privado de ensino superior. Durante a década de 2000 chegaram a coexistir 18 licenciaturas em sociologia num país com a dimensão de Portugal. Porventura, algo que deveria fazer refletir os responsáveis pelas organizações de ensino superior e pelas políticas de ensino superior no país. No ano letivo de 2009/2010, pelo menos 14 licenciaturas ainda se encontravam a acolher estudantes para iniciar o ciclo de estudos.

O processo de expansão da oferta de formação de base em sociologia começou a reverter-se durante a década de 2000. Diversas instituições privadas deixaram de lecionar a licenciatura, seja por a terem extinguido (exemplos: Universidade Moderna, Universidade Católica, Universidade Independente), seja por não terem alunas/os em número suficiente para arrancarem com o curso (exemplo: Instituto Piaget). Em contraponto, verifica-se um aumento significativo da oferta de segundo ciclo. O

⁴ Não foi possível efetuar o mesmo procedimento para o ano de 2008 devido a omissões na base de dados.

processo de Bolonha também veio contribuir para estas reestruturações da oferta formativa. De qualquer modo, chegou-se a um ponto de saturação da oferta de base em sociologia, ou seja, no passado não existiam em número suficiente, na atualidade existem em demasiada, o que não deixa de ser um marco distintivo deste período.

Os últimos marcos distintivos que importa mencionar estão relacionados com a evolução da rede de investigação sociológica e da rede editorial de publicação científica. Sejam de natureza exclusiva da sociologia ou agregadoras das ciências sociais), quer o número de centros de investigação (subsequentemente o número de projetos), quer o número de revistas científicas (subsequentemente o número de trabalhos científicos publicados) aumentaram nas duas últimas décadas. Os dados presentes no Quadro 3 deixam transparecer, de certa forma, essa mesma ideia. Através da análise da evolução dos doutoramentos em sociologia registados em Portugal, dos projetos de investigação aprovados para financiamento e dos artigos de matriz sociológica publicados nos periódicos de referência para a sociologia portuguesa consegue-se registar a forte evolução que a investigação e a publicação periódica sociológica comportaram.

Para se obter os dados dispostos no Quadro 3 recorreu-se ao Registo Nacional de Temas de Teses de Doutoramento em Sociologia (1975-2009) disponibilizado pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), à Listagem de Projetos de Investigação e Desenvolvimento na área da sociologia financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (1995-2009) e às publicações científicas periódicas de relevo para a área da sociologia em Portugal (1963-2009).

Na seleção dos periódicos foram tidas em conta as revistas gerais de sociologia e as revistas nos domínios das ciências sociais, mas que se vinham constituindo como uma referência para os domínios da sociologia (exemplo: *Análise Social*). Como muitas/os das/os sociólogas/os do país publicam nessas mesmas revistas, a sua inclusão era uma opção inevitável. Importa ressaltar que não foram analisados os artigos publicados por sociólogas/os portuguesas/es em revistas internacionais, será um campo a explorar noutras publicações.

Para se filtrar os textos da área da sociologia, os artigos foram classificados relativamente ao domínio das ciências sociais em que se encontravam inseridos. Para se efetuar essa classificação teve-se por base a formação académica das/os autoras/es.

Quando nada era indicado a esse respeito, realizavam-se pesquisas cruzadas para se obter esses elementos.

Como critério de seleção dos periódicos foi, ainda, utilizado um indicador bibliométrico para delimitar o número de publicações a analisar. O indicador tinha em consideração a indexação às principais bases de dados de avaliação de produção científica, tais como a Latindex e a Scielo. Os periódicos analisados foram os seguintes: *Análise Social*, *Caderno de Ciências Sociais*, *Cadernos do Noroeste - Série Sociologia*, *Configurações*, *Economia e Sociologia*, *Fórum Sociológico*, *Organizações e Trabalho*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *Sociologia*, *Sociologia - Problemas e Práticas*.

Quadro 3 – Número de doutoramentos, projetos e artigos por década

Décadas	Doutoramentos		Projetos		Artigos	
	N	%	N	%	N	%
1960	-	-	nsd	nsd	36	1,9
1970	5	1,4	nsd	nsd	85	4,6
1980	31	8,9	nsd	nsd	250	13,5
1990	78	22,5	97*	45,5	677	36,5
2000	233	67,1	116	54,5	806	43,5
Total	347	100,0	213	100,0	1.854	100,0

Legenda: nsd – não se dispõe de dados; *Dados relativos ao período de 1995 a 1999.

Fonte: GPEARI (1975-2009); FCT (1995-2009).

Os dados obtidos mostram que as décadas de 1990 e 2000 se diferenciam claramente das demais. Cerca de 89,6% dos doutoramentos em sociologia registados em Portugal foram aprovados nesse período, sendo que 67,1% foram aprovados na década de 2000. Os dados que se dispõe relativamente aos projetos de investigação na área sociológica que foram financiados apenas cobrem uma parte das duas últimas décadas. Se esta análise for complementada com os dados disponibilizados por Teixeira Fernandes (1996), denota-se que começaram a ser disponibilizadas verbas para a área da sociologia, de forma exclusiva, a partir da segunda metade da década de 1980. Ou seja, o grande investimento no apoio à investigação sociológica, nos concursos gerais, ocorreu durante as décadas de 1990 e 2000. Teixeira Fernandes (1996) apurou que, entre 1987 e 1995, foram apoiados pela Junta Nacional de Investigação Científica e

Tecnológica 60 projetos de investigação em sociologia. O primeiro conjunto de projetos foi aprovado para financiamento em 1987, sendo o único conjunto de projetos nessa década. Em 1987 foram apoiados treze projetos, dez em 1991, onze em 1992, dezassete em 1993 e nove em 1995, perfazendo o total de 60 (Fernandes, 1996).

O volume principal de artigos também foi publicado durante as duas últimas décadas. Em conjunto, representam 80% do total apurado. Cerca de 36,5% foram publicados na década de 1990 (n=677) e cerca 43,5% na década de 2000 (n=806). O índice de crescimento do número de artigos publicados apresentou valores elevados até à década de 1990, estabilizando um pouco na passagem para década de 2000, apesar do números de artigos ter aumentado novamente. Estes dados ajudam a vincar ainda mais os diferentes compassos evolutivos da sociologia em Portugal, o que, no fundo, representa o que se tentou defender e demonstrar neste trabalho.

Conclusão

Para se elaborar um roteiro retrospectivo da sociologia portuguesa teve que se recorrer a diversas fontes e recursos. Uma das grandes benesses deste texto prende-se com a integração e articulação de dados e caracterizações publicadas ao longo da história por diferentes protagonistas. Com base nesses recursos foi possível registar e colocar em evidência um conjunto de acontecimentos, integrando-os num quadro analítico articulado.

A constituição dessa plataforma de análise permitiu que se desenvolvesse uma proposta de compreensão da evolução da sociologia portuguesa à luz de diferentes estádios evolutivos. Acredita-se que a proposta apresentada arroga capacidade de refletir e descrever, de uma forma faseada e sumária, a história da sociologia em Portugal. A caracterização efetuada colocou em evidência um processo de consolidação institucional amplamente sustentado no aumento das liberdades sociais e no incremento das procuras sociais. O desenvolvimento foi fruto da expansão das liberdades e garantias sociais porque durante várias décadas esteve sujeita a forte repressão, fazendo com que o exercício sociológico não deixasse de ser perspetivado como um ato de revolta, de oposição e de liberdade.

A necessidade de compreensão social da sociedade portuguesa também impulsionou a procura da sociologia e dos recursos que potenciava. “As lógicas e os mecanismos que *presidem* à formação dessas procuras estão identificados nos seus

contornos globais e têm que ver com aquilo que autores como Touraine ou Giddens, entre outros, designam pela crescente capacidade das sociedades modernas se pensarem em si próprias” (Machado, 1996: 50). Tal como as demais sociedades ocidentais, também a sociedade portuguesa sentiu a necessidade de se tornar mais reflexiva.

As décadas de 1990 e 2000 foram o período societal em que as liberdades e procuras sociais foram mais potenciadas, favorecendo “um crescimento e qualificação sem precedentes da comunidade científica” (Almeida, 2004: 25). Por um lado, representam um período de consolidação mas, por outro lado, também representam a época de maior desenvolvimento e projeção da sociologia em Portugal. Para este progresso em muito contribuiu o aumento significativo da oferta formativa na área, das saídas profissionais, das oportunidades de investigação, das fontes de publicação da reflexão sociológica e a normalização das “rotinas de financiamento da investigação” (*idem*). Esta evolução teve o seu auge na criação de Laboratórios Associados, atributo que é concedido, em 2002, a duas unidades de investigação que também são referência para o estudo sociológico em Portugal: o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O trabalho iniciado com esta análise contribuiu para que se estabelecessem os alicerces de um quadro conceptual que sustentasse o desenvolvimento de outros eixos analíticos com capacidade de potenciarem o aprofundamento da caracterização da evolução e conformação da sociologia em Portugal. As reflexões e análises efetuadas abriram algumas janelas de oportunidade para o futuro. Uma dessas possibilidades será o complemento do roteiro reflexivo realizado com a especificação das problemáticas mais trabalhadas no âmbito das três importantes fontes de produção sociológica identificadas no âmbito do presente texto: as teses de doutoramento registadas, os projetos de investigação financiados e os artigos publicados nas revistas de referência para a sociologia portuguesa. Esse trabalho poderá funcionar como um complemento de caracterização do trajeto evolutivo da sociologia portuguesa, permitindo, ainda, que se efetue uma identificação e estruturação temática de uma parte relevante da produção sociológica disponível em Portugal. Essa produção também é uma parte importante da história da sociologia portuguesa, tal como o serão as problematizações e temáticas que lhe estão subjacentes.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Nunes de (1999), “Uma introdução: sociologia, sociólogos e práticas profissionais”, in Helena Carreiras, Fátima Freitas e Isabel Valente, *Profissão Sociólogo*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-10.
- (2004), “Ensino e investigação na sociologia: convergências e divergências múltiplas”, in Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo, *Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação*, Porto, DS-FLUP, pp. 19-32.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA (s/d), *Sociografia dos membros associados da Associação Portuguesa de Sociologia*. [Consult. 20.06.2011]. Disponível em: <http://www.aps.pt/?area=102&mid=001&sid=004>.
- (2012), *Infografia do VII Congresso Português de Sociologia*. [Consult. 14.02.2013]. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/docs/INFOGRAFIA.pdf.
- COSTA, António Firmino da (1988), “Cultura profissional dos sociólogos”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 5, 107-124.
- (2003), *O que é a Sociologia*, 4ª Edição, Lisboa, Quimera.
- CRUZ, Manuel Braga da (1982), “Para uma história da sociologia académica em Portugal”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, pp. 72-119.
- FERNANDES, António Teixeira (1996), “O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 20, 9-41.
- FERREIRA, Nuno Estêvão (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA (2010), *Base de dados de projectos financiados*. [Consult. 10.11.2010]. Disponível em: <http://www.fct.pt/apoios/projectos/consulta/projectos.phtml.pt>.
- GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2010), *Registo nacional de temas de tese de doutoramento*. [Consult. 10.11.2010]. Disponível em: <http://www.gpeari.mctes.pt/?idc=33&idi=161853>.
- HESPANHA, Pedro (1996), “Os custos e os benefícios da institucionalização tardia da Sociologia em Portugal”, in *Oficina CES*, n.º 78. [Consult. 10.12.2010]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/78.pdf>.
- LOBO, Cristina (1996), “Os congressos de sociologia em Portugal”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 20, 113-130.

- MACHADO, Fernando Falcão (1962), *Sociologia em Portugal*, Separata do Jornal Expansão, n.º 62.
- (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal – contextos, recomposições e implicações”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 20, 43-103.
- NUNES, Adérito Sedas (1988), “Histórias, uma história e a História - sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”, in *Análise Social*, Vol. XXIV, N.º 100, 11-55.
- (2000), *A. Sedas Nunes, Antologia Sociológica*, Lisboa, ICS.
- PINTO, José Madureira (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da Sociologia em Portugal”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 46, 11-31.
- RODRIGUES, Elisabete (2009), “O lugar do género, dos homens e das mulheres na sociologia portuguesa: uma análise a partir da Associação Portuguesa de Sociologia e seus congressos”, in *CIES e-Working Paper*, N.º 64/2009. [Consult. 10.12.2010]. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP64_Rodrigues.pdf.
- WALL, Karin (1993), “Elementos sobre a sociologia da família em Portugal”, in *Análise Social*, Vol. XXVIII, n.º 123-124, 4º-5º, 999-1009.

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins¹

Universidade do Porto e Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

Algumas das analogias recorrentemente estabelecidas entre condomínios habitacionais fechados e outras formas e paisagens revestem-se de imprecisões histórico-conceptuais que dificultam a análise das realidades que, mais ou menos retoricamente, se tende a aproximar. A articulação entre tais precisões conceptuais e a reflexão sobre o resultado de pesquisas realizadas, na Área Metropolitana de Lisboa (2001-2007), sobre o surgimento e expansão dos condomínios habitacionais fechados apoia, neste artigo, a seleção de alguns pontos considerados importantes para debater a *explicação e compreensão* das dinâmicas e impactes subjacentes a tal fenómeno.

Palavras-chave: Condomínio habitacional fechado; Segregação; Qualidade de vida.

Abstract

Conceptual remarks on closed residential condominiums. Notes for a debate over urbanity and autonomy, segregation and quality of life

This article tackles the conceptual and historical inaccuracies that characterize some of the analogies and comparisons often established between closed residential condominiums and other forms and landscapes. It is argued that they undermine the analysis of the realities that, more or less metaphorically, are recurrently discussed both as perfect similar or perfect opposites. These remarks, along with results from fieldwork-experiences performed in Lisbon Metropolitan Area (2001-2007), allow us to mark some useful notes, important to debate both the explanation and the comprehension of the dynamics and impacts underlying the rising and development of closed residential condominiums, regarded as real estate products.

Keywords: Closed residential condominium; Segregation; Quality of life.

¹ Socióloga. Bolseira de Investigação/ FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Doutoranda em *Arquitetura – Dinâmicas e Formas Urbanas* na FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Investigadora do CEAU – Centro de Estudos em Arquitectura e Urbanismo da FAUP (Porto, Portugal) – e do DINÂMIA’CET-IUL – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do ISCTE-IUL (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo | Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | Rua do Gólgota, 215 | 4150-755 Porto | Portugal. *E-mail*: martamartins78@gmail.com.

Resumé

Remarques conceptuelles sur les condominiums résidentiels fermés. Notes pour un débat sur urbanité et autonomie, ségrégation et qualité de vie

Certaines analogies souvent établies entre les condominiums résidentiels fermés et d'autres formes et paysages sont historiques et conceptuellement inexacts, ce qui constitue un obstacle à l'analyse des réalités plus ou moins rhétoriquement comparées. La clarification de ces inexactitudes s'articule, dans ce texte, avec la réflexion sur les résultats de la recherche développée dans la Région Métropolitaine de Lisbonne (2001-2007) à propos de l'émergence et l'expansion des condominiums résidentiels fermés. Ces remarques permettent, enfin, la sélection de quelques notes intéressantes pour le débat, l'explication et la compréhension de la dynamique et des impacts qui sous-tendent le phénomène du développement de ces produits immobiliers.

Mots-clés: Condominium résidentiel fermé; Ségrégation; Qualité de vie.

Resumen

Condominios residenciales cerrados: aclaraciones conceptuales. Notas para un debate sobre urbanidad y autonomía, segregación y calidad de vida

Algunas de las analogías recurrentemente establecidas entre los condominios residenciales cerrados y otras formas y paisajes son históricamente e conceptualmente equívocas, dificultando el análisis de las realidades que, más o menos retóricamente, se intenta comparar. La precisión conceptual articulada con los resultados de investigación desarrollada en el Área Metropolitana de Lisboa (2001-2007) acerca de la aparición y expansión de condominios residenciales cerrados apoya, en este artículo, la selección de notas interesantes para debatir la explicación y la comprensión de las dinámicas y los impactos de este fenómeno.

Palabras clave: Condominio residencial cerrado; Segregación; Calidad de vida.

Introdução

A noção de condomínio habitacional fechado (CHF) carece de contornos consensuais. Tal como a própria origem destes empreendimentos, esses contornos constituem motivo de debate entre os investigadores que se dedicam ao estudo do surgimento e expansão dos CHF. Este último fenómeno assume, de resto, uma visibilidade marcadamente conflituosa. Tanto na esfera pública mais alargada, como no debate académico, a sua visibilidade é alimentada por conceções que sobre o mesmo projetam, sobretudo no que respeita aos seus impactos, um conjunto vasto de perigos e de potencialidades (Martins, 2009: 117).

Sendo certo que CHF corresponde, sobretudo, a uma situação *de facto* e não *de jure* (Raposo, 2002: 57; Low, 2003: 12), o debate é pontuado por invocações e analogias frequentemente estabelecidas entre CHF e outras formas e paisagens, não necessariamente associadas a objetos arquitetónicos vocacionados para uma função habitacional. Uma dessas analogias transporta-nos a uma forma vinda do imaginário medieval, idade, não raras vezes, apontada como berço do fenómeno: o gueto. Mas os CHF são também nomeados como extremos socialmente opostos de áreas de génese ilegal, castigadas pela pobreza e exclusão social. Favelas, *bairros-de-barracas* ou *shanty towns* são, não raras vezes, designadas como *condomínios de pobres* ou *guetos involuntários de cidades duais* e em acentuada *polarização social*.

Este artigo persegue, como primeiro objetivo, notar as imprecisões históricas e conceptuais de que se revestem algumas das analogias e comparações referidas. Embora metaforicamente poderosas, defende-se, elas podem dificultar a análise sobre o que está em jogo em cada uma das realidades que mais ou menos retoricamente se tende a aproximar. O esclarecimento da ancoragem histórica e conceptual a que nos atemos quando falamos de CHF impõe-se, nesse âmbito, como ponto inicial no texto. As clarificações históricas e conceptuais articulam-se, depois, com a apresentação de resultados de investigação realizada na Área Metropolitana de Lisboa (AML) (2001-2007) sobre o surgimento e expansão dos CHF. Um procedimento que apoia a concretização de um segundo objetivo, final: a seleção de alguns pontos significativos e desafiantes para o debate sobre a *explicação* e a *compreensão* das dinâmicas e impactes subjacentes ao fenómeno².

² Salvaguardando-se a total responsabilidade da autora pelo conteúdo final do mesmo, este artigo beneficiou da leitura atenta de João Pedro Silva Nunes, a quem muito agradeço os preciosos comentários, críticas e sugestões. Aos *referees* da Revista Sociologia, agradeço a cuidadosa leitura do texto, a qual permitiu nele introduzir aperfeiçoamentos úteis. A reflexão aqui inscrita nasce de um conjunto de trabalhos realizados, entre 2001 e 2007, sobre o surgimento e a expansão dos CHF em Portugal. Entre eles, uma investigação desenvolvida entre 2005 e 2006 deu corpo a uma dissertação de licenciatura em Sociologia pelo ISCTE, realizada sob a atenta e paciente orientação de Marluce Menezes (NESO-LNEC) e Maria Isabel Duarte (ISCTE). A sua concretização contou com o fundamental apoio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, instituição que, através do seu Núcleo de Ecologia Social, proporcionou um estágio dedicado ao desenvolvimento do projeto. Parte do restante percurso foi partilhado com outros colegas, em momentos de aprendizagem e reflexão inesquecíveis. Tiago Pereira, Sandra Patrício, Inês Duro, Joana Santos, Maria Rita Raposo, Diogo Cotta, a todos agradeço.

1. Condomínios habitacionais fechados. Ancoragens históricas incertas, reedições modernas

A *clausura* formal não é uma originalidade ou traço exclusivo dos CHF. Por aí parece passar, todavia, a propósito das suas origens longínquas, o paralelo estabelecido entre estes empreendimentos e a cidade medieval. Esta última parece distante das remotas procedências históricas dos CHF, inclusivamente estando ausente no *marketing* dedicado à sua promoção; a heterogeneidade social inscrita na configuração interna do espaço e quotidiano nesses aglomerados seria, ainda, um traço que social e simbolicamente, essencialmente, os afasta dos empreendimentos presentemente em exame (Raposo, 2002). Também o usufruto de amenidades não constitui uma originalidade ou especificidade dos CHF.

O princípio que permite situar os antecedentes dos mesmos residirá, sim, conforme proposto por Maria Rita Raposo, na especificidade da conjugação, nestes empreendimentos, das dimensões de *clausura* (impermeabilidade física dos perímetros e dispositivos/práticas de controlo da acessibilidade/circulação) e *usufruto de amenidades* (equipamentos e/ou serviços de uso coletivo) com “a propriedade privada colectiva ou comum (e/ou usufruto) de espaços exteriores associados à função residencial (...) indissociável da propriedade privada e individualizada de fracções ou unidades de habitação autónomas” (2002: 55, 59-60).

Observando tal princípio, o surgimento dos CHF parece corresponder à reedição de um fenómeno cujos antecedentes reportam às praças residenciais britânicas e, pouco mais tarde, ao subúrbio romântico planeado anglo-americano (*idem*: 159-219). Paisagens indissociáveis do quadro de profundas transformações que, entre meados do século XVIII e finais do XIX, ditariam o derrube jurídico-institucional do Antigo Regime – um tempo de transição, em que a renovação de barreiras à *acessibilidade* e *comunicabilidade* surge, no que aos modos de habitar concerne, como via de reequilíbrio de posições e estatutos entre *novos* e *velhos* grupos sociais, relacionados segundo uma nova lógica económica e cultural, capitalista. Nesta perspectiva, o advento de um *habitat* burguês antecede historicamente os atuais CHF, aglutinador dos anseios de segregação fisicamente consagrada, isolamento doméstico do núcleo familiar, onde a privatização de espaços abertos recria “pequenas parcelas de natureza” que contrastam

com o cheiro do enxofre das “fábricas e tugúrios urbanos (...) (assim como de todas as instalações contaminadas pelas *classes perigosas da modernidade*)” (*idem*: 160-161).

Surgido na Califórnia (EUA) em finais da década de 60 do século XX, o atual advento dos CHF regista, relativamente ao momento primevo, importantes inovações, manifestando-se em diversos contextos e concretizando-se em maior número de casos (Raposo, 2002: 225; Nunes, 2001: 31; Low, 2003: 15-16). A produção deste *produto imobiliário* reveste-se, além disso, da complexidade decorrente do próprio desenvolvimento do sistema institucional de conceção, construção, comercialização e consumo de espaço residencial.

2. Gueto e condomínio habitacional fechado. Uma analogia histórica e conceptualmente equívoca

No quadro de transformações conformadoras de uma *terceira revolução urbana moderna*, François Ascher destaca a emergência espacialmente inscrita de “novas formas de segregação social” (2010 [2001]: 72). Estas plasmavam-se, por um lado, na constituição de *guetos de pobres*, lugares de reagrupamento “por diferentes mecanismos económicos, sociais e políticos [de] populações excluídas do desenvolvimento económico” (*idem*: 63). Por outro, na proliferação de *guetos de ricos* ou “bairros privados rodeados por muros”, onde a geração de “fragmentação social [e] enclausuramento espacial” se presume imanente, alimentada pela cedência à “tentação de ruptura do pacto social e dos laços de solidariedade locais e nacionais” (*idem*).

É recorrente, o uso do termo *gueto* para aludir ao que se considera ser um CHF. Mas a mesma expressão é convocada para nomear o que alguns apontam como o *reflexo invertido* dos CHF. Consubstanciado nas favelas, *shanty-towns* ou bairros-de-barracas, esses são lugares a que Zygmunt Bauman chama *guetos involuntários* ou forçados, “para onde foram empurrados os desclassificados, os refractários e os imigrantes recentes” (2006 [2005]: 36, 81).

Antes notado por Loïc Wacquant a propósito do debate sobre os “conjuntos habitacionais degradados das periferias urbanas francesas”, o uso mais ou menos metafórico da palavra *gueto* para referenciar algumas destas paisagens alia a “confusão conceptual com amnésia histórica” (2008 [2006]: 10, 86). Tal equívoco participa,

ainda, numa *desracionalização* do conceito de gueto, ancestralmente associado a um “instrumento de dominação etnoracial” dotado de uma forma territorial específica, assente no *confinamento espacial e enclausuramento organizacional* compulsórios de um grupo subordinado face a outro, subordinante (*idem*: 61, 18, 12). Assim sucedera em Veneza, em 1516. Posteriormente difundido noutros pontos da paisagem medieval europeia, sob o impulso de crescentes sanções e limitações económicas, o dispositivo operatório de dominação material e simbólica oferecia ao grupo dominado, contudo, uma espécie de “escudo protector” (*idem*: 85). Nele, assistir-se-ia ao desenvolvimento e à densificação de redes organizacionais alternativas vocacionadas para a manutenção possível da sobrevivência física e cultural da categoria social e territorialmente segregada.

O gueto é “um instrumento institucional” que se cumpre por meio de uma operação prática de restrição coerciva, a qual dá corpo ao confinamento espacial e ao “encapsulamento organizacional” de um grupo tido como “pervertido e perversor” (Wacquant, 2008 [2006]: 79). A escolha da palavra *institucional* reveste-se, nesta definição, de um sentido preciso. Enquanto fenómeno relacional, o gueto afigura-se como uma *instituição* no sentido *durkheimiano* do termo. Ele articula elementos radicalmente associados a tal noção, tal como preconizada por Durkheim, nomeadamente, o “elevado grau de permanência de um facto social” (Javeau, 1998: 113) e os princípios de pré-existência, “exterioridade e de [constrangimento] dos factos sociais relativamente ao indivíduo” (Silva e Pinto, 1999 [1986]: 15). De facto, é também (ou precisamente) pela sua natureza institucional, forjada na combinação entre a origem involuntária da segregação e o paralelismo organizacional existente no seu cosmos social que o gueto configura, para o grupo subordinado – como “poderosa máquina de identidade colectiva” – uma *armadilha* difícil de romper (Wacquant, 2008 [2006]: 85-88).

Retoricamente poderosa, a imprecisão que fere a analogia estabelecida entre a noção de gueto e a ideia de CHF – e entre gueto e favelas, *shanty towns* ou bairros-de-barracas – pode dificultar a análise do que está em jogo em cada um desses fenómenos, em cada contexto específico. A este respeito, retenha-se três notas importantes, avançadas por Wacquant (2008 [2006]: 83-85).

- Primeiro, *nem todos os guetos são pobres e nem todas as áreas pobres são guetos*. Alguma heterogeneidade interna em termos de condições

objetivas de vida seria uma realidade por vezes verificada em alguns guetos (sendo a penúria a marca mais forte verificada nos mesmos). Por outro lado, a pobreza marcante das *áreas deserdadas*, economicamente vulneráveis, não corresponde, necessariamente, a um processo social de deliberada contenção étnica.

▪ Depois, se *todos os guetos são segregados, nem todas as áreas segregadas são guetos*. Os CHF assumem-se, na perspetiva do autor, como ex. paradigmático disso mesmo. Tais “ilhas de privilégio”³ configuram paisagens a que subjaz uma segregação reputada como “inteiramente voluntária e electiva” e autonomamente manipulável pelo indivíduo que nelas escolhe residir (Wacquant, 2008 [2006]: 85). A autonomia na gestão da porosidade e ambiguidade das fronteiras (Martins, 2009) é o aspeto sublinhado por outros autores, quando notam o que fundamentalmente diferencia *tipos de guetos* (Bauman, 2001: 36, 116; Raposo, 2002: 312). Bauman explicita, assim, o que separa os guetos involuntários dos guetos voluntários (de que os CHF são, a seu ver, perfeito ex.):

“Para os que fazem parte do *ghetto* voluntário, os restantes *ghettos* são lugares onde nunca porão os pés. Para os habitantes dos *ghettos* involuntários, em contrapartida, o território a que estão confinados (ao verem-se excluídos de todos os outros lugares) é um espaço do qual se encontram proibidos de sair. (...) [Os] verdadeiros ghettos são locais de onde os seus *insiders* não podem sair; o propósito fundamental dos ghettos voluntários, pelo contrário, é impedir a entrada de outros – garantindo, no entanto, que os *insiders* são livres para sair para onde, quando e como quiserem” (Bauman, 2001: 36, 116).

▪ A terceira nota é, sobretudo, uma clarificação que, mais uma vez, visa diferenciar o gueto de outras realidades. Algumas das áreas celebrizadas pelos pioneiros da Escola de Chicago como *bairros étnicos* eram muito mais diversas do que o que as designações dos investigadores deixariam antever.

³ Sublinha, os CHF gozam de “uma aura positiva de distinção e não [de] um sentimento de infâmia ou temor”; eles “servem para aumentar e não diminuir as chances de vida e para proteger o modo de viver de seus residentes” (Wacquant, 2008 [2006]: 85).

Áreas como a Pequena Irlanda ou a Pequena Itália eram, na realidade, enclaves poliétnicos, que não reuniam apenas uma minoria da população total daquelas origens nacionais (Wacquant, 2008 [2006]: 18; Hall, 1993 [1988]: 372). O *mosaico* de mundos sociais descrito por Robert Park (2005 [1936]: 69) assentava na constituição de agregações sobretudo alimentadas pela “afinidade cultural e concentração socioprofissional” – e não pela restrição coerciva, radical e etnoracial. São diferentes, os fundamentos que sustentam a homogeneidade social do gueto e dessas áreas. Num caso, etnia; noutro caso, classe. Em muitos desses bairros “a segregação era parcial e porosa” (Wacquant, 2008 [2006]: 87). Em contraste com “a imutável exclusividade racial e com a alteridade institucional” do *gueto negro*, o sonho americano tornado possível para os habitantes dessas outras áreas, em muito ganhava corpo no/por meio de um conjunto de organizações voltadas *para fora*, que “facilitavam a adaptação ao novo ambiente da metrópole norte-americana” (*idem*: 87-88). Assim, as analogias que o gueto admite reportam, como tal, a outro tipo de “instituições de confinamento forçado de categorias despossuídas e estigmatizadas, como reservas indígenas, campos de refugiados e prisões” – e não a *mitos contemporâneos* como o das *cié-gueto*, em França (*idem*: 13, 19, 86).

3. *Gueto dos ricos, uma questão de metodologia?*

Clarividente na desmontagem da analogia estabelecida entre gueto e outras paisagens, Wacquant manifesta, no que aos CHF concerne, a impressão sobre a sua homogeneidade social interna. Em linha com a sólida proposta de Teresa Caldeira (2000: 259), aceitando que os CHF são a versão residencial da noção mais ampla de *enclaves fortificados*⁴, o autor descreve-os como *uniformes* em termos de riqueza,

⁴ Para Caldeira (2000: 258-259), os enclaves fortificados concentram, em combinações variáveis, residência, lazer, trabalho e consumo; cultivam a “negação e rutura com o resto da cidade, celebrando, pelo recurso a técnicas (in)formais de controlo/monitorização personalizada e privada do espaço, o valor do que é restrito e partilhado entre pares, desvalorizando o que é público e aberto à heterogeneidade do meio urbano. (...) tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas”.

renda, profissão e mesmo, nalguns casos, na pertença étnica dos residentes (Wacquant, 2008 [2006]: 85).

É uma impressão partilhada por Bauman, para quem o contraste entre a homogeneidade interna no gueto voluntário e a heterogeneidade dos que permanecem fora dele é central na sua própria definição. Este autor ilustra a expansão dos CHF em *cidades globais* recorrendo à imagem de “ [vedações que separam] o *ghetto* voluntário dos ricos e dos poderosos dos inumeráveis *ghettos* forçados em que os deserdados vivem” (2001: 116, 36).

Semelhante crença pressente-se em fontes várias. Por ex., na preocupação da Organização das Nações Unidas, inscrita no relatório *State of the World's Cities 2006/07* (UN-Habitat), ante a emergência de uma “arquitetura do medo”, na qual “os ricos [se refugiam] em enclaves residenciais fortificados ou comunidades cerradas, atentatórias do crescimento urbano sustentável” (El País, 16.06.2006).

Quem vive, pois, nos CHF? Admite-se que o valor imobiliário dos fogos e a sua localização são indicações fulcrais na imaginação sobre tal população. Que condomínio fechado (ou privado) é uma marca destinada a favorecer o posicionamento de um *produto imobiliário* parece também indesmentível. Em experiências pessoais de pesquisa levadas a cabo na AML (Martins, Patrícia, Pereira e Santos, 2002; Martins, 2006), *quem tem possibilidades*, os *ricos* ou *franjas minoritárias* da população foram as expressões imediatamente mobilizadas na generalidade dos discursos de agentes e atores interpelados a este propósito.⁵

Contudo, e reportando-nos a tais experiências de pesquisa, a suposta homogeneidade social do universo dos que residem em CHF fragiliza-se por classificações que, insinuadas ou peremptoriamente asseveradas, aconselham a

⁵ Ao longo do texto, serão feitas referências aos trabalhos realizados pela autora entre 2001 e 2007, ora individualmente ora integrando equipas de trabalho. Neles, desenvolvemos e colaborámos na prossecução de um conjunto de pesquisas dedicadas ao surgimento e à expansão dos CHF. A abordagem de distintos objetos permitiu explorar temas associados, tanto à produção, como à apropriação social destes modelos habitacionais – sendo de destacar, também, a exploração do seu papel enquanto participantes de novas coexistências, observadas em contextos específicos. Os trabalhos referenciados compreendem a aplicação de desenhos de pesquisa que articulam e combinam metodologias de pendor intensivo e extensivo. Globalmente, falamos de um acervo de cerca de 45 entrevistas a residentes em CHF (Duro, Martins, Patrício e Pereira, 2001; Martins, Patrício, Pereira e Santos, 2002; Martins, 2006; Raposo, Cotta e Martins, 2012), 2 inquéritos por questionário a residentes em CHF (Duro, Martins, Patrício e Pereira, 2001; Martins, 2006) e entrevistas a agentes associados à oferta e à mediação de espaço residencial, investigadores e decisores políticos (Martins, Patrício, Pereira e Santos, 2002; Martins, 2006).

diferenciação entre fontes e recursos de prestígio social (dinheiro *versus* cultura), e percursos e modos de acesso a tais fontes e recursos (novos ricos *versus* ricos). A *classificação dos residentes* expõe-se, então, em toda a sua complexidade, nela ressoando uma complexa relação entre *capitais*, *posicionamentos sociais* e um jogo de *distinção social* (Bourdieu, 1979: 117-118)⁶.

Na realidade concreta dos *estilos de vida* e na “produção quotidiana das práticas” (Pereira, 2005: 43), o CHF afigura-se como o veículo que permite a aparência da homogeneidade de estatutos entre residentes que experimentam fortunas de primeira geração (*novos ricos, gente com dinheiro mas sem cultura*), ou que encontram na divisão de custos no acesso a equipamentos e espaços coletivos, apanágio dos CHF, a possibilidade de preservar práticas e estatutos tidos como socialmente prestigiantes. Desta forma, sugere-se, optar por um CHF pode sinalizar trajetórias de mobilidade social de sentidos opostos.

Consonante com a diversificação do produto imobiliário CHF, a distribuição da heterogeneidade social dos residentes participa também na classificação dos empreendimentos entre si. Porque o universo dos CHF é arquitetónica, social e também simbolicamente heterogéneo, há uma escala de apreciação segundo a qual o estatuto do CHF não se reduz, única e primordialmente, ao preço dos fogos, evidente critério de segmentação do produto imobiliário. Assim, quanto maior o número de habitantes, mais denso, tipologicamente mais diverso e mais próximo (fisicamente mais acessível, por meio de transportes públicos), menos exclusivo é tendencialmente considerado um CHF (Martins, 2006; Martins, 2009). Não deixa de ser curioso verificar que, sendo a dimensão, a densidade e a heterogeneidade social, elementos associados a alguns dos clássicos tipos-ideais de cidade – nomeadamente, àquele preconizado por Louis Wirth (2001 [1938]) – os CHF considerados mais prestigiados são os que mais dele parecem afastar-se (Martins, 2009: 122).

⁶ Tal complexidade encontra sentido no postulado segundo o qual, como defendido por Bourdieu (1979: 117-118), a classe social não é redutível a uma propriedade, nem ao somatório de determinadas propriedades – nem se define, também, “por uma cadeia de propriedades, todas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental (...) numa relação de causa efeito, de condicionante a condicionada, mas sim pela estrutura das relações entre todas as propriedades [contextualmente] pertinentes [sexo, idade, origem social ou étnica, por ex.], que confere a cada uma delas e aos efeitos que exerce sobre as práticas, o seu próprio valor”. A desigualdade social é também, neste sentido, a diversidade lida à luz de como o prestígio estrategicamente disputado e socialmente conferido a determinadas “propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens económicos e culturais)” (*idem*: 127) se traduz, ao longo do tempo biográfico e coletivo, num ascendente exercitável como *poder*.

A verosimilhança da homogeneidade interna, entendida como característica própria dos CHF, podia, contudo, ser apenas um problema de metodologia de observação/análise. Uma questão de confronto entre uma lógica metodológica extensiva, vocacionada para a deteção de padrões, regularidades, categorização de grandes grupos – e uma abordagem de pendor intensivo, mais apta a problematizar o quotidiano e a descodificar a lógica dos atores. Embora absolutamente complementares, são perspetivas diferentes.

A questão parece extravasar, contudo, o âmbito metodológico. A crença na homogeneidade interna da população residente em CHF, manifesta em expressões como *gueto dos ricos*, tende a andar de par em par com um discurso onde são marcantes as ideias da *cidade global* e da *polarização social*.

4. Condomínios habitacionais fechados – um fenómeno global, da cidade dual?

Como notado por Peter Marcuse, “a ideia da cidade dividida não é certamente nova” (*apud* Hamnett, 2001: 167). A distribuição de “concentrações de ricos e pobres” (Hamnett, 2001: 10) e a convivência entre indivíduos experienciando desiguais condições objetivas de vida são, de resto, temas intensamente refletidos em múltiplas perspetivas teóricas e políticas de ação e pensamento. São centrais no próprio desenvolvimento das ciências sociais desde as “pesquisas precursoras de Engels e Le Play” (Freitas, 2001: 19), focadas nas condições de vida da classe operária em cidades que passavam, no século XIX, por intensos processos de industrialização.

Em sentido lato, a *polarização* é um processo em que “uma distribuição se está tornando crescentemente bimodal”, cconcentrando-se as observações nos seus pólos extremos (Hamnett, 2001: 165). E polarização social é, de facto, um tema que emerge por relação a “uma preocupação crescente com o chamado meio em desaparecimento” (*the so-called disappearing middle*) (*idem*: 165, 169). Sucede que, na opinião de Chris Hamnett, que optamos por transcrever no original, o termo *polarização* suscita alguma ambiguidade teórica:

“We need to specify whether we are speaking of employment, occupation or income, and whether [it] is relative or absolute. (...) [Because] polarization may be

occurring in certain respects but not in others, and the causes may be quite different” (Hamnett, 2001: 169).

Para Saskia Sassen, a tese da crescente polarização social reporta sobretudo às transformações ocorrentes na estrutura do emprego, intrinsecamente relacionada com a ascensão do capitalismo financeiro em detrimento da produção industrial. Tal polarização, é descrita por Hamnett como geradora de “novos alinhamentos de classe” (“*a new class alignment*”) que, sendo particularmente marcantes nas designadas *ciudades globais*, decorreriam do aumento do número (ou proporção) de “*highly skilled and low-skilled [workers]*”, em contraste com o decréscimo do número (ou proporção) dos “*middle groups*” (2001: 165, 170).

Para Hamnett, contudo, importa recusar a sinonímia entre polarização e desigualdade (*inequality*), não apenas porque a desigualdade pode também manifestar-se sob várias formas e decorrer de várias fontes, mas porque parece igualmente possível conceber a existência de maior desigualdade sem necessariamente se registar uma maior polarização ocupacional (*idem*: 169). Considera ainda questionável que a polarização ocupacional seja “característica de todas as cidades globais” (*idem*: 170), sublinhando que, também pelas especificidades locais de cada contexto de análise (prevalência do Estado-Providência, por ex.), polarização ocupacional e polarização de rendimentos auferidos podem não coexistir. Em alguns contextos, assistir-se-á mesmo à combinação entre uma despolarização ocupacional, e uma polarização de rendimentos auferidos, situação que não parece totalmente estranha à realidade portuguesa.

Mito ou poderosa metáfora retórica – talvez “mais adequada à crítica social do que teoria social”, conforme sugerido por Mollenkopf e Castells (*apud* Hamnett, 2001) – a tese da cidade dual, polarizada, confronta-se com uma realidade mais complexa:

“[Peter] Marcuse argues that although the patterns have a spatial dimension, and their spatial characteristics influence their substance, they are ‘*not rigid spatial patterns in the old sense in which Burgess and Park tried to describe city structure*’. (...) Nor, in my view should polarization be used to refer to increasing residential segregation by class, race, gender, etc., though this may be certainly related to growing social polarization at the city level. (...) we already have a perfectly good term for this ‘*segregation*’, and we would then need to differentiate

between social and spatial polarization which need not to take place simultaneously.” (Hamnett, 2001: 166-167, 169).

Embora a questão da polarização não constitua, em Portugal, o principal mote nas contendas geradas a propósito da implantação concreta de CHF, estes últimos são, não raras vezes, apresentados como pólos socialmente opostos aos designados *bairros sociais*. Este paralelo é contestável, olhando quer às géneses de uns e de outros espaços, quer à subjacente consideração de que se trata de pólos extremos da desigualdade social. Os mais ricos não vivem necessariamente em CHF, assim como os mais pobres, não vivem (sempre) nos designados *bairros sociais* (Martins, 2006; Martins, 2009).

A ideia de *condomínios de pobres* tende a confundir o que é um produto imobiliário (CHF) com processos frequentemente informais, feridos de ilegalidade, nos quais se geram favelas, bairros de barracas, *shanty-towns*. A natureza institucional de todos estes fenómenos é importante para perceber o que neles está em causa e para discutir em que *termos* podem (ou não) ser comparados. Mesmo que, no final, possa concluir-se, tomando à letra a analogia, que o que leva determinada pessoa a residir num CHF é o mesmo que leva outra a apoiar e a participar num movimento de defesa de levantamento de barreiras físicas numa determinada área de residência degradada. Algo que merece investigação mais aturada, em contextos diversos⁷.

A propalada *natureza global* do fenómeno CHF, seu surgimento e expansão, articula, em todo o caso, três elementos: (1) a semelhança entre formas arquitetónicas mapeáveis na totalidade dos continentes; (2) a crença na sobreposição entre homogeneidade social dos residentes e homogeneidade do próprio produto imobiliário; e (3) a semelhança das lógicas subjacentes à emergência do fenómeno em contextos díspares em termos de crescimento económico e desenvolvimento humano.

Porém, valerá a pena notar a opinião de Setha Low (2003: 16), para quem, em diferentes locais, os CHF parecem servir “diferentes propósitos e [expressar] distintos significados culturais”:

“ [Neles se] alojam trabalhadores expatriados na Arábia Saudita, replicam os complexos *datcha* socialistas em Moscovo, providenciam/proporcionam um estilo de vida seguro em face da extrema pobreza no Sudeste Asiático, protegem os

⁷ É útil, também, distinguir entre CHF e *co-housing*, modalidade de apropriação coletiva de espaços para fins residenciais emergente nos anos 60/70 do século XX na Dinamarca. Os CHF diferenciam-se, desde logo, pela natureza *impressoal* da reunião efetuada no acesso a estes últimos, *produtos imobiliários*.

residentes na África do Sul, criam enclaves exclusivos para as elites emergentes na Bulgária e na China, e oferecem opções de segundas casas exclusivas (...) na Europa Ocidental.” (Low, 2003: 16).

Na investigação que é produzida sobre o fenómeno há fatores que são, em regra, considerados eficientes para explicar a emergência dos CHF. Todavia, são distintas as ponderações conferidas aos mesmos, quando a propósito de vários casos se apuram aqueles considerados *mais eficientes*. O medo do crime domina o discurso produzido a propósito dos CHF na América do Sul ou em países como a África do Sul. Na Arábia Saudita ou no Líbano, a sensação de continuidade na experiência do habitar e a manutenção de determinados estilos de vida tidos como socialmente desviantes é destacada na relação entre quadros hipermóveis e a primeira emergência de CHF. Neste último país, em que os CHF surgem num contexto de guerra civil, a proteção da integridade física de pessoas e bens ou o acesso ao abastecimento de água e eletricidade são fatores importantes na estruturação dessa procura. Como adianta Maria Paula Nunes (2001: 56), mais tarde, no Líbano, ganha terreno, junto das “classes médias altas, entretanto desenvolvidas com a recuperação económica do país (...) alguma sedução por um estilo de vida ocidental, que se pretende importar por ser considerado moderno e [de] prestígio”. Nestes casos, à *procura*, e sobretudo às motivações para procurar CHF, é dada primazia explicativa.

Em contextos em recente transição de regime político, ganha terreno a associação analiticamente estabelecida entre tal mudança, a conturbação económica e a ascensão de novas elites sociais (e) dirigentes, que serão quem primeiro adere aos CHF (Bartetzky e Schalenberg, 2009). Reforça-se, assim, o nexó entre CHF e a reinvenção social das fronteiras entre grupos aproximados pela natureza extensiva das crises económicas e pelo aprofundamento dos processos democráticos (Caldeira, 2000).

No que respeita a Portugal, para a generalidade dos residentes entrevistados nas experiências pessoais de pesquisa atrás referenciadas, viver num CHF não foi uma opção deliberada (Duro, Martins, Patrício e Pereira, 2001; Martins, Patrício, Pereira e Santos, 2002; Martins, 2006; Raposo, Cotta e Martins, 2012). À decisão de saída da casa anterior e à subsequente procura de casa, não presidiu uma intenção prévia de residir num CHF. Resultados em linha com dados produzidos sobre o caso Argentino

(Elguezabal, 2009) – resultados contrastantes com dados sobre a situação no Brasil (Caldeira, 2000).

Curiosamente, também, naquelas pesquisas, o medo do crime é desvalorizado como motivo mais eficiente para explicar, tanto a escolha de determinado empreendimento, como o próprio desenvolvimento do fenómeno em Portugal.

Estes contrastes permitem pensar em que medida a propalada dimensão global do fenómeno CHF advém sobretudo das dinâmicas de produção e oferta de produtos imobiliários de vocação predominantemente residencial – e menos das lógicas que estruturam a procura pelos mesmos. Algo que só a troca de mais experiências concretas, assentes em trabalho de terreno, pode ajudar a iluminar. Pensamos, sobretudo, na necessidade de questionar a noção de segurança – termo aglutinador de diferentes sentidos associados às ideias de medo, privacidade e controlo sobre a incerteza. Frequentemente, esses sentidos perdem visibilidade própria em prol do acentuar do medo do crime. Porque neste termo, segurança, tanto cabem receios fundados em múltiplos desconfortos, como interesses estratégicos e modos de exercício de um ascendente que se ganha sobre a vizinhança próxima, percebida como espaço que passa a poder influenciar-se mais diretamente.

Notas para debate e conclusão

A reflexão sobre o percurso empírico e analítico referenciado permite destacar quatro notas finais.

A propalada falta de qualidade da cidade atualmente existente. O surgimento e a expansão dos CHF suscitam um debate particularmente aceso. Contudo, por entre as discordâncias que separam confessos adeptos e assumidos oponentes aos CHF, deteta-se interessantes compreensões mútuas. Sublinhe-se, nomeadamente, o consenso sobre a razão considerada mais eficiente para *compreender* a decisão de residir, na AML, nestes empreendimentos: a fuga à falta de qualidade da cidade atualmente existente. A qual se deve sobretudo, segundo os entrevistados (Martins, 2006; Raposo, Cotta e Martins, 2012), ao mau desempenho dos poderes públicos na gestão e na manutenção da coisa e do espaço públicos.

Ausência da centralidade do tema da casa-fogo. A pesquisa empírica revela, pela análise dos discursos dos agentes e atores entrevistados, este curioso facto. Tal (quase) ausência verifica-se na apreciação das qualidades que distinguem os CHF da habitação dita corrente (Martins, 2006). E manifesta-se também, no caso dos residentes em CHF entrevistados, tanto nas motivações subjacentes a tal decisão, como nos fatores que constroem positivamente a sua atual satisfação residencial. Globalmente, o que sobressai é a importância da *vizinhança próxima* na expressão das qualidades materiais e simbólicas que, segundo residentes e não residentes, distinguem positivamente os CHF da habitação convencional.

O ascendente da vizinhança próxima. Contemporaneamente, a persistência de debilidades estruturais coexiste, em Portugal, com um quadro inquestionável de veloz mudança social. Num contexto em que a pobreza, a privação e a precariedade são incontornáveis, a melhoria das condições de habitabilidade é recorrentemente apontada, na esfera pública, como um dado consonante com a leitura do *copo meio cheio* – presumindo-se mitigados os défices quantitativos (referentes ao acesso à habitação) e qualitativos (relativos ao gozo de condições e equipamentos de conforto, no fogo habitacional). A casa foi, para muitos, uma conquista alcançada com enorme esforço. A monitorização de tendências de opinião demonstra que o sentido desta mudança é também tendencialmente percebido como positivo entre a população⁸. A propalada *falta de qualidade da cidade atualmente existente* – que no discurso dos entrevistados, residentes e não residentes em CHF torna compreensível a decisão, na AML, de morar num CHF (Martins, 2006; Martins, 2009) – assenta em frustrações e reivindicações, em grande medida, socialmente construídas sob uma memória mistificadora da cidade e do espaço público *de antes*. Contudo, a tais elencos subjaz uma exigência de *qualidade de vida* indissociável de desejos expressos quanto às qualidades do espaço próximo, *fora de casa*⁹. Estarão os anseios focados na vizinhança próxima a ganhar um ascendente sobre a *casa* no balanço que estrutura a percepção da qualidade habitacional (Martins, 2009: 125-126)? Atendendo ao percurso nacional, em que medida tal reflete o trânsito

⁸ Em 2004, “80% dos portugueses inquiridos pelo Eurobarómetro [declaravam] sentir-se satisfeitos com as suas condições de habitação, ainda que essa percentagem se distanciasse em 8 pontos percentuais da média dos 27 países europeus” (Pappámikail, Pereira e Marques, 2010: 116).

⁹ A investigação produzida sobre a satisfação residencial vem demonstrando, também, que a percepção do cenário residencial extravasa a realidade da casa, tanto na sua configuração material, como simbólica (Freitas, 2001).

entre aspirações e necessidades, as quais passam a ser discutidas na esfera dos direitos, reivindicados com base em recursos de poder mais partilhados?

Adensa-se o sentido da interrogação quando se presumem desatualizados alguns dos pressupostos socioantropológicos subjacentes à unidade de vizinhança como categoria operatória no planeamento (Nunes, 2007: 118-119). De facto, os resultados da pesquisa (Martins, 2006; Martins, 2009: 125-126) inspiram um aparente paradoxo. A autonomização de práticas relativamente ao contexto residencial (a perda de centralidade da vizinhança próxima, neste sentido), convive com a adesão a elencos de carências percebidas e desejos ideais (necessidades e aspirações, neste sentido) que conferem às características da mesma vizinhança próxima – precisamente – um lugar central na valoração do contexto residencial, sobre ela projetando necessidades e imagens sobre o *que faz* um *habitat ideal*, a *qualidade de vida* e a *boa vizinhança*.

A hipótese da secessão. Frequentemente, assiste-se à seguinte denúncia: os residentes em CHF são indivíduos em défice dos sentidos de cidadania e urbanidade. Para Bauman, o CHF é como “um eremitério, materialmente situado na cidade, mas social e espiritualmente fora dela” (Bauman, 2006 [2005]: 35). E adianta:

“Por isolamento, entende-se a separação das pessoas consideradas inferiores do ponto de vista social. (...) Os residentes dos condomínios isolam-se, por meio da sua vedação, do caos e da dureza que tornam a vida urbana desconcertante, desagradável e vagamente ameaçadora, e ficam reclusos num oásis de calma e segurança (...) [abandonando] os outros às mesmas ruas sórdidas e miseráveis de que fugiram sem olhar a despesas” (*idem*: 36).

Sendo certo que a alteridade organizacional não constitui (por enquanto) uma marca da generalidade dos CHF, importa explorar esta imagem de cidade e testar a hipótese que supõe como essencialmente subjacente à decisão de residir num CHF, os referidos défices de cidadania e urbanidade. Em que aspetos *outros* se concretiza tal *isolamento*? Como observá-lo enquanto atitude e prática de *distanciamento*, sendo que tal averiguação convida ao estabelecimento de grupos de controlo, representativos da população que não reside (porque não quer ou não pode) em CHF?

Conclusão. A análise das razões subjacentes à emergência e expansão dos CHF não pode ignorar outras lógicas que, além daquelas sedeadas na procura, sustentam a

dinâmica mais vasta do consumo de espaço residencial. Tais lógicas reportam à totalidade de um campo estruturado também pelos interesses e estratégias afetas à produção e à oferta de espaço residencial, bem como à mútua adaptação dos dois mercados. Este é um vetor em que a ação do Estado é particularmente chamada à colação. Importa refletir sobre os princípios de atuação que norteiam a intervenção dos poderes públicos. Que dinâmicas de recomposição dos tecidos social e edificado escolhem privilegiar? Qual o seu real poder de negociação com os privados na *organização do espaço* (Távora, 1999: 14), entre a incerteza da mudança e a aparente certeza *a mais* do Planeamento (Secchi, s.d.: 276)...?

Os resultados das investigações realizadas apelam, também, a uma análise mais fina dos padrões de segregação sócioespacial, que vá além de uma análise exclusivamente baseada numa interpretação mecanicista das dinâmicas de distinção social. Descrever e *explicar* a segregação é importante. Mas *compreender* as dinâmicas que a estruturam gera oportunidades de encontrar, tanto o que separa grupos sociais, como os elencos de anseios, desejos, exigências e recusas que podem, eventualmente, *aproximá-los*. Perante a “multiplicação das procuras legítimas” (Bourdin, 2011 [2010]: 110), o favorecimento da coesão social depende (também) da “arte da negociação de novos compromissos” (Ascher, 2010) que operem novas formas de regulação entre esses elencos, interesses coletivos e o julgamento político sobre o *bem-comum*.

Referências bibliográficas

- ASCHER, François (2010 [2001]), *Novos princípios do Urbanismo. Novos compromissos urbanos – um léxico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- BARTETZKY, Arnold; SCHALENBERG, Marc (eds.) (2009), *Urban Planning and the pursuit of happiness. European variations on a universal theme (18th –21st centuries)*, Berlin, Jovis Diskurs.
- BAUMAN, Zygmunt (2001), *Community – seeking safety in an insecure world*, Cambridge, Polity.
- (2006 [2005]), *Confiança e Medo na Cidade*, Lisboa, Relógio d’Água.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.

- BOURDIN, Alain (2011 [2010]), *O urbanismo depois da crise*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CALDEIRA, Teresa (2000), *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo, Ed.34/Edusp.
- DURO, Inês; MARTINS, Marta; PATRÍCIO, Sandra; PEREIRA, Tiago (2001), *Vilas e Condomínios Fechados em bairros antigos de Lisboa. O caso da Graça*, Lisboa, ISCTE (Licenciatura em Sociologia. Disciplina: Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica I/ Professora Doutora Maria Madalena Matos).
- EL PAÍS (2006), “Los barrios marginales concentran el crecimiento de las urbes y cobijan un tercio de sus habitantes”, 16 de junho de 2006 [Consult. a 20.06.2006]. Disponível em: http://sociedad.elpais.com/sociedad/2006/06/16/actualidad/1150408805_850215.html
- ELGUEZABAL, Eleonora (2009), “Categorization Struggles in the Production of Urban Frontiers”, in *5th International Conference of the Research Network Private Urban Governance & Gated Communities – Santiago de Chile, March 30th – April 2nd 2009*.
- FREITAS, Maria João (2001), *Habitação e Cidadania. No trilho da complexidade de processos relacionais generativos*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- HALL, Peter (1993 [1988]), *Cities of Tomorrow. An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, Oxford/Cambridge, Blackwell.
- HAMNETT, Chris, “Social Segregation and Social Polarization”, in Ronan Paddison (ed.) (2001), *Handbook of Urban Studies*, London, SAGE, pp. 162-176.
- JAVEAU, Claude (1998), *Lições de Sociologia*, Oeiras, Celta.
- LOW, Setha (2003), *Behind the gates. Life, security, and the pursuit of happiness in Fortress America*, New York, Routledge.
- MARTINS, Marta (2006), *Condomínio Fechado. Viagem ao espaço... de uma ideia*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- (2009), “Condomínios Habitacionais Fechados e Qualidade de Vida. Uma discussão (também) sobre a Cidade”, in *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 19, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), 111-127.
- MARTINS, Marta; PATRÍCIO, Sandra; PEREIRA, Tiago; SANTOS, Joana (2002), *Olhares por detrás do muro*, Lisboa, ISCTE (Licenciatura em Sociologia. Disciplina: Sociologia da Cidade e do Território/ Professora Doutora Maria Isabel Duarte).

- NUNES, João Pedro Silva (2007), *À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959 – 1969)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- NUNES, Maria Paula (2001), “Condomínios Fechados: uma dinâmica global”, in Maria Júlia Ferreira (coord.), *Condomínios Habitacionais Fechados: utopias e realidades*, Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, pp. 31-57.
- PAPPÁMIKAIL, Lia; PEREIRA, Marta; MARQUES, Tatiana (2010), “Portugal: na encruzilhada entre mudança e continuidade”, in Teresa Costa Pinto, Isabel Guerra, Marta Martins e Sara Almeida (2010), *À Tona de Água I. Necessidades em Portugal – Tradição e Tendências Emergentes*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 77-136.
- PARK, Robert (2005 [1936]), “Human Ecology”, in Jan Lin and Christopher Mele (ed.), *The urban sociology reader*, London and New York, Routledge, pp. 65-72.
- PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e culturas de classe das famílias portuguesas: classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.
- RAPOSO, Maria Rita (2002), *Novas Paisagens: a produção social de condomínios fechados na Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG-UTL).
- RAPOSO, Rita; COTTA, Diogo; MARTINS, Marta, (2012), “Espaço e Confiança: o caso dos Condomínios Fechados”, in José Maria Carvalho Ferreira (org.), *Sociedade de Confiança. A construção social da Confiança em Portugal*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 271-343.
- SECCHI, Bernardo, “Urban scenarios and policies”, in Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 274-283.
- SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (1999 [1986]), “Uma visão global sobre as ciências sociais”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 9-27.
- TÁVORA, Fernando (1999) (4ª edição), *Da organização do Espaço*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- WACQUANT, Loïc (2008 [2006]), *As duas faces do gueto*, São Paulo, Boitempo.
- WIRTH, Louis (2001 [1938]), “O urbanismo como modo de vida”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Oeiras, Celta, pp. 45-65.

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar¹, Madalena Ramos² e Ana Cristina Ferreira³

Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar uma análise comparativa sobre a evolução do divórcio em casais nacionais e binacionais residentes em Portugal entre 2001-2010. O artigo inicia com uma revisão crítica dos principais estudos sobre divórcios binacionais, para posteriormente analisar a evolução deste fenómeno ao longo dessa década. Para tal, centramos-nos na estrutura do divórcio tendo em conta os distintos perfis sociais e familiares, a situação educativa e o contexto profissional dos cônjuges. Numa parte final, resumem-se criticamente as principais conclusões alcançadas e apresentam-se linhas de investigação futuras.

Palavras-chave: Divórcio; Casais binacionais; Imigração; Portugal.

Abstract

Comparative analysis of divorces in national and bi-national couples in Portugal, 2001-2010

The aim of this article is to develop a comparative analysis on the evolution of divorces in national and bi-national couples living in Portugal between 2001-2010. The article starts by critically revising previous studies on divorce in bi-national couples, to then analyze its evolution during the decade 2001-2010. As such, we will focus on the structure of divorce having into account different social and family profiles, the level of education and the professional context of the spouses. At a final stage, we will critically summarize the results found here and suggest future lines of research.

Keywords: Divorce; Bi-national couples; Immigration; Portugal.

¹ Doutorada em Sociologia, investigadora no Centro de Estudos e Investigação em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL/CIES-IUL) (Lisboa, Portugal) e docente no Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa (ISCSP-UL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Edifício ISCTE | Avenida das Forças Armadas | 1649-026 Lisboa | Portugal. *E-mail*: sofia.gaspar@iscte.pt

² Doutorada em Educação, professora auxiliar no Departamento de Métodos de Pesquisa Social da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigadora no Centro de Estudos e Investigação em Sociologia (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: madalena.ramos@iscte.pt

³ Doutorada em Sociologia, professora auxiliar no Departamento de Métodos de Pesquisa Social da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigadora no Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e Território (DINAMIA/CET-IUL) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: cristina.ferreira@iscte.pt

Resumé | *Analyse comparative des divorces des couples nationaux et bi-nationaux au Portugal, 2001-2010*

L'objectif de cet article est analyser comparativement l'évolution du divorces entre les couples nationaux et bi-nationaux résidents au Portugal entre 2001-2010. L'article commence par une révision critique des principales études sur les divorces bi-nationaux, pour analyser postérieurement l'évolution de ce phénomène au long de la décade. Aussi, concentrons-nous à une structure du divorce, ayant en compte les différents profils sociales et familiales, la situation éducative et le contexte professionnel des couples. Dans la dernière partie, on résume les principales conclusions et principales lignes d'investigation futures.

Mots-clés: Divorce; Couples bi-nationaux; Immigration; Portugal.

Resumen | *Análisis comparativo de los divorcios en parejas nacionales y binacionales en Portugal, 2001-2010*

El objetivo de este artículo es analizar comparativamente la evolución del divorcio en parejas nacionales y binacionales residentes en Portugal entre 2001-2010. El artículo se inicia con una revisión crítica de los estudios sobre divorcios binacionales, para posteriormente analizar la evolución del fenómeno a lo largo del periodo referido. Para ello, nos centraremos en la estructura del divorcio según los distintos perfiles sociales y familiares, el nivel educativo y el contexto profesional de los cónyuges. En el apartado final, se resumen las principales conclusiones y se presentan líneas futuras de investigación.

Palabras clave: Divorcio; Parejas binacionales; Inmigración; Portugal.

1. Introdução: o divórcio como fenómeno social em Portugal

O divórcio é um fenómeno social que tem vindo a assumir um peso crescente nas sociedades ocidentais e cujo aumento só pode ser explicado através de um conjunto mais amplo de transformações sociais e familiares. Neste contexto, Portugal não foge à regra. Desde os anos 60 do século XX, temos vindo a assistir a novas conceções, práticas e representações sobre a família e o casamento, que se inscrevem numa mudança de valores mais abrangente, a qual passa por uma maior autonomia e liberdade no plano privado, pela transformação do papel social das mulheres e por novas formas de encarar o corpo e a sexualidade ilustradas em novas estratégias de fecundidade e na

redução do número de filhos por mulher. Estes novos valores traduzem-se numa nova forma de encarar o casamento que privilegia a qualidade dos laços interpessoais e afetivos entre os cônjuges em detrimento de uma visão mais tradicional e institucional (Torres, 1996). Neste sentido, a possibilidade da dissolução do casamento quando este deixa de ser emocionalmente gratificante ou interfere na liberdade pessoal dos cônjuges, não é mais percecionada como uma realidade socialmente estigmatizante, mas antes como a promessa de libertação de uma situação conjugal e familiar insatisfatória. De igual modo, o aumento do trabalho feminino fora do âmbito doméstico potencia a subida do número de divórcios. De facto, para as mulheres, trabalhar profissionalmente representa não só uma certa autonomia financeira dentro do casamento, como também permite construir um projeto de vida pessoal diversificado e não meramente baseado na vida doméstica. Esta possível independência económica e profissional é um fator importante na hora de libertar a mulher de situações conjugais inaceitáveis de um ponto de vista pessoal (Torres, 1987).

Numa perspetiva histórica, a transformação de valores operada no âmbito da família e do casamento tem vindo a materializar-se em reformas jurídicas concretas. Neste contexto, o direito ao divórcio em Portugal surge na I República com a introdução do decreto de 3 de novembro de 1910 – ‘Lei do Divórcio’ -, que veio a consagrar quer o divórcio por mútuo consentimento, quer o divórcio litigioso por causas objetivas e/ou subjetivas. Esta Lei viria a ser modificada em 1940, aquando da celebração da Concordata entre Portugal e a Santa Sé que, ao pôr fim à separação entre o Estado e a Igreja, instaurou a proibição do divórcio para todos os casamentos católicos que viessem a celebrar-se após esta data. Esta proibição manteve-se e agravou-se com o Código Civil de 1966, onde passou a restringir-se o divórcio por mútuo consentimento apenas para os casamentos celebrados civilmente. Com a Revolução de abril e a consequente renegociação da Concordata com a Santa Sé, o direito ao divórcio tanto nos casamentos civis como nos católicos volta a surgir no ordenamento jurídico português através do Decreto-Lei de 27 de maio de 1975, sendo este mais tarde revisto em novembro de 1977. Recentemente, e numa tentativa de ajustar o divórcio às novas realidades conjugais existentes na sociedade portuguesa, foi promulgada, a 31 de outubro de 2008, a Nova Lei do Divórcio (Lei 61/2008) cujas principais alterações incidem na possibilidade de mediação familiar, no divórcio sem consentimento de um

dos cônjuges, nos efeitos patrimoniais do divórcio e nas novas responsabilidades parentais (Torres, 2008).

O aumento do divórcio em Portugal como fenómeno social inscreve-se, assim, numa lógica mais ampla de transformação das estruturas do casamento e da família iniciada na década de 60 do século XX. Dos estudos desenvolvidos no âmbito sociológico na área do divórcio, é de referência obrigatória o trabalho pioneiro de Anália Torres (1987, 1992, 1996) nas décadas de 1980 e de 1990, onde é feita a análise tanto extensiva como intensiva da evolução e das mudanças deste fenómeno social em Portugal. Segundo Torres, tanto as diferenças de género (Torres, 1987), como os distintos contextos socioeconómicos dos cônjuges envolvidos (Torres, 1996), contribuem para a existência de formas de conjugalidade específicas que determinam distintas formas de viver a rutura conjugal. Neste sentido, de acordo com a autora, o divórcio só pode ser entendido em articulação com essas mesmas formas de conjugalidade, às quais correspondem uma tipologia de divórcios específica: divórcio-desencontro, divórcio-culpa e divórcio-fatalidade (Torres 1992, 1996)⁴.

Contudo, e embora o divórcio seja atualmente um fenómeno social solidamente ancorado nas estruturas e nas representações sociais sobre o casamento, não deixa de ser surpreendente que, desde os estudos desenvolvidos por Torres neste âmbito, poucas ou quase nenhuma sejam as referências que, desde então, se podem registar. Os estudos sobre o tema centram-se, não nos processos e lógicas da rutura conjugal, mas antes em estratégias pós-divórcio de recomposição familiar (Lobo, 1995, 2009), em contextos familiares monoparentais (Wall, 2003), ou na gestão e reconfiguração da parentalidade fruto da dissolução matrimonial (Marinho, 2010). Neste sentido, o vazio sociológico que se faz sentir desde a publicação dos trabalhos de Anália Torres, exige a realização de estudos centrados na descrição e análise da evolução das ruturas conjugais no nosso país.

⁴ É importante referir que esta tipologia se baseia num número restrito de homens e mulheres divorciados, pelo que a sua generalização a outros grupos se encontra limitada. Contudo, importa ainda aqui caracterizar brevemente em que consistem cada um destes tipos de divórcios. Se o divórcio-desencontro se define como um divórcio que tem origem, segundo os divorciados, num problema da relação, nomeadamente no desgaste do vínculo afetivo inicialmente presente no início da relação conjugal, o divórcio-culpa baseia-se na atribuição de culpa ao ex-cônjuge pela sua desadequação ao papel conjugal esperado. Por fim, o divórcio-fatalidade é vivido como um processo de rutura conjugal doloroso e sofrido (sobretudo por parte das mulheres), e entendido como uma fatalidade ou um destino irremediável na vida pessoal.

O objetivo deste artigo é ultrapassar, em parte, esta ausência na literatura científica nacional, através da realização de uma análise comparativa da evolução do divórcio ao longo da última década entre casais nacionais (dois indivíduos de nacionalidade portuguesa) e casais binacionais ou mistos⁵ (onde pelo menos um dos cônjuges não tem nacionalidade portuguesa). O interesse pelos divórcios binacionais prende-se com a importância crescente das comunidades imigrantes em Portugal, sobretudo a partir dos anos 1990, e que se traduziu no aumento do número de casamentos envolvendo indivíduos oriundos de comunidades estrangeiras (Ferreira e Ramos, 2008, 2012; Gaspar, 2010). As ruturas conjugais que envolvem cidadãos de distintos países exige, assim, uma análise mais aprofundada, sobretudo se atendermos às dificuldades que representam para estes casais gerir os impactos legais, familiares e pessoais de uma situação de divórcio. Neste sentido, existem questões às quais procuraremos dar resposta: a) Quais são as características sociodemográficas mais estruturantes do divórcio em casais nacionais e em casais binacionais? e b) Será que os perfis dos divórcios em casais nacionais e binacionais são idênticos?

Para responder a estas questões, estruturou-se o artigo em sete secções. Depois da introdução, na parte dois é feita uma sistematização crítica dos principais estudos sobre divórcios binacionais, para no ponto seguinte clarificar algumas opções metodológicas que estiveram na base da análise aqui apresentada. Na secção quatro analisa-se comparativamente a evolução dos divórcios em casais nacionais e em casais binacionais no contexto português (2001-2010), para no ponto cinco se identificar como se estrutura o divórcio nestes dois tipos de casais tendo em conta características individuais e familiares. Na secção seguinte caracteriza-se e compara-se a situação educativa e o contexto profissional dos atores envolvidos em ambos tipos de divórcio. Na parte final do artigo, resumem-se as principais conclusões alcançadas e apontam-se linhas de investigação futuras.

⁵ Neste estudo consideramos como equivalentes os conceitos 'binacionais' e 'mistos'.

2. O divórcio em casais binacionais: um sintoma de diferenças culturais irreconciliáveis?

Contrariamente aos estudos existentes sobre casamentos entre indivíduos de diferentes origens étnicas, a análise do divórcio em casais binacionais é um fenómeno ainda recente no seio da literatura científica. Uma das premissas subjacentes ao estudo do significado dos casamentos mistos é o facto de estes casais ilustrarem o êxito da integração social de grupos étnicos minoritários (Kalmijn, 1998; Ferreira e Ramos, 2008). Neste sentido, a análise do divórcio entre os casais binacionais é fundamental, uma vez que poderia questionar essa mesma integração social entre grupos distintos. Dentro desta perspetiva, alguns autores demonstraram que os casais mistos têm uma maior probabilidade de terminar em divórcio comparativamente aos casais de dois indivíduos do mesmo grupo étnico, em países como os Estados Unidos (Fu, 2006; Jones, 1996; Zhang and Hook, 2009), Holanda (Janssen, 2002; Kalmijn, de Graaf e Janssen, 2005; Smith, Maas e Van Tubergen, 2012), Finlândia (Finnäs, 1997) e França (Neyrand e M'Sili, 1998). Paralelamente, vários estudos revelam que a probabilidade de dissoluções matrimoniais é mais acentuada quando certos indicadores sociodemográficos são diferentes entre os cônjuges: origens nacionais (Janssen, 2002; Kalmijn, de Graaf e Janssen, 2005; Neyrand e M'Sili, 1998; Smith, Maas e Van Tubergen, 2012), género do cônjuge estrangeiro (Neyrand e M'Sili, 1998), idade (Finnäs, 1997; Janssen, 2002; Neyrand e M'Sili, 1998), nível de instrução (Finnäs, 1997; Fu, 2006), religião (Janssen, 2002; Kalmijn, de Graaf e Janssen, 2005; Smith, Maas e Van Tubergen, 2012), raças (Fu, 2006; Zhang and Hook, 2009) e línguas (Finnäs, 1997).

A análise do divórcio em casais binacionais tem sido, até hoje, desenvolvida com base em duas teorias fundamentais – a teoria da homogamia e a teoria da convergência – que apresentam hipóteses explicativas algo diferentes entre si. A teoria da homogamia sustenta que os casais binacionais têm um risco acrescido de terminar em divórcio comparativamente aos nacionais (Kalmijn, de Graaf e Janssen, 2005; Smith, Maas e Van Tubergen, 2012; Zhang and Hook, 2009), uma vez que experimentam mais dificuldades em harmonizar as suas diferenças culturais em questões conjugais e familiares importantes como, por exemplo, na educação dos filhos ou na organização do trabalho doméstico (Janssen, 2002; Kalmijn, 1998). Por outro lado, a teoria da homogamia refere que o apoio ao casal por parte de grupos sociais

como a família e amigos, tende a ser mais favorável a casais do mesmo grupo étnico e a sancionar comportamentos e atitudes de casais com origens culturais diferentes (Kalmijn, 1998). Contudo, Kalmijn, de Graaf e Janssen (2005) e Smith, Maas e Van Tubergen (2012) defendem que a teoria da homogamia deverá ser reformulada, uma vez que é fundamental ter-se em linha de conta o grau de proximidade ou de distância cultural, religiosa ou linguística existente entre grupos de origens nacionais distintas. Assim, por exemplo, um casal constituído por um cônjuge português e outro italiano será culturalmente mais próximo do que um casal formado por um português e um asiático. Dentro desta perspetiva, o risco de divórcio aumentaria em função de uma maior distância cultural entre os países de origem de ambos cônjuges.

Uma outra teoria alternativa à da homogamia, como já se mencionou anteriormente, é a da convergência. Esta teoria refere que a taxa de divórcio em casais interétnicos se situa entre as taxas de divórcio médias de cada um dos grupos étnicos considerados (Jones, 1996; Smith, Maas e Van Tubergen, 2012). Assim, por exemplo, a taxa de divórcio para um casal constituído por um português e uma cabo-verdiana estaria situada entre a taxa de divórcio para casais compostos por dois portugueses e a taxa de divórcio de casais envolvendo dois cabo-verdianos. Neste sentido, o argumento principal em que assenta a teoria da convergência é que os casais binacionais são influenciados pelas práticas de divórcio existentes dentro dos seus respetivos grupos étnicos, pelo que a probabilidade do casal para o divórcio é estruturada pelas diferentes atitudes culturais face ao casamento e ao divórcio no interior de cada um dos grupos. De facto, se certos grupos sociais têm atitudes mais liberais e adotam uma atitude mais desinstitucionalizada face ao casamento e às relações afetivas (risco elevado de divórcio), outros grupos tendem a comportar-se de um modo mais conservador dentro da família e a desaprovar a dissolução matrimonial (risco baixo de divórcio). Na opinião de Jones (1996), a teoria da convergência pode, contudo, atuar em simultâneo com as explicações sustentadas pela teoria da homogamia, sendo que, nesse caso, a taxa de divórcio dos casais mistos não se situaria, necessariamente, a meio das taxas de divórcio dos respetivos grupos étnicos.

Uma terceira possibilidade que poderá concorrer, a par destas duas teorias, para a explicação do aumento progressivo dos divórcios binacionais registados em alguns países é o facto de estes divórcios incluírem os chamados ‘casamentos brancos’ ou ‘casamentos por conveniência’ realizados com o propósito do cônjuge estrangeiro obter

a autorização de residência ou mesmo a nacionalidade do país de acolhimento (Grassi, 2006; Kalmijn, de Graaf e Janssen, 2005; Salimbeni, 2005). Esta hipótese foi, contudo, relativizada por alguns autores cujos dados apontavam para o facto de este tipo de casamento não ser só exclusivo de casais binacionais, mas encontrar-se também presente entre indivíduos do mesmo grupo étnico (Neyrand e M'Sili, 1998; Smith, Maas e Van Tubergen, 2012).⁶

No caso português, o aumento de ‘casamentos brancos’ assentes em bases económicas ilegais e informais tem sido referido como uma possível manifestação criminal ligada a fluxos migratórios mais recentes no país (Grassi, 2006; SEF, 2010; Ferreira e Ramos, 2008; Salimbeni, 2005).⁷ Ao abrigo da Lei do Reagrupamento Familiar, que garante que sempre que um dos cônjuges resida no país o outro poderá pedir a autorização de residência⁸, os casamentos entre um cidadão nacional e um cidadão extracomunitário têm vindo a aumentar consideravelmente, uma vez que permitem o acesso legal à livre circulação e residência não só em Portugal como também em todo o Espaço Schengen. Estes casamentos exigem o pagamento de uma certa quantia de dinheiro ao cidadão português que, através do casamento, vende ao estrangeiro o direito a residir no país. Como parte do acordo entre os indivíduos envolvidos encontra-se a garantia de que o cidadão estrangeiro irá conceder o divórcio findo o período de tempo exigido pela lei para solicitar o reagrupamento familiar ou a nacionalidade portuguesa.⁹ O aumento crescente desta prática de mercantilização do casamento, frequente, sobretudo, entre grupos sociais económica e socialmente mais desfavorecidos, especialmente entre comunidades de mulheres imigrantes já detentoras da nacionalidade portuguesa que aceitam casar com estrangeiros em troca de

⁶ Isto significa que, por exemplo, um estrangeiro que tivesse obtido previamente a nacionalidade portuguesa podia estar envolvido num casamento branco com um indivíduo do seu mesmo grupo étnico.

⁷ Em 2010, os casamentos por conveniência foram o segundo crime mais frequente registado pelo SEF (SEF, 2010: 42).

⁸ A título ilustrativo, dados relativos a 2010 indicam que a maioria das autorizações de residência foi referente ao reagrupamento familiar (11.595), ao exercício de atividade profissional (10.323) e aos estudos (5.250) (SEF, 2010: 23).

⁹ Ao abrigo do Art. 3.º da Lei da Nacionalidade, podem adquirir a nacionalidade portuguesa indivíduos que estejam casados ou em união de facto reconhecida com um nacional português há pelo menos três anos.

compensações económicas (Grassi, 2006), poderá assim explicar, em parte, o correspondente aumento nos divórcios binacionais.

Posto isto, o presente artigo procurará interpretar comparativamente certos indicadores sociodemográficos referentes a divórcios em casais nacionais e em casais binacionais, tendo presente os resultados encontrados nos estudos anteriormente descritos.

3. Considerações metodológicas

Antes de mais, importa esclarecer as opções metodológicas subjacentes às análises apresentadas ao longo deste artigo. Em primeiro lugar, há a referir a natureza dos dados. Trata-se dos micro-dados anuais referentes aos divórcios, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e que são recolhidos aquando da efetivação do divórcio. Como tal, e para cada ano, a informação é relativa a todos os divórcios ocorridos em Portugal nesse ano, independentemente da data em que se tenha verificado o casamento. Neste registo, a unidade de análise é o casal e o tipo de informação existente (desagregada por casal) possibilita distinguir entre casais binacionais e casais nacionais e identificar as características estruturantes de cada um (coisa que não seria possível, por exemplo, a partir dos Censos, já que a informação nos chega agregada).

Em segundo lugar, o período de tempo em que incide a nossa análise (2001 e 2010) justifica-se pelo facto de ter sido no início do século XXI, quando o aumento da imigração para Portugal mais se fez sentir. De facto, em 2001, e devido a uma alteração na lei que promovia a regularização da permanência dos imigrantes¹⁰, foi registada uma taxa de variação de 69,04% face ao ano anterior relativa à população total estrangeira residente no país (350.898 imigrantes), sendo que em 2010 o número total de imigrantes ascendia já a 445.262.¹¹ Deste *stock* populacional, cerca de 49,51% provinham de países de expressão portuguesa (26,81% do Brasil, 9,88% de Cabo Verde, 5,28% de Angola e 4,45% da Guiné-Bissau), 19,39% do Leste Europeu (11,12% da Ucrânia e 8,27% da Roménia) e 31,1% de demais países (SEF, 2010). Neste sentido, e porque o início do

¹⁰ Decreto-Lei nº4/2001, 10 de janeiro.

¹¹ Este valor representa um decréscimo de 1,97% da população estrangeira residente em Portugal face a 2009, provavelmente motivado tanto pela crise económica no país desde então, como pelo aumento dos pedidos de nacionalidade portuguesa entretanto concedidos (SEF, 2010: 18).

século XXI mudou, estruturalmente, o mapa migratório nacional, justifica-se centrar a nossa análise neste período de tempo.

Em terceiro lugar, para distinguir entre divórcio nacional e binacional usámos como critério a nacionalidade (país da nacionalidade) e não a naturalidade do cônjuge (país de origem ou de nascimento). A escolha da variável naturalidade ou da variável nacionalidade é uma questão metodológica complexa para a própria seleção e definição do conceito de ‘imigrante’. Neste caso concreto, a variável naturalidade não é recolhida aquando do processo de divórcio, e como tal, não consta nos micro-dados no INE, pelo que a análise teve de ser desenvolvida com o recurso exclusivo à variável nacionalidade. Esta opção apresenta algumas desvantagens dado que, sob o rótulo da nacionalidade portuguesa, estão incluídas situações distintas, nomeadamente aquelas que dizem respeito a indivíduos que só têm nacionalidade portuguesa, assim como situações de dupla nacionalidade, sendo uma delas portuguesa. Se, por exemplo, um dos elementos do casal não é originário de Portugal mas adquiriu nacionalidade portuguesa, nomeadamente através do casamento com um português, este divórcio é contabilizado como nacional e não como binacional. Assim sendo, ao considerar-se como divórcios binacionais aqueles em que pelo menos um dos cônjuges não tem nacionalidade portuguesa, estamos conscientes da subvalorização que daqui poderá decorrer.¹²

A análise comparativa aqui desenvolvida entre divórcios de casais mistos e divórcios de casais nacionais centrar-se-á, assim, na evolução de alguns indicadores sociodemográficos dos cônjuges registados no processo de divórcio. As variáveis utilizadas nesta comparação referem-se à evolução do divórcio entre os dois casais (modalidade de divórcio, forma de celebração do casamento), aos perfis conjugais e

¹² Nos estudos sobre imigração, tanto a variável nacionalidade como a naturalidade apresentam desvantagens. Assim, os dados estatísticos disponíveis relativos à variável naturalidade são menos frequentes; incluem todos os portugueses nascidos nas ex-colónias e que são atualmente contabilizados como ‘população nascida no estrangeiro’; e incluem os descendentes da diáspora (por exemplo, filhos de portugueses nascidos em França). Por seu lado, a utilização da variável nacionalidade, para além de registar casos de dupla nacionalidade, apresenta outras desvantagens, nomeadamente o facto de contabilizar entre 1960 e 1970 como portugueses os primeiros imigrantes estrangeiros em Portugal; ou por incluir descendentes da diáspora portuguesa em França ou Canadá (Cf. Oliveira e Peixoto, 2012). A diferença existente no registo de imigrantes por naturalidade ou por nacionalidade é analisada por Malheiros e Esteves (2012: 53-4), em que os autores, relativamente aos casos de dupla nacionalidade, observam que estes incidem, fundamentalmente, nos contingentes de imigrantes naturais dos PALOP, de outros países da América Latina e Caraíbas (sobretudo, Venezuela) e de cidadãos originários da União Europeia (filhos de imigrantes descendentes em França).

familiares (duração média do casamento, idade média dos cônjuges à data do divórcio, casamentos anteriores, número de filhos em comum no casal) e aos contextos educativos e socioprofissionais (nível de instrução, condição perante o trabalho e inserção profissional). A evolução destes indicadores será objeto de uma análise descritiva que permita captar o perfil de um e outro tipo de divórcio a partir dos seus elementos mais estruturantes.

4. Evolução dos divórcios nacionais e binacionais no contexto português (2001-2010)

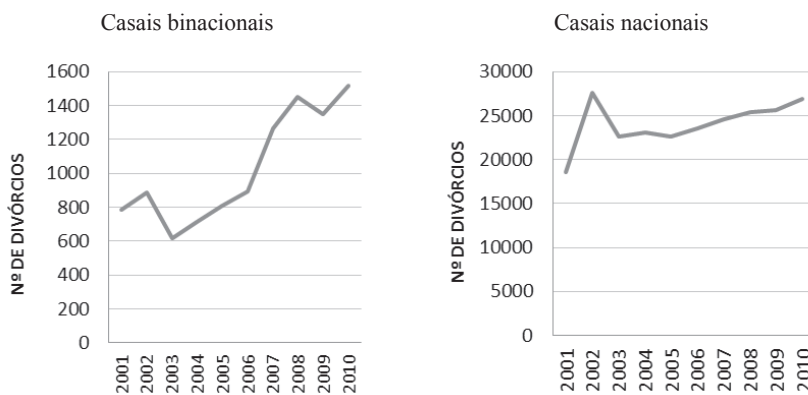
A análise do divórcio entre casais nacionais e binacionais não pode ser desligada do quadro mais amplo que é o fenómeno do divórcio no seu todo e cujo aumento ao longo dos últimos anos é fácil de constatar. De facto, com exceção dos anos 1975-78, onde se registou um aumento espetacular do número de divórcios devido à regularização jurídica decorrente da instauração da democracia, a partir de 1979 o divórcio tem crescido de forma progressiva e constante na sociedade portuguesa (Torres, 1996). Em 2011, e segundo a informação disponibilizada nos últimos Censos realizados à população, o número de divorciados era de 417.403 o que corresponde a um aumento de 109% relativamente a 2001, quando o valor registado foi de 199.961. Não é de estranhar, por isso mesmo, o aumento da taxa de divorcialidade, que passou de 1,8% para 2,5% nesse período (INE, 2002, 2012). Comparando os divórcios ocorridos em Portugal envolvendo casais nacionais e binacionais, verifica-se que, entre 2001 e 2010, quando se trata de casais em que os dois cônjuges têm nacionalidade portuguesa, o aumento do número de divórcios foi de 44,5%, passando de 18612 para 26907 (figura 1). Esta evolução corresponde à passagem de uma situação em que por cada 100 casamentos existiram 33 divórcios (2001), para uma situação em que por cada 100 casamentos o número de divórcios foi de 77 (2010).¹³

Entre os casais mistos o aumento foi bem mais acentuado, registando-se, em igual período, um acréscimo de 93,3%, passando de 786 para 1519 no final da década (figura 1). Todavia, fazendo o rácio divórcios mistos e casamentos mistos, se em 2001

¹³ Em Portugal, os dados existentes para os períodos anteriores a 2001 (sem distinção entre casais nacionais e binacionais) indicam que, em 1970 foram registados 2 divórcios por 100 casamentos, em 1986 foram registados 10 em 100, e já em 1994 estes valores atingiram 21 divórcios em 100 casamentos (cf. Torres, 1996: 23 e 207-212).

por cada 100 casamentos existiram 37,6 divórcios (valor um pouco acima do registado para os casais nacionais), em 2010 o rácio era de 48,1 divórcios para cada 100 casamentos (valor inferior ao verificado entre os casais com cônjuges da mesma nacionalidade). Assim, e contrariamente a estudos anteriores desenvolvidos no âmbito da teoria da homogamia (Kalmijn, de Graaf e Janssen, 2005; Smith, Maas e Van Tubergen, 2012; Zhang and Hook, 2009), apesar do elevado acréscimo dos divórcios binacionais ao longo da década, à semelhança do que aconteceu na sociedade no seu todo, a verdade é que, dentro do grupo de casais com nacionalidades diferentes, o peso do divórcio é inferior ao registado entre casais com a mesma nacionalidade.

Figura 1 – Evolução do nº de divórcios nacionais e binacionais



Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

Durante a década considerada, verifica-se que os divórcios nacionais ocorreram, na maior parte dos casos, por mútuo consentimento, registando-se, inclusivamente, um pequeno decréscimo dos divórcios litigiosos ao longo destes anos, em favor de um ligeiro aumento dos divórcios por mútuo consentimento (figura 2).¹⁴ Algumas das explicações que poderão estar na base desta diferença prendem-se com os elevados custos financeiros e de tempo que implicam os divórcios litigiosos (Torres, 1996: 233).

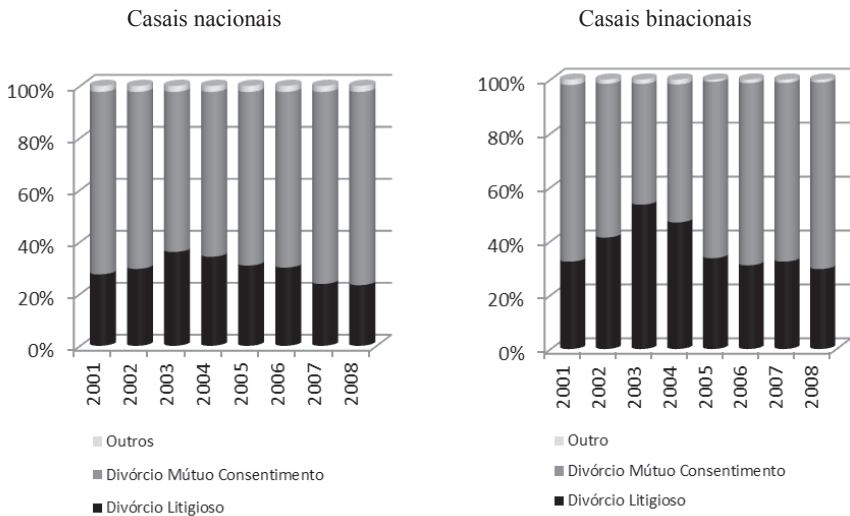
De forma idêntica, no caso dos divórcios binacionais, verifica-se que também estes ocorreram maioritariamente por mútuo consentimento. Todavia, o peso dos divórcios litigiosos é mais importante entre os casais mistos do que entre os casais onde

¹⁴ Não existe informação para os divórcios binacionais em 2009 e 2010.

os cônjuges têm a mesma nacionalidade. De referir também que, enquanto entre os casais nacionais o peso destes dois tipos de divórcio se manteve relativamente constante ao longo da década, no caso dos casais mistos os divórcios litigiosos aumentaram de forma importante até 2003 vindo, posteriormente, a perder peso, mas mantendo-se, ainda assim, em valores superiores ao registado entre os casais nacionais.¹⁵

Uma possível explicação para o registo superior de divórcios litigiosos em casais binacionais comparativamente aos nacionais poderá estar, em consonância com a teoria da homogamia anteriormente mencionada, numa maior dificuldade no caso dos primeiros em resolver conflitos conjugais entre indivíduos com diferentes origens culturais e étnicas. Uma explicação alternativa poderá estar no facto de alguns divórcios binacionais serem fruto de casamentos por conveniência, nos quais, por vezes, são constatadas certas dificuldades (chantagens, maus tratos) por parte de um dos cônjuges, com frequência a mulher, em desvincular-se do outro durante o processo de divórcio (Grassi, 2006: 290).

Figura 2 – Modalidade de divórcio



Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

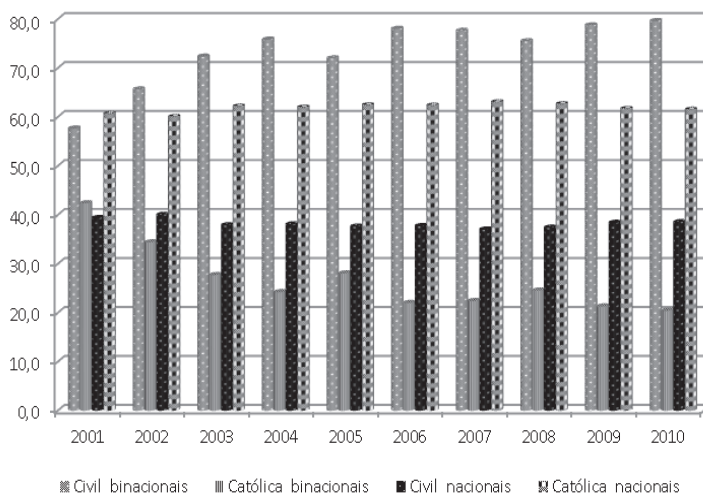
Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

¹⁵ A categoria 'outros' inclui as modalidades 'separação judicial de pessoas e bens – litigiosa', 'separação judicial de pessoas e bens – mútuo consentimento' e 'conversão da separação em divórcio'.

Quanto à forma de celebração do casamento, observa-se que, entre os casais nacionais que se divorciaram nesta década, se encontram maioritariamente indivíduos cujo casamento tinha tido uma celebração católica (Figura 3), o que não é de estranhar se pensarmos que, entre os portugueses, a forma de celebração mais frequente (ainda que tenha vindo a diminuir) continue a ser a católica (para uma leitura convergente, cf. Torres, 1996: 25-7). Todavia, mesmo entre estes casais, onde a resistência ao divórcio poderia ser maior dada a conhecida oposição da Igreja a esta situação, esta é uma realidade em crescimento, tendo aumentado de 60,6%, em 2001, para 61,5%, em 2010.

No caso dos casamentos binacionais estamos perante indivíduos casados maioritariamente pelo registo civil. Entre estes casais houve um aumento do número de divórcios de 22 pontos percentuais, enquanto entre os casais cujo casamento tinha tido uma celebração católica se registou um decréscimo. Uma razão para este decréscimo encontra-se muito provavelmente no facto de ter diminuído bastante o número deste tipo de casamentos entre 2001 e 2010 (de 520 para 317). Uma outra explicação para o aumento dos casamentos civis em casais binacionais poderá ser o facto de o cônjuge estrangeiro ter uma religião diferente da católica levando, por isso mesmo, à opção por uma cerimónia civil.

Figura 3 – Forma de celebração do casamento



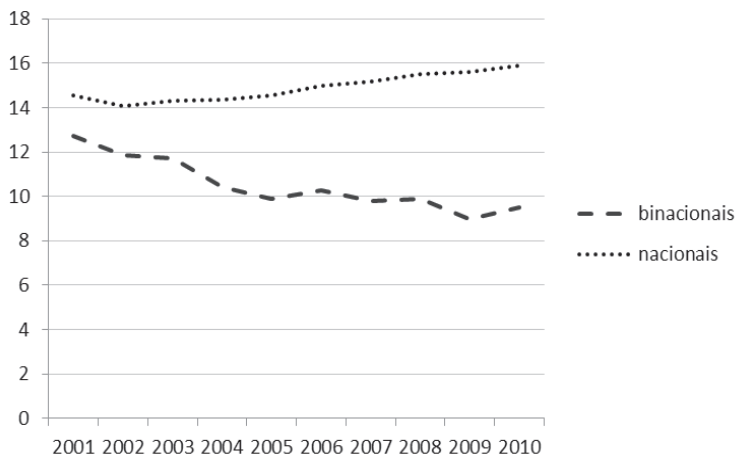
Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

5. Divórcio: perfis conjugais e familiares

Como se observa na Figura 4, a duração média dos casamentos nacionais até à data da rutura conjugal – calculada através da diferença entre o ano de divórcio e o ano de casamento – tem sofrido um ligeiro aumento, passando de 14,5 anos em 2001 para 15,8 anos em 2010, podendo indicar uma normalização do divórcio entre os indivíduos casados há mais tempo. Este aumento na duração média dos casamentos até à data da sua dissolução enquadra-se na tendência já observada em 1994, em que a maioria dos divórcios se registava em casamentos com uma duração média de 5 a 9 anos, embora estes registos não fossem muito distantes daqueles casamentos com uma duração entre 10 a 14 anos, e entre 15 a 19 anos (Torres, 1996: 31).

Contrariamente, a duração média dos casamentos binacionais à data do divórcio, tem vindo gradualmente a decrescer, passando de 12,7 para 9,5 em igual período. Estes resultados vão de encontro a vários estudos desenvolvidos na linha da teoria da homogamia, que observaram uma duração média do casamento menor em casais binacionais do que em casais nacionais, provavelmente motivada por divergências irreconciliáveis nas respetivas diferenças ideológicas e étnicas (Fu, 2006; Jones, 1996; Kalmijn, de Graaf e Janssen, 2005; Smith, Maas e Van Tubergen, 2012). No entanto, uma possibilidade explicativa alternativa para esta diminuição na duração dos casamentos entre indivíduos de origens distintas pode ser, como foi anteriormente apontado, a existência de casamentos para a obtenção da nacionalidade ou autorização de residência no país, sobretudo por parte de grupos imigrantes mais recentes. De facto, se a estrutura dos casamentos mistos em 2001 era maioritariamente composta por portugueses e indivíduos dos PALOP, em 2010 os casamentos entre portugueses e brasileiros ou ucranianos já assumia um maior destaque (Ferreira e Ramos, 2008). Ora a existência de casamentos entre cidadãos portugueses com imigrantes provenientes do Brasil e dos países do Leste europeu é um dos perfis onde se registam mais uniões por conveniência (Grassi, 2006), o que poderá motivar um maior número de divórcios entre estes casais após a regularização no país da situação legal do cônjuge estrangeiro.

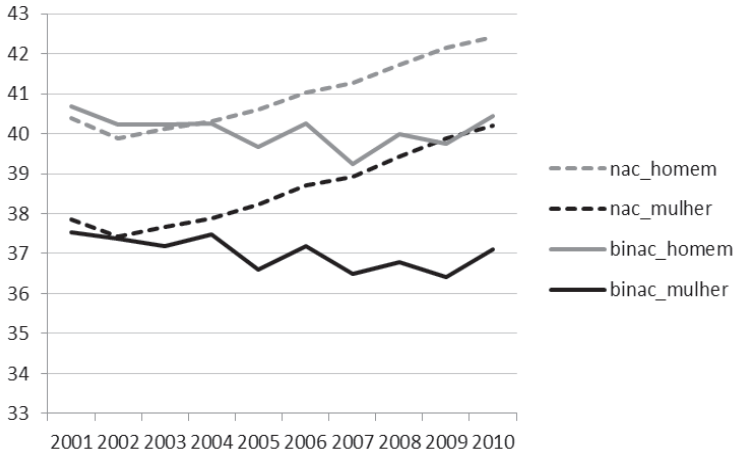
Figura 4 – Duração média dos casamentos nacionais e binacionais (em anos)



Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

A idade dos cônjuges à data do divórcio é uma questão que se relaciona de perto com a duração média dos casamentos. No caso dos casais em que ambos têm nacionalidade portuguesa, apesar de se manter ao longo da década a diferença de idades entre os cônjuges de aproximadamente 3 anos, sendo o homem em média mais velho, nota-se um aumento de dois anos nas idades médias à data do divórcio, tanto para os homens (40,3 anos em 2001 e 42,4 em 2010) como para as mulheres (37,9 anos em 2001 e 40,2 em 2010). Comparando com os dados assinalados para 1994 por Torres (1996: 29) onde a maior proporção de divórcios ocorria nos grupos etários dos 30 aos 34 anos (29,8% dos homens e 24,5% das mulheres), as idades médias aqui registadas apontam no sentido de uma tendência verificada ao longo dos anos para um aumento dos casos de divórcio em grupos etários menos jovens, que poderá, em parte, ser explicada pelo aumento gradual da idade média ao casamento. Efetivamente, e segundo dados do INE, se em 2001 os homens apresentavam uma idade média ao casamento de 27 anos e as mulheres de 25, em 2010 as idades eram já mais elevadas, sendo de 30 anos para os homens e 28 anos para as mulheres. Uma outra explicação para o aumento da idade média à data do divórcio poderá estar na generalização do divórcio a casais em faixas etárias mais elevadas e que tradicionalmente, por razões de ordem cultural e também económica, eram mais resistentes à rutura conjugal.

Figura 5 – Idade média dos cônjuges à data do divórcio



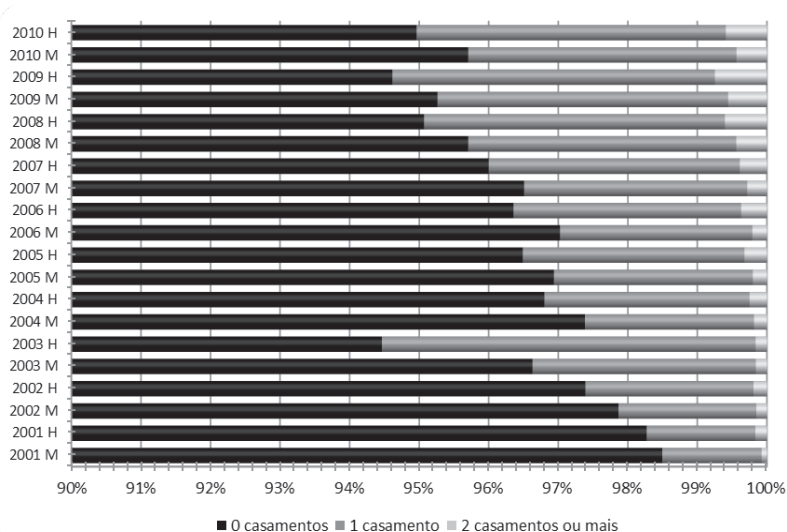
Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

No caso dos casais binacionais, como se observa na figura 5, a tendência é algo inversa, registando-se uma estabilidade nas idades médias à data do divórcio, quer para o homem (40,7 anos em 2001 e 40,4 anos em 2010) quer para a mulher (37,5 anos em 2001 e 37,1 em 2010). Uma explicação para esta estabilização da idade média de divórcio poderá estar relacionada com o facto de a duração média dos casamentos mistos que terminam em divórcio ter diminuído ligeiramente, contribuindo para a não alteração das idades no momento do divórcio. Assim, este aumento na idade média dos cônjuges no caso dos casais nacionais e de estabilização entre os casais binacionais poderá ser, pelo menos em parte, explicado, pelo aumento da duração média dos casamentos entre os primeiros e na ligeira diminuição no caso dos segundos à data do divórcio.

Embora os divórcios nacionais (figura 6) e binacionais (figura 7) tenham ocorrido, maioritariamente, entre casais para quem este foi o primeiro casamento, nota-se, ao longo desta década, um acréscimo de divórcios em situações de recasamento, tanto nos homens como nas mulheres, e um aumento entre aqueles que já tinham passado por dois ou mais casamentos. Esta tendência ajusta-se ao perfil nacional verificado entre 2001 e 2010, segundo os dados do INE, visto que se em 2001 no estado civil anterior ao casamento tínhamos 89% de solteiros, 9,3% de divorciados e 1,7% de

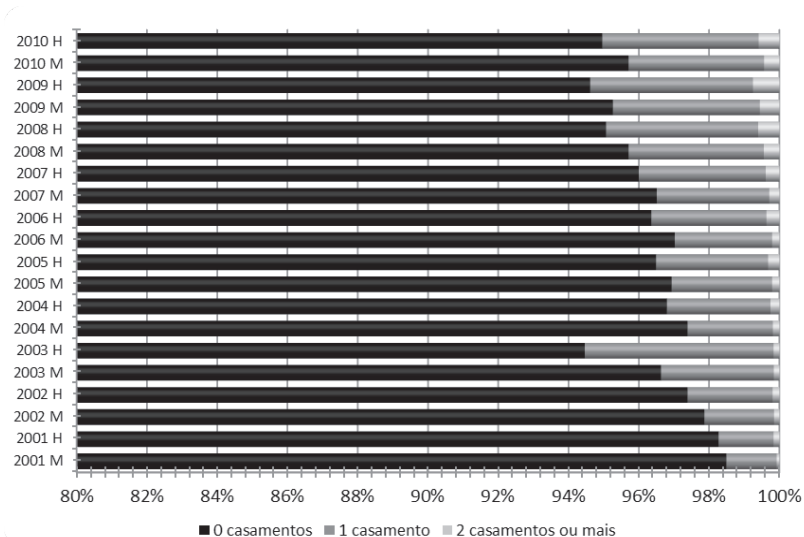
viúvos, em 2010, o valor percentual dos solteiros era já de 80,7%, de divorciados 17,9% e de viúvos 1,4%.

Figura 6 – Casamentos anteriores em casais nacionais segundo o sexo do cônjuge



Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

Figura 7 – Casamentos anteriores em casais binacionais segundo o sexo do cônjuge

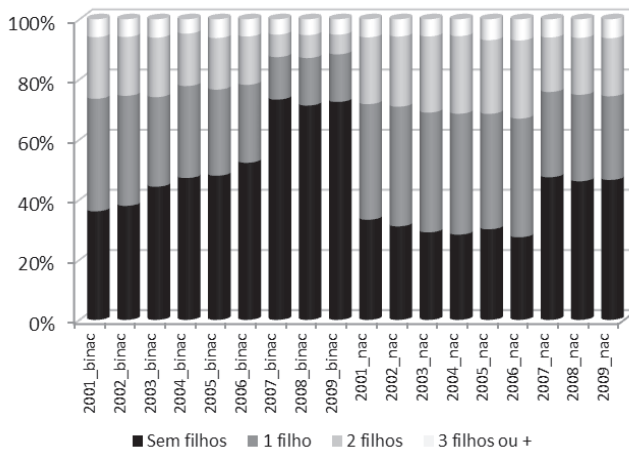


Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

Relativamente ao número de filhos em comum, no caso dos casais nacionais, estamos perante um aumento do peso do divórcio entre indivíduos sem filhos (figura 8).¹⁶ Se em 2001, o número de divórcios nestes últimos casais era de 33%, em 2010 esse valor aumentou para 47,8%. Por outro lado, se em 2001 o número de divórcios em casais com 1 e 2 filhos era de, respetivamente, 38% e 22%, em 2010 esses valores diminuíram para 27% e 20%. Esta tendência já foi verificada por Torres com base nos dados de 1981 e 1991, onde em ambos os momentos os divórcios foram superiores nos casais sem filhos, embora com valores próximos aos dos casais com filhos (cf. Torres, 1996: 233-235). No caso dos divórcios ocorridos em casais binacionais, a tendência é idêntica. Embora em 2001 a maioria dos divórcios tivesse ocorrido entre casais onde existiam filhos em comum (cerca de 64%), em 2010 a situação é substancialmente diferente, sendo que quase ¾ dos divórcios envolveram casais sem filhos.

Esta situação do aumento das dissoluções matrimoniais em casais sem filhos em comum, tanto no caso dos casamentos nacionais como dos mistos, poderá indiciar um aumento do divórcio entre os recasamentos e na possibilidade de estas uniões estarem predominantemente moldadas pela existência de filhos não comuns ao casal, mas sim fruto de anteriores casamentos.

Figura 8 – Número de filhos em casais nacionais e binacionais



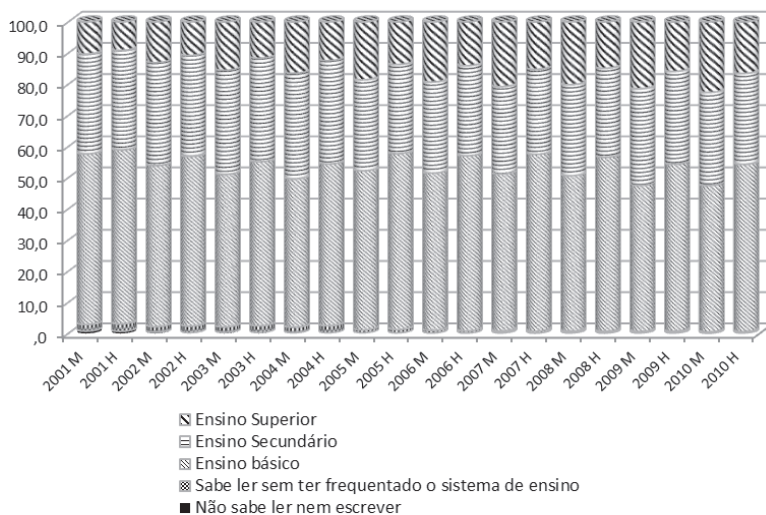
Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2009

¹⁶ Não existem dados para 2010 relativos aos divórcios binacionais.

6. Contextos educativos e socioprofissionais segundo o género

Relativamente ao nível de instrução dos cônjuges, no caso dos divórcios nacionais, observa-se uma tendência para haver uma pequena diminuição do peso do ensino básico e do ensino secundário ao longo da década, quer para os homens quer para as mulheres, e um aumento do ensino superior (figura 9). Esta tendência para o aumento de divórcios em indivíduos com habilitações de nível superior inscreve-se num contexto nacional mais generalizado, onde se tem vindo a registar um aumento progressivo no grau de instrução dos indivíduos, nomeadamente a nível da educação superior. De facto, segundo os dados oficiais do INE, se em 2001 o nível de instrução da população residente em Portugal com 15 ou mais anos era composta por 17,3% de indivíduos sem escolaridade, 64,2% com o ensino básico, 11,7% com o secundário, e 6,8% com o superior; em 2010 os valores já se situavam em 10,3% para os indivíduos sem escolaridade, 62,2% para os com o ensino básico, 15,7% com o secundário e 11,8% com o ensino superior.

Figura 9 – Nível de instrução dos cônjuges em casais nacionais

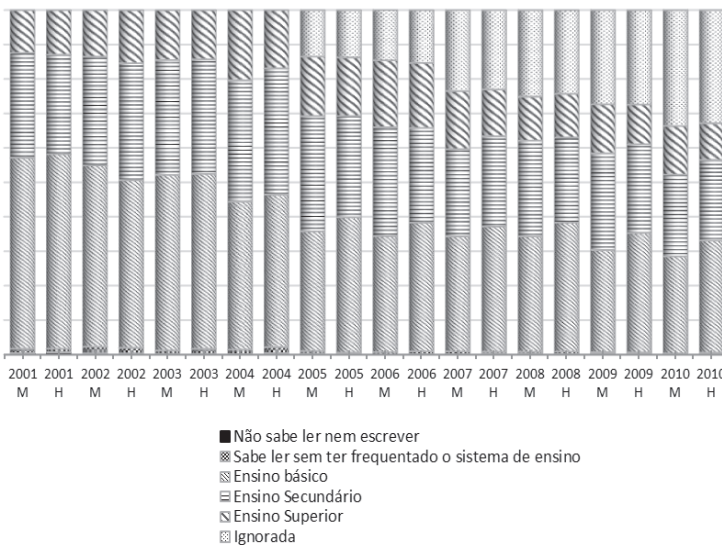


Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

No caso do nível de instrução dos cônjuges envolvidos em divórcios binacionais, verifica-se igualmente que, tanto para os homens como para as mulheres, existiu uma

pequena diminuição do peso do ensino básico, entre 2001 e 2010, e um aumento das habilitações de nível secundário e superior (figura 10).¹⁷ Esta tendência poderá ser explicada, em parte, pelas mudanças ocorridas na estrutura da comunidade imigrante entre 2001 e 2010, em Portugal: se no início da década, a maioria dos imigrantes eram originários dos PALOP, com níveis de instrução mais baixos, em 2010, houve um aumento considerável de brasileiros e europeus de leste (ucranianos, russos, romenos) com níveis médios de habilitações mais elevados do que aqueles registados para a população portuguesa (Malheiros e Esteves, 2012).

Figura 10 - Nível de instrução dos cônjuges em casais binacionais



Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

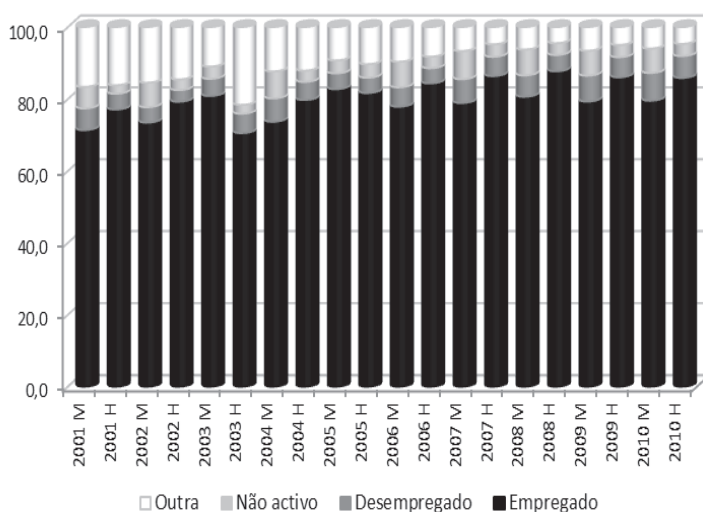
Os resultados aqui obtidos para ambos os tipos de casais contrariam, no entanto, dados registados noutros contextos nacionais. Finnäs (1997), por exemplo, constatou que na Finlândia, um nível de instrução superior diminuía a probabilidade de dissolução matrimonial, uma vez que as mulheres finlandesas com um alto grau de instrução revelavam atitudes mais conservadoras face às mudanças familiares. No contexto

¹⁷ Esta tendência deverá ser lida com reservas, já que, a partir de 2005, são vários os casos em que não se dispõe desta informação (valores de 14% em 2005 e 30% em 2010).

português, esta situação é inversa, uma vez que um maior nível de instrução das mulheres se encontra associado a um maior grau de autonomia e, conseqüentemente, a atitudes mais liberais face à família e à conjugalidade (Torres, 1987, 1996).

Se analisarmos a situação da profissão dos cônjuges portugueses que se divorciaram neste período de tempo, verificamos que, tanto os homens como as mulheres, estavam empregados, tendo esta situação aumentado ao longo da década (figura 11). Verifica-se, igualmente, um ligeiro aumento dos desempregados, o que poderá estar relacionado com a crise económica vivida nos últimos anos.¹⁸

Figura 11 – Condição perante o trabalho em casais nacionais



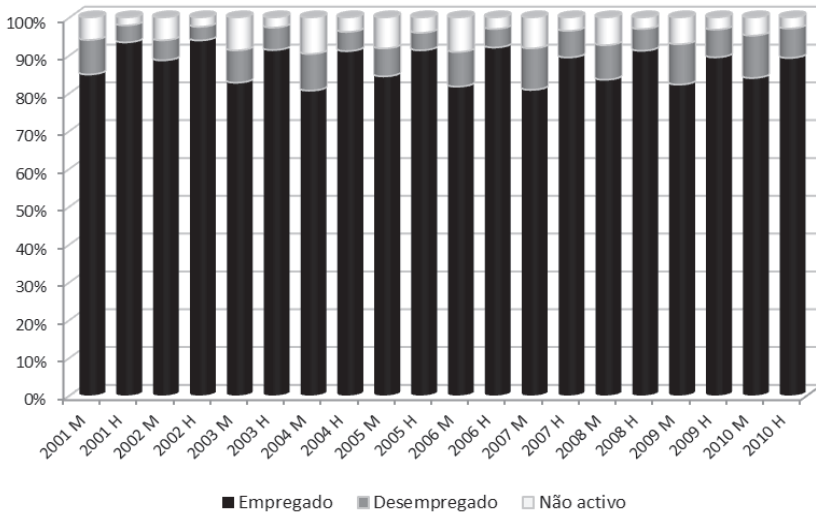
Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

No caso dos indivíduos envolvidos em divórcios binacionais, a grande maioria dos homens e das mulheres estavam igualmente empregados, tendo esta situação vindo a aumentar, por contrapeso à diminuição da situação “Outra” (figura 12). Regista-se

¹⁸ A classificação do INE desta variável inclui para além das categorias “empregado”, “desempregado” e “não ativo” a categoria “outra”. Apesar de o seu peso ter diminuído ao longo dos anos, chega a representar 20% do total de casos no início da década. Como não foi possível apurar que situações estão aí contempladas, optou-se aqui por não considerar essa categoria. Assim os resultados dizem apenas respeito aos casos “empregado”, “desempregado” e “não ativo”.

também um ligeiro acréscimo da importância da categoria dos desempregados, em especial nas mulheres, a partir de 2006.

Figura 12 – Condição perante o trabalho em casais binacionais



Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

No que diz respeito aos divórcios ocorridos entre casais de nacionalidade portuguesa, no que se refere à profissão dos cônjuges masculinos, há que assinalar um aumento importante, de cerca de 11,2% em 2001 para 31,2% em 2010, nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (Tabela 1). Paralelamente, verifica-se uma diminuição clara da presença de profissões como operários, artífices e trabalhadores similares, de 28,6% em 2001 para 16,5% em 2010.

**Tabela 1 – Inserção profissional dos cônjuges masculinos e femininos
(casais nacionais, 2001 e 2010)**

Grupos profissionais	2001				2010			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Forças Armadas	110	0,9	13	0,1	313	1,3	44	0,2
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	1428	11,2	566	4,9	7581	31,2	7403	32,1
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1286	10,1	1472	12,5	1793	7,4	2369	10,3
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	1323	10,4	1395	11,8	2120	8,7	2513	10,9
Pessoal Administrativo e Similares	977	7,7	1854	15,7	2599	10,7	4943	21,4
Pessoal dos Serviços e Vendedores	1881	14,7	2643	22,4	1856	7,6	1448	6,3
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	433	3,4	113	1,0	335	1,4	130	0,6
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	3641	28,6	1617	13,7	4017	16,5	1394	6,0
Operadores de Instalações e Máquinas, e Trabalhadores da Montagem	829	6,5	48	0,4	1577	6,5	374	1,6
Trabalhadores não Qualificados	826	6,5	2062	17,5	2104	8,7	2436	10,6

Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

Por sua vez, o tipo de profissão dos cônjuges femininos em casais nacionais parece seguir uma tendência similar à dos homens (Tabela 1). Entre 2001 e 2010 houve um aumento considerável entre as divorciadas dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa (de 4,8% para 32,1%, respetivamente). Por outro lado, houve uma diminuição importante das mulheres com profissões integradas no Pessoal dos Serviços e Vendedores (de 22,4% em 2001 para 6,3% em 2010) e Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (de 13,7% em 2001 para 6% em 2010). Esta evolução (registada para ambos os cônjuges) dever-se-á muito possivelmente ao facto de, à semelhança dos resultados de Anália Torres para 1994, se terem registado, em termos proporcionais, mais divórcios entre as profissões liberais e nos quadros médios e superiores do que noutros grupos socioprofissionais (Torres, 1996: 213-9). Com efeito, de acordo com os dados dos Censos de 2001 e 2011 (INE), se analisarmos o peso dos divorciados em cada grupo profissional, verificamos que em todos eles se registou um aumento do peso percentual dos divorciados durante a década em análise, o que se deve, em grande medida, ao facto de haver, em geral, cada vez mais divorciados na sociedade. Todavia, esta importância dos divorciados entre os profissionais mais qualificados é claramente acentuada comparativamente com os restantes estados civis e aumenta de forma muito relevante entre os dois Censos: no grupo profissional dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa, os divorciados que representavam 17,7% do total em 2001 passaram a ter um peso de 56,8% em 2011; entre os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, os divorciados passaram de 18,7% para 39,7% do total; no grupo dos Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio, os valores passaram de 18,2% para 43,7%.

Quando os casais são binacionais, em termos da inserção nos grupos profissionais dos cônjuges masculinos (Tabela 2), há a registar um decréscimo ao longo da década dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (14,4% em 2001 e 6,4% em 2010), ao mesmo tempo que se verifica um acréscimo da importância dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas (18,8% em 2001 e 42,4% em 2010).¹⁹ No caso das mulheres, a situação é semelhante (Tabela 2), registando-se igualmente um aumento do peso do grupo

¹⁹ Para os anos em análise (com exceção de 2008), existe também um grupo sem profissão, com um peso percentual que, embora diminua ao longo da década, varia entre os 7% e os 14%.

profissional dos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas, ao longo dos anos (7,9% em 2001 e 44,4% em 2010).²⁰ Por outro lado, também houve uma diminuição de profissionais Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (17,9% em 2001 e 8,5% em 2010) dentro das divorciadas, assim como em profissões como Pessoal dos Serviços e Vendedores (19,5% em 2001 e 9,1% em 2010) e em Operários, Artífices e Profissões Similares (10,7% em 2001 e 2,7% em 2010).

Assim, mais uma vez, se regista ao longo da década, entre os casais que se divorciaram, um aumento percentual de indivíduos com profissões de quadros superiores ou médios, a par de uma clara diminuição de profissões com níveis mais baixos de qualificação, em linha com os resultados observados por Torres (1996) e com os dados apurados pelos Censos para o peso dos divorciados por grupo profissional (dados do INE para 2001 e 2010).

²⁰ Também há que destacar a importância da categoria “sem profissão”, com tendência decrescente ao longo da década, mas ainda com valores acima dos verificados para os homens. É necessário, pois, ler estes valores com reservas, uma vez que são muitos os casos para os quais se desconhece a profissão (com valores especialmente elevados até 2007).

**Tabela 2 – Inserção profissional dos cônjuges masculinos e femininos
(casais binacionais, 2001 e 2010)**

Grupos profissionais	2001				2010			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Forças Armadas	8	1,7	---	---	6	0,4	---	---
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	86	18,8	34	7,9	575	42,4	554	44,4
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	66	14,4	77	17,9	87	6,4	106	8,5
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	48	10,5	43	10,0	91	6,7	94	7,5
Pessoal Administrativo e Similares	27	5,9	73	17,0	93	6,9	177	14,2
Pessoal dos Serviços e Vendedores	53	11,6	84	19,5	92	6,8	114	9,1
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	8	1,7	3	0,7	18	1,3	4	0,3
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	115	25,1	46	10,7	192	14,2	34	2,7
Operadores de Instalações e Máquinas, e Trabalhadores da Montagem	25	5,5	2	0,5	77	5,7	18	1,4
Trabalhadores não Qualificados	22	4,8	68	15,8	124	9,2	148	11,9

Fonte: INE – Microdados do divórcio, 2001-2010

7. Notas Finais

A análise comparativa desenvolvida neste artigo sobre o divórcio em casais nacionais e binacionais, permite constatar, de um modo geral, que existe uma continuação da evolução deste fenómeno social no que respeita a certos indicadores sociodemográficos já identificados por Anália Torres em décadas anteriores (Torres, 1987, 1992, 1996). Assim, e dentro do quadro das mudanças ocorridas na família e no casamento, já desde então descritas pela autora, o divórcio entre dois cônjuges portugueses registou um aumento considerável ao longo da década 2001-2010, tendo-se verificado um acréscimo de dissoluções matrimoniais por mútuo consentimento e um maior número de divórcios entre os casamentos celebrados pelo ritual católico. Paralelamente, a duração média do casamento à data do divórcio sofreu um aumento, o que pode explicar o acréscimo de dois anos da idade média dos cônjuges aquando da rutura conjugal. Todavia, este aumento na idade média à data do divórcio pode dever-se também a outras razões, nomeadamente, o próprio aumento na idade média à data do casamento. Por outro lado, o divórcio poderá estar a ocorrer, nestes casais, em etapas mais avançadas da sua trajetória pessoal e conjugal, o que poderá ser consequência de um alargamento do processo de rutura do casamento a casais mais velhos e tradicionalmente mais resistentes ao divórcio, tanto por questões culturais como por questões relativas à dependência económica da mulher. Uma outra tendência observada é o aumento do divórcio entre recasamentos, fenómeno que poderá estar associado ao crescimento de dissoluções matrimoniais entre aqueles casais sem filhos em comum. Se atendermos ao contexto educativo e socioprofissional, verificamos que, entre os casais nacionais de divorciados, houve um aumento do peso de indivíduos com ensino superior, assim como de indivíduos de profissões de quadros médios e superiores.

Estes indicadores educativos e socioprofissionais também se ajustam aos resultados obtidos dos divórcios em casais mistos. Assim, entre estes, observa-se um aumento do peso percentual dos indivíduos com habilitações superiores e com profissões relativas a quadros médios e superiores no setor público e privado. De igual modo, também foi registada uma maior tendência para o aumento do divórcio em recasamentos e entre casais sem filhos. Contudo, e contrariamente à teoria da homogamia, a evolução e o perfil das ruturas matrimoniais em casais binacionais parece apontar, de um modo geral, para a existência de um contexto conjugal menos

apontar, de um modo geral, para a existência de um contexto conjugal menos conflituoso face aos casais envolvendo dois portugueses. De facto, se bem que estes casamentos tenham vindo a registar um aumento do número de divórcios e de litígios legais ao longo da década considerada, estas dissoluções matrimoniais são proporcionalmente inferiores às registadas para casais de dois portugueses. Por outro lado, estes casais binacionais parecem incluir tanto atitudes mais secularizadas face ao casamento e à família, como ostentar diferentes crenças religiosas, facto que pode ser ilustrado pelo aumento do peso das celebrações pelo ritual civil registadas.

Também, e em consonância com a hipótese explicativa que sugere que as uniões binacionais incluem, em parte, casamentos por conveniência, alguns dos indicadores analisados parecem apontar nessa direção. Assim, entre os casais mistos observou-se uma diminuição da duração média do casamento, assim como uma estabilização nas idades médias de divórcio, indicando que estas uniões tendem a ser mais breves e a envolver indivíduos mais jovens do que os casais nacionais. Estes resultados podem estar relacionados com as mudanças ocorridas na estrutura da comunidade imigrante em Portugal, no início do século XXI (diminuição dos indivíduos provenientes dos PALOP e aumento de imigrantes do Brasil e países do Leste europeu), e da necessidade legal de certos grupos de imigrantes mais recentes de regularizarem a sua situação. Embora os micro-dados possam sugerir esta tendência, esta hipótese só poderá, contudo, ser confirmada com estudos qualitativos que permitam identificar as motivações para o casamento subjacentes nos discursos dos protagonistas envolvidos.

De acordo com esta última ideia, é, pois, fundamental desenvolver investigações futuras, tanto qualitativas como quantitativas, que distingam a evolução de divórcios entre vários grupos de imigrantes envolvidos em casamentos binacionais. Neste sentido, e tal como sugere a teoria da convergência, será possível calcular se certos grupos sociais – por exemplo, os casais envolvendo portugueses e brasileiros – apresentam um risco de divórcio mais ou menos elevado, assim como identificar certas especificidades sociodemográficas que descrevam mais detalhadamente os perfis de divórcios característicos a cada grupo social.

Referências bibliográficas

- FERREIRA, Ana Cristina e RAMOS, Madalena (2008), “Padrões de casamentos entre imigrantes em Portugal”, in *Revista de Estudos Demográficos*, 43, 79-107.
- (2012), “Padrões de casamentos dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal”, in *Revista Brasileira de Estudos da População*, 29, 2, 361-387.
- FINNÄS, Fjalar (1997), “Social integration, heterogeneity, and divorce: the case of the Swedish-speaking population in Finland”, in *Acta Sociologica*, 40, 263-277.
- FU, Xuanning (2006), “Impact of socioeconomic status on inter-racial mate selection and divorce”, in *The Social Science Journal*, 43, 239-258.
- GASPAR, Sofia (2010), “Family and social dynamics among European mixed couples”, in *Portuguese Journal of Social Science*, 9: 2, 109-125.
- GRASSI, Marzia (2006), “Formas migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen: uma introdução ao caso de Portugal”, in *Etnográfica*, vol. 10, 2, 283-306.
- INE (2002), *Recenseamento Geral da População*, 2001, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- (2012), *Recenseamento Geral da População 2011*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- JANSSEN, Jacques P. G. (2002), *Do opposites attract divorce? Dimensions of mixed marriage and the risk of divorce in the Netherlands*, Amsterdam, Thela Thesis.
- JONES, Frank L. (1996), “Convergence and divergence in ethnic divorce patterns: a research note”, in *Journal of Marriage and Family*, 58, 1, 213-218.
- KALMIJN, Matthijs (1998), “Intermarriage and homogamy, causes, patterns, trends”, in *Annual Review of Sociology*, 24, 395-421.
- KALMIJN, Matthijs; DE GRAAF, Paul M.; JANSSEN, Jacques P. G. (2005), “Intermarriage and the risk of divorce in the Netherlands: the effects of differences in religion and in nationality, 1974-94”, in *Population Studies*, 59, 1, 71-85.
- LOBO, Cristina (1995), “Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 18, 69-95.
- (2009), “Parentalidade social, fratias e relações intergeracionais nas recomposições familiares”, in *Sociologia – problemas e práticas*, 59, 45-74.

- MALHEIROS, Jorge e ESTEVES, Alina (2012), *Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal: características, problemas e potencialidades*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- MARINHO, Sofia (2010), “Ser pai na residência alternada: dinâmicas, trajetos e contextos na paternidade”, in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (coord.), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, Cite, nº 6, 335-456.
- NEYRAND, Gerard e M’SILI, Marine (1998), “Mixed couples in contemporary France. Marriage, acquisition of French nationality and divorce”, in *Population: An English Selection*, 10, 2, 385-416.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago de e PEIXOTO, João (2012), “Envelhecimento da população imigrante: o caso português”, in *Revista Migrações*, 10, 45-81.
- SALIMBENI, Olivia (2005), *Heirat II Final Report, Portugal 2005*, Brussels, European Commission.
- SEF/Departamento de Planeamento e Formação (2010), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Lisboa, SEF.
- SMITH, Sanne, MAAS, Ineke, VAN TUBERGEN, Frank (2012), “Irreconcilable differences? Ethnic intermarriage and divorce in the Netherlands, 1995-2008”, in *Social Science Research*, 41, 1126-1137.
- TORRES, Anália (1987), “Mulheres, divórcio e mudança social. Divórcio: tendências atuais”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 2, 117-156.
- (1992), “Fatalidade, culpa, desencontro. Formas da rutura conjugal”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 11, 43-62.
- (1996), *Divórcio em Portugal, ditos e interditos. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- (2008), *Nova Lei do Divórcio*, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Edição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, 13-28.
- WALL, Karin (2003), “Famílias monoparentais” (Dossiê “Famílias no Censo 2011: caracterização e evolução das estruturas domésticas em Portugal”), in *Sociologia – problemas e práticas*, 43, 51-66.
- ZHANG, Yuanting e VAN HOOK, Jennifer (2009), “Marital dissolution among interracial couples”, in *Journal of Marriage and the Family*, 71, 95-107.

Agradecimentos

As autoras estão profundamente agradecidas à Anália Torres pelas sugestões e comentários críticos feitos a uma primeira versão deste artigo. Também desejam agradecer à Clara Oliveira, Marta Almeida Carreira, Diana Maciel e Magda Nico, a leitura atenta que desenvolveram e que muito contribuiu para enriquecer a versão final do texto.

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género¹

Rui Pedro Fonseca²

Universidade do Porto

Resumo | Este artigo foca as condições de produção artística sob uma perspetiva de género, concretamente os custos de produção, as estratégias e disposições essenciais necessárias para que artistas (bem como artistas feministas) atinjam posições privilegiadas no circuito artístico principal. Também se abordam, sob uma perspetiva de género, alguns dos critérios de gosto dos agentes que ocupam as posições de topo do mercado da arte, bem como se analisa o *ranking* da produção artística mais bem cotada à escala mundial. Lança-se, ainda, uma leitura sobre a escassa feminização nas carreiras artísticas em postos de topo do campo da arte.

Palavras-chave: Dimensão; Económica; Arte; Género.

Abstract | *Career, feminist art and patronage: an approach to the economic dimension of the art circuit in a gender perspective*

This article focuses on the conditions of artistic production in a gender perspective, in particular the production costs, the strategies and basic necessary provisions for artists (as well as feminist artists) achieve privileged positions in the main art circuit. Further, under a gender perspective, we address some of the criteria of taste of the agents that occupy the top positions of the art market as well as analyzing the ranking of the best artistic production listed worldwide. It also glances a reading on the low feminization of artistic careers in the top of art field.

Keywords: Dimension; Economic; Art; Gender.

¹ Artigo realizado para o âmbito da tese de doutoramento (com o apoio da FCT) intitulada “Condições de Produção e Práticas de Receção da Arte Feminista” – Universidad del País Vasco.

² Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia | Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Gabinete 251 (Torre B – Piso 2) | Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | Portugal. *E-mail*: fonsecarppd@hotmail.com

Resumé

Carrière, l'art féministe et patronage: une approche à la dimension économique du parcours d'art dans une perspective de genre

Cet article se concentre sur les conditions de la production artistique dans une perspective de genre, en particulier les coûts de production, les stratégies et les dispositions de base nécessaires pour les artistes (ainsi que des artistes féministes) parvenir à des positions privilégiées dans le circuit de l'art. En vertu d'une perspective de genre, nous nous adressons à certains des critères de goût des agents qui occupent les principales positions de marché de l'art ainsi que l'analyse du classement de la meilleure production artistique énumérés dans une échelle mondiale. Se conduit une lecture sur la faible féminisation des carrières artistiques dans du domaine de l'art.

Mots-clés: Dimension; Économique; Art; Genre.

Resumen

Profesión, arte feminista y el patronato: una aproximación a la dimensión económica del circuito de arte bajo una perspectiva de género

Este artículo se centra en las condiciones de producción artística en una perspectiva de género, en particular los costes de producción, las estrategias y las disposiciones básicas necesarias para que los/as artistas (así como artistas feministas) alcancen posiciones de privilegio en el circuito principal del arte. Además, bajo una perspectiva de género, se enfoca a algunos de los criterios de gusto de los agentes que ocupan las primeras posiciones del mercado del arte, así como si analiza la clasificación de la mejor producción artística en una escala mundial. Finalmente, se hace una lectura sobre la baja feminización de las profesiones artísticas en el circuito principal del arte.

Palabras clave: Dimensión; Económica; Arte; Género.

1. Custos de produção e o investimento

Os custos de produção de obras de arte podem variar entre o investimento de montantes pouco exigentes (*eg.*: como a compra de papel, carvão, barro, gesso, etc.) ou podem implicar gastos bem mais volumosos que requeiram materiais mais caros ou que exijam a contratação de colaboradores/executantes ou o recurso a processos técnicos e equipas especializadas (Cf. Melo, 1994: 35). Ora, um/a artista que não tenha bolsas ou

fontes de rendimento dificilmente poderá materializar um projeto cujos custos de produção excedam as suas possibilidades.

A luta de um/a artista para conseguir materializar a sua ideia implica, por vezes, o investimento de montantes tão elevados que o autofinanciamento derivado de venda de obras pode não ser suficiente para adquirir materiais demasiado custosos, equipamentos, colaboradores/as e/ou espaços. Há quem consiga patrocínios, outros/as vão vendendo as suas peças, outros/as adquirem empregos dentro ou fora do campo da arte, outros/as formam associações ou grupos para, na maior parte dos casos, obterem uma necessária visibilidade para efeitos de consagração, etc.. Independentemente das estratégias utilizadas, os/as artistas permanecem suficientemente orientados/as em relação às exigências do campo da arte para tentarem, dentro das suas possibilidades, viver do seu sistema de distribuição e expor a sua obra ao público. Contudo, assiste-se a uma notória “discrepância entre as credenciais e as recompensas – alta qualificação entre artistas, e salários baixos ou muito díspares e desregulamentados em várias áreas.” (Conde, 2009: 7)

Ser artista é ser investidor/a e titular de recompensas económicas e simbólicas, o que implica ostentar um capital social específico e aceder a diferentes formas de poder legitimador: salários, instituições, credenciais educacionais, conhecimentos, consciência dos meios para almejar determinados fins, etc. No entanto, há que mencionar que são poucos/as os/as artistas que atingem o cume de uma carreira. A profissão de artista acarreta vulnerabilidade resultante, por exemplo: dos pagamentos ininterruptos (quando existem) e que muitas vezes são baixos³; da falta de contratos de trabalho; da submissão a formas de poder simbólico; da recusa dos *gatekeepers* em permitir a participação em exposições coletivas ou individuais; da recusa em expor em concursos de arte, galerias, bienais, etc.

2. O culto do individualismo como condição para a integração de um/a artista no mercado concorrencial

O sistema da arte é altamente hierarquizado, logo a partir da extensa e variável

³“(…) Podem surgir problemas de prazos e atrasos nos pagamentos, entre o comprador e galerista e entre galerista e artista, ou querelas relacionadas com descontos e reajustamentos de preços e a sua repercussão nas margens de ganho respetivas destes dois últimos. Genericamente, nestes períodos, tende naturalmente a verificar-se um afrouxamento das relações económicas entre galeria e artista.” (Melo, 1994: 46)

valorização das obras, de algumas que simplesmente não o são, a outras que são cotadas com montantes meramente simbólicos, ou outras que atingem cifras de centenas de milhões. Quando mais elitista é o mercado da arte, mais potencia a cotização de determinado/a artista, e que os valores económicos das obras tenham um impacto substancialmente maior que o seu valor estético ou simbólico (Crane, 1992: 144).

O estabelecimento e a ascensão de uma carreira de artista implicam, em regra, a existência de relações pessoais e a obtenção dos “conhecimentos” necessários dentro do sistema da arte – marcadamente hierarquizado. No topo da hierarquia encontram-se os/as artistas que atingem o estrelato, cuja ascensão normalmente não tem retorno – são estes/as que, normalmente, ostentam maior capital cultural/social, assim como os/as que obtêm as remunerações mais elevadas. Nas zonas intermédias da pirâmide, alinham-se estratos sucessivamente mais reduzidos e permanentemente atravessados por deslocações ascendentes e descendentes, com recaídas, recuperações e estabilizações provisórias ou definitivas (Cf. Melo, 1994: 105). Em qualquer dos estratos da hierarquia, as lutas pelas posições têm lugar entre os pares, quer sejam artistas ou outros agentes culturais.

De acordo com o estudo clássico do mercado da arte de Moulin (1967), os negociantes integram um/a artista na economia social transformando os valores estéticos em valores económicos, o que implica, em termos práticos, a mobilização de outros agentes, instituições e a formação de complexas redes de circulação de capital económico, mas também simbólico, em torno da produção artística. Considerando casos de artistas que atingem o auge de uma carreira de sucesso, cujas obras são distribuídas e referenciadas por museus de arte ou coleções particulares, o mercado da arte significa, para estes casos, um potencial e aliciente lugar de rentabilização económica. Todavia, o mercado de arte não se restringe apenas às obras dos/as consagrados/as, já que também permite a entrada a novos/as artistas que pretendem criar novas dinâmicas comerciais e construir carreira. Aos/às novos/as artistas é-lhes atribuída uma determinada cota, ou seja, um determinado valor por cada obra a ser comercializada, valor que é variável ao longo do percurso artístico do/a autor/a e que normalmente corresponde à cristalização da sua legitimação (Cf. Nóbrega, 2009: s/p).

A possibilidade de qualquer artista integrar o seu trabalho nos mais conceituados museus de arte implica uma tarefa muito árdua e um percurso consistente que incondicionalmente, necessita do acompanhamento de agentes culturais legitimadores (críticos, comissários e/ou galeristas) que estejam já incluídos no circuito e que tenham

alcançado reconhecimento suficiente para sugerir a inclusão de trabalho artístico em instituições de prestígio (*idem*).

Em termos gerais, os/as artistas compreendem a necessidade de utilizar o sistema de mercado da arte para que a sua obra aceda às audiências, o que permite a criação de condições de visibilidade para fins comerciais e/ou a aquisição de *capital simbólico* que varia de intensidade de acordo com o espaço acolhedor e com os agentes com quem trabalham. Compreendem, desde logo, que a consagração da sua carreira está dependente de uma rede de agentes culturais que detêm poder de influência e de consagração.

As práticas culturais em sociedades avançadas estão instituídas em arenas relativamente autónomas que possuem hierarquias institucionalizadas onde artistas plásticos/as lutam por recursos valorizados, cujas conquistas de lugares geram classificações simbólicas (Cf. Swartz, 1997: 43). Grupos e indivíduos que beneficiem da consecução dos seus interesses, embora na forma desinteressada, obtêm o que Bourdieu designa como capital simbólico. Capital simbólico é “capital negado”; é a reformulação da autoridade carismática que legitima relações de poder ao acentuar as qualidades pessoais das elites como supostamente superiores e naturais (*idem*). Não só o trabalho artístico, mas o nome do/a autor/a funciona como uma marca comercial, “como signo distintivo” (*idem*), tendo, “independentemente da sua vontade, o seu trabalho inserido numa lógica que é a da produção corrente da mercadoria (...)” (Melo, 1994: 16, 17)

Bourdieu conseguiu demonstrar que existe uma política económica da cultura, que toda a produção cultural é orientada para a recompensa, e que as preferências estilísticas são selecionadas e rejeitadas a partir de normas que são análogas às noções gerais de investimento económico (Cf. Swartz, 1997: 67). As recompensas e as conquistas de várias ordens, de qualquer artista ou agente cultural no âmbito do campo artístico, melhoram determinada posição, pois são conferidoras de várias formas de poder, seja material, cultural, social ou simbólico. Ser artista com sucesso profissional acarreta um contínuo trabalho em torno da construção da reputação, do *status*, requer conhecimentos e envolvimentos com determinadas personalidades que confirmam legitimação/reputação no âmbito do campo – desde os pares, com os quais concorrem, mas sobretudo os agentes culturais.

As carreiras dos/as artistas requerem uma alta dependência das relações interpessoais com estes agentes culturais, relações que usualmente “misturam

funcionalidade, afeto e poder, sob a liderança carismática” (Conde, 2009: 18). Para o crítico de arte Alexandre Melo, a projeção de um/a artista depende, sobretudo, das suas próprias capacidades de relacionamento e de integração:

“A divulgação internacional da obra dum artista depende antes de mais do próprio artista, da capacidade que ele tem de se inserir numa rede de relações, de diálogos, de colaborações, de intercâmbios, que torna a sua obra possível no plano internacional” (Melo, 2007: s/p).

O sistema de distribuição da produção artística é gerido por intermediários especializados que criam ordem e asseguraram a acessibilidade do seu próprio negócio através da criação de relações de ordem interpessoal e institucional que possibilitam a criação de condições estáveis de circulação das obras. Para que determinado/a artista alcance uma posição privilegiada dentro do campo, é necessária uma gradual promoção que se dá através do reconhecimento de agentes culturais – comentadores, galeristas, pessoas da classe política e/ou económica, da comunicação social especializada, entre outros. São estes agentes que impulsionam a intervenção mediática e que permitem que a obra obtenha uma mais intensa velocidade de difusão de informações.

O reconhecimento de qualquer artista numa rede de relações institucionais implica a distinção da sua obra artística, o que requer um trabalho pela singularização, muitas vezes pelo recurso à sublimação, *ie.*: “o/a artista X que tem vocação e talento natural”; “aquele/a que nasceu para ser artista”, “o/a carismático/a artista...”, etc..⁴ O individualismo resultante da alta competitividade, que tem lugar na generalidade dos setores laborais, é também um fenómeno que inere ao campo artístico, por vezes ainda de forma mais exacerbada. O cultivo do individualismo gira em torno da autoria e da necessária autenticidade conferida pela assinatura ou pelo imperativo de produzir arte que se distinga pela sua unicidade.

⁴ Considere-se, a título de exemplo, a capa da revista *Time* em que Damien Hirst surge como uma “*rock star*”, ostentando poder e reforçando a fama que o artista pompeia no campo da arte.

Imagem 1 – Capa da *Time*, 15 de Set. de 2008: “Artist as rock star” (Damien Hirst)



O/A artista carismático/a, que possui o especial “dom” em ser criador/a, proporciona um duplo reforço: de si e, por acréscimo, do seu trabalho. A sua valorização pessoal é, assim, intrínseca à valorização da obra, ao seu valor estético, intelectual, sobretudo mercantil. A multiplicação dos *mediuns* artísticos, as milionárias valorizações económicas que muitas vezes são anexas a determinadas obras, a sua reprodutibilidade, mas também o prestígio da figura de um/a artista jogam, em conjunto, um papel importante conferidor ao que Walter Benjamin viria a denominar de “*arte aurática*” que é realizada apenas por artistas reconhecidos/as, que muitas das vezes adquirem estatuto e fama.

Artistas famosos/as são aqueles/as cujas obras, compradores, exibidores, intermediários e comentadores atuam necessariamente num quadro internacional (Cf. Melo, 1994: 47). Estes/as artistas, para além de manterem prestígio dentro do campo, particularmente entre investidores e outros especialistas, são muitas vezes reconhecidos entre grandes audiências. São artistas que gozam de uma situação privilegiada devido ao facto de o seu trabalho ser apoiado, promovido e comentado com alguma intensidade por agentes culturais que também ocupam posições privilegiadas.

A luta por produzir uma obra de arte, uma criação definitiva que possa encontrar um local único no mercado, implica sempre circunstâncias competitivas e envolve um esforço individual que gira em torno da sua produção e legitimação. A distribuição da produção e o consumo da arte estão dependentes de um circuito cuja lógica implica o investimento de dinheiro e a necessidade de obtenção de lucros dentro de um mercado que requer a inovação, a diversificação e a originalidade, por vezes, alguma egolatria e subjetivismo como armas numa competição entre artistas, agentes e instituições que possuem um sentimento de luta pela existência material, pelo sucesso, pela influência e pelo poder. Ser artista implica a sujeição a um mercado concorrencial onde a competição com os pares é assaz feroz⁵, onde qualquer um/a fica sujeito/a à obrigatoriedade de produzir arte que surpreenda e que surja como novidade dentro do circuito, num tempo e contextos que, de acordo com Pierre Bourdieu, assentaram num processo de “institucionalização da anomia”.

Por convenção, o efeito “novidade” surge no campo da arte como uma estratégia contra a saturação do mercado; sendo que, como refere Maria de Lourdes Lima dos Santos, “a novidade torna-se numa repetição, numa moda que precisa de combinar a série com a novidade” (Lima dos Santos, 1994: 131, 132).

Embora alguma da arte *avant-garde*, em si inovadora, num período demarcado como modernismo, incluía alguma produção feminista e outros tipos que se definiam como socialmente críticos, o termo em si engloba toda a arte que foi/é essencialmente desafiadora das convenções artísticas estabelecidas e legitimadas pelas instituições artísticas (estilos, formas, suportes, técnicas),⁶ incluindo escolas e museus. Contudo, correntemente, a novidade absoluta não deixa de ser uma improbabilidade face à saturação dos paradigmas da criatividade que, em si, encerra um carácter demasiadamente banal, ainda que seja demasiadamente valorizada.

⁵ A inclusão das obras de arte num mercado concorrencial terá começado no século XIX quando os/as artistas, muitos/as sem os seus mecenas, refletiram sobre o que ocorria dentro da esfera político-económica (e em certos casos se lhe adiantavam), procurando mudar os fundamentos do juízo estético com a finalidade de vender o seu produto. No que diz respeito às mulheres artistas, circunstâncias sociais, familiares, mas também de ordem institucional, eram impeditivas para que estas acedessem às escolas de arte e se dedicassem à criação artística.

⁶ A história da arte é reveladora de como determinado estilo, descoberto por determinado/a artista, consegue depois reunir seguidores/as que se apropriam desse estilo, ainda que de forma individual, formando posteriormente o que tão vulgarmente foi designado como “corrente artística”.

3. A produção artística (feminista) sob a tutela do mecenato. Uma abordagem à dimensão económica

Previamente resultantes de avaliações e revalorizações, a história da arte tende a focar como objeto de estudo as tendências artísticas, os/as artistas e os acontecimentos que vão de encontro ou, no limite, que não chocam com os interesses das camadas sociais mais influentes. Os seus processos de interpretação e de avaliação tendem a refletir o desenvolvimento das escolas e a consagrar o gosto do patronato sublinhando a sua influência na configuração do legado de produção cultural. Consequentemente, esta valorização contínua do gosto, previamente estabelecido pela história da arte, suporta os interesses dos investidores, na medida em que consolida a sua posição/*status* no próprio campo, perante outros agentes económicos e perante os próprios públicos.

Para além do culto sagrado que as consignam, as obras de arte representam um atrativo para determinadas empresas e alguns negociantes que investem, normalmente sob a orientação de especialistas em arte, somas valiosas que geralmente viabilizam ativos financeiros, para além dos simbólicos. São investimentos que podem ser subjetivos, mas efetivamente lucrativos, estando sujeitos à valorização especulativa que é feita, por exemplo, em leilões, em torno de obras artísticas. *Eg.*: no leilão de arte moderna e impressionista da *Christie's* (em 2008) vendia-se então o Monet mais caro de sempre por 51,6 milhões de euros. Nessa mesma sessão o valor total do leilão elevava-se para 212,3 milhões de euros. Mais recentemente, um outro leilão de arte contemporânea ascendeu a 228 milhões de euros, com a venda do “*Three Studies for a Self-Portrait*”, de Francis Bacon (Cf. Marques, 2008: s/p). Mesmo em plena crise económica e financeira, o mercado artístico não cessa de crescer porque, de acordo com Pedro Mesquita da Cunha, diretor e fundador da leiloeira portuguesa Sala Branca, “é um bom refúgio para quem tem liquidez e quer investir”, além de que revela que as classes mais altas estão efetivamente mais ricas. No que respeita aos “gostos”, Pedro Mesquita Cunha refere que o mercado está “mais educado” porque aos poucos vai-se colocando a hipótese de que pode “leiloar uma instalação” (*idem*). Eis um critério de gosto que subjaz que a forma/*medium* é mais valorizada que o conteúdo.

A arte começou a ser considerada como investimento no início da década de 1980. Durante grande parte do século XX eram apreciados “os seus méritos estéticos”, havendo “poucos indivíduos (na maioria corretores e leiloeiras) que olhavam para a arte

como uma oportunidade de investimento” – recorda Iain Robertson. “Dividendo estético” era o termo usado para descrever o prazer de possuir uma obra de arte (*idem*).

Ter a capacidade de investir em arte consagrada implica pertencer a uma classe social economicamente elevada e ser capaz de adquirir conhecimentos substanciais das convenções que estruturam a produção da “arte erudita”, de acordo com os parâmetros oficiais. É uma aquisição de conhecimentos que não implica necessariamente um competente sistema de referências, ou seja – de saberes ligados à história da arte, tendências estilísticas⁷, ou aos discursos artísticos. Este tipo de conhecimentos é normalmente assegurado por críticos, curadores, ou por outros mediadores culturais que, algumas das vezes, assessoram os investidores. Só os/as artistas mais consagrados/as conseguem que a sua obra ascenda a uma valorização económica que atinge cifras por vezes milionárias, o que torna alguns/mas deles/as em marcos cuja referência histórica se torna, normalmente, irreversível. É limitado o número de artistas que entram neste circuito restrito, e quando o alcançam convertem-se em indicadores sobre as procuras das principais tendências, estilos, e nomes que atraem colecionadores e outros tipos de investidores. As boas informações que estes agentes adquirem sobre o objeto artístico traduzem-se em perceber se determinada obra pode garantir vantagens comerciais, o que implica o que comumente se designa de “*olho para o negócio*”. O “*olho*” ou o “*faro*” são fatores sistematicamente evocados por galeristas ou colecionadores famosos quando tentam explicar o que os levou a apostar em nomes desconhecidos e que, entretanto, se tornam famosos (Cf. Melo, 1994: 18). A aposta em determinados artistas não se trata de uma ciência exata, mas pode ter propósitos específicos. As escolhas artísticas podem ser feitas e justificadas como exercícios que sustentam a construção de imagens corporativistas que são usualmente conservadoras e feitas para produzirem um efeito positivo num grande número de pessoas. Atualmente, empresas multinacionais, bancos, seguradoras, entre outras, assumem o papel de serem as grandes contribuidoras financeiras para as artes, apresentando uma particular tendência em apoiar programas que reflitam os interesses e gostos de uma comunidade local que a própria multinacional tenta influenciar (Cf. Crane, 1992: 151). Note-se, a título exemplificativo, o contexto norte-americano onde algumas dessas empresas, como

⁷ As tendências artísticas, os diferentes estilos, as correntes artísticas, as escolas concorrentes, são essenciais para fundamentarem e estruturarem uma história da arte com as suas direções e discursos canónicos. As categorizações contextualizadoras de tendências, estilos ou correntes, não deixam de ser discursos que têm uma utilidade autolegitimadora.

a *Exxon* ou a *Mobil*, que não só apoiam extensivamente as artes, como publicitam os seus serviços de amparo em jornais como, por exemplo, o *New York Times* (*idem*: 152).

São empresas que abarcam uma missão de criar boas relações com os públicos ou, no limite, de procurar que não existam choques ideológicos derivados de obras que exibem. Em alguns casos, o financiamento pode ainda ser usado como uma forma de *marketing*, ainda que indireto, de determinadas ideias (estilo de vida, produtos, serviços) que sirvam os interesses da empresa. Consequentemente, a arte pode ter a utilidade de ostentar um carácter publicitário ao representar tendencialmente determinadas visões do mundo, de reconhecer determinados padrões sociais de valor e critérios de gosto. Nesta política cultural, a arte surge como produto que serve sobretudo funções de “decorativismo institucional” (Seabra, 2008: s/p), o que subjaz que este tipo de apoios empresariais servem os próprios interesses corporativos, não os interesses de determinada minoria, como os direitos de mulheres patentes numa qualquer obra feminista.

Os mecenas de primeira linha, que comumente atuam no topo da estrutura do campo da arte, encarnam com muita frequência esse papel de utilizar a arte como suporte decorativo dos próprios edifícios e como estratégia de autopromoção dentro do mundo empresarial. A entrada no mercado da arte por parte de um mecenas equivale a um acesso ao *status* em que “Rockefellers e Guggenheims usam os seus recursos económicos e sociais para erguerem monumentos a eles próprios, em forma de grandes museus de arte contemporânea” (Becker, 1994: 82). As motivações de um mecenas em apoiar e rodear-se de arte podem ser ilustradas a partir destas citações recolhidas por Hans Haacke:

“A minha apreciação e prazer da arte são estéticos em vez de intelectuais. Não estou mesmo preocupado com o que o artista diz; não é uma operação intelectual – é aquilo que sinto.” – Nelson Rockefeller

“O apoio da EXXON serve as artes como um lubrificante social. E se o negócio continua nas grandes cidades, precisa de um ambiente lubrificante.” – Department of Public Affairs, EXXON Corporation

“Mas o mais significativo é que permite aumentar reconhecimento no mundo dos negócios, a arte não é uma coisa à parte, ela tem a ver com todos os aspetos da vida, incluindo o negócio – porque ela é, de facto, essencial para o negócio.” – Frank Stanton (*idem*, 81-82)

Tais conceções e objetivos em relação às artes plásticas colocam (aparentemente) os mecenas numa posição de indiferença em relação aos conteúdos, desde que estes não afetem a imagem das suas instituições empresariais. São comentários que também revelam o interesse pela aquisição de arte como prova de marca do cultivo e do gosto adequados ao *status* social que pretendem vincar. Legítima, tendencialmente, a prerrogativa do ócio ostensivo, representando os interesses de uma minoria privilegiada da sociedade, de uma elite que dispõe dos meios necessários para a sua aquisição e gozo. Ao investirem num/a artista consagrado/a, os negociantes vão justificando os seus gostos numa base de critérios previamente estipulados por conceções partilhadas sobre como devem ser as produções culturais – são premissas fundamentais para as avaliações e apreciações dos produtos culturais (Cf. Crane, 1992: 112). As artes plásticas jogam, assim, um papel em que são vistas como uma prática destinada apenas aos “*eleitos*”, que colecionam pelo deleite individual, apenas como um *hobby*. DiMaggio e Useem argumentam que os investidores beneficiam com o financiamento das artes até porque lhes permite manter e prolongar as suas posições na respetiva classe hierárquica. Eles referem que os

“eventos artísticos têm proporcionado à elite ocasiões convenientes para a reafirmação da partilhada e distintiva alta cultura. As famílias da elite passam a ‘apreciação artística’ para os seus filhos como uma forma de capital cultural que mais tarde se torna numa vantagem valiosa na perseguição de carreiras profissionais e administrativas” (DiMaggio & Useem, 1978a cit. Crane, 1992: 147)

Os investidores, nomeadamente aqueles que se sujeitam à filantropia, fascinam pela acumulação e por se circundarem de obras de arte, enaltecem-se e assumem uma imagem pública de valorizarem a vida cultural de uma dada comunidade. Mesmo a filantropia, que por princípio não é lucrativa, funciona para legitimar interesses económicos particulares, convertendo-os em forma de reconhecimento simbólico e para o bem de outrem (Cf. Swartz, 1997: 91). De acordo com Bourdieu, a filantropia, enquanto setor não lucrativo, permite a “conversão de capital económico em capital simbólico” assegurando aos grupos dominantes a estima da sua boa imagem e das suas atividades em relação à opinião pública (*idem*: 91, 92). O prestígio social surge, então, como motivação para a aquisição de obras de arte raras, de um/a artista conceituado/a, vinca uma imagem de marca conferidora de estatuto social: um “Andy Warhol” pode,

efetivamente, ser consumido tal como um Jaguar, ou seja, como um objeto de prestígio, mas sem funções utilitárias.

O apoio financeiro à atividade artística é uma ocorrência banal. Seja um projeto artístico independente, de uma galeria, de um museu ou do próprio Estado, o mecenato está sempre implícito. Por outras palavras, a carreira de qualquer artista depende de um financiador, de um legitimador a quem são depositadas ambições e esperanças. O facto de um/a artista não ser independente dos condicionalismos económicos e sociais implica que, por vezes, os seus interesses, alguns deles enraizados pelo desejo de poder e/ou prestígio, ou mesmo por uma necessidade básica de subsistência, se sobreponham a outros como, por exemplo, os relacionados com a contestação ou a desconstrução social. Mesmo que qualquer artista permaneça consciente do facto de estar condicionado/a às condições materiais, não pode fugir à condição de que a sua produção cultural poderá legitimar os interesses de consagração de agentes e entidades promotoras, em detrimento de uma eventual função educativa e formadora de uma sua obra que faça menção, por exemplo, a questões alusivas à igualdade de género. Não se espera que da obra um/a artista surja a contestação social, mas espera-se que a eventual influência da sua obra resulte de inovações estéticas e, sobretudo, que essas inovações façam parte dos requisitos de gosto dos *gatekeepers*, das organizações que avaliam, que expõem e vendem os seus trabalhos, e que os usufruam para proveito próprio.

A necessidade de sobrevivência através do mercado da arte tende a conduzir um/a artista a produzir de modo a que o seu trabalho respeite determinados padrões morais e estéticos tornando-se, involuntariamente ou inconscientemente, no/a porta-voz dos seus compradores e protetores, cuja elevada posição não pode jamais ser afetada. Na sua relação com o patronato, um/a artista não pode jamais beliscar quem o/a publicita ou consagra: há, portanto, que saber jogar com os próprios limites da liberdade que estão delimitados pelos agentes e pelas instituições (Cf. Moulin (1967), *apud*. Becker, 1994: 86). Entrar no circuito artístico implica a qualquer artista aceitar tacitamente as regras do jogo, ou seja, acolher determinadas formas de luta mas sempre dentro de procedimentos que, normalmente, excluem verdadeiras ações de contestação.

4. A inclusão do feminismo artístico no principal mercado da arte

Qualquer artista que ascenda ao mercado primário necessita, obrigatoriamente, de passar pelo mercado secundário⁸. Este grande segmento de mercado viabiliza a circulação de obras em espaços e eventos menos conceituados, ainda assim importantes porque sustentam agentes culturais e artistas que procuram sedimentar ou mesmo subir a sua cotação através do reconhecimento do seu trabalho. Qualquer artista feminista que almeje e logre o mercado primário necessita, obrigatoriamente, de experienciar o mercado secundário e sujeitar-se ao risco de não ver o seu trabalho reconhecido, ou seja, que os comerciantes não o (re)vendam, o que provoca uma baixa inevitável da sua cotação. Não obstante as dificuldades e os riscos que a carreira artística acarreta, se hoje em dia se reconhece que artistas feministas (como Cindy Sherman, Barbara Kruger, Louise Lawer, Jenny Holzer, entre outras) são consagradas e reconhecidas em museus e noutras instituições culturais de prestígio internacional (exemplo do MoMa, de Nova Iorque, ou da Tate Modern, em Londres), se se reconhece que há uma ascensão destas mulheres na pirâmide hierárquica, tais melhorias e progressos devem-se ao próprio mercado e aos/às agentes que o compõem. A transação e a especulação de obras de arte podem atingir valores astronómicos nos leilões de arte, sobretudo nos principais centros artísticos sediados em Londres e Nova Iorque.

⁸ O mercado secundário pode incluir aqueles espaços que, muitas vezes não sendo instituições reconhecidas pelo mercado primário, legitimam exposições de arte, *eg.*: galerias e centros culturais locais, juntas de freguesia, bares, discotecas, cafés, etc. Estes espaços alternativos, onde o mercado também funciona, não têm, porém, o prestígio e a movimentação dos grandes agentes artísticos, o que muitas das vezes pode dificultar a ascensão de uma carreira artística.

Tabela 1 – Ranking mundial de obras de arte mais caras até 2012^{9 10 11}.

	Título da obra	Artistas homens	Preço (Milhões)
1ª	“ <i>Card Players</i> ”	Paul Cezanne	\$250
2ª	“ <i>No. 5</i> ”	Jackson Pollock	\$140
3ª	“ <i>Woman III</i> ”	Willem de Kooning	\$137.5
4ª	“ <i>Portrait of Adele Bloch-Bauer I</i> ”	Gustav Klimt	\$135
5ª	“ <i>Nude, Green Leaves and Bust</i> ”	Pablo Picasso	\$106
6ª	“ <i>L’homme qui marche I</i> ,”	Albert Giacometti	\$104.3
7ª	“ <i>A Boy With a Pipe</i> ”	Pablo Picasso	\$104.2
8ª	“ <i>Portrait of Dr. Gachet</i> ,”	Vincent Van Gogh	\$82.5
9ª	“ <i>Bal du moulin de la Galette</i> ”	Pierre-Auguste Renoir	\$78
10ª	“ <i>Portrait of Joseph Roulin</i> ,”	Vincent van Gogh	\$58
–	–	Artistas mulheres	–
49ª	“ <i>Spider</i> ”	Louise Bourgeois	\$10.7
...	“ <i>Untitled</i> ”	Joan Mitchell	\$9.3
...	“ <i>Oozewald</i> ”	Cady Noland	\$6.6
...	“ <i>The Visitor</i> ”	Marlene Dumas	\$6.3
...	“ <i>Les Fleurs</i> ”	Natalia Goncharova	\$5.5
		Artistas feministas	
	“ <i>(Untitled) When I hear the world ...</i> ”	Barbara Kruger	\$0,902,500

É nos leilões de arte que o mercado artístico não tem limites, onde os investimentos, subjetivos, podem ser efetivamente lucrativos. Só os agentes económicos mais ricos podem disputar pelas obras que são sujeitas a especulação. No entanto, tal como confirma o *ranking* das obras mais até 2012 (Tabela 1), o principal mercado da arte ainda subvaloriza as mulheres em relação aos homens artistas. Ainda há discriminação no que toca aos valores de vendas praticadas entre mulheres e homens artistas no mercado principal, particularmente nos grandes leilões de arte que operam ao mais alto nível do funcionamento da cadeia económica do sistema artístico. A propósito deste desfasamento de valores entre as obras de mulheres e homens artistas, o galerista e colecionador Iwan Wirth, que representa Louise Bourgeois, entre outras mulheres artistas, menciona a

⁹ Dados relativos aos homens retirados em *The Week*, 8 Feb 2012.

¹⁰ Dados relativos às mulheres retirados em: Johnson, 2008: s/p.

¹¹ Dado relativo à obra de Barbara Kruger, retirado em Russeth & Douglas, 2011: s/p.

“(...) constante desilusão ver a discrepância de preços entre excelentes mulheres artistas e os seus homens pares. O género de um artista não deveria ter nada a ver com o seu valor de mercado. Eu vejo isto a acontecer constantemente com as grandes artistas que representamos, tais como Bourgeois, Joan Mitchell ou Eva Hesse.

Claro que o mercado artístico, tais como todos os locais, deveria estar livre de tais preconceitos. Fiquei encantado ver importantes pinturas vendidas na Sothby por 3.2 milhões. No entanto, esta ocorrência tem de ser comparada com os trabalhos da mesma venda, que incluíam um Bacon, vendido por 13.7 milhões; um Basquiat, por 5 milhões e um Richard Prince por 4.2 milhões. As mulheres artistas são uma pechincha nos mercados atuais. (...) O problema é que as mulheres foram excluídas dos museus de arte”. (Cf. Johnson, 2008: s/p)

Sarah Thornton, socióloga e historiadora que tem trabalho publicado sobre o mercado artístico, refere que apenas 30% dos acervos artísticos dos museus e galerias contêm obras feitas por mulheres; enquanto os artistas do top 100 nos leilões de 2007 incluíram apenas 4 mulheres (Cf. Johnson, 2008: s/p).

Mediante uma conjuntura em que o mercado artístico ainda é altamente discriminatório em relação às obras de mulheres, quer no número, quer na cotação, o crítico de arte Brian Sewell, procurando negar as evidências, mas confirmando a conjuntura, mencionara (em julho de 2008) numa declaração algo discriminatória que:

“O mercado artístico não é sexista. Os gostos de uma Bridget Riley ou Louise Bourgeois equivalem a um segundo ou terceiro ranking. Nunca existiu uma mulher do primeiro ranking. Apenas os homens são capazes tal de grandeza estética. As mulheres preenchiam 50% ou mais do ensino artístico, no entanto desapareceram gradualmente em finais das décadas de 1920, 1930. Talvez tenha a ver com o facto de que tomavam conta de crianças.” (Johnson, 2008: s/p)

Para além da sua dimensão económica, os leilões têm uma “densidade emocional e espetacular que não deve ser subestimada, a que resulta (...) da acumulação das dimensões de jogo, despique e exibição (...)”(Melo, 1994: 21). Os leilões certificam períodos de um mercado eufórico com fortes oscilações, em que os preços das obras gravitam em torno de fatores que não são nem racionais, nem objetivos, apenas emocionais e especulativos. O despique é a substância de um jogo onde o exibicionismo

corresponde à afirmação de um *status* social, cultural e económico e à exibição mundana de uma imagem (Cf. Melo, 1994: 22).

A reconhecida *Christies*, casa de leilões de arte (Nova Iorque), é um dos locais de referência do mercado principal da arte onde a dominação masculina é deveras evidente. Sarah Thorton descreve a experiência na *Christies* pelo seu cariz sexual, por vezes violento (Cf. Huang, 2011: s/p). Um dos seus entrevistados, o influente consultor de arte Philippe Ségalot, refere que a “a compra de arte é um ato extremamente gratificante e másculo” (*idem*). Um outro entrevistado, o artista Keith Tyson, refere que “a venda é contagiante. Sente-se a emoção do capitalismo e entra-se numa mentalidade de macho-alfa.” (*idem*)

Na dimensão económica da arte, concretamente os compradores, galeristas e curadores¹² de topo são essencialmente homens. Os leilões, como os da *Christies*, são principalmente dominados pelos homens (de negócios) pelo simples facto de a classe empresarial situada no topo da hierarquia ser essencialmente masculina. Na sua dimensão puramente económica, o objeto artístico (mesmo feminista) surge como produto, mercadoria que é (re)valorizada consoante os interesses dos investidores e que muito dificilmente a valorizam pelos seus conteúdos.

É nesta conjuntura de um mercado principal da arte, cujo poder legitimador é essencialmente dominado por homens, que a arte feminista procura obter legitimação. Na sua dimensão económica, a arte feita por mulheres (ver Tabela 1) obtém cotações muito mais baixas quando comparada com a de autoria masculina. Enquanto a obra mais cara (até 2008) feita por uma mulher, a “*Spider*”, de Louise Bourgeois, atinge os 10,7 milhões de dólares; o “*Portrait of Joseph Roulin*”, de Vincent van Gogh, posicionado no 10º posto das obras mais caras (até 2008), atinge os 58 milhões de dólares. O *ranking* das 10 obras mais caras (até 2008), dos períodos moderno e contemporâneo, inclui apenas obras de artistas homens. Já no *ranking* de 100 surge uma das quatro mulheres, Louise Bourgeois, no 49º posto. Por fim, a arte feminista ocupa uma cotação (não enumerada) muito baixa no mercado, sobretudo quando comparada com as obras que detêm dígitos que perfazem milhões: tenha-se como referência a obra feminista mais bem cotada do mercado “*Untitled (When I hear the world culture, I take*

¹² Curadores e programadores jogam um papel fundamental como legitimadores porque estabelecem enquadramentos e determinam se os projetos artísticos devem, ou não, ser incluídos em circuitos institucionais. São estes agentes que classificam os trabalhos que permitem que estes acedam aos públicos (Cf. Conde, 2003: 312).

out my checkbook)”, de Barbara Kruger, que chega aos 902,500 dólares (Russeth and Douglas, 2011: s/p).

A valorização de artistas e obras varia consoante o género – este consiste num grande fator de desigualdade, portanto de discriminação¹³, no campo artístico onde há uma clara assimetria generalizada de consagração entre homens e mulheres artistas. A baixa visibilidade de mulheres artistas e, sobretudo, a falta de referências do período clássico, também se deve ao legado de um passado cujas forças institucionais e estruturais do campo artístico concebiam as mulheres exclusivamente como modelos nus. Face a este funcionamento do campo artístico, as mulheres tinham exclusão automática dos estúdios e das escolas de arte, o que reflete uma história da arte que confirma a baixa visibilidade de mulheres artistas. As velhas noções de grandeza, a perenidade dos cânones, do que é engrandecido na arte, assim como as conceções masculinistas do “*génio*” artístico, ainda estão vinculados exclusivamente aos homens e têm excluído consecutivamente as mulheres artistas. Na história da arte não existe uma “*génia*” mulher. Evelin Stermitz descreve esses cânones “como ‘ideologias’ ou sistemas de crenças que falsamente pretendem objetividade quando realmente refletem relações de poder e dominação.” (Stermitz: s/d)

As condições sociais e de produção tiveram de mudar consideravelmente para que atualmente as mulheres tenham uma maior participação nos contextos artísticos institucionais, o que tem contribuído para que os seus méritos sejam cada vez mais reconhecidos. Mas, apesar de tantos progressos, as mulheres artistas ainda têm mais dificuldades em viver da sua produção artística quando comparadas com os homens. Oportunidades de exposições, premiações, recordes de vendas, postos de ensino, representação em instâncias culturais, a aquisição de “fama”, etc., ainda permanecem altamente masculinizadas. Os preços das obras de mulheres permanecem muito mais baixos comparados com as dos homens, o que significa que são mais mal pagas e que têm menos oportunidades de desenvolver trabalho artístico, quando comparadas com os pares do outro sexo. O cerco fica ainda mais apertado quando se trata de arte feminista. Helena Reckitt, feminista e curadora de arte contemporânea, salienta a dificuldade das feministas em exporem e venderem os seus trabalhos num campo artístico que ainda cria restrições a conteúdos feministas veiculados pela arte (Reckitt, s/d).

¹³ Ainda no que concerne à discriminação, Idalina Conde revela que os formatos de obras como instalações ou *novos media* consistem em fatores de exclusão por parte de instituições (Cf. Conde, 2003: 312), mas sobretudo por parte de agentes económicos.

5. A luta pelas causas feministas Vs: a luta pela carreira artística

Um/a artista (feminista) que pretenda que o seu percurso profissional rume à consagração no circuito principal do campo artístico necessita de almejar objetivos e ultrapassar determinadas barreiras. A construção de uma carreira de sucesso requer que o trabalho de um/a artista ganhe visibilidade em instituições artísticas de relevo – galerias, museus, outros espaços culturais, coleções privadas ou públicas. A reprodução do seu trabalho em monografias, em catálogos de exposições individuais e coletivas, em revistas, assim como a referência escrita realizada por agentes culturais que ocupam posições privilegiadas dentro do campo (críticos, curadores, jornalistas, etc.); a conquista de prémios, bolsas, subsídios, não só otimiza melhores condições de produção como também projeta a carreira de qualquer artista, certificando a sua consagração.

A dimensão económica da arte condiciona os comportamentos das artistas feministas que atuam em conformidade face aos constrangimentos e às oportunidades que o próprio mercado e mecenas impõem ou oferecem. Ser artista feminista implica, portanto, a internalização, ou “incorporação”, de regras das estruturas que compõem e dão ordem ao campo da arte. É um processo, aplicável a qualquer campo, que Bourdieu denominou de “*habitus*”, que contende a reprodução de ações, perceções e atitudes (Cf. Swartz, 1997: 108) de forma consistente.

Dentro da prática criativa, as artistas feministas são também levadas a afirmarem-se individualmente e compreendem que não podem ser premiadas se não deixarem de respeitar a nobreza de espírito e o caráter dos mecenas. Acatar regras não pressupõe que as artistas feministas partilhem dos compromissos políticos e simbólicos dos seus mecenas, nem que sejam apoloéticas do seu *status quo*, ou que ainda se subjuguem como meras serventes do poder. As artistas feministas, enquanto protagonistas de um campo que as legitima mas que também as subordina, ocupam uma posição contraditória porque criticam um sistema no qual pretendem obter legitimação, alcançar capital económico e ter posse de poder. Buscam, por um lado, reconhecimento do campo e das instituições que o compõem e, por outro, criticam o próprio funcionamento dessas instituições não deixando de quererem ser incluídas. Não obstante a aparente contradição, a posse de poder por parte das feministas faz sentido porque lhes permite a obtenção de capacidade de remover ou promover legitimação.

É da sua produção e do mercado da arte que muitas artistas feministas querem viver, o que coloca a exigência de terem de entrar no circuito. Dentro do circuito, as artistas feministas não só concorrem com outros/as artistas, estando circunscritas a uma pequena minoria, como inclusivamente concorrem entre si. A luta por ocuparem a sua posição implica às artistas feministas a autopromoção para obterem visibilidade em prole dos interesses pela carreira, uma outra luta que vigora para além das causas que o seu trabalho alude. Não deixam de usar a autobiografia e as autonarrativas como forma de promoção de si próprias e do seu trabalho: a hiperteorização, o discurso autocentrado, o *portfolio* e, o currículo, são recursos imprescindíveis para qualquer artista (feminista) que queira sobreviver dentro do mercado da arte. Frequentemente, também acontece que os/as artistas fiquem reféns do seu próprio trabalho ou, pelo menos, de um tipo de trabalho que os legitimadores culturais esperam que seja produzido¹⁴. Para aquelas que querem entrar e/ou permanecer no mercado principal têm de equacionar (como imprescindível) os contactos com produtores culturais especializados que ocupem posições de liderança em determinadas instituições.

O objetivo de qualquer artista feminista que esteja no mercado artístico implica a veiculação de questões de género mas, também, passa necessariamente pela sua integração no circuito e pelo seu sucesso comercial. O mesmo princípio é aplicado a agentes e instituições artísticas que estejam voltadas para a igualdade de género e sejam apologeticos do feminismo, que também não deixam de estar orientados para o lucro e para o aumento do seu capital simbólico. A autonomia de uma artista feminista dentro do campo artístico depende, portanto, dos valores e do estilo de vida de quem a legitima.

Ainda que ténue, deve-se ao mercado e a investidores o crescendo da popularidade do feminismo, quer em volume de trabalho publicado, quer nas instâncias artísticas, pese embora os eventos promovidos por indústrias de relações públicas os vendam como “pacotes de feminismo”. É uma contradição aparente, que apresenta vantagens e desvantagens para os discursos artísticos feministas. As vantagens do mercado artístico é que permite que mulheres feministas que se tornem visíveis perante várias instituições e vários públicos heterogêneos, e que deem eco a reivindicações sociais de várias ordens. A sua legitimidade acarreta formas de mediatização, de reprodução visual e discursiva, a possibilidade de se tornarem como referência da

¹⁴ Considere-se como exemplo o icónico trabalho artístico feminista de Barbara Kruger.

história da arte, e ainda potencia a veiculação de discursos (valores, denúncias, problematizações, etc.) sobre questões de género para as vastas audiências. A reprodutibilidade do discurso da arte feminista consagrada permite que esta não seja homogeneizada como “estilo” ou “tendência”, mas como discurso. Surgem depois algumas desvantagens no âmbito da legitimação. Quando Charles Labelle refere que, em relação aos últimos 15 anos, “o feminismo parece ter agora mais a ver com o direito de algumas mulheres em se reafirmarem atuando com histerismo, vendendo os seus corpos, ou fingindo-se de mortas” (Cf. Labelle, 2008: s/p), a sua observação enquadra-se num tempo em que a ideologia cultural é consumista, lúdica, mediática, generalista e eclética, e onde “tudo vale” para que artistas e agentes culturais legitimem as suas produções artísticas.

Face a um poder económico que joga um papel altamente discriminatório, as (re)conhecidas atitudes de algumas mulheres artistas que se pompeiam como “*bad girls*” que ostentam disposições de rebeldia de forma a garantirem a sua inserção no circuito, denotam que as relações das artistas feministas, e de outros/as, se modificaram com as instituições artísticas e agentes culturais aos/às quais projetam ambições de promoção social. Por conseguinte, por terem o receio de comprometer a carreira artística, muitas jovens artistas feministas poderão ser mais impelidas mais à irreverência, à atitude *cool*, do que serem propriamente incentivadas à investigação teórico-prática ligada a valores de género.

Não obstante algumas fórmulas comuns de ascensão da carreira, a produção de arte feminista rodeia-se cada vez mais de produção teórica altamente especializada de investigadoras feministas, com estudos graduados em questões de género, que dão o seu contributo para autonomizar a discursividade das obras, das/os intervenientes, assim como do próprio movimento que se tem feito sentir no campo da arte. São discursos críticos especializados, cada vez mais globalizados, que vêm acompanhando a arte feminista, e que se multiplicam em revistas, livros, monografias, catálogos ou mesmo noutros contextos académicos ou urbanos – o que auspicia um cenário positivo de uma gradual disseminação dos feminismos através da arte. Também a história da arte feminista, a teoria feminista e encontros feministas no âmbito académico, as exposições em espaços comerciais, dão mostras do interesse de várias instituições, o que se traduz em apoios, financiamentos, e reprodução discursiva.

Nos dias que correm, ainda é evidente que os homens são ainda os guardiães do sistema de legitimação e de referências artísticas, regularizando todo um conjunto de

práticas e disposições que tendem a favorecer carreiras de artistas, principalmente de homens. A ordem social do campo da arte não está assim à parte de outras arenas de trabalho na sociedade, porque são continuamente validadas, sobretudo no sistema principal da arte, desde o topo da hierarquia, todo um conjunto de normativas (impostas) e inquestionáveis, que asseguram a desigualdade e a primazia do artista “*gênio*” (homem).

As práticas engendradas ao longo da história, concebidas e partilhadas pelas estruturas de poder legitimadoras, que asseguram, no presente, experiências de discriminação de género, têm sido combatidas por agentes (*outsiders*) que têm vindo a ascender a determinados postos de decisão. A ascensão de mulheres e homens feministas (enquanto galeristas, comissárias, críticas, historiadoras, editoras, etc.) que tencionam veicular arte feminista em instituições legitimadoras, tem-se revelado uma estratégia eficiente de autoempoderamento, que tem rompido com mecanismos discriminatórios manifestos através da dominação masculina.

As desigualdades de género no mundo artístico têm vindo a atenuar-se, o que envolve mudanças numa tradição que ainda é discriminatória porque sub-representa as mulheres. Atualmente, embora exista uma maior inclusão de mulheres artistas nas instituições principais, ainda longe da paridade, essa visibilidade conquistada não existiria sem reivindicações de mulheres, nem sem a organização de exposições alternativas, num tempo em que a produção, a promoção e a diversidade da arte feminista estão em crescendo.

Considerações finais

Só um *gatekeeping* que permita uma mais equilibrada exposição e consagração de homens e mulheres, mediante a implementação de políticas focadas na igualdade de género, aumentará as possibilidades de desenvolver as carreiras artísticas das mulheres, o que aumentará o ensejo de consagração de artistas feministas. Uma outra medida, esta sugerida por Idalina Conde, implicaria a introdução de incentivos específicos e oportunidades para mulheres artistas – *e.g.* prémios e bolsas de estudo (em particular de estudos no estrangeiro), que muitas citam como das principais portas (“*gates*”) (Cf. Conde, 2003: 323); mas também, poder-se-ia acrescentar, a promoção de concursos de arte dirigidos a mulheres, mas com uma mobilização de agentes culturais (curadores, críticos e galeristas) que ocupem postos de poder no campo da arte, assim como a

criação de novas redes locais, nacionais e internacionais, apelativas para a inclusão de apoios económicos (quer através do mecenato, quer institucionais, públicos ou privados). Importa também incluir instituições artísticas (universidades, galerias, centros culturais ou museus) que possam atuar em rede em torno da projeção de políticas de igualdade. Uma medida ainda mais estruturante passaria pela anuência de leis pela igualdade¹⁵ aprovadas em parlamento, que recomendassem às administrações públicas as políticas de paridade na legitimação e consagração artística. É, ainda, imperativa a adoção de políticas culturais preconizadoras da variedade de opiniões e ideologias, de diversos estilos artísticos, de variadas técnicas e suportes, mas também inclusiva de grupos minoritários (desde artistas mulheres, negros/as, pessoas com deficiências, movimentos sociais, etc.) que promova a diversidade e a representatividade de fações sociais – que evitem a exclusão social.

É também indispensável a mobilização de agentes artísticos que tenham interesse em aumentar a visibilidade e garantir o devido valor a muitas mulheres artistas. Importa que os/as teóricos/as (intelectuais, editoras, académicos/as, críticos/as, comissários/as) que escrevem sobre arte aumentem o número de referências de obras de arte produzidas por artistas mulheres pelo princípio de que as consagradas na história da arte de hoje, se tornam nas referências e *role-models* das gerações vindouras.

Para uma disseminação dos feminismos discursivos na arte é, também, fundamental preconizar um ativismo consciente que exprima os desígnios e lutas das mulheres, articulando-o com os núcleos associativos, sobretudo com a própria teoria feminista. Há também que recuperar os ativismos do passado e as fórmulas semióticas mais diretas; há que aproveitar os recursos do presente e utilizar os espaços públicos, aproveitar as novas tecnologias e usar as redes sociais – nem que tais desígnios impliquem o passar ao lado de uma carreira artística em prole dos propósitos do movimento feminista.

Referências bibliográficas

- CONDE, Idalina (2009), “Artists as Vulnerable Workers”, N.º 71/ CIES Lisboa, Paper presented at the 3rd International Sociology Conference, Athens, 11-14 may.
- CRANE, Diana (1992), *The Production of Culture of Media and the Urban Arts*, London, Sage.

¹⁵ Lei que também foi aplicada em Espanha mas que não é respeitada pela maioria das instituições públicas.

MELO, Alexandre (1994), *Arte e Dinheiro*, Lisboa, Difusão Cultural.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1994), “Cultura, Aura e Mercado”, in Alexandre Melo (Org.), *Arte e Dinheiro*, pp. 131-132.

SWARTZ, David (1997), *Culture & Power (The Sociology of Pierre Bourdieu)*, Chicago, University of Chicago Press.

Artigos on-line

CONDE, Idalina (2003), “Making Distinctions: Conditions for women working in serious music and in (new) Media Arts in Portugal” (255-323), in *Culture Gates*. [Consult. a 03.2010]. Disponível em: http://www.oac.pt/pdfs/CultureGates_Portugal.pdf

HUANG, Melissa (2011), “The Masculinity of Art World Auction Houses”. [Consult. a 12.2011]. Disponível em: <http://melissahuang.com/2011/09/24/the-masculinity-of-art-world-auction-houses/>

JOHNSON, Andrew (2008), “There’s never been a great woman artist”, in *The Independent*. [Consult. a 07.2011]. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/arts-entertainment/art/features/theres-never-been-a-great-woman-artist-860865.html>

LABELLE, Charles (2008), in Amelia Jones “1970/2007: The Return of Feminist Art”, in *X-TRA*, nº 10, vol. 4. [Consult. a 06.2011]. Disponível em: <http://x-traonline.org/issues/volume-10/number-4/19702007-the-return-of-feminist-art/>

MARQUES, Ana Luísa (2008), “Investir com arte”, in *Jornal de Negócios OnLine*, 17 de julho 2008. [Consult. a 04.2010]. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/investidor_privado/detalhe/investir_com_arte.html

MELO, Alexandre (2007), “Entrevista por Manuela Hargreaves”, in *Expressarte*, 11 julho 2007. [Consult. a 04.2010]. Disponível em: <http://www.123people.de/s/manuela+hargreaves>

NÓBREGA, Luís Guilherme (2009), “O Mercado de Arte”, in *Revista Paralelo*, 22 abril 2009. [Consult. a 03. 2010]. Disponível em: http://www.paralelo33.com/index.php?option=com_content&view=article&id=97&Itemid=310

RECKITT, Helena (s/d), “Who wants to be a feminist artist?”, in *Ratsalad Deluxe*. [Consult. a 04.2010]. Disponível em: <http://www.turtlenosedsnake.com/ratsaladsite/reckitt.htm>

RUSSETH, Andrew; DOUGLAS, Sarah (2011), “What Does Women’s Art Make at Auction? More Than You Think and Less Than It Should”, in *Gallerist NY*. [Consult. a 09.2011]. Disponível em: <http://www.galleristny.com/2011/11/the-auction-records-of-women-artists/>

SEABRA, Augusto M. (2008), “Gosto e ostentação”, in *Arte Capital*. [Consult. a 09.2010]. Disponível em: http://www.artecapital.net/estado_arte.php?ref=12

STAFF, The Week (2012), “The 10 most expensive artworks ever sold”, in *The Week*. [Consult. a 09.2012]. Disponível em: <http://theweek.com/article/slide/224147/the-10-most-expensive-artworks-ever-sold#>

STERMITZ, Evelin (s/d), “Context of Art and Feminism”, in *ArtFem.TV*. [Consult. a 07.2010]. Disponível em: http://artfem.tv/ArtFem_TV/

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli¹ e Elizardo Scarpati Costa²

Universidade de Coimbra

Resumo

Neste artigo abordamos a localização do saber sobre a ótica da teoria dos movimentos sociais. A partir das concepções teóricas oriundas das perspectivas de Boaventura de Sousa Santos e Anibal Quijano, partimos do pressuposto que o saber tem uma localidade, e com isso, analisaremos as questões provenientes da história e da epistemologia das diferentes linhagens teóricas dos movimentos sociais. Nesse sentido, nosso problema central aqui discutido é: por que continuamos a tratar fenômenos sociais tão presentes ao Sul com um referencial teórico centrado no Norte? Temos como principal intenção, não somente a qualificação do debate a respeito de alguns conceitos frequentemente abordados nesse campo de estudo, mas também de refletirmos sobre outras situações de coletividades contra-hegemônicas que emergiram atualmente no cerne do capitalismo global.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Epistemologias do Sul; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Abstract

The social movements and the critical epistemology to the local of production of scientific knowledge

The following article moves toward an approach about the scene of knowledge about theories of social movements. Starting from a conception derived from Boaventura de Sousa Santos and Anibal Quijano theories, we set the assumption that the acquaintance has a location and so with that we advance with questions regarding the history and the epistemology from the different theoretical lineages of social movements. From that sense, our central issue here discussed is: why keep caring on social phenomenon's that are so present in the South with a conjectural referential crystallized in the North? We have as main intention, not only, the qualification of the debate regarding some concepts frequently moved toward in that study field, but also the reflection about other situations of collectivities counter-hegemonic that emerge from the world today.

Keywords: Social movement; Epistemologies of the South; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Landless Workers Movement).

¹ Doutorando pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Pós-Colonialismos e Cidadania Global (Sociologia) (Coimbra, Portugal). *E-mail*: caetanodecarli@gmail.com.

² Doutorando no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no Doutorado de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (Sociologia) (Coimbra, Portugal). Endereço de correspondência: Rua Elis Regina, nº 6, aptº 402 | Bairro Nova Itaparica | CEP: 29104-235, Vila Velha – ES | Brasil. *E-mail*: eliscarpati@hotmail.com.

Resumé

Les mouvements sociaux et l'épistémologie critique à le locale de production de connaissance scientifique

Cet article traite de l'emplacement de connaissances sur la perspective de la théorie des mouvements sociaux. D'après les conceptions théoriques issues des perspectives de Boaventura de Sousa Santos et Anibal Quijano, nous supposons que la connaissance a une place, et avec cela, nous allons analyser les problèmes de l'histoire et l'épistémologie des différentes lignes théoriques des mouvements sociaux. Par conséquent, notre problème central discuté ici est: pourquoi continuons-nous à traiter les phénomènes sociaux comme dans ce au Sud avec un cadre théorique centré sur le Nord? Notre intention principale est, non seulement la qualification du débat sur certains concepts abordés fréquemment dans ce domaine d'étude, mais aussi de réfléchir à d'autres situations de collectifs contre-hégémoniques qui ont émergé aujourd'hui au cœur du capitalisme mondial.

Mots-clés: Les mouvements sociaux; Épistémologies du Sud; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Mouvement des Sans Terre).

Resumen

Los movimientos sociales y la epistemología crítica para el local de la producción de conocimiento científico

En este artículo se discute sobre la ubicación de los conocimientos acerca de la teoría de los movimientos sociales. A partir de los conceptos teóricos derivados de las perspectivas de Boaventura de Sousa Santos y Anibal Quijano, suponemos que el conocimiento tiene un lugar, y con eso, vamos a analizar los problemas de la historia y la epistemología de las diferentes líneas teóricas de los movimientos sociales. En consecuencia, nuestro problema central discutido aquí es: ¿por qué seguimos para tratar los fenómenos sociales como regalos al Sur con un marco teórico centrado en el Norte? Nuestra intención principal es, no sólo las calificaciones del debate acerca de algunos conceptos con frecuencia aborda en este campo de estudio, sino también para reflexionar sobre otras situaciones de colectivos contra-hegemonías que surgieron hoy en el corazón del capitalismo global.

Palabras clave: Los movimientos sociales; Epistemologías del Sur; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Movimiento de los Sin Tierra).

1. Introdução

Trata-se da abordagem do local de produção do conhecimento científico sobre algumas teorias dos movimentos sociais, com o intuito de refletir sobre uma suposta descontextualização entre uma teoria emergida no “norte global”, e que são aplicadas

nas experiências plurais dos movimentos sociais na América Latina. Arguimos sobre quatro temporalidades e localidades centrais para a análise dessa proposta: o ano de 1968 e suas decorrências; a ascensão e a consolidação do neoliberalismo; os movimentos sociais na América Latina e o Fórum Social Mundial; e os levantes populares decorridos nos países árabes e no norte global. Portanto, mesmo sabendo que essas localidades e temporalidades não esgotam o debate sobre os movimentos sociais, compartilhamos a ideia de que suas tendências teóricas construíram-se nessas variantes de espaço e de tempo, com exceção do último caso.

Subjaz, pois, segundo Mutzenberg, o campo de estudo dos movimentos sociais foi subdividido em grandes correntes que os projetavam como “constitutivos das sociedades pós-modernas”, ou “uma nova vanguarda libertária”, ou ainda “os identificaram como sintomas de uma patologia social” (Mutzenberg, 2002: 15). Por trás de cada um desses campos de estudo, estiveram, em paralelo, pelo menos três temporalidades e locais de produção de conhecimento distintas. De um lado, a tradição pós-moderna, principalmente àquela vinculada aos acontecimentos de 1968, de outro a tradição marxista, que teve na América Latina uma influência marcante entre os adeptos da filosofia da libertação e, por último, o viés estruturalista-funcionalista na análise dos movimentos sociais estadunidenses.

Por conseguinte, diante de tais considerações iniciais, caracterizamos que a localização da produção do conhecimento científico acerca dos movimentos sociais será aqui problematizada, não somente na sua formulação teórica em si, mas também em sua matriz epistemológica. Nesse sentido, a intenção dessa reflexão é chamar a atenção para a necessidade do que Santos denominou de trabalho de tradução a fim de se estabelecer um contraponto entre o local de formulação das teorias e as múltiplas especificidades dos movimentos sociais ao longo do globo:

“o objetivo do trabalho de tradução é criar constelações de saberes e de práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis ao que hoje se designa por globalização neoliberal e que não é mais do que um novo passo do capitalismo global, no sentido de sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica mercantil. Sabemos que nunca conseguiremos atingir integralmente esse objetivo e essa é talvez a única certeza que retiramos do colapso do projeto da modernidade. Isto, no entanto, nada nos diz sobre se um mundo melhor é possível e que perfil terá. Daí que a razão cosmopolita prefira imaginar o mundo melhor a partir do presente. Por isso propõe a dilatação do presente e a contração do futuro. Aumentando o campo das

experiências, é possível avaliar melhor as alternativas que são hoje possíveis e disponíveis” (Santos, 2002b: 274).

Pensamos que a teoria de Santos sobre a sociologia das ausências e a sociologia das emergências é, com isso, um ponto chave para se analisar as teorias dos movimentos sociais à luz de sua relativa incompatibilidade teórica do local de produção do conhecimento com a realidade empírica atual. Neste sentido, sabemos que é, excepcionalmente, importante uma reflexão teórica baseada nos clássicos das teorias dos campos da ação política e dos movimentos sociais que vamos levar a cabo ao longo do texto, mas sem nos tornarmos reféns dessas perspectivas teóricas. Ou seja, não nos propomos aqui a descartar ou a invalidar teoricamente tais teorias, mas renová-las à luz da referida proposta de Santos, validando-a perante o diálogo com a realidade empírica.

2. O local do Norte

O Norte, como local de produção de conhecimento científico privilegiado, foi o campo teórico central para a análise sobre movimentos sociais, enquanto as suas variantes mais massivas e populares, pelo menos no final do século XX, eram oriundas do Sul, notadamente da América Latina. Nos debates de Quijano, sobre a colonialidade do saber e do ser, e de Santos, sobre as epistemologias do Sul, e Chakrabarty, sobre a crítica ao local de produção de conhecimento europeu, vemos um alerta para o perigo da centralidade do protagonismo do sujeito histórico do Norte em detrimento de uma variedade de experiências emergentes por atores sociais do Sul global (Quijano, 2009; Santos, 2007; Chakrabarty, 2009). Talvez, as teorias dos movimentos sociais podem ter padecido de tal problemática.

Dito isto, pensamos que a tradição das lutas de 1968 foi a principal referência para a emergência de uma teoria dos movimentos sociais constituída sobre contraponto do debate marxista (seja de uma concepção clássica do marxismo, seja das suas reformulações mais recorrentemente citadas de Thompson, Althusser e Habermas). De forma genérica, pode-se atribuir a esse período a emergência de uma série de padrões culturais, ou contraculturais, da juventude, do feminismo e das lutas pelos direitos civis. Efetivamente, uma das conquistas que se credita às manifestações de 68 foi à consolidação de uma agenda feminista no mundo ocidental, incluindo ainda, a efervescência da discussão sobre os direitos civis nos Estados Unidos. O movimento

ecológico também floresceu nesta época, a partir das teses do limite do crescimento do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo. Assim, outro fato significativo desse período, foi que as manifestações de 1968 tiveram uma forte influência do meio acadêmico francês, e abriu-se espaço para um triunfalismo das teorias pós-modernas e pós-estruturais, em concomitância com a crítica ao marxismo, e, conseqüentemente, ao pensamento leninista e o maoísta (Mutzenberg, 2002). Paradoxalmente, as teorias marxistas sofreram reformulações por parte de alguns autores, ao adquirir uma conotação mais cultural do que econômica. É verossímil, entretanto, que as lutas sociais empregadas nesse momento não eram travadas pelo movimento operário clássico estando na retaguarda dos acontecimentos políticos. Como é sabido, a proposta de Marx incide, sobretudo, na análise do conflito entre classes sociais dirigentes e subalternas, ou seja, dentro da matriz teórica marxista, as classes sociais são imprescindíveis para se entender todas as ações políticas e a tomada do poder por uma classe social é fundamental para consolidação desse processo revolucionário. No sentido que Marx conceituou como sendo a “consciência de classe para si” e não somente “classe em si”, não se notou ao nível da organização do sindicalismo operário clássico nesse momento histórico.

Mediante isso, o debate teórico acerca dos movimentos sociais teve na geração europeia de 68 um importante lugar nas abordagens propostas por Alain Touraine sobre a modernidade, os sujeitos sociais e o Estado no sub-continente (Scherer-Warren, 2005). A sua teoria do *acionismo*³ ganhou grande espaço nas universidades e nos grupos de pesquisa sobre os estudos dos movimentos sociais. Sob a égide do *sujeito histórico* como protagonista da ação coletiva, Touraine faz a seguinte classificação para a sua intervenção na realidade social – “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural”, pois visa sempre a “realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que a vitória sobre um adversário social” (Touraine, 1997: 254). Para Alonso, essa geração se pautou na ideia de que “as novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiram mais por uma atividade ou trabalho, mas por formas de vida. Os ‘novos sujeitos’ não seriam então classes, mas

³ Para Touraine (1989), a ação coletiva é um campo histórico dividido em três variáveis: o conhecimento, o modelo cultural e acumulativo. O conflito social é gerado pela dominação do campo histórico da sociedade, os sistemas políticos hierarquizados, e na confrontação de oposição dos poderes observam-se os movimentos sociais em três níveis analíticos: a historicidade, as instituições e as organizações.

grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural” (Alonso, 2009: 60).

Outra variante teórica das análises sobre os movimentos sociais foi preconizada por Tilly e Tarrow ao focar o componente político como fator prioritário da mobilização social. Segundo Tilly, “o modelo político (...) nos fornece uma explicação crua das diferentes características nas ações coletivas entre grupos que estão ganhando poderes, os que estão perdendo poderes e grupos que estão mantendo seus poderes” (Tilly, 1977: 8-10). O conceito de confronto político vai, assim, orientar as análises da Teoria do Processo Político sobre história política, mudança social, mobilização coletiva, relação entre o Estado, os movimentos sociais, os sindicatos, a violência e a etnicidade (Alonso, 2009; Gohn, 2011; Mutzenberg, 2010). O salto qualitativo da perspectiva teórica de Tilly teve seu apogeu na formação da chamada TMT – Tilly, McAdam e Tarrow (Flacks, 2005) – onde estes autores organizaram uma coletânea inédita de trabalhos acadêmicos sobre movimentos sociais com o nome geral de *contentions politics*, que pode ser verificada na obra deles: *The Dynamics of Contention* (2001). A TMT centrava o peso da teoria dos movimentos sociais na relação entre os constentadores e os governantes ao longo dos conflitos localizados em um período histórico – ciclos de ações coletivas⁴. O diálogo dos movimentos sociais com os governos seria chamado de repertório⁵ das ações coletivas ao longo da história de um movimento de contestação – repertório de confrontação – conceitos utilizados por Tilly para caracterizar os interesses partilhados de um grupo (Tilly, 2004).

Todavia, as críticas ao modelo analítico de Tarrow que é baseada nos *ciclos de ações coletivas*, tem no livro *La construccion de los movimientos sociales* do sociólogo Enrique Laraña uma crítica fulcral dessa perspectiva, na medida em que se sugere que devem ser considerados para se analisar os movimentos sociais não somente os períodos onde os protestos sociais em curso, mas também os períodos de latência e reflexão dos movimentos sociais para si. Segundo Laraña, os movimentos sociais são portadores de *instancias geradores de marcos referenciais* (Laraña, 1999).

⁴ Para Tarrow (1994), ciclos de ações coletivas surgem em momentos históricos específicos, quando a ação coletiva no plano político tem um caráter de mudança estrutural. As ações coletivas que apresentam inovações na intervenção política geram uma fusão entre diversos setores da sociedade civil. Uma combinação de poderes, que antes estava dispersa na sociedade – grupos que estavam organizados em sindicatos e movimentos sociais e os que não estavam organizados em associação.

⁵ Assim, Tarrow (1994) afirma que o repertório é a fusão entre os aspetos estruturais e culturais dos movimentos sociais. A preparação do movimento social para a confrontação contra outros adversários.

Por conseguinte, nos Estados Unidos, um dos marcos teóricos predominantes na pesquisa sobre movimentos sociais por direitos civis e o movimento feminista foi o estruturalismo-funcionalismo, nominalmente na sua decorrência teórica mais forte nessa área de estudos: a Teoria da Mobilização dos Recursos desenvolvida por Olson. Esse autor trabalha com a conceção segundo a qual no seio dos movimentos sociais, que possuem estruturas organizativas formais e de grandes dimensões, aparecem os chamados grupos de interesses como o dinamizador da ação coletiva. Olson afirma a existência de um ápice da participação política dos membros de um movimento social – ações de intervenção política – e vincula a ação individual a um grau de longevidade da ação coletiva. Ou seja, a participação coletiva dos membros passa a dar lugar a um cálculo utilitarista e individualista dos membros de um grupo, que tomam determinadas decisões quanto a sua participação em ações políticas e sindicais (Tejerina, 2005: 78-79). Segundo Mutzenberg, as teorias de mobilização de recurso difundiram um conceito da ação coletiva desvinculado ao movimento de mudança social que preponderou na análise marxista. Esse conceito colocou a ação coletiva como uma ação desviante, uma disfunção de um sistema que retorna ao próprio sistema. Um poder instituinte que se institui numa propaganda totalidade. Ou ainda numa força estruturante que é, posteriormente, acoplado pela estrutura (Mutzenberg, 2002: 53-54).

Assim, dentre os diferentes paradigmas que emergiram no cerne da teoria dos movimentos sociais, houve uma constituição hegemônica sobre a tese da complexificação e da relativização das ações coletivas. Mediante análises inovadoras que sugeriram desse processo, ocorreu importantes avanços nos quadros analíticos dos conceitos de identidade, de oposição, de totalidade, de confronto político, de demanda política, de interesses, de novas esferas públicas, de simbolismo, de representação e de repertório. Por outro lado, a definição conceitual sobre o que eram, afinal, os movimentos sociais era muito ampla entre conceitos tão abrangentes que definiam pouca coisa ou aqueles que se arvoravam no direito de nominar critérios específicos sobre o que eram os movimentos sociais, mesmo que alocassem no campo do esquecimento um rol enorme de movimentos emancipatórios. Santos (2010) coloca, entretanto, que a indefinição conceitual não é, de forma alguma, um problema, ao contrário, “reside nesta ‘impureza’ à verdadeira novidade dos NMSs na América Latina e seu alastramento aos NMSs dos países centrais é uma das condições da relativização de energia emancipatória destes movimentos em geral” (Santos, 2010: 262-263).

Paralelamente a esse processo de reivindicações e mudanças que pautaram o norte global nas décadas de 60 e 70 do século XX, desenvolveu-se, nos gabinetes do departamento de Economia Política da Universidade de Chicago, um paradigma econômico que mudou vertiginosamente os rumos da história do século XX. Milton Friedman, principal precursor desta ideia, equacionou a relação de economia com Estado e sociedade, pregando que as conquistas democráticas refletidas no Estado kenesiano desenvolveram-se de forma a se tornarem inviáveis economicamente – os benefícios sociais, a previdência, a saúde e os investimentos públicos significavam uma falha da democracia na economia. Defendia-se, basicamente, uma autonomia do mercado em relação ao sistema político e democrático. Começava aí uma doutrina que vai ditar os rumos da economia global a partir da queda do Muro de Berlim em 89, principalmente através de dois órgãos de controle internacionais poderosos: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Klein, 2008).

A constituição do neoliberalismo como doutrina econômica hegemônica tem sido também alvo constante dos estudos relativos aos movimentos sociais. Tal deve-se porque esse modelo introduziu novas políticas de reestruturação do Estado social, e teve a participação de algumas organizações sociais, que foi denominada de nova “sociedade civil organizada”. Por exemplo, é nesse contexto que surgiram várias Organizações Não Governamentais (ONGs), nas quais foram institucionalizados muitos movimentos sociais. Assim, substituíam-se políticas públicas estatais essenciais por parcerias público-privadas (PPPs), mediante o discurso da necessidade de participação da sociedade civil organizada. Um exemplo desse efeito nas políticas públicas de reforma agrária no Brasil foi à adoção do Banco da Terra, do Crédito Fundiário e de convênios de assistência técnica com ONGs em detrimento dos programas de desenvolvimentos dos assentamentos que eram desenvolvidas por órgãos como EMATER e CONAB. Não doravante que isso gerou sérios problemas de endividamento do pequeno agricultor e falências de inúmeras cooperativas agropecuárias (Reis, 2007).

Na Bolívia, por exemplo, o surgimento das ONGs foi observado de forma distinta pelos intelectuais bolivianos. Alguns deles qualificam esse *boom* das ONGs como “uma consequência direta da ausência do Estado” (Ardaya *apud* Regalsky, 2005: 25), outros trabalham com uma linha de investigação na qual o processo de “ONGização” foi uma tentativa de reaproveitar a proposta deixada pelo movimento katarista que consistia na ideia de um Estado plurinacional das nações indígenas e para os indígenas. Assim, tal processo, se caracterizou como uma “esquerda mestiça de

origem social branca” que procura novamente situar-se politicamente e voltar a dirigir as reivindicações dos povos indígenas, se apropriando do discurso do Estado plurinacional e multilingue (Paco, 2007: 50). Além disso, Felix Paco afirma que grande parte das ONGs tem ligações com a igreja católica e com organismos internacionais que “a fim de desenvolver políticas ambientalistas (...) abordam a temática indígena” (Paco, 2007: 60). Por outro lado, apesar de uma certa diabolização das ONGs, há um conjunto de intelectuais e de organizações sindicais indígenas, como é o caso de Regalsky (2005) que defendiam a concepção de “que nem todas as ONGs se limitam a chamar a designio da cooperação internacional e as vezes questionam o assistencialismo” (Regalsky, 2005: 114).

Seguindo a linha teórica propagada pelo Banco Mundial, o conceito de movimento social foi se tornando cada vez mais próximo ao de ONG e usou-se uma concepção particular de sociedade civil como um mecanismo de representação que se mostrou extremamente útil às políticas de enfraquecimento dos Estados Nacionais. Na África, na América Latina e nos países do Leste Europeu, a sociedade civil se tornou um conceito muito difundido para se tratar políticas públicas e justificar as reformas neoliberais. As ONGs e suas ligações externas assumiam, em tese, o papel de representante da sociedade civil, papel esse que outrora seria mais cabível, por uma teoria sociológica mais crítica, aos movimentos sociais (Allen, 1997). Santos critica a formatação de um modelo analítico nas ciências sociais no qual se opõe o Estado e a sociedade civil por ser justamente essa a natureza da separação do econômico e do político, onde, segundo a concepção de sociedade civil de Smith, o econômico estaria na “sociedade civil”, devendo o Estado manter a sua independência. Esse *laissez-faire*, entretanto, estabelece-se em uma premissa na qual, dentre os direitos liberais, somente os direitos associados à liberdade de mercado garantia esse *status* de inviolabilidade, notadamente o direito de propriedade. Além disso, a separação do econômico e do político é ilusória, já que, ao fim e ao cabo, é o Estado que garante as condições básicas para o funcionamento do econômico (Santos, 1985).

Nesse sentido, o fato colocado nos debates a respeito da categoria conceitual de sociedade civil, tinha como plano de fundo fortalecer o neoliberalismo mediante políticas do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). As questões relativas ao debate teórico foram relegadas para o segundo plano, mantendo-se uma ideologia neoliberal por trás de um uso vago de um conceito vazio de sociedade civil. Subjaz, pois, o debate filosófico sobre as percepções de sociedade civil de Gramsci,

foram ostracizadas, mediante, a constituição de uma ideologia de sociedade civil que, segundo Allen, é composta de três fatores: 1) A sociedade civil é a força do sistema político contemporâneo de valores democráticos liberais, de transparência, e que segue a regra da lei. 2) A sociedade civil é o primeiro enigma da democratização (em termos solene do modelo da democracia liberal). 3) A sociedade civil é justamente o oposto do Estado, não simplesmente no intuito de se confrontar com o mesmo, mas também no senso de contensão e de constringer o Estado. Em outras palavras, a sociedade civil seria o agente minimizador do Estado ao requerê-lo de forma não intervencionista, avançando nas políticas de “liberdades” composta prioritariamente pela liberdade do mercado (Allen, 1997).

Notadamente, a crítica epistemológica a respeito do debate clássico de Estado e sociedade civil pode ser aplicada aqui, tendo em vista, que a visão de Estado nascida na Europa é limitada por não analisar outras formas de Estados, em especial as situações de colonialidade. Mas, o conceito de Estado e sociedade civil, como foi posto por esses organismos internacionais hegemônicos, continua a servir para a divisão do mundo em civilizados e não civilizados, ou seja, para classificar sociedades com Estado e sem Estado. E essa ideologia da sociedade civil serviu para (des) radicalizar a democracia, colocando-se como uma alternativa menos radical do que a opção do poder popular, preconizada por uma série de movimentos sociais. Serviu também, para construir um modelo participativo sem a participação do povo, ou um modelo de gestão que não se arvorasse em gerir o mercado financeiro.

De toda forma, após essa instrumentalização da sociedade civil em prol de políticas pautadas nos interesses do BM e do FMI, decorreu uma série de ideias sobre os papéis dos movimentos sociais nesse cenário. Segundo Machado, ao partilhar a tese de que a democracia era uma construção de consensos, alguns autores também reproduziram que a relação entre o Estado e os movimentos sociais faria parte desse consenso. Há outros atores, por outro lado, a perceber justamente que para pensar a democracia é necessário acentuar, reflexivamente, o conflito existente (Machado, 2007). Essa diferença é estritamente necessária para podermos estabelecer, apesar das indefinições conceituais acerca do que é um movimento social, que em sua maioria, movimentos sociais se compõem como algo particular, em detrimento das categorias ideologicamente construídas de sociedade civil e ONGs, tais quais instituídas pelo BM e FMI. O que atenta para a importância de certo critério político entre o que é hegemônico e o que é contra-hegemônico nos debates acadêmicos sobre os movimentos sociais.

3. O local da América Latina

Uma problemática identificada nas teorias dos movimentos sociais foi que as mesmas construíram-se a partir de conjunturas específicas do Norte. Em oposição a isso, o Sul global vivenciou uma ebulição de movimentos sociais das mais variadas espécies, parte deles geralmente acoplados pela análise acadêmica de teorias do Norte sem o trabalho da tradução para a realidade local. Esse trabalho de tradução é operado, inicialmente, pelo reconhecimento de que o pensamento filosófico europeu constituiu-se, nas palavras de Santos, como um “Pensamento Abissal” (Santos, 2007). Esse tipo de pensamento foi operado por duas formas de racionalidades indolentes, a “razão metomínica” e a “razão proléptica”. A razão metomínica é aquela forma de razão que cria dicotomias de inferioridade – civilizado/primitivo, legal/ilegal, formal/informal, branco/cor, homem/mulher. A razão proléptica é aquela que arvora para si um modelo de civilização em progresso temporal na história e classifica como atrasados modelos diferentes daquilo que não é o seu espelho (Santos, 2002a). Claro que no caso específico das teorias dos movimentos sociais houve uma nobre intenção de compreender formas capazes de conduzir às políticas emancipatórias de grupos que não foram reconhecidos de imediato pela teoria marxista. Entretanto, o que deveria ser uma problemática analítica, passou a ser também epistemológica já que se criaram esferas de mundo onde os movimentos sociais garantiriam a boa condução da democracia, ignorando, de certa forma, as lutas de libertação colonial e as lutas contra as ditaduras militares na América Latina⁶. Na década de 80, quando os movimentos sociais emergem concomitantemente à redemocratização na América Latina, esse quadro de certa forma muda, mas guarda em si mesmo uma problemática crucial que é a permanência de uma dicotomia entre movimentos sociais europeus em realidades democráticas consolidadas e movimentos sociais latino-americanos em realidades democráticas imperfeitas. Para atenuar esse efeito, mesmo com toda a consideração aos teóricos dos movimentos sociais, pensamos ser estritamente necessária a verificação desse problema epistemológico e a colocação da teoria dos movimentos sociais sobre o crivo da teoria de Santos da sociologia das ausências e das emergências.

⁶ Essa crítica não é válida ao trabalho dos autores que, a nosso ver, aprofundaram a análise dos movimentos de 68, sob a luz da realidade das lutas de libertação do Sul Global, principalmente Franz Fanon, Edward Said e Jean-Paul Sartre.

Nesse caso, o exercício da sociologia das emergências se consolida como “a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas”, e da sociologia das ausências, como aquela que “amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica” (Santos, 2002b: 256). Explica-se ainda que “a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais” (Santos, 2002b: 256). Entre o campo de tais experiências e expectativas emerge um saber dialógico em torno de diferentes formas de conhecimentos, de alternativas de produção, de necessidade do reconhecimento da diversidade, de radicalização da democracia e de novas formas inclusivas na área da comunicação e informação. Esse diálogo é objetivamente operado por um trabalho de tradução intercultural que consiste em:

“criar constelações de saberes e de práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis ao que hoje se designa por globalização neoliberal e que não é mais do que um novo passo do capitalismo global, no sentido de sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica mercantil” (Santos, 2002b: 274).

Nesse ponto, verifica-se que o caso da América Latina é particularmente rico para se tratar de realidades empíricas que diferiram da geração de 68. A partir da década de 80 do século XX, a América Latina foi considerada como um forte celeiro dos movimentos sociais, principalmente aqueles notadamente conhecidos como movimentos de massa. Além das manifestações de 68, tais movimentos tiveram, em sua maioria, a influência de, pelo menos, dois outros acontecimentos históricos: a Revolução Cubana e a Teologia da Libertação. O primeiro influenciou fortemente a resistência armada às ditaduras militares, além de ter apoiado inúmeras manifestações de movimentos sociais organizados no período da redemocratização e as lutas anticoloniais na África Meridional. O segundo, no Brasil, teve um importante papel na reorganização do movimento operário e camponês, e foi corresponsável pela fundação de três grandes forças sociais que emergiram no Brasil na década de 1980: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Por conseguinte, a teologia da libertação dinamizou a mais duradoura resistência às ditaduras militares latino-americanas, através das denúncias internacionais de crimes

aos direitos humanos, e a mobilização de organizações sociais compostas por trabalhadores/as rurais e urbanos. A Igreja Católica, em sua face progressista, representou, muitas vezes, a única rede de resistência integrada (nacional, continental e internacional) que os militares não conseguiram dirimir por completo, apesar de serem muitos os casos de perseguições e torturas às lideranças religiosas. No Brasil, o cristianismo libertador gerou uma importante potência mobilizadora de resistência com a fundação dos CEBIs (Centro de Estudos Bíblicos) e das pastorais como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a CPO (Comissão Pastoral Operária) e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Na década de 1970, sob as crises econômicas e sociais do preço do petróleo, sindicatos e movimentos sociais começaram a emergir, pelas demandas dos povos e com uma participação ativa da Igreja. As frentes subalternas amplas e nacionais que se formaram no Brasil nesse período tiveram nessa forma de teologia um importante agente dinamizador. Como avalia João Pedro Stédile, a emergência desses movimentos ocorreu dentro de um processo próprio dos trabalhadores e trabalhadoras, mas a atuação da igreja deu uma força importante para a massificação e nacionalização dos mesmos.

“O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, em Goiânia, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. [...]. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: ‘Espera que tu terás terra no céu’. Pelo contrário, passou a dizer: ‘Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra’. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses” [...] (STEDILE *apud* Menezes Neto, 2008: 9)

A atuação da teologia da libertação foi a pedra fundadora desses movimentos sociais de massa, e, apesar de muitos autores datarem a década de 1980 como o período de emergência de tais movimentos, a verdade é que antes mesmo havia sido realizado um trabalho de base, de articulação política e de formação de lideranças que tornou possível uma proliferação de organizações contra-hegemônicas no continente latino-americano. O que se viu depois disso foi uma interessante trajetória pela qual passou a maior parte desses movimentos, da autonomia em relação à Igreja até a pluralidade de movimentos que apareceram nos anos subsequentes, pluralidade essa visivelmente evidenciada nas edições do Fórum Social Mundial.

Pensamos que um breve resumo da trajetória do MST ilustra bem esse período de metamorfoses e, ao mesmo tempo, permanências das pautas e agendas dos movimentos sociais latino-americanos, mesmo atentando para a particularidade do caso⁷. Durante a década de 1970, padres, bispos, irmãs e freis da Teologia da Libertação participaram de um grande movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais em nome da Reforma Agrária, simbolizada na Encruzilhada Natalino em 1979 e na formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) no Paraná. Em 1984, esses militantes cristãos, marxistas, intelectuais, líderes sindicais e uma ampla frente de camponeses fundaram o MST. A fundação do MST também simbolizou a sua autonomia a qualquer partido político, igreja ou entidade sindical, pautando não somente a reforma agrária como instrumento de combate à pobreza e às desigualdades sociais brasileiras, mas também, em diálogo com outros paradigmas, como a questão de gênero, o desenvolvimento sustentável, a causa indígena, quilombola, a economia solidária, a educação e a saúde.

Nos primeiros anos de fundação, o MST traçou uma estratégia clara de nacionalização da luta pela reforma agrária, remetando as antigas tradições das Ligas Camponesas e aproveitando uma ampla estrutura de sindicatos rurais e pastorais da igreja progressista pelo interior do Brasil. Nesse período, também é consolidado os primeiros assentamentos do MST e as experiências de cooperativismo e de agroecologia. No início da década de 1990, com a eleição de Collor de Mello (1990-1992), o MST é severamente perseguido e a reforma agrária completamente estagnada, freando o projeto de nacionalização do movimento, bem como seu próprio projeto político. Com o impeachment de Collor e a sucessão de Itamar Franco (1992-1994), o MST teve uma conjuntura política mais favorável a sua reorganização, sendo pela primeira vez recebido no Palácio do Planalto pelo Presidente da República. Isso justificou o seu fortalecimento na época de Fernando Henrique Cardoso, garantindo nos anos de seu mandato, de 1995 a 2002, o maior período de desapropriação de terras no período democrático brasileiro. Entretanto, Fernando Henrique Cardoso não conseguiu conter os violentos processos de reação política ao MST por parte dos latifundiários, de organizações para-militares e de ações das polícias estaduais que culminaram em vários

⁷ Não queremos com isso concluir que todos os movimentos seguiram a mesma trajetória, nem que a trajetória do MST é melhor que a de qualquer outro movimento, mas simplesmente é um caso forte (por ser um dos maiores movimentos sociais do mundo) e também interessante por ter passado por diversas conjunturas diferentes ao longo de seus recém-completados 28 anos de existência.

assassinatos de lideranças rurais pelo Brasil, sendo os casos mais emblemáticos o Massacre de Eldorado de Carajás (1996) e o Massacre de Corumbiara (1995). Um dos motivos da impotência do governo federal de Fernando Henrique Cardoso frente a violência contra o movimento estabeleceu-se, notadamente, pelas alianças políticas nas quais muitos dos governadores que abertamente combateram o MST e foram diretamente responsáveis por trágicos episódios de violência no campo, compunham a sua base de apoio político, notadamente os governadores Almir Gabriel (Pará) e Jaime Lerner (Paraná). As políticas de reforma agrária no período de Fernando Henrique Cardoso foram muito criticadas pela completa falta de infraestrutura dos assentamentos, onde os camponeses eram alocados na terra, na maioria das vezes sem energia elétrica, água encanada, habitação de tijolos, estradas, escolas, posto de saúde. Nos dois anos iniciais do governo Lula (2003-2010) manteve-se o número de desapropriação de terras no período de Fernando Henrique Cardoso e incrementou-se um incentivo à estruturação dos assentamentos, que chegavam, em sua maioria, associados a um pacote de políticas para o meio rural e para a erradicação da miséria, como o programa “Luz para Todos”, o “Programa das Cisternas no Semi-Árido” e o “Bolsa-família”. Em termos de violência rural conseguiu-se diminuir notadamente os casos de violência dos agentes do Estado, apesar de continuar se verificando vários assassinatos de lideranças rurais por grupos para-militares até aos dias de hoje, como demonstra o recente assassinato de uma das lideranças do MST no Rio de Janeiro, Cícero Guedes, em fevereiro de 2013. Entretanto, após 2005, o governo Lula recuou drasticamente o número de desapropriações de terras. Já o atual governo Dilma Rousseff vem seguindo a linha dos últimos anos do governo Lula, onde o número de desapropriações de terras para reforma agrária caiu a níveis vistos somente no governo Collor de Mello.

Atualmente, o MST se faz presente nas mais de 300.000 famílias assentadas e 150.000 famílias acampadas pelo Brasil, constituindo um dos movimentos sociais mais massivos e atuantes da América Latina. Tal movimento não é apenas reivindicatório, mas também tenta materializar, com parcerias das mais variadas, o seu próprio projeto nas áreas de Reforma Agrária. Não apenas luta contra o analfabetismo, mas também alfabetiza; não apenas luta pelo desenvolvimento sustentável, mas fomenta a agroecologia e o reflorestamento; não apenas luta por uma economia solidária, mas cria cooperativas agrícolas. Para tal dinâmica, o MST possui uma estrutura nacional que abrange vários setores (educação, gênero, saúde, produção, cooperação e meio

ambiente, frente de massas, formação, educação, comunicação, relações internacionais), e seus espaços nacionais, como a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Segundo Reis, o MST sofreu várias metamorfoses nesse tempo, expressadas também em seus lemas e bandeiras. 1.º Momento: “Terra para quem nela trabalha” que representou a primeira assertiva da bandeira da reforma agrária; 2.º Momento: “Ocupar, Resistir e Produzir”, demonstrava a necessidade do instrumento político da ocupação como resistência e única forma possível de efetivar a reforma agrária; 3.º Momento: “Reforma agrária uma bandeira de todos”, reforçava o apoio de toda a sociedade para a bandeira da reforma agrária; 4.º Momento: “Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular”, até hoje o lema do movimento, a pregar que a luta pela reforma agrária é, também, uma luta contra o capitalismo (Reis, 2007). Essas metamorfoses foram capitaneadas por aquilo que Leite e Dimenstein colocaram como:

“um processo de produção subjetiva ancorado num determinado contexto histórico, social, cultural e político, fazendo com que se apresente enquanto um ator social ligado a seu tempo, a seu espaço, representando uma síntese dos jogos de poder que o atravessam enquanto um modo provisório de subjetivação.” (Leite e Dimenstein, 2010: 274)

Portanto, o MST se prepara para o seu VI Congresso Nacional e tem como principal dilema a ser colocado a questão dos baixíssimos números de desapropriações de terras, nos últimos quatro anos, do Governo Federal. Além disso, outras questões já colocadas nos congressos anteriores devem continuar a ganhar destaque, como a luta contra os transgênicos, os agrotóxicos e o agronegócio.

Para Scherer-Warren, o MST se constitui hoje mediante “fruto de suas articulações e alianças num conjunto muito mais amplo de movimentos sociais, através de redes interorganizacionais, não formalizadas ou semiformalizadas e típicas da sociedade da informação” (Scherer-Warren, 2005: 1). Segundo a autora,

“Como em toda organização política em rede, nos movimentos sociais também há elos estratégicos, apesar do princípio de horizontalidade defendido e que orienta a organização do movimento em suas linhas gerais. Entretanto, esses elos não se definem por uma hierarquia burocratizada e, sim, por sua função ou legitimidade política dentro da articulação” (Scherer-Warren, 2005: 9-10).

O Fórum Social Mundial constituiu-se como um importante agente dinamizador dessas redes, assim como um interessante canal de intercâmbio transnacional de debates entre os movimentos sociais, ONGs, intelectuais e ativistas progressistas. Em recente entrevista no Fórum Social Temático de Porto Alegre deste ano, o professor Boaventura de Sousa Santos refletiu sobre o processo do Fórum. Inicialmente, destacou alguns avanços como: a emergência de governos progressistas, o intercâmbio entre movimentos sociais com reivindicações similares (Via Campesina e a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* – CLOC, por exemplo), experiências participativas debatidas e construídas no Fórum, e ainda, em termos de alternativa genérica ao capitalismo, construiu-se uma idéia do socialismo no Século XXI. No que tange às reflexões críticas, ele admite que havia um fundamentalismo do Fórum ao não querer se envolver com propostas mais fechadas e que devia se ter realizado um esforço para se relacionar com as movimentações sociais mais recentes. Segundo Santos,

“Eu penso que o Fórum Social Mundial tem o seu lugar, mas tem o que conquistar [...] porque essa década (do século XXI) vai ser uma década muito mais difícil, é a década em que o imperialismo americano voltou a olhar para a América Latina e que nós estamos a assistir a emergência de fenômenos de direita muito perigosos no continente. Inclusive da direita para-militar, da direita anti-democrática, como ela tenta ser aqui no continente. Por outro lado, nós talvez não fizemos tudo que podíamos para nos integrarmos com o movimento dos indignados, com o movimento de jovens que na Europa, na América do Norte, o movimento Occupy, o movimento estudantil na América Latina, na Europa o que está fazer. Para dar um exemplo, a África do Sul é o país onde houve mais protestos sociais o ano passado. Pouco se sabe sobre isso. E não estão articulados conosco. O FSM corre o risco de poder ficar sem uma missão se não souber articular-se. E acontece é que esses movimentos que surgem agora é um grande desafio porque o Fórum viveu muito também do papel dos grandes movimentos sociais e das grandes ONG's. Alias há um debate interno sobre o poder das ONGs dentro do FSM. O que acontece agora é que esses movimentos dos Indignados é um movimento muito pouco articulado. Eles não tem dinheiro para se mobilizar. Quiça, se lhe perguntarem qual é a agenda de proposições, eles não tem. Eles estão revoltados com o capitalismo selvagem. Eles querem democracia a sério. Mas não tem propriamente uma agenda [...] vai ser difícil trazê-los, não vai ser fácil. O Fórum talvez devia se re-inventar para poder captar essa dinâmica. Que começou na

primavera Árabe, e que também ficou fora da dinâmica do Fórum Mundial. Então o fórum tem que ser mais humilde. É uma entre muitas outras formas de globalização contra-hegemônica. [...] Eu penso que se no futuro quisermos ter mais relevância, temos que ser mais ativos, mais propositivos e mais articulados com essas novas formas de organizações da sociedade que nós não entendemos muito bem, por que não são nem ONGS, nem movimentos organizados. É outra coisa que está aí”⁸.

O Fórum foi sinal de um movimento de globalização alternativo ao modelo proposto pelo neoliberalismo e demarcou uma nova demanda de análise sobre os movimentos sociais. Incluiu-se, então, na sociologia a temática da globalização a partir de uma visão crítica, destacando também as questões da pluralidade e das diferenças das organizações sociais contra-hegemônicas. De toda forma, é certo que as ações dos movimentos sociais ao longo da década de 1990 e da primeira década do século XXI colocou um desafio à academia que foi o de (re) pensar a emancipação social para além do discurso celebratório do capitalismo.

Santos coloca que, a partir da década de 1990, as alternativas reformistas e revolucionárias, tradicionais meios de se buscar a emancipação social, se encontraram em crise e que, por outro lado, a emancipação social está sendo reinventada na prática dos movimentos sociais e de demais organizações sociais que compõem a globalização contra-hegemônica (Santos, 2003, 2002b). Ele afirma que “a novidade maior dos NMSs reside em que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista tal como foi definida pelo marxismo” (Santos, 2001: 178). Segundo o autor, os exemplos dessa reinvenção são: o sistema participativo, a produção alternativa, o multiculturalismo, novas formas de cidadania e direitos ligados às coletividades e, também, o novo internacionalismo operário. A partir disso, Santos propõe uma reflexão epistemológica de tais experiências, já que, até então, no discurso da emancipação social, as experiências do Sul foram ora invalidadas, ora colocadas como menos importantes, ora postas no desconhecido. Como afirma o autor, “para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um outro tipo de racionalidade” (Santos, 2002b: 239). Há, então, uma razão indolente ocidental que esquece a riqueza

⁸ Entrevista a Boaventura de Sousa Santos em: <http://www.youtube.com/watch?v=qcQ49jp51-E&feature=plcp>. Consultado a 28 de fevereiro de 2013.

composta de outros tipos de racionalidades, a razão cosmopolita. Para superar tal indolência, Santos chama a atenção para o exercício do diálogo entre saberes, seguindo a lógica epistêmica da ecologia dos saberes.

“O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias” (Santos, 2002b: 250).

Santos, por fim, evidencia que, em alternativa à globalização neoliberal, os movimentos sociais e demais organizações sociais contra-hegemônicas solidificaram o cosmopolitismo subalterno que “consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalismo neoliberal” (Santos, 2007: 21). O cosmopolitismo subalterno é ainda marcado por dois princípios que, por vezes, são considerados antagônicos pela epistemologia ocidental – o da igualdade e do reconhecimento da diferença – se traduzindo, sobretudo, num exercício de olhar sobre o que emerge daquilo que foi desperdiçado pela racionalidade hegemônica (Santos, 2007).

É nesse ponto que uma sociologia das ausências dos movimentos sociais deve estar assente. A busca pelas diferentes formas de manifestações de tais movimentos que foram esquecidas por um padrão genérico e eurocêntrico de movimentos sociais, e que uma sociologia das emergências deve estar atenta às alternativas que envolvem esses movimentos, que, no caso latino-americano, vêm conseguindo se tornar um importante vínculo de oposição à ortodoxia neoliberal.

4. Algumas reflexões conjunturais da atualidade

As atuais manifestações anticapitalistas no Norte global e a Primavera Árabe refletem uma mudança na percepção da geopolítica dos movimentos sociais, que tem relação também com um momento crítico das representações democráticas no Ocidente. Por um lado, o movimento dos Indignados, na Espanha, reclama de falta de democracia, com o lema “se llama democracia y no lo es”, e efetua uma rejeição geral aos políticos tradicionais. Por outro, o movimento *Occupy* denota uma revolta latente ao sistema

financeiro e ao desemprego na sociedade estadunidense. O modelo, portanto, de que os movimentos sociais do Norte seguissem as pautas culturalistas, tal qual em 1968, e, por outro lado, os movimentos do Sul eram pautados por causas mais sociais deve ser questionado. A ascensão da Primavera Árabe também veio a colocar em cheque outro conceito da academia, o de que países muçulmanos possuíam uma sociedade civil fraca, que convivia melhor com sistemas políticos autoritários (Santos, 2011).

Outra novidade conjuntural que deve nortear o debate sociológico crítico é a ascensão econômica dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) como potências imperialistas capitalistas. A emergência dessas economias significou também a superação política de um estágio de neoliberalismo ortodoxo, constituída, no continente latino-americano, pela aliança de governos progressistas e de movimentos sociais. Mesmo que muitos desses governos tenham adotado medidas a garantir os interesses do capital financeiro, houve, no mínimo, um esforço de materialização de políticas públicas alternativas ao modelo econômico neoliberal (Santos, 2011).

Essas questões conjunturais, a nosso ver, podem ser interessantes para se debater algumas ideias mitificadas tanto pela geração de 1968, quanto pela agenda do Banco Mundial. A tese de que o capitalismo convive bem com “democracias fortalecidas”, vem sendo quebrada justamente no momento em que a derrocada econômica de alguns países da União Europeia está sendo acompanhada por medidas antidemocráticas.

O mito de que as sociedades estadunidense e europeia são sociedades modelos, porque são desenvolvidas e seu povo consegue combinar sociedade civil organizada, direitos civis e desenvolvimento, ou que os problemas sociais eram consequência do atraso econômico e democrático do Sul, é também dissipado mediante tal conjuntura (Santos, 2011). Nessa ótica, outro mito de que os movimentos sociais são parceiros naturais da governança (sistema de conselhos) é quebrado, na medida em que os momentos de crise econômica evidenciam uma maior fragilidade do sistema democrático atual em atender as pautas dos movimentos em detrimento das pautas do sistema financeiro.

No campo dos repertórios, pensamos que a grande novidade que se observa nos movimentos dos Indignados, no *Occupy* e na Primavera Árabe é o uso da Internet e das redes sociais. Como afirma Moraes, “os movimentos sociais não são os mesmos desde a internet” (Moraes, 2000: 12). Strangelove debate a Internet como uma forma de expressão que foge de padrões institucionalizados e coagidos de discursos. Isso vem

criando um novo tipo de espaço público que pode intrinsecamente estar associado à evasão e à resistência, seja originando novos métodos de ação massiva, como novos métodos de acomodação (Strangelove, 2005).

5. Conclusões

Há de certo, perante a variedade conjuntural dos movimentos sociais, uma insuficiência teórica que tenta restringir sua diversidade numa conceituação. Ao mesmo tempo, há uma necessidade política de os movimentos sociais se afirmarem como tal, por isso o mero argumento relativista que os trata como invenções discursivas é também insuficiente. Assim como Santos argumenta que o conhecimento acadêmico deve realizar um diálogo em igualdade de saberes com os movimentos sociais, sugerimos alguns indicativos, que podem se transformar em vetores de tradução intercultural, de diálogos de saberes entre academia e movimentos sociais. A diversidade das experiências deve ser reconhecida, mas o reconhecimento da diversidade não abarca a relativização política do que é hegemônico e contra-hegemônico. Nesse ponto, colocamos, por exemplo, em esferas bem distintas, movimentos ruralistas, de movimentos camponeses, ou movimentos neonazistas, de movimentos feministas, negros ou LGBT.

Há também, como bem observou Mutzenberg, uma confluência de pautas comuns aos movimentos sociais, notada na construção de redes transnacionais como o Fórum Social Mundial, que não é nem um unitarismo excludente, nem um particularismo atomista. A diferença é um ponto de começo do diálogo e não é negada nem colocada como impedimento do diálogo, mediante, é claro, determinados critérios políticos.

Há também uma necessidade de se retomar o debate de categorias como identidade e consciência que agregue o espaço público da Internet, principalmente para entender a Primavera Árabe, os Indignados e o *Occupy Wall Street*. É preciso também ter a capacidade de leitura que nem tudo o que se passa nos movimentos sociais é o novo, já que, por exemplo, nem o movimento indígena, nem o movimento camponês foram invenções do século XX e continuam sendo um componente importantíssimo na luta em oposição à hegemonia neoliberal, com todas suas metamorfoses e indeformabilidades.

Demonstramos também um receio pessoal àquelas pesquisas que se pautam por um código binário dicotômico de certo e errado nos movimentos sociais. Não que tais movimentos não sejam passíveis de críticas. Entretanto, muitas delas estão a refletir nada mais do que a velha violência epistêmica da academia sobre saberes não abalizado por ela mesma ou a dificuldade de se pensar movimentos sociais para além do modelo da sociedade civil europeia, se é que esse modelo ainda existe.

Parece também, principalmente na análise desses movimentos anticapitalistas e dos movimentos camponeses e indígenas, que cada vez mais se faz necessário a análise conjuntural de economia política. Óbvio que pode ser feita a análise sobre movimentos sociais de outra forma e que as sobreposições analíticas da economia em relação à cultura ou a política muitas vezes não conseguiram perceber a diversidade e a pluralidade da globalização contra-hegemônica. Entretanto, pensamos que, para compreender o que esses movimentos estão debatendo, notadamente em relação ao desemprego, sistema financeiro, concentração de terras, privatizações da água e da energia, o debate a respeito das dinâmicas e das contradições do Capital continuam a ser elemento chave na discussão.

Referências bibliográficas

- ALLEN, Cris (1997), “Who Needs Civil Society?”, in Mohan & Zack-Williams (Ed.), *The Politics of Transition in Africa*, London, ROAPE Publications, pp. 260-269.
- ALONSO, A. (2009), “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”, in *Lua Nova*, n.º 76, 49-86.
- CHAKRABARTY, Dipesh (2009), *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* (New Edition), New Jersey, Princeton University Press.
- FLACKS, Dick (2005), “A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 45-66.
- GOHN, MG. (2011), *Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo*, XV CONGRESSO DA SBS. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/>.
- KLEIN, Naomi (2008), *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*, Toronto, Random House of Canada.

- LARAÑA, Enrique (1999), *La construcción de los movimientos sociales*, Madrid, Alianza Editorial.
- LEITE, Jáder Ferreira e DIMENSTEIN, Magda (2010), “Movimentos Sociais e Produção de subjetividade: o MST em perspectiva”, in *Psicologia & Sociedade*, 22 (2), 269-278.
- MACHADO, J.A.S. (2007), “Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais”, in *Sociologias*, ano 9, n.º 18, jul./dez., 248-285.
- MENEZES NETO, Antônio Júlio (2008), *As relações da Igreja Católica com os movimentos sociais do campo: a ética da Teologia da Libertação e o espírito do socialismo no MST*, *Cadernos do CEAS*, n.º 232.
- MORAES, D. (2000), “Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticas na Internet”, in *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 23, n.º 2, jul./dez., 142-155.
- MUTZENBERG, Remo (2002), *Ações Coletivas, Movimentos Sociais: Aderências, Conflitos e Antagonismo Social*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- (2010), “A questão dos movimentos sociais na atualidade”, in C. B. Martins e H. T. Martins (Coord.), *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*, São Paulo, ANPOCS, pp. 405-440.
- PACO, Felix Patzi (2007), *Insurgencia y Sumisión: Movimientos sociales e indígenas*, La Paz, Ed. DRIVA.
- QUIJANO, Aníbal (2009), “Colonialidade do Poder e Classificação Social”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, pp. 73-117.
- REGALSKY, Pablo (2005), “Territorio e interculturalidad: La participación campesina indígena y reconfiguración del espacio andino rural”, in Enrique Lopez e Pablo Regalsky (Orgs.), *Movimientos indígenas y Estado en Bolivia*, Andes, Ed. PROEIB, pp. 105-142.
- REIS, C. de Souza (2007), *O MST e sua estratégia de luta emancipatória face ao modelo de globalização hegemônica: quem tem medo do cosmopolitismo subalterno?*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/2913.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), “On Modes of Production of Social Power and Law”, in *International Journal of Sociology of Law*, 13, 299-336.

– (2001), "Los nuevos movimientos sociales", in *Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL*, 5, 177-188.

– (2002a), “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, in *Luso-Brazilian Review*, 39, 2, 9-43.

– (2002b), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

– (2003), “Poderá o direito ser emancipatório?”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.

– (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

– (2010), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, 13ª Edição, São Paulo, Cortez.

– (2011), *Sete Desafios Perante Sete Ameaças*, Palestra inaugural da Cátedra Boaventura de Sousa Santos, Coimbra, FEUC.

SCHERER-WARREN, Ilse (2005), “Contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos”, in *Revista Sociologia e Política*, 25, 39-45.

STRANGELOVE, Michael (2005), *The Empire of Mind. Digital Piracy and the Anti-Capitalist Movement*, Toronto, University of Toronto Press.

TARROW, Sidney (1994), *Power in movement: social movements, collective action and politics*, Cambridge, University Press.

TEJERINA, Benjamín (2005), “Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: Los caminos de la utopía”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 67-97.

TILLY, Charles (1977), *From Mobilization to Revolution. Center for Research on Social Organization*, Ann Arbor, University of Michigan.

– (2004), *Social Movements, 1768-2004*, London, Paradigm Publishers.

TOURAINÉ, Alain (1989), *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*, São Paulo, Unicamp.

– (1997), *Crítica da modernidade*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

As Panelas de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques¹ e Vinicius de Aguiar Caloti²

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O trabalho enfocará a dinâmica cultural das Panelas de Goiabeiras, Vitória – ES, Brasil, e suas conexões com as dimensões política e econômica, refletindo sobre esses atores sociais, como uma categoria profissional e enquanto produtores de um bem imaterial reconhecidos por agências consagradoras e a sua luta por reconhecimento sócioeconômico – alinhada à lógica capitalista e à necessidade material com a qual se deparam. Constatou-se que a interpretação da dinâmica da Cultura do Barro não pode se restringir às análises isoladas das panelas, das Panelas ou do “local”, mas que sejam observadas conjuntamente enquanto “panela-Panelas-local”, bem como suas relações com o Governo Estadual, a Prefeitura Municipal, o IPHAN e com a esfera econômica.

Palavras-chave: Panelas; Panela de Barro; Goiabeiras Velha; Dinâmica Cultural.

Abstract

The Panelas Goiabeiras and The Dynamics of Culture of Clay

This work will focus on the cultural dynamics of the Panelas from Goiabeiras, Vitória – ES, Brazil, and their connections with the political and economic dimensions, reflecting on these social actors, as a professional category and as producers of an immaterial heritage recognized by agencies and their struggle for socioeconomic recognition – aligned with the capitalist logic and the material needs that they have. It was found that the interpretation of the dynamics of the Culture of Clay cannot be restricted to the analysis of isolated pans made by the Panelas or of the “place”, but has to put both together as “pan-Panelas-place”, as well as its relations with the State's Government, the Municipality, the IPHAN and the economic sphere.

Keywords: Panelas; Clay Pot; Goiabeiras Velha; Cultural Dynamics.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória, Brasil). Endereço de correspondência: Universidade Federal do Espírito Santo | Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI) | Av. Fernando Ferrari, 514, CCHN-IC 2, Departamento de Ciências Sociais, térreo, sala 13 | Goiabeiras, Vitória – ES, 29.075-910 | Brasil. *E-mail*: marcelo.marques.cso@gmail.com

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória, Brasil). *E-mail*: aguiar0caloti@gmail.com

Resumé

Le Goiabeiras Paneliras et la Dynamique de la Culture de l'argile

Le travail s'agit de la dynamique culturelle des Paneliras de Goiabeiras, à Vitória – ES, Brésil, et leurs connexions avec les dimensions politiques et économiques, en réfléchissant sur ces acteurs sociaux comme une catégorie professionnelle tandis que producteurs de biens non matériels reconnus par les agences et pour leurs luttes pour la reconnaissance socio-économique – aligné avec la logique capitaliste et la nécessité matériel dans lequel ils sont confrontés. Il a été constaté que l'interprétation de la dynamique de la Culture d'Argile ne peut pas se limiter à l'analyse des casseroles isolées de las Paneliras ou du lieu, mais devoir être analysés comme “cassaroles-Paneliras-lieu”, ainsi que ses relations avec le gouvernement de l'État, la municipalité, l'IPHAN et la sphère économique.

Mots-clés: Casseroles d'argile; Goiabeiras Velha; Les dynamiques culturelles.

Resumen

Las 'Paneliras de Goiabeiras' la Dinámica de la Cultura del Barro

El trabajo enfocará la dinámica cultural de las “Paneliras de Goiabeiras”, Vitória – ES, Brasil, y sus conexiones con las dimensiones política y económica, reflejando sobre estos actores sociales en cuanto una categoría profesional, en cuanto productores de un bien inmaterial reconocidos por agencias consagradoras y su lucha por reconocimiento social y económico – alineada a la lógica capitalista y a la necesidad material con la cual se presentan. Se constató que el análisis de la dinámica de la Cultura del Barro no puede restringirse a las análisis aisladas de las ollas, de las Paneliras o del “local”, pero que sean analizadas conjuntamente en cuanto “olla-Paneliras-local”, bien como sus relaciones con el Gobierno del Estado, con el Ayuntamiento, con el IPHAN y con la esfera económica

Palabras clave: ‘Paneliras’; Cacerola de Barro; Goiabeiras Velha; Dinámica Cultural.

1. Apresentação

O presente artigo analisará a dinâmica cultural da Cultura do Barro das Paneliras de Goiabeiras Velha, Vitória (ES), Brasil, percebida como uma rede de significados presentes na arte de fazer panela de barro desta região, que perpassa tanto os significados presentes no “modo de vida” e o “ser” Paneleira (traços cognitivos), quanto os comportamentos destes atores sociais (ação social). Nosso objetivo é descrever e interpretar sociologicamente os significados que transitam entre o “modo de vida”, o “ser” Paneleira e suas ações sociais, sem perder de vista, como ressalta Geertz (1989), o caráter intrinsecamente incompleto da análise cultural.

Em 20 de dezembro de 2002, após três anos de reivindicação da Associação das Panelas de Goiabeiras (APG)³, fundada em março de 1987 com o objetivo de angariar recursos para as artesãs e com o escopo de representar seus interesses, o “fazer panela de barro” foi inscrito no Livro do Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁴. Desde então, o Ofício das Panelas de Goiabeiras Velha foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Nossa hipótese é a de que o Registro do Ofício das Panelas, além de uma demanda política das Panelas (reconhecimento enquanto categoria profissional) e cultural (reconhecimento enquanto bem imaterial), é, outrossim, um dos indícios da “economia da cultura tradicional” –, diretamente relacionada à lógica interna deste campo cultural⁵ (reconhecimento simbólico), alinhada à lógica capitalista e à necessidade material com a qual ainda deparam-se as Panelas de Goiabeiras (reconhecimento sócio-econômico) – entendida como um dos resultados do processo de ressignificação daquilo que chamamos de Cultura do Barro, que, em contato com o sistema capitalista, absorve as categorias mercantis e cria novos significados culturais que, por sua vez, reordenam suas ações.

Inicialmente, apresentaremos a panela, “As Panelas e o ‘local’”⁶ e “O papel do Estado e do IPHAN na estruturação de um campo”. Posteriormente, dissertaremos acerca das “Tênuas fronteiras que margeiam as culturas”, uma reflexão sobre a interconexão das culturas, sua hibridez e seus fluxos. Em seguida, analisaremos a

³ Segundo Dias, ao analisar as “estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional” das Panelas, a fundação da APG foi significativa no processo de construção da identidade de Panela, pois fomentou mudanças nos significados das práticas do trabalho, “que antes era percebido como destituído de valor; à remuneração pelo trabalho, pois a remuneração era pouco significativa; à percepção social da identidade de Panela, visto que esta atividade não era considerada uma categoria profissional” (Dias, 2006: 204).

⁴ C.f DOSSIÊ IPHAN 3 (2006).

⁵ Ao analisarmos a produção da panela de barro e do “ser” Panela (produtos culturais), percebemos que se tratava de um campo (cultural) – no sentido bourdiano –, com regras próprias que desenham suas fronteiras – mesmo percebendo o processo dinâmico da Cultura do Barro – em relação a outros pólos de confecção de panelas de barro e às agências de consagração – o Estado e o IPHAN – que asseguram sua legitimidade. Em suma, trata-se de um espaço estruturado (com regras estabelecidas pelo IPHAN do que é o “Ofício” legítimo da produção destes bens culturais e notadamente reconhecido pelo poder público local e difundido pelas mídias em geral) de posições sociais que estão relacionadas umas com as outras, com uma lógica própria (estruturante) e relativamente autônoma, num ambiente de constante competição (Bourdieu, 2003a; 2007).

⁶ O “local” aqui retratado se estende para além da dimensão geográfica, compreendendo, também, as dimensões sociais, econômicas e políticas, as quais constituem a região.

renegociação das categorias da Cultura do Barro. Por fim, apresentaremos breves considerações a partir de nossas interpretações e descrições.

Para tanto, ouvimos atentamente os atores, suas histórias de vida, os casos curiosos e as demandas políticas presente em seus discursos, utilizando a história oral como uma das ferramentas metodológicas. Ademais, valemo-nos de (1) aplicação de questionários, elaborados no decorrer da pesquisa campal; (2) pesquisa documental e bibliográfica e (3) dos parâmetros da pesquisa indiciária na análise de materiais imagéticos e de noticiários de diferentes meios de comunicação.

A utilização de diferentes procedimentos metodológicos se justifica pela complexidade da análise cultural e do objeto pesquisado, como argumenta Bourdieu, “a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor* (...)” (Bourdieu, 2007: 26).

2. A panela, as Paneleiras e o “local”

O fabrico das panelas de barro engloba várias etapas, abrangendo, muitas vezes, diversos executantes, estando a cargo dos homens, frequentemente, o trabalho de coleta e traslado das matérias-primas. A artisticidade das panelas de barro consta de sete etapas, quais sejam: extração da argila, modelagem, primeira secagem, raspagem, polimento e secagem final, queima e açoite (pintura).

A extração da argila é realizada no barreiro do Vale do Mulembá, localizado no bairro Joana D'arc, município de Vitória – tarefa comumente executada por homens. Após a extração da argila, retiram-se as impurezas visíveis, como pequenas pedras, folhas e gravetos; estocam a argila em forma de “bolas”, que depois serão vendidas às artesãs e transportadas à Goiabeiras Velha. Cada “bola” pesa em média 20 Kg e são vendidas a um real e cinquenta centavos (1,50 R\$), as “bolas” brutas, e dois reais (2,00 R\$) aquelas sem impurezas. Segundo as Paneleiras, com uma bola é possível fazer até duas panelas de médio porte, ou na linguagem popular, uma panela que dê para preparar uma moqueca para três pessoas.

Percebemos, portanto, que não é possível mensurar a quantidade exata de fabricação de peças cerâmicas por “bola” de barro, tampouco a dimensão e forma estética das peças, pois existe uma “adaptação” às exigências do mercado. Neste sentido, as peças cerâmicas apresentam um caráter heteronômico, isto é, uma produção

baseada em critérios externos diretamente relacionados à lógica do campo econômico (produção em larga escala, concorrência, lucro, etc.); tratam-se de obras produzidas para um público recetor (consumidor) onde a forma é subordinada à função (Bourdieu, 2010).

A panela de barro, enquanto produto cultural, está, indubitavelmente, ligada à lógica do campo econômico, mas nem por isso se torna uma prática cultural passiva, dominada, frente a este campo. Há que considerarmos as relações sociais que perpassam o quotidiano das Paneleiras e o processo de ressignificações da lógica econômica na Cultura do Barro. Há todo um processo de assimilação da lógica econômica e de apropriação discursiva que mescla aspetos tanto da lógica do campo econômico, quanto das ideias de “legitimidade cultural” certificada por instâncias consagradoras do campo histórico-cultural, que novamente volta para o mercado, descaracterizando qualquer possibilidade de uma análise estática das práticas culturais e da realidade social na qual está inscrita a Cultura do Barro; nem por isso deixa de ser um produto cultural, uma arte. Este é o ponto de rutura com as análises de Bourdieu, para o qual existe uma barreira muito espessa entre a economia e a cultura.

Assim, produz-se uma considerável variedade de produtos (culturais) cerâmicos – não apenas panelas – (ver anexo I). Como podemos observar no Dossiê IPHAN:

“As panelas são feitas de diferentes tamanhos e alturas, com e sem tampa. São feitas também assadeiras, travessas e outros formatos sob encomenda (...). Consta-se o emprego da técnica em crescente variedade de panelas com outras formas – miniaturas, ovais, com elementos decorativos – além de outros objetos utilitários e ornamentais como jarros, fruteiras, formas de pizza, cinzeiros e cofres” (IPHAN, 2006: 37).

No processo de modelagem, segunda etapa da produção, as artesãs tomam uma quantidade de barro suficiente para a composição de uma peça. A seguir, “puxam o barro” de dentro para fora, abrindo uma cavidade no meio da “bola” de argila; à medida que é modelada pelas hábeis artesãs, primeiro com as mãos, depois com o auxílio de instrumentos de trabalho, a argila começa a ganhar uma forma de panela. Após a modelagem, as peças cerâmicas seguem à primeira secagem para que percam umidade. Por ser realizado ao ar livre, a duração deste procedimento varia segundo as condições do tempo, tais como vento e sol.

Após isso, as artesãs raspam a superfície das peças com o auxílio de uma faca, de uma pedra de rio e de um arco⁷, removendo as impurezas que ainda permanecem no barro. Nesta fase, elas abolam (arredondam) o fundo da panela e, uma vez mais, deixam as peças expostas ao sol, para enfim, passarem ao polimento e secagem final.

Nesta etapa, realizada com o auxílio da chamada pedra de rio, ainda é possível consertar pequenos defeitos nas peças com argila úmida, como fissuras ou pequenas falhas de acabamento. Com as peças já totalmente secas e consideravelmente resistentes, as artesãs pulem as panelas friccionando a pedra de rio sobre a sua superfície até que fiquem compactas e luzentes.

Posteriormente, dá-se o processo de queima também ao ar livre, preparando-se uma cama de madeira⁸ com superfície plana, onde são colocadas as peças para serem queimadas; sendo todas cuidadosamente cobertas por pedaços de madeira, em geral leves e bem secos. Assim que as peças atingem uma tonalidade avermelhada, são imediatamente retiradas da fogueira (uma a uma) com ajuda de uma vara de madeira – evitando maior aproximação das Paneleiras com o fogo. Ainda quente, a cerâmica passa para o processo de açoite, onde, com uma espécie de espanador – feito de arbusto natural encontrado nos arredores do manguezal e popularmente chamado de “vassourinha de muxinga” – são tingidas com a tintura de tanino – produto usufruído da casca da árvore do mangue (*Rhizophora Mangle*) – o que lhe dá uma coloração escurecida.

2.1 As Paneleiras e o “local”

Assim como as técnicas de produção garantem a autenticidade da panela de barro, as Paneleiras que as executam são reconhecidas como genuínas; e essas só podem ser as “Paneleiras de Goiabeiras Velha”, pois dominam todas as etapas de produção, perpetuam a forma genuína de fabrico, isto é, os elementos tradicionais, e estão inscritas

⁷ A pedra de rio e a faca são instrumentos laborais indispensáveis. O primeiro é uma pequena pedra encontrada nos rios das regiões montanhosas do Espírito Santo e também encontrada em casas especializadas em jardinagem. Já o arco trata-se de uma lâmina de aço, feita de faca ou similar. À medida que as Paneleiras raspam as peças cerâmicas, o atrito entre o aço e a argila parcialmente seca desgasta a peça de aço, dando-lhe o contorno arredondado do fundo das panelas – uma forma de arco.

⁸ A “cama de madeira” nada mais é do que uma estrutura que separa as panelas do piso (barro batido) onde se realiza a queima. À medida que o fogo consome a madeira, as panelas ficam sobre suas cinzas, sem contato direto com o solo.

no “lugar de memória”⁹. Não é simplesmente o fato de serem Paneleiras, mas sim de serem Paneleiras de Goiabeiras Velha. Tal designação é um *modus* de identificar e apontar um território e autenticar a antiguidade da ocupação, ou seja, “Goiabeiras Velha” é o *locus* da autêntica panela de barro. Como argumenta Dias:

“Na história da ‘tradição’ das Paneleiras, a ocupação de determinados espaços geográficos foi uma forma de demarcar sua existência social. A base territorial fixa é a chave para a compreensão das mudanças sociais, pois ela afeta o funcionamento e a significação das manifestações culturais (Oliveira Filho, 1998). Ao definir a noção de territorialização, o autor trata de uma reelaboração da relação com o passado, por parte dos que demarcam a ocupação, em que os recursos ambientais são também reestruturados. Desse modo a ocupação de uma área pode ser vista como um aspecto da permanência do grupo e de modos de fazer” (Dias, 2006: 204).

Diferente do tradicional processo de fabrico da panela de barro, o “local”, Goiabeiras Velha, vem sofrendo uma série de modificações urbanísticas, provocadas pelo processo de desenvolvimento econômico pelo qual passa o Espírito Santo, consequência, sobretudo, do “boom do petróleo” e do desenvolvimento industrial nos últimos anos.

Tais modificações datam da segunda metade do século XX, quando se observou grandes transformações urbanísticas provocadas pela construção do campus da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pelo desenvolvimento de indústrias e do comércio local, ampliação e construção de avenidas, dentre outras, as quais foram cercando Goiabeiras Velha.

O desenvolvimento urbano tornou a região acessível aos consumidores em geral e aos comerciantes em particular, fomentando, dessa forma, a mercantilização dos produtos cerâmicos; a panela tornou-se um produto típico da região, indispensável ao preparo da Moqueca Capixaba (Dias, 2006). Foi assim que as panelas:

⁹ Segundo Motta, “lugar de memória” pode ser entendido como um “espaço” comum, onde se recria a tradição num processo de identificação coletiva. A “memória seria vulnerável às manipulações, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (Motta, 1992: 6).

“[...] passaram a ser apreciadas e comercializadas por uma nova rede de mercadores: lojas de artesanato, turistas com seus *souvenirs* e restaurantes que servem a moqueca, os maiores compradores por participarem da rede de turismo. As panelas foram então ‘descobertas’ e suas produtoras ‘reveladas’. Neste contexto de crescente demanda, a pequena produção familiar feita nos quintais entre uma ou outra tarefa doméstica foi modificada e ganhou novos contornos e novos modos de organização e produção” (Dias, 2006: 205).

Esse processo vem provocando, inevitavelmente, mudanças graduais e significativas nas relações sociais dos indivíduos. Com a gradativa inserção na lógica capitalista, cada vez mais presente na região, a confecção das panelas passou a garantir lucratividade e, conseqüentemente, a fixação dos núcleos familiares na perpetuação do fazer panela de barro.

Segundo Rodrigues, os escritos do naturalista Saint-Hilaire, em visita à região em 1815, ao fazer “as primeiras referências a essas panelas, descritas como ‘caldeira de terracota, de orla muito baixa e fundo muito raso’, utilizadas para torrar farinha e fabricadas ‘num lugar chamado Goiabeiras, próximo da capital do Espírito Santo’” (Rodrigues, 2011a; 2011b: 16), reforçam a idéia da “invenção da tradição”¹⁰ local e da construção do “lugar de memória”¹¹. Como argumenta o referido autor, os escritos de Saint-Hilaire contribuem com a “tese de que as panelas de barro são uma tradição cultural local transmitida entre várias gerações desde tempos imemoriais, tendo as comunidades indígenas como as primeiras protagonistas” (*Idem*)¹². Perota, Leling Neto e Doxsey vão além, à “cerâmica produzida na região de Goiabeiras, podemos afirmar que essa é uma mistura de técnicas das tradições cerâmicas pré-históricas Tupiguarani e Una, sobressaindo-se as usadas pela tradição Una”. (Perota, Leling Neto e Doxsey, 1997: 13-14).

¹⁰ A idéia de “tradição inventada”, termo cunhado por Hobsbawn e Ranger (1984), designa um processo de construção comum de sistemas sónicos, respeitante ao passado e reproduzido no presente. O IPHAN, ao reconhecer o Ofício das Panelas de Goiabeiras Velha e garantir o registro histórico e das expressões culturais da região, tornando-os Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, inventa uma tradição, transformando um conjunto popular de saberes e práticas coletivas em contemplação histórico-artística – fato observado nos inquéritos feitos durante a pesquisa com 20 turistas e no discurso do poder público local – remetendo mais ao passado do que ao presente. Às artesãs, atores sociais de um presente nada contemplativo, resta a apropriação discursiva das lógicas deste campo para o benefício próprio – reconhecimento enquanto categoria profissional, reconhecimento enquanto produtoras de bens culturais únicos no país e de reconhecimento socioeconômico.

¹¹ Cf. nota 14.

¹² Para mais detalhes, ver Rodrigues (2011b) e Dossiê IPHAN 3 (2006).

Nosso objetivo não é reconstruir a arqueologia da panela de barro¹³. No entanto, essa rápida digressão nos ajuda sobremaneira a refletir sobre as constantes transformações ocorridas no local. Considerando os primeiros relatos de Saint-Hilaire sobre a Cultura do Barro, temos cerca de 200 anos de cultura¹⁴. Podemos pressupor, que, no início, isto é, nas sociedades indígenas supracitadas, a confecção das panelas de barro era destinada à utilização familiar, sendo uma atividade exercida por mulheres e secundária à caça e à peça. Ainda hoje, podemos afirmar que se trata de uma atividade familiar, predominantemente feminina, transmitida de geração a geração, às suas filhas, netas e sobrinhas. No entanto, deixou de ser uma atividade secundária, ao contrário, para muitos, tornou-se a principal, ou mesmo única fonte de renda familiar, assim como deixou de ser uma atividade exclusivamente feminina.

Em suma, observamos um processo de modificações das relações sociais e econômicas no local, provocando, entre eles, a mercantilização das panelas de barro e, conseqüentemente, a competição de mercado entre as Paneleiras, o que não causa nenhum espanto ao termos em mente a existência de fluxos constantes entre a Cultura do Barro e o sistema capitalista, assim como da renegociação interna dos significados dos fluxos externos, formando uma complexa teia de significados.

É possível visualizarmos a tríade “panela-paneleiras-local”, aqui exposta, e os efeitos dos fluxos cambiantes entre a Cultura do Barro e o sistema capitalista nos noticiários obtidos junto aos *sites* da Prefeitura Municipal de Vitória, do Governo do Estado do ES e Portal G1:

“As **paneleiras de Goiabeiras** ganham reconhecimento internacional. Elas acabam de receber o certificado 2010 Melhores Práticas – Prêmio Internacional de Dubai para Melhores Práticas para Melhoria das Condições de Vida (...) e a Organização das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat)” (PMV, 2011. Grifo nosso)¹⁵.

“A **panela de barro** é, sem dúvida, uma das maiores expressões da cultura popular do Espírito Santo. Desde a sua origem – nas tribos indígenas que habitaram o

¹³ Para essas análises, ver Perota, Leling Neto e Doxsey (1997); Dossiê IPHAN 3 (2006); Rodrigues (2011a).

¹⁴ Segundo Perota, Leling Neto e Doxsey (1997), levantamentos arqueológicos fornecem subsídios para falar em 2500 anos. Já as próprias Paneleiras falam em 400 anos de tradição.

¹⁵ Informações extraídas do *site* da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), capital do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secom.php?pagina=noticias&idNoticia=6022>.

litoral do Estado – até os dias de hoje, a técnica de sua confecção e a estrutura social das artesãs pouco mudou. O trabalho artesanal das Paneleiras sempre garantiu a sobrevivência econômica de seus familiares, como também de suas tradições (...)” (GOVERNO DO ESTADO DO ES, 2012. Grifo nosso)¹⁶.

“A certificação protege os produtos de eventuais falsificações, garantindo sua **procedência** e aumentando sua competitividade. De acordo com o INPI, com o registro das panelas de Goiabeiras, sobe para 11 o número de produtos brasileiros com procedência certificada através da Indicação Geográfica.” (GLOBO/G1, 2011. Grifo nosso)¹⁷.

Percebemos no primeiro noticiário a importância conferida à categoria profissional “Paneleira”, evidenciando duas relações: entre a categoria profissional e o “local” e entre o “local” (Goiabeiras Velha) e a cidade de Vitória (ver Anexo II). No segundo noticiário, evidencia-se a assimilação da panela de barro à cultura do Espírito Santo, convenientemente destacado no *site* do Governo do Estado. Por fim, no terceiro noticiário, destaca-se a ênfase na “garantia de autenticidade”, que, como já apontado, perpassa a tríade formada “panela-paneleiras-local” e está balizada no interfluxo da Cultura do Barro e a “economia da cultura global”. Enfim, analisando as notícias captadas, alinhamos a importância, a coesão e a interpretação dos elementos que compõem a tríade.

3. O papel do Governo do Estado e do IPHAN na estruturação de um campo

Como vimos, a panela, as Paneleiras e o local são partes inseparáveis da Cultura do Barro. Formam uma tríade singular quando se fala em “legítimas panelas de barro capixaba”. Panelas de barro legítimas, só aquelas produzidas em Goiabeiras Velha, pelas Paneleiras que as produzem há mais de 400 anos e da mesma forma que suas antecessoras. Assim é definida, discursivamente e institucionalmente, a legitimidade das panelas, das Paneleiras e do local, por estes atores sociais, pelo Estado (Governo Estadual e Prefeitura Municipal) e pelo IPHAN, cada qual a partir de suas próprias lógicas. As Paneleiras, em defesa do reconhecimento enquanto categoria profissional e cultural, o que lhes garante uma melhor posição na esfera competitiva do mercado

¹⁶ Portal do Governo do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.es.gov.br/site/turismo/culinaria.aspx>.

¹⁷ Portal G1/Espírito Santo. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2011/07/paneleiras-de-vitoria-recebem2-indicacao-geografica-para-artesanato.html>.

cultural de produção de panelas de barro, o Estado, na busca tanto de construção simbólica de identidade cultural, como objetivos econômicos ligados ao turismo (poder simbólico), e, por sua vez, o IPHAN, como o “guardião do portal” do campo cultural, isto é, aquele que dita quem entra ou não neste campo (reconhecimento cultural – agência de consagração; local da história e da cultura).

Além do IPHAN, uma instituição estatal reguladora e hierarquizadora, a mídia em geral, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal são também agências consagradoras, isto é, são os agentes que consagram legitimidade, que constroem regras que levam a criação de uma *doxa* – uma série de crenças e opiniões que regem o funcionamento de um campo –, esta, por sua vez, cria o que Bourdieu (2003a) chama de *illusio* – crença na doxa, nas regras próprias do campo. Como argumenta Bourdieu, “(...) o universo da arte é um universo de crença, crença no dom, na unicidade do criador incriado (...)” (Bourdieu, 2003b: 217), ou seja, o reconhecimento da obra, enquanto arte, deve-se às crenças (processo de produção das crenças), enquanto um dom que é singular; portanto, sendo arte singular (reconhecida pelo campo), o artista torna-se, também, único.

Essa lógica reflete-se nas relações entre o IPHAN e as Paneleiras; o IPHAN, enquanto uma agência de consagração histórico-artística, reconhece como uma obra (de arte) a panela (mais do que isso, o *modus faciendi* inscrito no passado, na tradição) e as Paneleiras (de Goiabeiras) o criador incriado, único. Aqui devemos abrir um parêntese para melhor entender as “direções do discurso”. Já foi destacado que o Registro do Ofício das Paneleiras, junto ao IPHAN, surgiu a partir de reivindicações das Paneleiras organizadas em Associação (busca pelo reconhecimento enquanto categoria profissional), mas esta não é a única direção do discurso; o IPHAN, a partir do Registro (criação de um bem imaterial), estruturou o campo histórico-cultural, criou regras próprias para legitimar a produção destes bens culturais. Assim, ambos criaram suas posições estratégicas neste campo, assim como o Estado que se apoderou das lógicas do campo (reconhecimento enquanto categoria profissional e enquanto bem imaterial – a primeira criada pelas Paneleiras e a segunda pelo IPHAN, mas que também foi apropriada discursivamente pelas Paneleiras em suas relações concorrenciais baseadas na lógica capitalista) e criou uma estrutura de poder simbólico (criação de uma imagem de identificação cultural para o Espírito Santo, visando, também, o turismo).

Estes elementos, portanto, estruturam a produção da panela de barro (e da própria categoria cultural “Paneleiras de Goiabeiras”) e criam um campo cultural-

artístico, hierarquizando-o e regendo-o segundo regras próprias, baseadas no *modus faciendi* (tradicional) e, conseqüentemente, marginalizando (cultural, artística e economicamente) os demais pólos (e artesãos) de fabrico dessas peças cerâmicas, seja no Espírito Santo, seja em estados do nordeste brasileiro.

Esta autenticidade, reivindicada pelas Paneleiras¹⁸, foi assegurada pelo IPHAN e fortemente corroborada (diretamente) pelo Estado (como verificamos na análise de conteúdo realizada através de noticiários) ao assimilar esta cultura (especificamente a materializada em Goiabeiras Velha) com o Espírito Santo e com a capital Vitória, com organização de eventos culturais e políticas públicas culturais de caráter populista, tanto no trato com os atores sociais, quanto à panela de barro, enquanto produto cultural popular.

4. As tênues fronteiras que margeiam as culturas

Como podemos perceber, a Teoria Geral dos Campos de Bourdieu nos auxilia sobremaneira a entender parte do “universo de significados” da Cultura do Barro. Há, entretanto, que chamar a atenção aos fatores não institucionalizados, os quais exigem a reflexão sobre a noção de cultura, sua dinâmica e a relação com a lógica capitalista, inerente ao processo de globalização; momento em que a conceituação dos “campos”, na perspectiva de Bourdieu, torna-se um limitador no raio de alcance das análises propostas, pois, ao apresentar-se como um espaço estruturado e estruturante de posições, regidos por regras próprias, dificulta uma conceção dinâmica e híbrida da noção de cultural (mesmo considerando as lutas constantes no interior dos campos) em contato com a lógica que opera a esfera econômica – potencializada pelo processo de globalização –, a gerar um impacto do campo econômico na cultura e da cultura na economia.

As discussões sobre ‘cultura’ nas Ciências Sociais suscitam uma incrível margem de possibilidades de explicações, grandes teses e infintos debates. Como argumenta Lopes, para os estudos da Sociologia da Cultura, mais salutar do que a busca

¹⁸ Há que se ressaltar os indícios de existência de uma competição no campo da produção de painéis de barro no próprio interior de Goiabeiras Velha, como observado, entre os produtores culturais que executam suas atividades no interior do Galpão da APG (apenas os associados) e aqueles que trabalham em suas residências (associados ou não). Nesta relação, existe a reivindicação do reconhecimento cultural legítimo, ou seja, “os de fora” (da associação, do Galpão e dos holofotes midiáticos – das agências de consagração) lutam contra “os de dentro” pelo mesmo direito de reconhecimento cultural, que implica na lógica do mercado.

de conceitos, ou o enquadramento nestes é “(...) perceber o caldo mágico que multiplica as definições e, em simultâneo, tentar agrupá-las em tensões ou pólos relacionais heurísticamente fecundos (...)” (Lopes, 2007: 11). As constituições das categorias culturais devem ser refletidas, seja na Antropologia ou Sociologia da Cultura, com base na nova gramática mundial, isto é, nas relações dinâmicas das culturas em constante contato entre si, pois, como argumenta o referido autor, todo sistema cultural está em constante modificação, seja interna ou resultante do contato externo.

As modificações acontecem tanto em decorrência da própria dinâmica cultural do grupo, quanto do constante contato intercultural (contato externo), o que exige das pesquisas culturais o repensar constante do universo simbólico e das ressignificações culturais. É neste sentido que Geertz (1989) ressalta que a análise cultural é um estudo dos códigos de símbolos partilhados pelos membros da cultura analisada. Como tal, perpassa diferentes dimensões. Seu sentido é semiótico, pois se relaciona aos complexos e diversificados sistemas sógnicos dos atores sociais. Assim, para o autor, “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” e a cultura, prossegue o autor, “como sendo essas teias é a sua análise, mas como uma experiência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 1989: 15). Portanto, a análise cultural deve compreender a cultura como um conceito “não-fechado”, “não-estático” e “não-tradicional”.

No mesmo sentido, Hannerz (1997) concebe a cultura como um processo (complexo) em constante movimento, onde os atores e as redes de atores, (re)inventam-na, refletem sobre ela, fazem experiências, recordam-na, discutem-na e transmitem-na; ou seja, os significados e as formas significativas estão em perene movimento (re)criando-se, logo podendo tornarem-se duradouras.

Sempre sensíveis às modificações resultantes do processo dinâmico das culturas, acentuado em sociedades complexas, cada vez mais inseridas no processo de globalização, cabe aos pesquisadores analisar, interpretar e descrever essas teias. Como argumenta Hannerz (1997), “globalização e a transnacionalidade passaram a fornecer os contextos para nossa reflexão sobre cultura” (Hannerz, 1997: 7-8). Analisar, interpretar e descrever não significa delimitar o complexo cultural dado; o que analisamos, interpretamos e descrevemos são apenas parte das dimensões das “teias de significados” em constante modificação no tempo e no espaço.

A globalização levou a reformulações conceituais em variados campos do conhecimento, que passaram a lidar com conceitos que buscam explicar o processo

comunicativo e cambiante entre sociedades, mercados, etc. Conceitos como o de fluxos, entendidos como “um modo de fazer referência a coisas que não permanecem no seu lugar, a mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões” (Hannerz, 1997: 10). Pensando nisso, Arjun Appadurai alvitrou que mirássemos a economia cultural global enleando cinco dimensões, enquanto retratos de uma cena, apontando etnias, mídias, tecnologias, finanças e ideias, concebendo-se que a categoria fluxo indicia, então, uma macroantropologia, numa perspectiva bastante ampla da coerência (relativa) e de entidades sociais e territoriais maiores que aquelas muitas vezes tratadas.

Os fluxos ocorrem no encontro entre culturas, entre o local e o externo e entre o “simples” e o “complexo”, no tempo e no espaço. Os fluxos possuem direções, isto é, apesar da dinâmica cultural que evidencia historicamente movimentos de fluxos cambiantes em escala global e das perspectivas antropológicas pós-coloniais que visam à desconstrução da dicotomia centro-periferia, ainda existem direções de fluxos, presentes, por exemplo, na base educacional de origem ocidental, na burocracia administrativa dos Estados modernos, na biomedicina, etc. (Hannerz, 1997).

É neste sentido que Hannerz afirma que ainda não chegamos “ao ponto em que seja completamente impossível distinguir os centros das periferias” (Hannerz, 1997: 14). Deve-se ficar claro que o autor está a chamar a atenção para o risco da supervalorização ou da utilização indiscriminada de conceitos-metáforas, como de fluxos, contrafluxos, limites, dentre outros. O que Hannerz ressalta “é a tarefa de problematizar a cultura em termos processuais, não a permissão para desproblematizá-la, abstraindo suas complicações” (*Idem*: 15).

A história da humanidade, como argumenta Hannerz, carrega consigo “correntes de fluxo cultural em padrões cambiantes” (*Idem*: 14) em maior ou menor intensidade; o que não significa dizer que as culturas são líquidas, demasiadamente tranquilas, “não se deve interpretá-las como uma questão de simples transposição, simples transmissão de formas tangíveis carregadas de significados intrínsecos” (*Idem*: 15).

A cultura, inserida no processo de globalização, aproxima-se da economia em expansão; nesta aproximação ocorrem os fluxos e os hibridismos. Radicalizando essa conceção da noção de cultura, Jameson vai além: “Não é só a cultura que sofre o impacto da economia-mundo. É também a economia que se culturaliza” (Jameson *apud* Lopes, 2007: 31). É culturalizada segundo as categorias internas, que passam a ressignificar os sentidos do campo econômico, pois, como argumenta Lopes, a

globalização apresenta um momento de conflito, “(...) uma tensão entre dominantes e dominados, vencedores e perdedores, sem que o sentimento dessa dominação (que é também uma dominação de sentidos) implique um reducionismo tal que elimine resistências, assimilação, difusão, reconstrução, reciclagem, importação-exportação de significados” (Lopes, 2007: 36).

Esse deslocamento cultural, de importação-exportação, de assimilação e ressignificação de sentidos, não representa uma perda de significados, pois o caráter dinâmico das culturas possibilita a ressignificação e recriação interna dos fluxos externos, tornando menos espessos os limites entre as culturas, ou seja, as descontinuidades, os obstáculos, as divisas através das quais acontecem os contatos e interações entre o que está “fora” e o que está “dentro”. Os fluxos modelam, dissolvem, transcendem os limites e possibilitam a interação cultural.

Ao pensarmos a interação entre a Cultura do Barro e a economia cultural global, cogitamos também sobre o conceito de fronteira, entendendo-a como uma membrana, fina e dinâmica, como uma zona de confluência de correntes culturais e interpenetração dinâmica de culturas. Nesse contexto refletimos sobre a cultura em fluxo no espaço e no tempo, à qual associamos imagens de regiões onde as culturas se encontram e esquematizamos agentes e produtos do hibridismo cultural, a Cultura do Barro pautada no saber local, ou seja, o *savoir faire* das tradicionais Paneleiras de barro de Goiabeiras Velha, mediante o interfluxo de material cultural entre os sistemas local e o global, ocorrendo uma reorganização da cultura no espaço ou renegociação das categorias nativas e conseqüente criolização¹⁹, devido aos entrecruzamentos de fluxos e contrafluxos, fazendo perguntar-mo-nos sobre a separabilidade, a coerência e os conteúdos de cotradições, em sua distribuição geográfica, organização social, história e perspectivas.

¹⁹ Segundo Hannerz, “criolização” é o conceito construído mais preciso, até o presente momento, para designar o processo de hibridização ou mestiçagem. Analogamente com as interpretações da sociolinguística, sobre a cultura crioula, excogita a perspectiva da criolização como “particularmente aplicável aos processos de confluência cultural que se estendem num continuum mais ou menos aberto de diversidade, ao longo de uma estrutura de relações centro-periferia que pode ser perfeitamente alargada para o âmbito transnacional, também caracterizado pela desigualdade de poder, prestígio e recursos materiais” (Hannerz, 1997: 27-28).

5. Renegociação das categorias: uma reflexão acerca das Paneleiras de Goiabeiras

Considerando os permanentes (contra)fluxos do contato cultural externo da Cultura do Barro (“tradicional” local) com a economia cultural global, notamos uma contínua interconexão na dinâmica cultural, promovendo uma redistribuição do inventário cultural e conseqüentemente uma bricolagem.

Nesse sentido, podemos afirmar que as modificações resultantes do contato cultural externo atuam diretamente sobre os sistemas sîgnicos das culturas; o que Sahlins denomina de “estrutura da conjuntura”, isto é, “um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático” (Sahlins, 1990: 160). Essa “estrutura” modifica-se à medida que há interação entre as categorias culturais; as relações históricas que cristalizam a “estrutura da conjuntura” sahlinsiana, são redefinidas a partir dessa interação intercultural. Em contato com categorias culturais externas, como as relações socioculturais e as relações econômicas, ocorre um processo de renegociação das categorias internas, criando novos sistemas sîgnicos, isto é, modificando a estrutura da conjuntura.

Assim, a reivindicação pelo Registro do Ofício das Paneleiras pode ser concebida para além de uma demanda política (reconhecimento enquanto categoria profissional) e cultural (reconhecimento enquanto bem imaterial), pois o contato entre a Cultura do Barro e sistema capitalista foi suficientemente forte para que ocorresse um processo de renegociação das categorias internas desta cultura, a qual se apoderou discursivamente das categorias mercantis do capitalismo e criou novos significados culturais que passaram a ser parte mesmo do conjunto das relações históricas dessa cultura. É nesse sentido que a reivindicação pode ser concebida como um indício da “economia da cultura tradicional”.

Essa renegociação não representou perda de conteúdo substancial da Cultura do Barro, ao contrário, como percebemos nas histórias de vida das trinta e duas Paneleiras associadas à APG e que trabalham em seu interior²⁰, a mercantilização das painéis de barro foi fundamental para garantir a continuação da “arte de amassar barro”, pois trouxe consigo a ideia de que poderiam pagar a cultura e transformá-la em renda.

²⁰ O atual galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras possui apenas 32 estandes individuais. No entanto, segundo informações da presidenta, existem mais de 100 pessoas associadas, além daquelas que executam a atividade, mas que não são afiliadas.

Como podemos perceber na fala de dois entrevistados, a dimensão cultural e a dimensão econômica estão sempre juntas: “O que é para você ser Paneleira”?

“Um orgulho. Saber que eu tenho capacidade de manusear com as mãos um utensílio que serve pra ser usado no lar... que vão desde o Iapoque ao Chuí, dentro e fora do país também. Um trabalho que, embora muitos não deem valor, outros dão... Um meio de sobrevivência... Quem não sabe fazer outra coisa, vai fazer isso” (entrevistado 1).

“Ah... ser artesão né. Paneleira é mais pra mulher... Esse negócio é a família né... Eu sustento minha família, isso daqui é um trabalho, como outro qualquer... É um meio de vida né... Não pode acabar... Tradicional é capixaba... Tem muita gente que faz fora também e quem faz fora não é tradicional, tem que ser a daqui, autenticada... Tem muita gente que faz fora aí, tipo Guarapari. Não é autenticada” (entrevistado 2).

Todo contato intercultural, por mais sutil que seja, resulta em modificações, podendo gerar uma série de conflitos. No caso da Cultura do Barro, em contato com o sistema capitalista, percebemos o destaque dado à base material, impresso pelos atores sociais, provocando mudanças no sistema sógnico local; estes passaram a conceber sua cultura como, também, fonte de renda, possibilitando-os a sobrevivência unicamente a partir da sua própria produção de bens culturais. Os conflitos emergentes desse contato referem-se às questões próprias do sistema capitalista, como a criação da concorrência, o aumento do trabalho devido à inserção numa lógica competitiva, entre outros.

Como argumenta Sahlins, o “sistema mundial não é uma física de relações equilibradas entre impactos econômicos e reações culturais. Os efeitos específicos das forças materiais globais dependem dos diversos modos como são mediados em esquemas culturais locais” (Sahlins, 1988: 2). Esse contato prefigura um movimento dinâmico de uma cultura que se iniciou com povos nativos americanos, anteriores à chegada de europeus e africanos²¹ e que se reinventa nas sociedades complexas. Como argumenta o autor: “Em lugar de celebrar (ou lamentar) a morte da ‘cultura’, portanto, a

²¹ A técnica cerâmica é reconhecidamente um legado das culturas Tupi-guarani e Una. “O saber foi apropriado dos índios por colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal, território historicamente identificado como um local onde se produziam painéis de barro” (p. 15). Para mais detalhes, ver DOSSIÊ IPHAN (2006). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=724>.

antropologia deveria aproveitar a oportunidade para se renovar, descobrindo padrões inéditos de cultura humana” (Sahlins, 1997: 58).

Sensíveis aos indícios, identificamos uma série de discursos presentes na fala e no comportamento dos atores sociais, que chamamos de discurso da “economia da cultura tradicional”. Trata-se de um amplo discurso que envolve dimensões política, econômica e social para legitimar a importância da panela de barro; tendo como pano de fundo a necessidade de venda das peças cerâmicas.

Assim, concebemos a “economia da cultura tradicional”, presente nas falas e nos comportamentos dos atores sociais envolvidos na Cultura do Barro, como uma forma de fixar sentidos de autenticidade histórica, de técnicas utilizadas, de cultura genuinamente capixaba e de “lugar de memória”²², tendo como objetivo imediato a comercialização dos seus produtos culturais. Trata-se de uma tentativa de apoderar-se para si da representação cultural do Espírito Santo, reafirmada pelo próprio Estado que se apodera dessas fixações para divulgar a cultura e o turismo capixaba, ambos agindo como caixa de ressonância na sociedade (ver Anexo II).

Como argumenta Rodrigues, “com o desenvolvimento urbano surgiram novos pontos de revenda [da panela] e a propaganda de ‘boca em boca’ tratou de divulgar a associação entre as panelas e a culinária típica capixaba e não demorou para que essa associação fosse apropriada pelo poder público e os empreendimentos turísticos como ícone da cultura do povo capixaba” (Rodrigues, 2011b: 9). No entanto, cabe ressaltar que há interesses de ambos os lados (Paneleiras e Estado) nessa lógica discursiva. A apropriação discursiva do Estado não pode ser concebida simplesmente como “apropriação cultural”, mas sim como espécie de propaganda cultural, que, em última instância, beneficia as próprias Paneleiras, ao reafirmar a singularidade da panela de barro, enquanto bem cultural do Espírito Santo em geral e da capital Vitória em particular (ver Anexo II). Em suma, há uma manipulação mútua, com ambos os interesses.

6. Considerações finais

Nosso objetivo foi refletir sobre aspectos da dinâmica cultural que perpassa o processo de fabrico da panela de barro e as relações sociais das Paneleiras de Goiabeiras Velha, apresentando ligações entre esse processo e as relações sociais desses atores com

²² Cf. nota 14.

o discurso da “economia da cultura tradicional”, concebida como base motivadora da reivindicação pelo Registro do Ofício das Paneleiras junto ao IPHAN, tendo como pano de fundo, a inserção, aparentemente inevitável, da Cultura do Barro na lógica capitalista global e os significados da renegociação interna dessa lógica.

Percebemos que a Cultura do Barro é formada por dimensões sociais em constante modificação, seja por influência interna ou por fluxos externos, sendo criadas e recriadas ao logo de gerações, por relações políticas com o poder público local, por relações de reconhecimento de um campo histórico-cultural (IPHAN) e por relações econômicas em escala local, nacional e global. Em suma, por diversas redes que perpassam o dia a dia das Paneleiras, suas relações sociais e suas formas de significar sua posição (enquanto Paneleira), sua força de trabalho, materializadas nas peças cerâmicas, e o “local”, enquanto lugar que produz painéis e paneleiras.

A análise da dinâmica da Cultura do Barro, portanto, não pode restringir-se aos aspectos iminentes ao campo econômico, é necessário, também, perceber a ligação dinâmica deste campo com o campo cultural. Exige-se, outrossim, que os elementos “panela”, “Paneleiras” e o “local” não sejam pensados simplesmente enquanto panela, Paneleiras e “local”, mas sim analisados conjuntamente, pois, como argumenta Berger (s/d):

“(...) fazer panela de barro não é moldar barro: é cristalizar um saber, que por sua vez vem de tradições... De histórias de famílias... De relações... Eu não posso entender só a relação que a Paneleira tem com a panela, pois a panela também não é só panela. Assim, eu tenho que descobrir mil e outras coisas para entender porque fazer panela é importante para a identidade da paneleira” (Berger, s/d: 5-6).

Quem são as Paneleiras de Goiabeiras? O que a panela representa para estes atores sociais? Quem é o mercado? Por que compram a panela? Essas e outras perguntas, igualmente pertinentes, foram exaustivamente repetidas por nós durante o período de pesquisa campal e discutidas ao longo da redação deste trabalho. O que realmente são e o que a panela realmente representa, são perguntas sem respostas definitivas. O que nós, pesquisadores, podemos fazer, é interpretar sociologicamente os possíveis significados destas e de outras indagações, buscando conexões mais amplas, com o contexto no qual a cultura está inserida, pois “o objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas

afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas” (Geertz, 1989: 38).

Referências bibliográficas

- BERGER, Mirela (s/d), *A cultura como teia*. [Consult. 31.01.2012]. Disponível em: http://www.mirelaberger.com.br/mirela/download/a_cultura_como_teia.pdf.
- BOURDIEU, Pierre (2003a), “Algumas Propriedades do Campo”, in Pierre Bourdieu, *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século, pp. 119-126.
- (2003b), “Mas quem criou os “criadores”, in Pierre Bourdieu, *Questões de Sociologia*, Lisboa, Fim de Século, pp. 227-231.
- (2007), *O poder simbólico*, 11ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- (2010), *A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo*, Coimbra, Edições 70.
- DIAS, C. da C. (2006), *Ser paneleira não é brincadeira – Estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional*, Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, jul./set. 2006. [Consult. 20.01.2012]. Disponível em <http://www.publicacao.museunacional.ufrj.br/Arquivos/Arq642006/Arq643/Arq643.pdf#page=5>
- DOSSIÊ IPHAN 3 (2006), *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, Brasília, DF, Iphan. [Consult. 05.12.2011]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=724>.
- GEERTZ, C. (1989), *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, LTC.
- HANNERZ, Ulf (1997). “Fluxos, fronteiras híbridos: palavras-chave da Antropologia transnacional”, in *Mana*, v. 3, nº 1. [Consult. 15.12.2011]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100001&script=sci_abstract&tlng=pt
- HOBBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org.) (1984), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LOPES, João Teixeira (2007), *Da democratização à democracia cultural*, Porto, Profedições.
- MOTTA, Marly Silva da (1992), *A nação faz cem anos: A questão nacional no centenário da independência*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV-CPDOC.
- PEROTA, Celso; LELING NETO, Roberto A.; DOXSEY, Jaime Roy (1997), *Paneleiras de Goiabeiras*, Vitória, Secretaria Municipal de Cultura.

RODRIGUES, Luiz H (2011a), *Transmissão cultural e mercantilização: uma etnografia da produção e comercialização de panelas de barro pelas paneleiras de Goiabeiras*, Bacharelado em Ciências Sociais, Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo.

– (2011b), “Transmissão Cultural e Mercantilização: Uma Etnografia da produção de Panelas de Barro pela Paneleiras de Goiabeiras”, in *I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS – UFES – Fronteiras do Pensamento e Desafios Teórico-Metodológicos nas Ciências Sociais*, v. 1, Vitória. Anais eletrônicos. [Consult. 20.01.2012]. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufes.br/SNPGCS/search/authors/view?firstName=Luiz&middleName=Henrique&lastName=Rodrigues&affiliation=&country=>.

SAHLINS, Marshall (1988), *Cosmologia do Capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”*, Conferência apresentada XVI Reunião de Antropologia, Campinas, março de 1988.

– (1990), *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Zahar.

– (1997), “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” (partes I e II), in *Mana*, v. 3, nº 2, 41-73.

Sites

Portal do Governo do Espírito Santo, *Culinária Capixaba*. [Consult. 20.01.2012]. Disponível em: <http://www.es.gov.br/site/turismo/culinaria.aspx>.

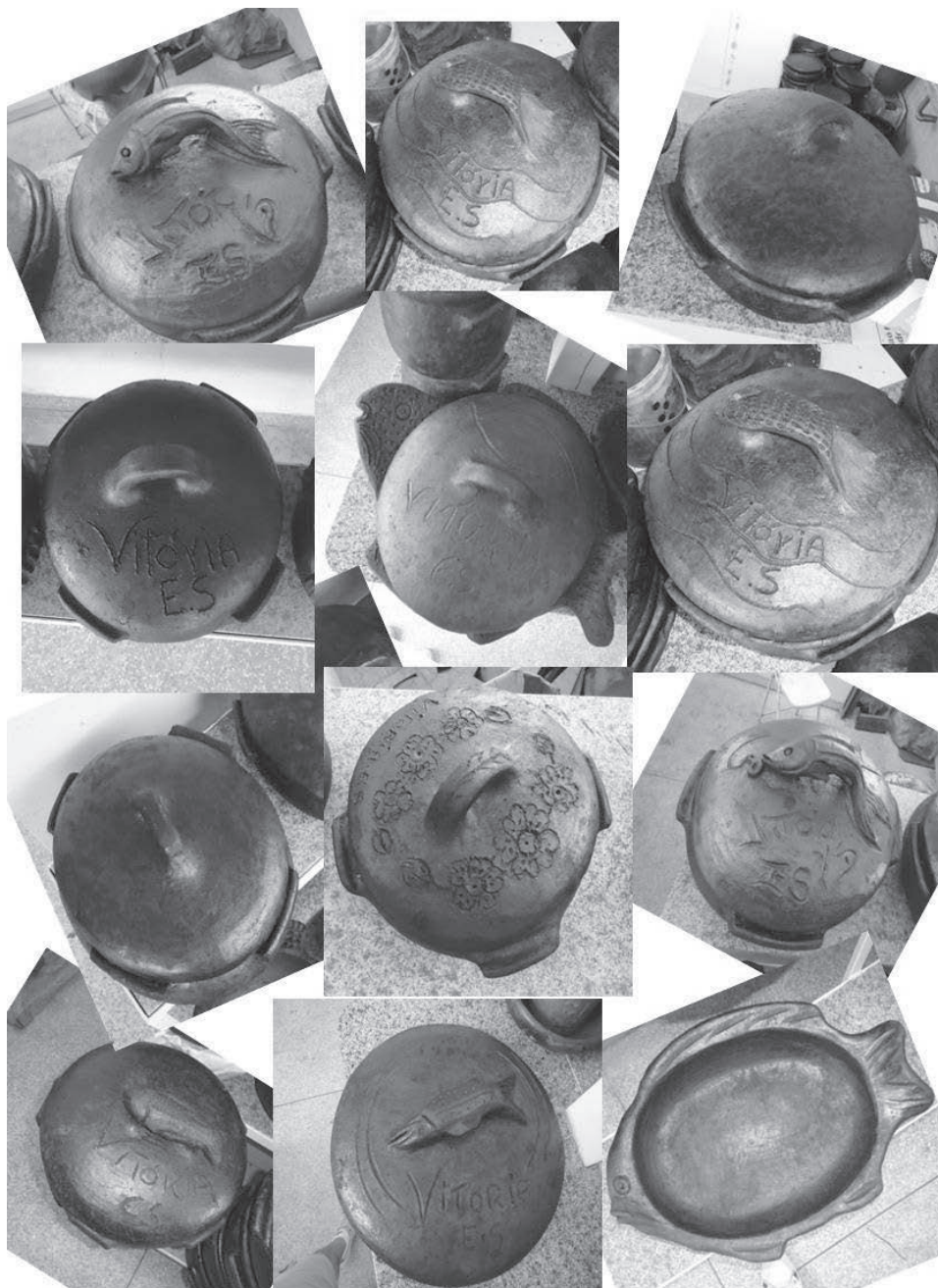
Portal G1/ES, *Paneleiras de Vitória recebem 2ª Indicação Geográfica para artesanato*. [Consult. 20.01.2012]. Disponível em:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2011/07/paneleiras-de-vitoria-recebem-2-indicacao-geografica-para-artesanato.html>.

Prefeitura Municipal de Vitória, *Paneleiras de Goiabeiras recebem certificado de melhores práticas da ONU*. [Consult. 20.01.2012]. Disponível em:

<http://www.vitoria.es.gov.br/secom.php?pagina=noticias&idNoticia=6022>.

ANEXO I



Fotos retiradas de peças cerâmicas à venda no Galpão da Associação das Panelas de Goiabeiras Velha, Vitória – ES, Brasil. Fotos de Marcelo de S. Marques e Vinicius de A. Caloti – dezembro de 2011.

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized Brazilian new religious movement

Massimo Introvigne¹

Center for Studies on New Religions

Abstract

In 2011, the author conducted fieldwork at the Vale do Amanhecer (Valley of Dawn), an incorporated township located four miles near Planaltina, one of the so called satellite towns of the Brazilian capital Brasilia and the center of the largest Brazilian new religious movement, the Spiritualist Christian Order (Ordem Espiritualista Cristã, OEC). OEC, founded by Neiva Chaves Zelaya (1925-1985), know to her followers as Tia Neiva (Aunt Neiva), has currently some 500,000 members and 680 temples in Brazil, and several thousand abroad. The group is an offshoot of Kardecist Spiritualism/Spiritism, which is quite well-represented in Brazil, and among the spirits channeled by the OEC mediums are spiritual doctors, gypsies, and African American slaves. Several thousand OEC mediums operate in the Vale do Amanhecer, and they have attracted there millions of pilgrims, most of them seeking healing from the spirits.

Keywords: Vale do Amanhecer; Ordem Espiritualista Cristã; Neiva Chaves Zelaya (Tia Neiva); New religious movements.

Resumo

O Vale do Amanhecer. Cura e espiritualismo num novo movimento religioso brasileiro globalizado

Em 2011, o autor realizou trabalho de campo no Vale do Amanhecer, município localizado a 6 quilômetros de Planaltina, uma das chamadas cidades-satélites de Brasília, e o centro do maior novo movimento religioso brasileiro, a Ordem Espiritualista Cristã (OEC). A EC, fundada por Neiva Chaves Zelaya (1925-1985), conhecida entre os seus seguidores como Tia Neiva, tem atualmente cerca de 500 mil membros e 680 templos no Brasil, e vários milhares no estrangeiro. O grupo é um desdobramento do Espiritualismo/Espiritismo Kardecista, o qual está muito bem representado no Brasil, e entre os espíritos canalizados pelos médiuns da OEC estão médicos espirituais, ciganos e escravos afro-americanos. Vários milhares de médiuns da OEC actuam no Vale do Amanhecer, atraindo ao local milhões de peregrinos, a maioria deles em busca de uma cura pelos espíritos.

Palavras-chave: Vale do Amanhecer; Ordem Espiritualista Cristã; Neiva Chaves Zelaya (Tia Neiva); Novos movimentos religiosos.

¹ Center for Studies on New Religions (CESNUR) (Turin, Italy). Direct correspondence to: Massimo Introvigne | CESNUR | Via Confienza, 19 | 10121 Torino | Italy. E-mail: maxintrovigne@gmail.com

Resumé

Le Vale do Amanhecer. Guérison et spiritualisme dans un nouveau mouvement religieux brésilien globalisé

En 2011, l’auteur réalisa une enquête de terrain chez le Vale do Amanhecer (Vallée de l’Aurore), une petite ville à six kilomètres de Planaltina, une des “villes satellites” de la capitale brésilienne Brasília, et le centre du plus grand nouveau mouvement religieux brésilien, l’Ordre Spiritualiste Chrétien (Ordem Espiritualista Cristã, OEC). L’OEC, fondé par Neiva Chaves Zelaya (1925-1985), que ses disciples appellent Tia Neiva (Tante Neiva) compte aujourd’hui quelques 500.000 membres et 680 temples au Brésil, et plusieurs milliers dans des autres pays. Le mouvement est une dérivation du spiritisme kardéciste, qui a toujours été très présent au Brésil, et parmi les esprits évoqués par les médiums de l’OEC il y a des “docteurs spirites”, des tziganes, et des esclaves afro-américains. Plusieurs milliers de médiums de l’OEC “travaillent” au Vale do Amanhecer, où ils reçoivent des millions de pèlerins, qui cherchent surtout une guérison apportée par les esprits.

Mots-clés: Vale do Amanhecer; Ordem Espiritualista Cristã; Neiva Chaves Zelaya (Tia Neiva); Nouveaux mouvements religieux.

Resumen

El Vale do Amanhecer. Curación y espiritualismo en un nuevo movimiento religioso brasileño globalizado

En 2011, el autor realizó trabajo de campo en el Vale do Amanhecer, un pequeño pueblo a seis kilómetros de Planaltina, llame a una de las ciudades satélite de Brasília, y el centro del nuevo movimiento religioso más grande de Brasil, la Orden Espiritual Cristiana (OEC). La OEC, fundada por Neiva Chaves Zelaya (1925-1985), conocido entre sus seguidores como Tía Neiva, en la actualidad cuenta con cerca de 500.000 miembros y 680 templos en Brasil y varios millares en el extranjero. El grupo es una rama del Espiritualismo/Espiritismo Kardecista, que está muy bien representado en el Brasil, y entre los espíritus canalizados por los médiums de OEC se encuentran doctores espirituales, gitanos y esclavos afroamericanos. Varios millares de médiums de OEC “trabajan” en el Vale do Amanhecer, atrayendo millones de peregrinos al sitio, la mayoría de ellos en busca de una cura por espíritus.

Palabras clave: Vale do Amanhecer; Orden Espiritual Cristiana; Neiva Chaves Zelaya (Tía Neiva); Nuevos movimientos religiosos.

In June 2011, I visited the Vale do Amanhecer (Valley of Dawn), an incorporated township located four miles near Planaltina, one of the so called satellite towns of the Brazilian capital Brasília, and the center of the largest Brazilian new

religious movement, the Spiritualist Christian Order (Ordem Espiritualista Cristã, OEC). OEC has currently some 500,000 members and 680 temples in Brazil, and several thousand abroad, where temples are maintained in Bolivia (2), Ecuador, Uruguay, the United States, Portugal (2), Germany, and Japan. 150,000 Brazilian members live in the Federal District, and the Vale has a population of 20,000, although it now also hosts Catholic and Pentecostal families. I also spent time in Planaltina, where I counted some 30 Pentecostal houses of worship – there are probably more. I was told by a Catholic priest in Brasília that in Planaltina Pentecostals do outnumber Catholics in term of Sunday practice, although the majority of the population has still been baptized in the Catholic Church.

Neiva Chaves Zelaya (1925-1985), known to her followers as Tia Neiva (Aunt Neiva), was born in Propriá (Sergipe) on October 30, 1925 and received no formal education. A widow with four sons, she started working in 1955 as a truck driver – reportedly, the first woman in Brazil to work in this capacity – and in 1956 moved to Brasília, where many trucks were employed in the construction of the new capital. In 1958, she started experiencing visions of spirits, but as a pious Catholic she rejected them. In 1959, however, she met a reputed Spiritualist – or Spiritist, since the large Brazilian Spiritualist movement mostly follows the French variety called Spiritism –, Dona Neném (whose biographical details I did not uncover). Neném interpreted Neiva's phenomena through the lenses of Brazilian Spiritism, and persuaded her that she was a powerful medium, able to channel Pai Seta Branca (Father White Arrow), a powerful Native American spirit. Neiva went into full time mediumship and in 1959 founded with Neném the União Espiritualista Seta Branca in Nucleo Bandeirante, near Brasília. The messages of Pai Seta Branca quickly became popular, since they included a millennial element connected with the Third Millennium, which resounded with the many prophecies associated with the building of Brasília.

The spirit ordered his followers to go live communally in the Serra de Ouro, sixty miles from Brasília. The commune was however plagued by Neiva's frequent illnesses and by disagreements between the two founders. In retrospect, it appears that Neném conceived the Order as a portion of the larger Brazilian Spiritist movement, while Neiva had in mind a genuine new religious movement with several original features. In 1964, the two women parted company. Neném took her followers to Goiânia, while Neiva incorporated the OEC and moved to Taguatinga. In 1968,

however, the OEC lost the title to the land in Taguatinga, and the some 250 followers moved to the present location near Planaltina, thus starting the creation of the Vale do Amanhecer.

In the meantime, in 1965 in Taguatinga, Neiva had met Mário Sassi (1921-1994), a PR officer for the University of Brasília and a leader of the Catholic left-wing movement JOC (Catholic Youth Workers). Eventually, Sassi left his wife, a sociologist, five children and his job, and went to live with Neiva in the Vale (the two could not marry, since Brazil at that time had no divorce law). Sassi, a city intellectual, became the twin leader of the Vale, and elaborated its complex doctrine based on Neiva's visions. He became also the administrative leader, and his very effective leadership assured the growth of the Vale community from a few hundred to several thousand members when Neiva died on November 15, 1985. After Neiva's death, the OEC was led by a three-member directorate which included Sassi. Soon, however, a disagreement arose between Sassi and the rest of the leadership, which included Neiva's sons, about the legal incorporation of the Vale as a township. This would grant significant advantages in terms of receiving services from the government, but would mean that non-members of the OEC could no longer be prevented from settling in the village. Eventually those favorable to the incorporation prevailed, and Sassi left the Vale trying without great success to establish a smaller movement of his own, the Universal Order of the Great Initiates. He died in 1994 and, possibly also because his group never represented serious competition for the OEC, is remembered in the Vale with no hard feelings. In fact, his historical contribution is acknowledged and celebrated, and his portrait is often displayed in present-day's Vale.

The Vale township appears to be poor, although not very poor by Brazilian standards. Most houses appear simple but decent, and there are no favelas. The visitor cannot but notice that a good part of the population wear quite fancy dresses, which are typical of the OEC and make it a well photographed religious movement in any media reportage about Brazilian religious diversity. Apart from shops selling literature of the movement, religious objects and sacred dresses, there are two main religious centers of the township, the temple and the Estrela Candente (Burning Star: not to be confused with “estrela cadente”, i.e. shooting star) complex, located something less than one mile from the temple. The Estrela Candente is the main center for the internal activities of the

OEC, while outsiders (called “clients”) seeking cure for physical or spiritual problems are mostly received in the temple.

I was able to attend two rituals in the Estrela Candente and to interview several members including one of the most senior “doutrinadores” leading the rite. Although I did explain that I was already familiar with the main beliefs and practices of the OEC based on its literature, he insisted and explained them from scratch. He started from the Estrela Candente ritual, which is called a “work of disintegration” on behalf of humanity as a whole. Negative energies are disintegrated and imperfect spirits who harass the living are helped to complete their passage to the higher spheres of the spiritual kingdom. The Estrela Candente is an impressive complex, centered on an artificial lake built by the OEC in the shape of a six-point star with the water of the small river Coatis. Around the lake there are huge carton images of the spiritual entities guiding the movement, crosses and other symbols, portraits of the founders, and several constructions.

The “doutrinador” insisted on the importance of the “esquifes” for the work of disintegration. These are 108 large parallelepipeds, each surrounded by a cylinder. Half of these are in blue and half in yellow. Although their ensemble strangely resembles the modernistic art prevailing in Brasilia, my informant insisted that they are of the utmost importance for first calling and then disintegrating negative energies, and for helping wandering spirits in their transition to the light.

There are different Estrela Candente rituals. I saw two of them, including the loud singing of hymns and collective ritual movements, all aimed at the work of disintegration. Around the lake there are also photographs of the founders (including Sassi) and a small pyramid, where visitors are welcome except during some rituals strictly reserved to members. Inside the pyramid visitors are offered holy salt to be put on the tip of the tongue, and are shown images of several benign entities coming from a variety of traditions, including classical French Spiritism and Theosophy. A large sign not far from the lake reminds the visitor that, according to the founder Tia Neiva, the mystery of the world now has an answer, the “doutrinador”.

Before asking what exactly a “doutrinador” is, however, the casual visitor is likely to be impressed by the variety of fancy dresses. They are also comparatively expensive, which explains why the very poor are rare among residing members, since

they are expected to pay for them. Many members also bring an arrow spear, a symbol of the main spiritual entity still in touch with the OEG, the same Pai Seta Branca (Father White Arrow) which was channeled by Neiva at the beginning of her career as a medium (and ever since), who is now said to have been Saint Francis of Assisi in an earlier incarnation and to have later reincarnated as a warrior cacique along Lake Titicaca.

The dresses may appear quite casual, but in fact they respect an elaborate code and identify different roles within the OEC and its hierarchy. The senior “doutrinador” and other members I interviewed all insisted that the main distinctive feature of the OEC, differentiating the movement from the many others which exist within the larger milieu of Brazilian Spiritism, is the difference between two kinds of mediums, the “aparás” and the “doutrinadores”. The apará is the classic trance medium, who is able to incorporate or channel both benign and evil spirits. The doutrinador does not go into trances, but is able to dialogue with the spirits channeled by the apará and to interpret what the apará – or, rather, the spirits – say. The dresses reflect the respective relationship of the aparás with the Moon and of the doutrinadores with the Sun. The aparás are mostly female and the doutrinadores mostly male. The latter’s dresses are much more sober. Within the two classes of aparás and doutrinadores different dresses identify the seniority. All mediums are called to become masters after a few years of activity within the OEC, but only some become instructors, authorized to teach new mediums.

My informants insisted unanimously that everybody is a natural medium and that I, too, am without doubt a medium, even if I do not realize it. Not everybody, however, is a trance medium, or apará. When one joins the movement and starts the training, he or she will try to incorporate spirits as apará, but may end up without success and be trained as a doutrinador instead. The fact that Tia Neiva was an apará may lead to the assumption that, as it happens in other Spiritist and Spiritualist movements, trance mediums are at the top of the OEC hierarchy. In fact, this is not the case. Aparás are mostly uneducated women, and those middle-class men who have joined the movement are almost all doutrinadores. When interviewing aparás, in case of questions they regarded as difficult, I was constantly referred to a doutrinador, since they “know better the doctrine”. All top leadership positions are held by doutrinadores. It is also recommended that aparás do not marry another apará but a doutrinador, since

in a family emergence of a spontaneous outburst of spirits at least one doutrinador will be needed to control them.

Symbols on the dresses also refer to the guiding spirit of each medium. At the top of the spirit hierarchy are Pai Seta Branca (aka St. Francis of Assisi) and Jesus Christ. Only Tia Neiva was able to channel Pai Seta Branca. If somebody channels Jesus Christ, I found no evidence of this either in the visit or in the literature. The mediums are in touch with four categories of spirits, which shows the eclectic references of the movements. The first includes the pretos velhos, also found in most Afro-Brazilian cults and in the Umbanda, a syncretism of Candomblé and French Spiritism which is an important reference for the OEC. Pretos velhos are the wise spirits of former African slaves brought to Brazil. In the OEC they also have the important function of bringing visitors, “clients”, and perspective members to the Vale. I was assured that, whatever the circumstances, most assuredly a preto velho instigated my own visit to the township.

The second category of benign spirits includes the caboclos, i.e. Native Brazilians and other Native Americans of old, another recurring group of spirits in Umbanda. Among these are the caboclos of Pai Seta Branca's old tribe. Some of them live in the spirit world, while others have reincarnated twice, first as part of a gypsy tribe and now as members of the OEC. Tia Neiva herself was a leader of that gypsy tribe under the name of Natacha and was at that time initiated by two African slaves, Pai João and Pai Zé Pedro – now functioning as leading pretos velhos –, who also prophesied the birth of the doutrinadores in the 20th century, a recurring episode in the OEC's iconography.

There are two additional categories of spirits of light. One includes spiritual doctors, who may or may not have physically incarnated on Earth. Some of their names, such as “Dr. Fritz” or “Dr. Ralph”, recur in other Brazilian Spiritist movements. The other group includes extraterrestrials, particularly those of a planet called Capela, a name also found in the UFO cults literature.

Finally, there are benign spirits outside these categories. They include Mãe Yara, a protector for the whole movement, who incarnated as St. Clare of Assisi, and the often depicted princesses: the white Janaina and the dark-skinned Jurema, Janara, Jandaia and Iracema. The four black princesses were slaves who escaped from a Brazilian fazenda

with the help of the fazendeiro's daughter, Janaina. They are guiding spirits only of the doutrinadores, and are never channeled.

In order to understand how the spirits work, one need to visit the temple, a large construction divided into three main areas known as castles, with lateral spaces devoted to preparation for the mediums and instruction. Outside the temple, there is a monument to Pai Seta Branca, a six-pointed star with an arrow. I was offered a detailed tour with rich explanations on the doctrine by an apar, which confirms that there are exceptions to the general rule that those conversant with doctrinal matters are normally the doutrinadores only. While the third area is reserved for curing the most serious illnesses, and a big statue of Pai Seta Branca and a large fresco of Jesus both catch the attention, it is in the first two castles that I saw more action. "Clients" are attended by a couple including an apar and a doutrinador (sometime, they are husband and wife).

The apar channels his or her spirit guide, a preto velho or caboclo, who after a few words of greeting leaves the apar's body, making room for the spirit disturbing the client, which possesses the medium and explain who he or she is. There is a whole hierarchy of dangerous spirits, from the truly evil to the simply confused, again with similarities to both Brazilian Spiritism and Umbanda. Once the spirit passes from the body of the client to that of the apar, the doutrinador teaches him or her the doctrine, and guides the spirit to cease disturbing the client and go on toward the realm of light, where good principles will continue to be taught. The client is freed from one or more spirits, and can proceed to the second castle, where the apar channels again his or her benign spirit guide, whose words are interpreted by the doutrinador for the benefit of the client. While pretos velhos appear to be good conversationists, caboclos limit themselves to a few words.

The client receives common sense advise, and the OEC emphasizes that in case of physical illnesses is always counseled to see also an "earthly" doctor and follow the corresponding prescriptions. But to the client it is also normally suggested to come again – one session is rarely enough to solve the problem –, and to consider developing the mediumship which everybody naturally has. The final solution of all the client's problems lies in fact in joining the movement, which automatically means becoming a medium, either apar or doutrinador. All my informants were keen to insist that no money changes hands during the cure. In fact, offers by clients are refused, since the

doctrine teaches that they come to the Vale to receive and not to give. Members, on the other hand, are expected to contribute a percentage of their earnings. Some of the doutrinadores have well-paid jobs outside the movement, and this contribute to the OEC's financial stability.

The fact that donations by clients are neither solicited nor accepted, and that clients are advised to also cooperate with medical doctors, has largely shielded the OEC from the secular criticism directed at other spiritual healing groups in Brazil. Criticism by Christian churches is, however, a different matter. The vitriolic criticism of the Catholic Church typical of other Brazilian Spiritist movements is not apparent in the Vale. One informant insisted that Pope John Paul II studied the doctrine for fourteen years, after which he received Tia Neiva and gave her his blessing, a circumstance which is however not confirmed by the records and biographies of the beloved Polish Pope.

I have gathered different opinions from Catholic priests in Brasilia about the Vale. Some believe it will disappear after Neiva's death, an opinion apparently not supported by the movement's numbers, at least so far. Others think that the Vale and similar movements, while obviously not orthodox from a Catholic point of view, should be considered a logical consequence of the Brazilian Church's own mistakes. An excessive focus on social action led many of those seeking mysticism and otherworldly spirituality either to Spiritist groups such as the OEC or to the Pentecostals.

It is precisely the Pentecostals which appears to be the harshest critics of the Vale. Planaltina, where Tia Neiva's grave is in the local cemetery – although well attended, it is not a specially important place of pilgrimage for a movement which does not regard bodies as very important –, is now a hotbed of Pentecostal activities. Some ministers would denounce Neiva as a witch and the Vale's work as the work of the devil. What they, however, do not realize is the similarity between the cures in the Vale and the healing rituals in some of their own churches. In both, evil spirits are named and exorcised, although the names are different. Pentecostalism, at least in its most recent wave largely centered in miracles and deliverance, and the Vale appears to cater to the same audience. Both represent fascinating alternatives for these Catholics feeling that the Brazilian Church, for all its good works, has somewhat lost touch with the miracles and the marvelous.

Fig. 1 – Mediums waiting for a ritual at the Estrela Candente
(spears refer to Pai Seta Branca, dresses to the mediums' past incarnation as gypsies)



Fig. 2 – Signs at the Vale claims that the idea of the “doutrinador” was Neiva’s decisive discovery



Fig. 3 – “Esquifes” in the Estrela Candente complex



Fig. 4 – Image of Jesus Christ, who shares with Pai Seta Branca the leadership in the spirit world

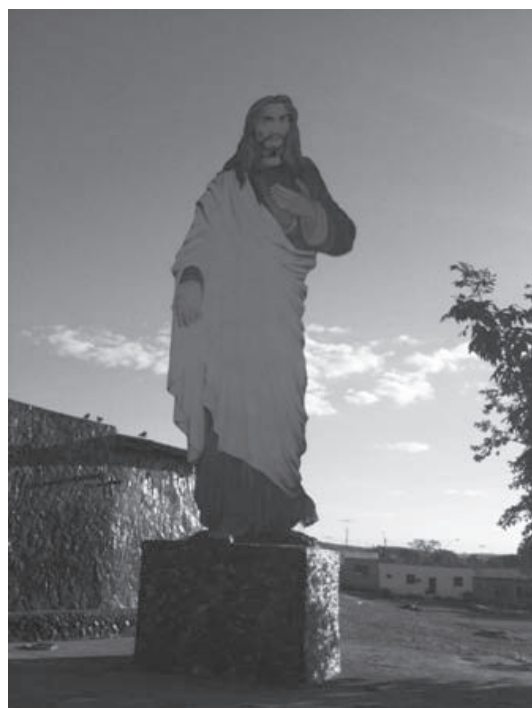


Fig. 5 – Mediums' quarters in the Vale



Fig. 6 – The Vale's ritual complex: an overview



Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves¹ e Daniella Santos Alves²

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

A presente composição textual centra-se na reflexão da autoidentidade, buscando compreender a confluência entre os aspetos íntimos da existência humana e a sociedade moderna por meio do prisma analítico de Anthony Giddens. A dinamicidade dos quadros modernos consubstancia a fluidez das relações sociais, expressada na figura do divórcio. Nos âmbitos conflituais, os agentes têm a possibilidade de transformar e urdir novos matizes a trama social. Na busca de sua autoidentidade, do reconhecimento do “eu”, posterior à superação dos contextos de crise, o indivíduo mobiliza distintas iniciativas, contribuindo assim na ressignificação ativa do universo da atividade social à sua volta, a estruturação.

Palavras-chave: Modernidade; Autoidentidade; *Dissensu* Matrimonial.

Abstract

Shadow Panoramas of Modernity: Auto-identity and the matrimonial Dissensu in Anthony Giddens

The present textual composition concentrates on the consideration of auto-identity, searching to understand the connection between intimate aspects of human existence and the modern society by means of Anthony Giddens's analytic prism. The dynamic of modern paintings supports the momentariness of social relations that is expressed in the of divorce. In the conflictual areas, the individuals have the possibility to transform and insert and weave new shades into the social cloth. Searching their own auto-identity, self-acknowledgement and finally the overcoming of contexts of crisis, the individual mobilizes distinctive initiatives and contributes thus in actively giving a new sense to the universe of social activity and the structures around it.

Keywords: Modernity; Auto-identity; Matrimonial *Dissensu*.

¹ Graduando em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais – Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia, Brasil). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais | Universidade Federal de Uberlândia | Campus Santa Mônica – Bloco H, pavimento superior | Av. João Naves de Ávila, 2121, Bairro Santa Mônica | Uberlândia – Minas Gerais | CEP: 38400-902 | Brasil. *E-mail*: antonio@soc.ufu.br

² Graduanda em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais – Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia, Brasil). *E-mail*: danielasantos.alves@hotmail.com

Resumé | *Panoramas Jambages de la Modernité: Auto-identité et le Dissensu Matrimonial d'Anthony Giddens*

Le sujet de cette composition écrite se centre autour d'une réflexion sur l'identité individuelle et la connaissance individuelle de soi-même, cherchant à comprendre la confluence entre les aspects intimes de l'existence humaine et la société moderne, ayant comme base le point de vue et la méthode analytique d'Anthony Giddens. Le dynamisme des circonstances modernes est la concrétisation de la fluidité des relations sociales, traduit par le phénomène du divorce et ses représentations symboliques. C'est à l'intérieur de ces situations conflictuelles que les agents ont la possibilité de transformer et de tisser leur trame sociale avec des nouvelles nuances. Quand quelqu'un fait des efforts vers la réaffirmation de soi-même, en tant qu'approfondissement de la connaissance de son identité personnelle, après son surpassement des situations de crise, la personne prend plusieurs initiatives, contribuant ainsi vers une résignification active de l'univers des activités sociales autour de soi, la structuration.

Mots-clés: Modernité; Identité Personnelle; *Dissensu Matrimonial*.

Resumen | *Panoramas Umbrales de la Modernidad: Autoidentidad y el Dissensu Matrimonial en Anthony Giddens*

La presente composición textual se centra en la reflexión de la autoidentidad, buscando comprender la confluencia entre los aspectos íntimos de la existencia humana y la sociedad moderna mediante el prisma analítico de Anthony Giddens. La dinamicidad de los cuadros modernos consustancia la fluidez de las relaciones sociales, expresada en la figura del divorcio. En los ámbitos conflictivos, los agentes tienen la posibilidad de transformar y urdir nuevos matices en la trama social. En la búsqueda de su autoidentidad, del reconocimiento del yo, posterior a la superación de los contextos de crisis, el individuo moviliza distintas iniciativas, contribuyendo así a la resignificación activa del universo de la actividad social a su alrededor, la estructuración.

Palabras clave: Modernidad; Autoidentidad; *Dissensu Matrimonial*.

“No sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo às ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial” (Beck, 1997: 17).

Anthony Giddens traz para o campo da teoria sociológica a produção e reprodução da vida social – eis aqui o seu escopo orientador, o seu grande tema. Assim,

o autor trabalha com a síntese entre ação e estrutura, liberdade e ordem e aceita as responsabilidades que o projeto da interrelação entre micro e macro acarreta no programa mais amplo de elaborar uma reorientação abrangente da agenda teórica da Sociologia.

Giddens considera as capacidades transformativas, proteicas e multiformes dos agentes sociais de reproduzir e transformar as suas próprias circunstâncias históricas. Desse modo, na conceção do teórico, a ação social depende unicamente da capacidade dos atores de fazer a diferença na produção de resultados definidos, quer pretendam ou não que tais resultados ocorram. Giddens (2002) sublinha que a reformulação das premissas básicas da análise sociológica traz consigo a consequência inerente de repensar sobre a natureza da modernidade.

Um dos traços distintivos da modernidade é a recorrente interrelação entre dois “extremos”: o da intencionalidade e o da extensão (disposições pessoais, num pólo, e influências globalizantes, em outro). O termo “modernidade” exprime os modos de comportamento e as instituições sociais estabelecidas no continente europeu após o feudalismo; porém, no século XX, tornaram-se globais em seus impactos e consequências.

Giddens assinala que a modernidade constrói determinadas formas sociais distintas, dentre as quais a que possui uma relevância capital é o Estado-nação. Os Estados-nações são caracterizados, por vezes, na literatura sobre relações internacionais, como “atores” numa escala geopolítica. Os Estados modernos são sistemas reflexivamente controlados e se apresentam como um exemplo maior do aspeto característico mais geral da modernidade: a ascensão e o desenvolvimento da organização. Assim, o panorama social moderno tem certas descontinuidades latentes com as instituições, modos de vida e culturas pré-modernas. A descontinuidade mais pronunciada das instituições modernas – e, talvez, a mais óbvia – é a inexistência da inércia e o seu extremo dinamismo. O mundo moderno é um universo permeado por transcendências, movência e por um ritmo de mudança social mais rápido que em qualquer sistema precedente, assim como a profundidade e amplitude com que a modernidade afeta os cursos da ação e práticas sociais têm maiores dimensões. Para Giddens, esse aspeto dinâmico da vida coletiva moderna é explicado por três elementos principais, que estão imbricados: a separação de tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe das instituições sociais e a reflexividade institucional.

Toda cultura possui algum tipo peculiar de marcador espacial padronizado que exprime e designa uma consciência especial de lugar. No âmbito pré-moderno, o espaço e o tempo relacionavam-se por meio da situacionalidade do lugar. No entanto, a dinamicidade das instituições modernas efetiva-se no “distanciamento” de tempo e espaço que envolve, sobretudo, a formulação de uma dimensão “vazia” de tempo – subjaz a esse agir como um acicate que também separou o espaço do lugar. O esvaziamento de espaço e tempo na modernidade não se assenta em um processo de desenvolvimento linear, mas parte de uma operação dialética. Os aspetos umbrais do referido “distanciamento” entre tempo e espaço é o advento de formas mais extensas do sistema social. Essa separação fornece o próprio alicerce de sua recombinação das maneiras que coordenam a organização social humana, sem essencialmente fazer referência às singularidades do lugar – no que difere profundamente das eras pré-modernas. O mundo moderno é caracterizado por um sistema de tempo universal, o que pressupõe a construção de um “passado” padronizado e de um “futuro” universalmente aplicável. Assim, as sociedades pré-modernas ou tradicionais estão encaixadas na noção de tempo e espaço na história, porém a modernidade traz os mecanismos de desencaixe.

O desencaixe ou “descolamento” das atividades sociais dos contextos locais e sua recombinação e rearticulação por meio de fragmentos indeterminados do tempo-espaço é o ponto crucial da aceleração do “distanciamento” entre tempo e espaço gerados pela modernidade. Giddens salienta que existem dois tipos de mecanismos de desencaixe, são eles: as “fichas simbólicas” e os “sistemas especializados” – quando analisados em conjunto, Giddens refere-se a esses mecanismos como sistemas abstratos. As fichas simbólicas são intercambiáveis numa pluralidade de contextos específicos; são, antes de tudo, meios de troca que têm um valor padrão – o exemplo cabal é o dinheiro. Por sua vez, os sistemas especializados colocam entre parênteses o espaço e o tempo, sustentados pelos modos de conhecimento técnico que possuem validade independente dos profissionais praticantes e dos pacientes e clientes que fazem uso de tais conhecimentos. Esses sistemas permutam todos os poros da vida social na era moderna e dependem necessariamente da confiança e do risco. A confiança pressupõe uma qualidade de “fê”, um salto de compromisso; já a cultura do risco caracteriza as instituições modernas. “Nas condições modernas, o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento”

(Giddens, 2002: 11). Nesse sentido, a aferição³ do risco exige a precisão e a quantificação de variáveis, mas o próprio aferir é repleto de imponderáveis.

Em última instância, a terceira maior influência da modernidade é a reflexividade. A reflexividade institucional é oriunda da utilização regular de conhecimento a respeito das circunstâncias e contextos da vida social como aspeto constitutivo de sua organização e transformação. A suscetibilidade de grande parte dos aspetos da vida social e a informação que se têm sobre esses aspetos não é circunstancial, mas, sobretudo, o acervo constitutivo das instituições modernas.

Isto posto, os processos metamórficos subjacentes a autoidentidade e a globalização são duas dimensões dialéticas situadas nas condições da alta modernidade, ou seja, do local e do global. Dito de outra forma, as transformações da esfera íntima das trajetórias singulares estão extremamente vinculadas na construção e no estabelecimento de conexões sociais em escala ampliada. Dessa maneira, a reflexividade não se resume aos ditames institucionais, mas se estende ao núcleo do “eu”. Nos tecidos contextuais de um arranjo pós-tradicional, o “eu” fundamenta-se num movimento reflexivo com vistas aos quadros não-experenciados, isto é, em um projeto reflexivo. A inflexão dos percursos individuais pressupõe uma correspondente organização psíquica. Porém, nos âmbitos da modernidade, o “eu” alterado deve ser constituído e medrado em um processo amplo de encadear mudanças pessoais e sociais. Portanto, a reflexividade do elemento subjetivo não se limita a substâncias produzidas nas crises da vida, mas transcende-as. Trata-se de um traço característico da ordem pós-tradicional, a (re)ordenação psíquica e os seus correlatos sociais (Giddens, 2002).

Ademais, o conceito de ação para o autor tem um caráter transformativo, assim, as estruturas sociais não são empecilhos para o processo das ações, haja vista que fornecem os meios pelos quais os atores sociais agem e são implicados na ação. São presentes na obra de Giddens (2002) os impactos da alta modernidade no campo social e individual, nas influências e nas consequências para a compreensão da autoidentidade. Na ordem pós-tradicional moderna ou reflexiva em oposição ao pano de fundo de novas experiências mediadas, Giddens analisa a autoidentidade como um esquema reflexivamente organizado. Segundo o sociólogo britânico (Giddens, 2002), na vida social moderna, o que se entende por estilo, forma ou maneira de viver assume um

³ As análises sobre a aferição dos riscos na sociedade moderna apresentam delineamentos expressivos na obra “*Risk Society: towards a new modernity*”, de Ulrich Beck (1993), além da própria conceituação de Giddens.

sentido singular, único. Imersos em uma miscelânea de opções de estilos de vida, em uma dialética do local e global, os indivíduos, na contramão dos preceitos tradicionais, deparam-se, cada vez mais, com uma diversidade de itinerários identitários, fundamentais na busca da autorrealização. Essas potencialidades individuais são definidas “como decisões tomadas e cursos de ação seguidos em condições de severa limitação material (...)” (Giddens, 2002: 13). Em outras palavras, os indivíduos dentro de determinadas circunstâncias materiais optam por diferentes estilos de vida, maneiras de viver, consciente ou inconscientemente.

A alta modernidade oferece ao indivíduo não uma identidade *per se*, mas mutável, efêmera e alterável, sobretudo, variadas identidades – de gênero, de idade –, descortinando para o sujeito um mundo de infinitas possibilidades. É relevante ressaltar o caráter contingente da ordem pós-tradicional de produzir nuances, exclusão e marginalização nas mais diversas instituições sociais, criando mecanismos não de deliberações e emancipações, mas sim de supressões no âmbito social e individual.

Assim, na compreensão da feição endêmica da autoidentidade, Giddens enfatiza um estudo sociológico denominado “Segundas Chances”, de Judith Wallerstein e Sandra Blakeslee. Uma pesquisa desenvolvida sobre o divórcio e o novo matrimônio e seus efeitos na dimensão social e individual; e das identidades dos atores sociais envolvidos. O objeto de análise das autoras é a separação conjugal, que, ao fulcro, têm dois gumes, corroborando na formulação de parâmetros de perigo e risco ao bem-estar. Por outro lado, permite uma miríade de oportunidades futuras aos cônjuges.

A rutura de um matrimônio, desse modo, acarreta mudanças substanciais na vida desses atores, horizontes beatíficos e atribulações; possibilidades e distúrbios psicológicos, ou seja, reverberações positivas e negativas aos consortes, denominado pelas autoras como um período de luto. Nos matrimônios que resultaram em divórcio observaram-se a permanência de sentimentos bons e ruins advindos das experiências adquiridas aos longos dos anos com o(a) parceiro(a). O que difere, por sua vez, é a forma, o conteúdo e a duração do intervalo temporal de luto, sendo díspare de pessoa para pessoa, mas fundamental para erigir a composição da autoidentidade do agente social. Após a superação das idiosincrasias fomentadas pela separação conjugal e o enfrentamento de problemas subjetivados, há a reconstrução social dos indivíduos na tessitura da vida cotidiana. Sentimentos como ansiedade e insegurança, que transcendem o *dissensu* matrimonial, são potenciados por uma época de riscos e escolhas eminentemente individualizadas. É evidente que a configuração das percepções

estabelecidas na modernidade tardia sofre modificações em termos de arranjo e conteúdo.

Nesse sentido, a “segunda chance” possibilita a reconstrução de uma autoidentidade, permeada pelas condições sociais que a alta modernidade impõe aos indivíduos. Dessarte, segundo Giddens, a autoidentidade é o produto das trajetórias distintas de situações institucionais da modernidade e toda sua duração se costuma chamar de “ciclo da vida”, termo que se aplica com maior precisão a conjunturas não-modernas. Portanto, a não-inércia do panorama social moderno reflete-se na sanha dos atores em revisar suas biografias, lançar novas tintas interpretativas nas minúcias do *status quo* de descolamento do tempo e do espaço.

Ad postremum, o préstimo capital de Giddens reside na percepção teórica da natureza ambivalente de uma ordem pós-tradicional. O rompimento com as disposições pré-modernas e seus respectivos fundamentos, simultaneamente, impulsionam o florescimento de potencialidades singulares e singularizantes, em outros termos, certa liberdade individual. Por outro lado, esvaece a segurança, a aura de estabilidade das coisas. Assim, a antevisão de Giddens adentra numa trajetória que não concebe o dado subjetivo como pernicioso a teoria social. Pelo contrário, incorpora os aspetos internos em uma lógica contraditória – entre autonomia pessoal e a sociedade de risco.

Referências bibliográficas

- BECK, Ulrich (1993), *Risk Society: towards a new modernity*, London, Sage.
- (1997), “A Reinvenção da Política”, in Anthony Giddens, Ulrich Beck & Scott Lash (orgs.), *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, São Paulo, UNESP, pp. 11-72.
- GIDDENS, Anthony (2002), *Modernidade e identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco¹

Embaixada de Portugal em Paris

Resumo

Baseado nos dados longitudinais de sucessivos censos da população estrangeira do Institut National des Statistiques et des Études Économiques (INSEE), o artigo analisa a evolução do efetivo e os pontos de fixação dos portugueses de França a partir de 1990. Depois analisar a especificidade das mobilidades em contexto intraeuropeu, bem como as diversas características dos migrantes e seus projetos migratórios, o autor propõe uma breve análise dos mais recentes fluxos, provenientes de Portugal e radicados em França.

Palavras-chave: Migração intraeuropeia; Comunidade portuguesa (mononacionais); França; Repartição territorial.

Abstract

Geographical implantation of the Portuguese in France: evolution observed between 1990 and 2009

Based on longitudinal data from successive census of the foreign population of the Institut National des Statistiques et des Etudes Economiques (INSEE), the article analyzes the evolution of the effective and the attachment points of the Portuguese in France since 1990. After analyzing the specificity of intra-European mobility, as well as the various characteristics of migrants and their migration projects, the author proposes a brief analysis of the most recent immigration flows from Portugal and settled in France.

Keywords: Intra-European migration; Portuguese Community; France; Territorial Breakdown.

¹ Embaixada de Portugal em Paris. Endereço de correspondência: Embaixada de Portugal | 3 rue de Noisiel | 75116 Paris | França. *E-mail*: Jorge.portugal.branco@embaixada-portugal-fr.org

Resumé | *Implantation géographique des Portugais en France: évolution observée entre 1990 et 2009*

Basé sur des données longitudinales provenant des recensements successifs de la population étrangère de l'Institut National des Statistiques et des Etudes Economiques (INSEE), l'article analyse l'évolution de l'effectif et les points de fixation des Portugais en France depuis 1990. Après analyse de la spécificité de la mobilité intra-européenne, ainsi que les différentes caractéristiques des migrants et de leurs projets de migration, l'auteur propose une brève analyse de le flux d'immigration portugaise, arrivée en France.

Mots-clés: Migration intra-européenne; Communauté portugaise; France; Répartition territoriale.

Resumen | *Implantación geográfica de los portugueses en Francia: evolución observada entre 1990 y 2009*

Basado en datos longitudinales de los censos sucesivos de la población extranjera de Institut National des Statistiques et des Etudes Economiques (INSEE), el artículo analiza la evolución del efectivo y los puntos de unión de los portugueses en Francia desde 1990. Tras el análisis de la especificidad de la movilidad intra-europea, así como las diferentes características de los migrantes y sus proyectos de migración, el autor propone un breve análisis de los flujos de inmigración más reciente de Portugal y arraigada en Francia.

Palabras clave: Migración intra-europea; Comunidad portuguesa; Francia; Distribución Territorial.

Os elementos que o presente estudo, baseado nos dados provenientes dos censos da população estrangeira realizados pelo Institut National des Statistiques et des Études Économiques (INSEE) em 1990, 1999 e 2009, analisa refere-se exclusivamente aos mononacionais portugueses que residentes em França, não estando contabilizados os binacionais franco-portugueses, quantificados em 1999 (270.000 pessoas) e que hoje se estimam em cerca de 320.000 pessoas, nem os mononacionais franceses de origem portuguesa, estimados atualmente em cerca de 389.000.

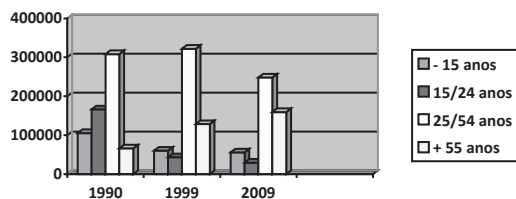
Figura 1 – Origem geográfica dos portugueses residentes em França



Aquela base de dados viabiliza a comparação com os resultados dos anteriores censos segundo parâmetros idênticos, permitindo, portanto, observar a evolução do efetivo e da implantação geográfica dos mononacionais portugueses em França, durante duas décadas, de 1990 a 2009, e fornecendo algumas indicações sobre a evolução dos novos fluxos vindos de Portugal para França, por definição compostos por mononacionais.

Conforme referido em diversos estudos anteriores (Branco, 2009; Centro de Estudos da SECP, 1986), do ponto de vista demográfico, a comunidade portuguesa residente em França, entendida como composta pelos portugueses emigrados, seus filhos (em parte já nascidos neste país) e seus netos (nascidos em França na quase totalidade), mantém uma relativa estabilidade demográfica, rondando as 1.200.000 pessoas desde os anos 2000. No seu seio, a fração mononacional portuguesa continua a diminuir, tendo perdido 155.346 pessoas entre 1990 e 2007, representando um quarto (24%) do efetivo, quebra que tem sido compensada pelo aumento da componente mononacional francesa e pelas recentes chegadas.

Figura 2 – Evolução da estrutura etária dos mononacionais portugueses



Fonte: INSEE, 1990, 1999a, 1999b, 2009.

Esta diminuição, consequência direta do envelhecimento da população (Branco, 2004), é devida aos efeitos conjugados dos regressos a Portugal, da mortalidade natural, e, embora em menor grau, das aquisições de nacionalidade francesa, evolução estrutural (Athias-Donfu, 2006) não contrariada pelo crescimento demográfico (já que os mononacionais se situam principalmente na faixa etária mais idosa), embora atenuada, ainda que parcialmente, pela recrudescência dos fluxos migratórios oriundos de Portugal.

A circulação entre os dois países é contínua, por parte dos aposentados que repartem o ano entre os seus dois domicílios num movimento pendular já estudado (Charbit, Hily et Poignard, 1997), mas também pelas permutas de população, naturais tendo em conta os efetivos em presença (casamentos, óbitos, reagrupamentos familiares, etc.), e ainda pela imigração profissional: entre 1991 e 1999, 50.000 portugueses vieram instalar-se em França (Branco, 2009; Centro de Estudos da SECP, 1986), sendo que, durante o mesmo período, o efetivo dos franceses em Portugal cresceu significativamente: “A comunidade francesa do norte de Portugal tem aumentado regularmente desde 1990, (...) e transformou-se consideravelmente nos últimos anos: contam-se menos executivos expatriados, mas mais Franceses de todas as categorias socioprofissionais, e, em particular de origem portuguesa (...). São numerosos os que, em particular na segunda geração, adquiriram a nacionalidade francesa e decidiram regressar, ou vir instalar-se em Portugal” (Consulado Geral de França no Porto, 1999, citado por Irene dos Santos, 2002).

A partir de 1992, os portugueses beneficiaram da liberdade de instalação no conjunto do território da União Europeia. Favorecida institucionalmente, esta mobilidade intraeuropeia abrange situações extremamente diversificadas, estendendo-se do mundo estudantil e universitário (Erasmus, doutoramentos e pós-graduações), a segmentos profissionais altamente especializados (profissões liberais, destacamento de

executivos, criação de empresas, implantação de filiais) e à própria instalação dos aposentados².

O estudo “*Immigrés selon leur pays de naissance*” do INSEE (INSEE, 2008)³ apresenta um comparativo entre 1999 e 2006, no qual é patente a estabilidade da presença portuguesa em França (570.000/569.285, menos 715 pessoas), relativamente à alemã (75.000/128.429, aumento de 42%), espanhola (176.000/269.308, aumento de 35%); belga (93.000/102.477, aumento de 9%), britânica (125.000/133.522, aumento de 6,4%) e italiana (381.000/329.528, diminuição de 13,5%). De assinalar que, nestes países limítrofes da França, a circulação dos fluxos corresponde a situações diversificadas, que vão da referida instalação dos aposentados britânicos e alemães no centro e sul do território francês, à migração profissional espanhola atualmente em plena expansão, passando pela forte mortalidade dos primo-migrantes italianos instalados em França nos anos 1940/1950 (Borrel, Bouvier, Lhommeau, 2012).

Num recente número Eurostat (Vasileva, 2009) consagrado às comunidades estrangeiras presentes nos países da União, afirma-se que 37% (11,3 milhões pessoas) dos estrangeiros residentes na EU-27 provêm de outro Estado Membro, sendo as principais nacionalidades, romena (1.677.000), italiana (1.262.000), polaca (1.197.000), portuguesa (965.000) e britânica (919.000). No levantamento exaustivo desdobrado pelos Estados Membros, os portugueses surgem apenas em França, com 492.000 nacionais representando 13,6% dos estrangeiros em geral e formando o primeiro contingente estrangeiro neste país, na Suíça (183.000 e 11,4%) e no Luxemburgo (76.600 e 37,2%).

Na ausência de estudos específicos e de elementos estatísticos detalhados torna-se impossível destrinçar, no caudal dos recém-chegados, a componente tradicional, composta por ativos não qualificados profissionalmente, de uma nova mão de obra emigrante, altamente escolarizada e qualificada profissionalmente, vinda para o estrangeiro na procura de novas oportunidades e salários mais aliciantes, que equaciona os percursos profissionais em termos de mercado europeu – e não apenas nacional.

² 3,4% dos Portugueses chegados a França entre 1991 e 1999 tinham uma idade superior a 60 anos, e 818 tinham mais de 75 anos, correspondendo geralmente a situações de reagrupamento familiar dos idosos isolados e/ou em situação de dependência da “geração 0”, vindos residir com seus descendentes, emigrados em França.

³ Como o título indica, trata-se de “imigrantes” e não apenas de mononacionais, diferença que explica a estabilidade numérica desta população, relativamente à segunda.

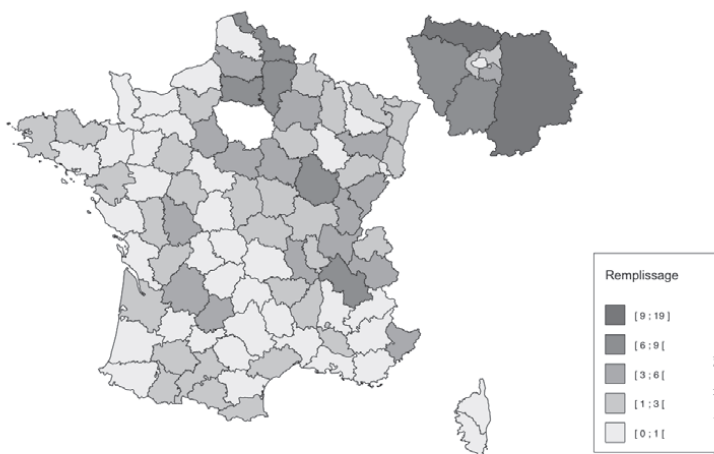
No caso francês, importa notar que o próprio país sofreu alterações estruturais profundas, entre a euforia económica das “três décadas gloriosas” (Fourastié, 1979), a que correspondeu a chegada dos fluxos de mão de obra portuguesa, e a atualidade: a crise económico-financeira mundial iniciada em 2008 veio agravar os efeitos da globalização, com uma desindustrialização acentuada pelo efeito conjugado do encerramento das grandes indústrias metalúrgicas e das deslocalizações no conjunto do setor secundário, acrescida por uma forte crise do ramo da construção e do génio civil, que induzem uma profunda alteração da oferta de emprego, hoje menos estável, e relativamente menos aliciante: se nos anos 60 a situação do mercado era de pleno emprego, a França encontra-se hoje confrontada com a existência de 4 milhões de desempregados e perdeu alguma atratividade, relativamente à Alemanha, à Suíça e ao Luxemburgo, por exemplo.

Igualmente, importa assinalar a existência de certas componentes desta recrudescência dos fluxos migratórios, conhecidas empiricamente mas que os dados disponíveis não permitem detalhar, tais como os primo-migrantes nascidos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a quem uma estada inicial em Portugal abriu o acesso a esta nacionalidade, posteriormente vindos para França. Foi também constatada a existência do já referido segmento de primo-migrantes, diplomados do ensino superior, jovens à procura de uma primeira experiência profissional, e/ou subempregados, ou desempregados em Portugal, bem como de diplomados ativos, desempregados, vindos procurar melhores oportunidades no estrangeiro.

Finalmente, e embora a origem rural pareça continuar a ser predominante no fluxo dos recém-chegados, é significativa a existência de uma nova componente, composta por urbanos não-qualificados, que circunstâncias diversas da vida arrastaram para a emigração.

Figura 3 – Dispersão geográfica dos portugueses em França (2009)

Mononacionais



Fonte: INSEE, 2009.

Embora o fluxo das chegadas não compense a quebra de efetivos, observa-se uma significativa redistribuição geográfica, ocasionada pela instalação dos recém-chegados nas zonas simultaneamente mais turísticas do litoral francês, e mais vocacionadas para a agricultura, situadas no sul e particularmente no sudeste do território francês: os setores da hotelaria e da restauração, mas também dos serviços diretos a particulares, empregam uma importante mão de obra, de que a região Province-Alpes-Côte d'Azur é um exemplo paradigmático.

Com efeito, o distrito de Alpes Maritimes (06), onde residiam 3.700 mononacionais portugueses em 1990, e 9.178 em 2007, engloba cidades balneares como Nice, Antibes e Cannes, rodeadas por zonas de intensa atividade piscatória, assim como um importante setor primário nos ramos da fruticultura e da fruticultura no interior das terras e, finalmente, cidades como Beausoleil, onde residem numerosos portugueses, trabalhadores transfronteiriços no Mónaco.

Nestes setores, onde a mão de obra estrangeira é numerosa, os portugueses, que beneficiam da liberdade de instalação e de uma excelente imagem no mercado do emprego francês, são facilmente recrutados.

Com efeito, é nas regiões simultaneamente turísticas e agrícolas, como os distritos de Alpes de Haute Provence, Alpes Maritimes, Var, Córsega, Aude, Lot-et-

Garonne e Pyrénées Orientales, principalmente, que o efetivo dos mononacionais portugueses tem vindo a aumentar desde 1990, em proporções que, embora não sendo significativas no plano nacional, são suscetíveis de localmente suscitar a impressão de uma retomada dos caudais do passado.

Trata-se de uma mão de obra diversificada e, da mesma forma que significativa fração dos portugueses presentes no ramo da construção civil francesa são artesãos independentes, ou gestores de pequenas, médias ou mesmo grandes empresas, seria redutor concluir que os nacionais recentemente ingressados no ramo da hotelaria são exclusivamente pessoal doméstico: é notória a qualidade das formações universitárias e técnico-profissionais dispensadas em Portugal no ramo da hotelaria, bem como a capacidade plurilinguística dos formandos, característica menos frequente no mercado interno francês, onde este é um dos principais setores de ofertas de emprego.

Pode constatar-se que as quebras de efetivo dos mononacionais portugueses são mais marcadas nas regiões particularmente afetadas pela crise, tais como o distrito Nord (59), em desindustrialização acelerada, onde os respetivos efetivos baixaram, de 17.297 para 8.942 mononacionais em 2009, ou ainda o distrito de Rhone que concentrava grande parte da indústria têxtil francesa e onde os portugueses regrediram de 21.350 para 13.876. Noutros casos, a diminuição acompanha a tendência geral, tal como no Puy-de-Dôme, onde a principal unidade industrial, Michelin, deslocalizou no estrangeiro grande parte da sua produção: num departamento também afetado pelo êxodo rural, os Portugueses passaram, de 16.498 em 1990, a 9.231 em 2009.

Inversamente, o significativo aumento de portugueses recenseados nas zonas do litoral mais diretamente ligados à indústria das pescas, tais como os distritos de Côtes d'Amor, de Morbihan e de Vendée, parece dever-se ao crescente recrutamento de pescadores, especializados nas campanhas de alto mar, hipótese reforçada pela reduzida presença feminina, em regiões onde, até um período recente, se contatavam dos mais baixos efetivos presentes em França.

A evolução observada durante o período 1990-2009 traduz-se por significativas alterações na implantação dos portugueses em território francês, num conjunto de situações contrastadas, não obstante a referida quebra global de um quarto (24%) do efetivo.

Torna-se, desta forma, patente a aparição de uma nova geografia das diversas jurisdições consulares portuguesas, que se apresentam segundo uma frequência decrescente de quebra de efetivo.

Na jurisdição consular de **Marselha** observa-se uma evolução positiva do efetivo de portugueses residentes, que aumentou de um terço, passando de 23.975 a 36.470, situação única relativamente às restantes áreas consulares, embora esta alteração se reparta de forma heterogénea segundo os diversos distritos constitutivos.

Em Ardèche e Drôme, observa-se uma diminuição de efetivo, em Hautes Alpes, Var e Vaucluse é patente a estabilidade numérica, e nos restantes nove distritos o aumento é notório.

Na Córsega, o efetivo dos portugueses residentes duplicou, tendo passado de 3.000 para 6.000 nacionais, progressão particularmente significativa num território que conta uma população total inferior de 300.000 residentes.

De assinalar que o aumento cerca de 2.000 pessoas patente em Bouches du Rhône é devido a instalações recentes nas zonas turísticas do departamento, nas regiões de Aix en Provence e Arles, já que em Marselha, segunda metrópole francesa com 800.000 habitantes, se constata uma quebra de efetivo, idêntica ao observado em Paris e Lyon.

Na jurisdição consular de **Bordéus**, a presença dos portugueses mononacionais diminuiu 12,2%, tendo passado de 62.121 a 54.551 residentes em 2009. Esta tendência geral é contrariada nos distritos de Landes, Lot, Vienne e, principalmente, Lot-et-Garonne, essencialmente agrícola, onde o efetivo dobrou. Também na antiga área consular de Toulouse, hoje incorporada na jurisdição de Bordéus, se constata uma baixa de efetivo de 2.700 pessoas, contrariada pontualmente nos distritos de Pyrénées Orientales, Tarn-et-Garonne e, principalmente, Aude, também marcadamente agrícola, onde o efetivo dobrou (de 820 para 1.693 pessoas).

A jurisdição consular de **Paris** perdeu um quarto (26%) do efetivo e, considerada na globalidade dos 40 distritos que a compõem, constitui uma situação única, reunindo mais de metade (63%) dos residentes em França: 306.875 pessoas, não obstante uma quebra de 105.521. Na grande maioria dos distritos observa-se uma quebra numérica, com a exceção de Côtes d'Armor, Indre, Morbihan e Vendée, onde se

verificam ligeiros aumentos, e Finistère, Ile et Vilaine, Loir-et-Cher, Loire Atlantique, Manche, Mayenne, Sarthe, Vienne, Haute Vienne e Val d’Oise, que se caracterizam por uma relativa estabilidade, sinal de que as chegadas compensaram os óbitos e os regressos a Portugal.

A maior quebra de efetivo, de 48%, ocorreu no distrito de Nord, pelos efeitos conjugados do envelhecimento natural da população e da crise de desindustrialização acelerada que esta zona atravessou.

O distrito, simultaneamente cidade, de Paris perdeu mais de um terço (38%) dos seus habitantes mononacionais portugueses, que baixaram de 46.359 para 28.631 em 2009. Esta importante redução de efetivo resulta da aposentação da primeira vaga migratória, essencialmente composta por uma mão de obra não qualificada, que ingressou na área dos serviços diretos a particulares, sendo exemplo paradigmático a porteira, “concierge portugaise” (Villanova e Bonnin, 2006; Silvano, 2002; Leite, 1998), que, ao atingir a reforma, abandona o apartamento de função, deixando Paris para se instalar noutra região francesa, quando proprietária, ou regressa a Portugal.

Um recente relatório (Santa Casa da Misericórdia de Paris, 2010) alerta para situações de grande precaridade observadas neste tipo de trajetória: ao atingirem a idade da reforma compulsiva e com percursos profissionais incompletos, estes trabalhadores apenas beneficiam do fundo de solidariedade social, o qual, não sendo exportável, não lhes permite regressar a Portugal.

Embora cerca de metade dos portugueses seja proprietária do alojamento que ocupam em França (Branco, 2009; Centro de Estudos da SECP, 1986), estas aquisições decorreram principalmente no período 1990/1999 e na periferia semiurbana, ou já em zona semirural, na província.

A região de Ile de France, da Grande Paris, continua a concentrar cerca de metade (45,7%) do efetivo dos portugueses residentes em França, que diminuiu em duas décadas de cerca de um quarto (71.192 pessoas), numa proporção semelhante à verificada no conjunto do território francês.

A referida estratégia habitacional é particularmente manifesta nas variações observadas na região parisiense entre 1990 e 1999 e caracteriza-se por uma concomitância entre a aquisição do alojamento e a mobilidade interdepartamental, geralmente orientada para os distritos menos urbanizados desta região, tais como Val d’Oise, Seine et Marne e Val de Marne, acompanhada por um forte abandono dos distritos mais residenciais, Paris, Hauts-de-Seine, Yvelines e Essonne, com a exceção da

Seine-Saint-Denis, onde, embora os valores do imobiliário sejam os mais baixos da região, a grande concentração de bairros sociais, a relativa precaridade dos equipamentos e infraestruturas coletivos disponíveis, e a menos boa imagem veiculada pela comunicação social, agem como fator dissuasivo junto dos potenciais compradores.

A quebra de efetivo da jurisdição consular de **Lião** é de 33,5% (menos 36.018 nacionais) e repercutiu-se em todos os distritos constitutivos, com a exceção do distrito de Haute Savoie, onde a indústria turística é particularmente intensa graças à implantação de diversas estações de esqui, e onde o número de mononacionais portugueses aumentou 23,5%.

Esta redução é particularmente sensível no distrito de Rhone: nesta cidade, terceira metrópole francesa com 500.000 habitantes, constata-se, embora em menor escala, o fenómeno de êxodo dos aposentados já descrito relativamente a Bordéus e Paris, com a diminuição de 7.000 pessoas.

Na antiga área consular de Clermont-Ferrand, hoje parte integrante da jurisdição de Lyon, observa-se a mais forte quebra de efetivos (43%, 12.000 pessoas), nomeadamente no distrito de Puy-de-Dome onde se situa aquela cidade: de 16.498 em 1990, os portugueses mononacionais passaram a ser 9.231, duas décadas volvidas.

O distrito de Haute Loire caracteriza-se por uma grande estabilidade (1.196/1.221), tudo indicando que os recém-chegados se terão instalado na parte ocidental, consagrada à agricultura, em detrimento da oriental, mais industrializada e em crise.

Na **jurisdição de Estrasburgo**, a quebra de efetivo foi a mais elevada de França: 39% (menos 15.390 residentes) e repercutiu-se nos dez distritos constituintes, tendo sido particularmente marcada no departamento de Meuse, onde o número de mononacionais diminuiu de mais de dois terços (de 1.824 para 394 pessoas), e de quase metade nos distritos limítrofes de Bas-Rhin, Haut-Rhin e Vosges, simultaneamente atingidos pela crise estrutural atravessada pela indústria francesa.

Tabela 1 – Evolução da implantação geográfica e dos efetivos de mononacionais portugueses (1990/1999/2007)

Departamento/Ano	<i>1990</i>	1999	2009
01 – AIN	<i>5.709</i>	5.665	5.752
02 – AISNE	<i>4.580</i>	3.337	2.685
03 – ALLIER	<i>3.992</i>	3.110	2.435
04 – ALPES DE HAUTE PROVENCE	<i>260</i>	626	816
05 – HAUTES-ALPES	<i>572</i>	416	423
06 – ALPES MARITIMES	<i>3.700</i>	5.674	9.178
07 – ARDÈCHE	<i>2.092</i>	1.202	1.261
08 – ARDENNES	<i>1.944</i>	1.088	879
09 – ARIÈGE	<i>3.008</i>	1.509	1.279
10 – AUBE	<i>3.396</i>	2.970	2.495
11 – AUDE	<i>820</i>	1.077	1.693
12 – AVEYRON	<i>2.608</i>	1.710	1.822
13 – BOUCHES-DU-RHONE	<i>3.914</i>	4.412	5.955
14 – CALVADOS	<i>1.500</i>	1.216	1.058
15 – CANTAL	<i>852</i>	273	239
16 – CHARENTE	<i>2.176</i>	1.786	1.576
17 – CHARENTE MARITIME	<i>2.672</i>	1.830	1.927
18 – CHER	<i>4.512</i>	3.399	2.601
19 – CORRÈZE	<i>4.652</i>	2.732	2.173
20 – CORSE	<i>3.217</i>	3.730	6.227
21 – CÔTE D’OR	<i>6.937</i>	4.836	3.699
22 – CÔTES D’ARMOR	<i>1.060</i>	1.288	1.448
23 – CREUSE	<i>520</i>	392	333
24 – DORDOGNE	<i>3.252</i>	2.831	2.923
25 – DOUBS	<i>4.036</i>	3.040	2.602
26 – DRÔME	<i>2.684</i>	2.020	1.988
27 – EURE	<i>3.016</i>	2.787	2.653
28 – EURE-ET-LOIR	<i>5.329</i>	4.391	3.969
29 – FINISTÈRE	<i>1.620</i>	1.595	1.719
30 – GARD	<i>1.336</i>	2.342	2.997
31 – HAUTE GARONNE	<i>5.936</i>	5.442	6.328
32 – GERS	<i>1.412</i>	803	1.049
33 – GIRONDE	<i>15.604</i>	11.520	11.570
34 – HÉRAULT	<i>1.944</i>	2.061	2.484
35 – ILE ET VILAINE	<i>1.656</i>	1.171	1.560
36 – INDRE	<i>516</i>	841	786
37 – INDRE-ET-LOIRE	<i>7.796</i>	5.706	4.501
38 – ISÈRE	<i>14.688</i>	11.052	10.479

39 – JURA	2.564	2.391	2.148
40 – LANDES	3.304	3.472	4.008
41 – LOIR-ET-CHER	3.804	4.069	3.406
42 – LOIRE	8.664	5.658	4.930
43 – HAUTE LOIRE	1.196	1.513	1.221
44 – LOIRE ATLANTIQUE	2.940	2.360	2.789
45 – LOIRET	13.557	10.778	9.632
46 – LOT	1.160	1.464	1.309
47 – LOT-ET-GARONNE	2.092	2.065	4.125
48 – LOZÈRE	840	1.230	1.362
49 – MAINE-ET-LOIRE	2.884	2.008	1.732
50 – MANCHE	384	166	321
51 – MARNE	6.024	4.659	3.600
52 – HAUTE MARNE	1.144	804	517
53 – MAYENNE	304	310	423
54 – MEURTHE-ET-MOSELLE	5.476	4.173	4.042
55 – MEUSE	1.824	485	394
56 – MORBIHAN	392	368	687
57 – MOSELLE	4.832	3.936	3.662
58 – NIÈVRE	1.628	1.337	1.015
59 – NORD	17.297	12.080	8.942
60 – OISE	9.716	8.969	7.801
61 – ORNE	1.169	761	659
62 – PAS-DE-CALAIS	1.676	975	901
63 – PUY-DE-DÔME	16.498	11.556	9.231
64- PYRÉNÉES-ATLANTIQUES	8.645	6.664	6.597
65 – HAUTES-PYRÉNÉES	2.472	1.333	1.739
66 – PYRÉNÉES-ORIENTALES	2.184	2.329	2.764
67 – BAS – RHIN	8.368	5.899	4.732
68 – HAUT-RHIN	7.724	5.289	4.183
69 – RHÔNE	21.350	16.162	13.876
70 – HAUTE-SAÔNE	1.232	1.460	1.170
71 – SAÔNE-ET-LOIRE	9.128	6.225	4.925
72 – SARTHE	1.124	1.229	1.222
73 – SAVOIE	4.472	3.124	3.242
74 – HAUTE-SAVOIE	4.820	5.536	5.954
75 – PARIS	46.359	38.455	28.631
76 – SEINE-MARITIME	4.684	4.570	3.361
77 – SEINE-ET-MARNE	28.788	29.893	25.475
78 – YVELINES	38.649	35.344	29.841
79 – DEUX-SÈVRES	3.308	2.211	2.297
80 – SOMME	2.556	1.792	1.316
81 – TARN	3.392	2.528	2.230
82 – TARN-ET-GARONNE	1.384	1.184	1.612
83 – VAR	2.452	2.308	2.704
84 – VAUCLUSE	964	911	1075

85 – VENDÉE	380	590	938
86 – VIENNE	984	976	1.156
87 – HAUTE-VIENNE	2.080	2.013	1.804
88 – VOSGES	4.252	3.322	2.346
89 - YONNE	4.953	4.191	3.468
90 – TERRITOIRE DE BELFORT	528	621	378
91 – ESSONNE	33.212	30.217	26.376
92 – HAUTS-DE-SEINE	35.205	30.994	24.801
93 – SEINE-SAINT-DENIS	45.945	39.585	31.645
94 – VAL-DE-MARNE	41.417	41.297	33.879
95 – VAL-D’OISE	25.680	26.454	23.406
TOTAL	645.578	553.663	492.479

Fonte: INSEE, 1990, 1999a, 1999b e 2009.

Rede consular portuguesa em França : mononacionais Portugueses recenseados em 2009

I) Jurisdição consular de Bordeaux : 54.551

(- 12,2%, relativamente a 1990)

Charente (16)	1.576
Charente Maritime (17)	1927
Dordogne (24)	2.923
Gironde (33)	11.570
Landes (40)	4.008
Lot (46)	1.3009
Lot-et-Garonne (47)	4.125
Pyrénées Atlantiques (64)	6.597
TOTAL	34.035 (-12,5%, relativamente a 1990)

Jurisdição consular de Toulouse, hoje reunida a Bordeaux

Ariège (09)	1.279
Aude (11)	1.693
Aveyron (12)	1.822
Haute Garonne (31)	6.328
Gers (32)	1.049
Hautes Pyrénées (65)	1.739
Pyrénées Orientales (66)	2.764
Tarn (81)	2.230
Tarn-et-Garonne (82)	1.612
TOTAL	20.516 (-11,6%, relativamente a 1990)

Fonte: INSEE, 2009.

II) Jurisdição consular de Lyon : 71.652
 (-33,5%, relativamente a 1990)

Ain (01)	5.752
Côte d'Or (21)	3.699
Isère (38)	10.479
Jura (39)	2.148
Loire (42)	4.930
Rhône (69)	13.876
Saône-et-Loire (71)	4.925
Savoie (73)	3.242
Haute-Savoie (74)	5.954
TOTAL	55.005 (-30%, relativamente a 1990)

Jurisdição consular de Clermont-Ferrand, hoje reunida a Lyon

Allier (03)	2.435
Cantal (15)	239
Corrèze (19)	2.173
Creuse (23)	333
Haute-Loire (43)	1.221
Nièvre (58)	1.015
Puy-de-Dôme (63)	9.231
TOTAL	16.647 (-43%, relativamente a 1990)

Fonte: INSEE, 2009.

III) Jurisdição consular de Marseille :36.470
 (+ 34%, relativamente a 1990)

Alpes de Haute Provence (04)	816
Hautes-Alpes (05)	423
Alpes Maritimes (06)	9.178
Ardèche (07)	1.261
Bouches-du-Rhône (13)	5.955
Drôme (26)	1.988
Gard (30)	2.997
Hérault (34)	2.484
Lozère (48)	1.362
Var (83)	2.704
Vaucluse (84)	1.075
TOTAL	30.243 (+ 31%, relativamente a 1990)

Jurisdição consular de Ajaccio, reunida a Marselha

Ilha da Córsega (2A+2B)	6.227 (+100%, relativamente a 1990)
-------------------------	-------------------------------------

Fonte: INSEE, 2009.

IV) Jurisdição Consular de Paris : 306.875

(-25,6%, relativamente a 1990)

Aisne (02)	2.685
Ardennes (08)	879
Aube (10)	2.495
Calvados (14)	1.058
Cher (18)	2.601
Côtes D'Armor (22)	1.448
Eure (27)	2.653
Eure-et-Loir (28)	3.972
Finistère (29)	1.719
Ille-et-Vilaine (35)	1.560
Indre (36)	786
Indre-et-Loire (37)	4.501
Loir-et-Cher (41)	3.406
Loire Atlantique (44)	2.789
Loiret (45)	9.632
Maine-et-Loire (49)	1.732
Manche (50)	321
Marne (51)	3.600
Mayenne (53)	423
Morbihan (56)	687
Nord (59)	8.942
Oise (60)	7.801
Orne (61)	659
Pas-de-Calais (62)	901
Sarthe (72)	1.222
Paris (75)	28.631
Seine-Maritime (76)	3.361
Seine-et-Marne (77)	25.475
Yvelines (78)	29.841
Deux-Sèvres (79)	2.297
Somme (80)	1.316
Vendée (85)	938
Vienne (86)	1.156
Haute-Vienne (87)	1.804
Yonne (89)	3.468

Essonne (91)	26.376
Hauts-de-Seine (92)	24.801
Seine-Saint-Denis (93)	31.654
Val-de-Marne (94)	33.879
Val D'Oise (95)	23.406
TOTAL	<u>306.875 (-25,6%, relativamente a 1990)</u>

NB : Região Ile-de-France : 224.063 (-24%, relativamente a 1990)

Fonte: INSEE, 2009.

V) Jurisdição consular de Strasbourg : 24.026

(- 39%, relativamente a 1990)

Doubs (25)	2.602
Haute Marne (52)	517
Meurthe-et-Moselle (54)	4.042
Meuse (55)	394
Moselle (57)	3.662
Bas-Rhin (67)	4.732
Haut-Rhin (68)	4.183
Haute- Saône (70)	1.170
Vosges (88)	2.346
Territoire de Belfort (90)	378
TOTAL	<u>24026 (-39%, relativamente a 1990)</u>

Fonte: INSEE, 2009.

Total de portugueses mononacionais recenseados em 2009 : 492.479

Referências bibliográficas

- ARROTEIA, Jorge (1985), *Atlas da emigração portuguesa*, Porto, Centro de Estudos da SECP.
- ATHIAS-DONFU, Claudine (2006), *L'enracinement, enquête sur le vieillissement des immigrés en France*, Paris, Armand Collin.
- BORREL, C.; BOUVIER, G.; LHOMMEAU, B. (Dir.) (2012), *Immigrés et descendants d'immigrés en France*, Paris, INSEE.

- BRANCO, Jorge Portugal (2004), *Structure démographique et vieillissement de la population portugaise*, URMIS/CNRS, Universidade de Nice.
- (2009), “Comunidade integrada? Portugueses em França”, in Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Migrações, permanências e diversidades*, Porto, Afrontamento, pp. 85-129.
- CENTRO DE ESTUDOS DA SECP (1986), *A estrutura demográfica da comunidade portuguesa em França*, Porto, Centro de Estudos da SECP.
- CHARBIT, Yves; HILY, Marie-Antoinette; POIGNARD, Michel (1997), *Le Va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d'origine*, Paris, Presses Universitaires de France.
- FOURASTIE, Jean (1979), *Les trente glorieuses, ou la révolution invisible de 1946 à 1975*, Paris, Fayard.
- INSEE (1990), *Recensement général de la population de 1990*, Paris, INSEE.
- (1999a), *Immigrés selon leur pays de naissance, Recensement général de la population de 1999*, Paris, INSEE.
- (1999b), *Recensement général de la population de 1999*, Paris, INSEE.
- (2008), *Immigrés selon leur pays de naissance, Recensement partiel de la population, de 2006*, Paris, INSEE.
- (2009), *Recensement général de la population de 2009*, Paris, INSEE.
- LEITE, Carolina (1998), “Feminino e singular. Espaço doméstico e inserção urbana: o exemplo das porteiras portuguesas em Paris”, in *Sociedade e território*, n.º 25-26, 129-139.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PARIS (2010), *Organizar a solidariedade no seio da comunidade portuguesa*, dezembro 2010, Paris, Santa Casa da Misericórdia de Paris.
- SANTOS, Irene dos (2002), “Les Lusodendants”, in *Revue de Synthèse, Circulation et cosmopolitisme en Europe*, Paris, n.º 123, 167-192.
- SILVANO, Filomena (2002), “José e Jacinta nem sempre viveram nos mesmos lugares : reflexões em torno de uma experiência de etnografia multi-situada”, in *Etnografia*, n.º 12-14, 53-79.
- VASILEVA, Katia (2009), “Citizens of European countries account for the majority of the foreign population in EU-27 in 2008”, in *Eurostat* n.º 94/2009.
- VILLANOVA, Roselyne de; BONNIN, Philippe (2006), *Loges et gardiens*, Paris, Ed Creaphis.

RECENSÃO

Recensão crítica do livro

Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950

Miguel Quaresma Brandão¹

Universidade do Porto

Trata-se do penúltimo livro de Mário Murteira: um ensaio económico e sociológico de 167 páginas, publicado pelo Sítio do Livro, numa edição da CESO CI Portugal, que adicionou mais um título bibliográfico à vasta obra publicada deste conceituado economista, Professor Emérito e Professor Catedrático Jubilado do ISCTE-IUL, recentemente falecido, que foi agraciado, no ano de 2009, com o «Prémio Carreira» da Ordem dos Economistas e condecorado, em agosto de 2010, com a Primeira Classe da Medalha de Mérito, pela Presidência da República de Cabo Verde, para referirmos duas das últimas distinções que foram atribuídas a um dos *founding fathers* da investigação e do ensino das Ciências Sociais em Portugal, na década de 50 do século XX, com Adérito Sedas Nunes, e que se podem considerar o corolário do reconhecimento contínuo do seu longo percurso académico e científico, realizado quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Com uma pequena introdução, denominada «Notas Prévias» (MURTEIRA, 2011: 7-9), de Américo Ramos dos Santos (ISEG-UTL e Presidente do Grupo CESO CI) e com um prefácio poetizado (*idem*: 17-18) de José Manuel Rolo (ICS-UL), este livro de Mário Murteira pretende fazer “uma leitura aprofundada, embora sintética, do trajecto da economia e sociedade portuguesas desde 1950” (*idem*: 13), ao aplicar, em

¹Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto. Linha de Investigação “Trabalho, Emprego, Profissões e Organizações”. Bolseiro de Investigação Científica da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., do Ministério da Educação e Ciência. Doutorando em Sociologia (DS-FLUP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia | Faculdade de Letras da Fundação Universidade do Porto | Torre B, 2º Piso, Gabinete 251 | Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | Portugal. *E-mail*: mbrandao@letras.up.pt

termos estruturais, o conceito económico e sociológico de ‘*transição*’ para dar inteligibilidade científica aos processos socioeconómicos de mudança, dando conta, neste caso específico, do fluir espontâneo e endógeno da trajetória do Estado-nação português durante as últimas seis décadas, enquadrado nos processos substanciais de transição que costumam ocorrer à escala mundial. O autor defende que esses processos correspondem, na realidade, a modos diferentes de olhar, ou interpretar, o fluir genérico de “um único processo de transição, que é afinal a própria corrente da História” (*idem*: 19), pelo que a procura interpretar retrospectivamente, pondo em prática o princípio metodológico, enunciado na «Apresentação» (*idem*: 13-15), que consiste em comparar “o ‘presente’ com múltiplos ‘passados’” (*idem*: 13), tentando conhecer “com a objectividade possível, o ‘donde vimos’ e ‘onde estamos’” (*idem*: 14), de tal modo que, na sua opinião, embora não se possa conhecer o sentido da corrente histórica, o olhar pela História é entendido como “um dos melhores fundamentos para descortinar os possíveis futuros que nos aguardam” (*idem*: 20), nesta época caracterizada por “transições, indeterminações e, afinal, perplexidades, sobre os caminhos do Homem do século XXI” (*idem*: 19-20).

O livro é organizado em quatro capítulos que se complementam com um «*Post-Scriptum*: 2011, Em Plena Crise» (*idem*: 153-157) e com um «Anexo Estatístico» (*idem*: 158-167), composto por nove gráficos e seis quadros estatísticos, agrupados em cinco grandes temas e com comentários de elucidação científica, que ilustram, com dados económicos e demográficos, provenientes de várias fontes, a essência daquilo que é descrito e defendido ao longo do corpo do texto.

O capítulo 1, «*Transições em Contexto de Crise*», começa por descrever os três processos substanciais de transição que costumam ocorrer nas sociedades contemporâneas e que se inter-relacionam: ‘a transição para o mercado global’ (a denominada ‘globalização económica’) (*idem*: 20-22), ‘a transição para a economia de mercado’ (*idem*: 22-23) e ‘a transição para a economia baseada no conhecimento’ (*idem*: 23-24), com a referência conseqüente a algumas das tendências a eles associadas (*idem*: 24-31). Segue-se uma abordagem detalhada da recente crise económica e financeira (*idem*: 31-34), realçando a sua especificidade em relação às do passado, visto que é gerada por um novo tipo de capitalismo, “ávido de dinheiro e desregulado, que contamina a chamada economia real de fragilidade e incerteza (...) fortemente condicionado por movimentos especulativos do capital”, alegando que “surge um aparente consenso sobre a necessidade de encontrar novas formas de regulação do

capitalismo” (*idem*: 33-34). Considera, no entanto, que a fase crítica destes processos substanciais de transição tem um lado positivo e prenuncia uma descontinuidade, com a constituição concomitante do denominado “terceiro setor” ou “economia solidária”, no âmbito da economia de mercado (*idem*: 35-38).

O capítulo 2, «Anomalias do Calendário Português», caracteriza, em sete fases, qualificadas com um título identitário que revela os acontecimentos essenciais que ocorreram em cada uma delas, a trajetória socioeconómica de Portugal, desde a década de 50 do século XX até à contemporaneidade, reportando-a aos processos de transição descritos no capítulo anterior. Mário Murteira, ao debruçar-se sobre o assunto principal do livro, defende a ideia de que a ditadura corporativa, personificada por António de Oliveira Salazar, devido ao seu forte fechamento em relação a influências exógenas, funcionou “como armadura protectora do contágio da dinâmica histórica desse tempo”, tendo provocado um “penoso e tardio ‘acerto de calendário’ no tempo global” (*idem*, p.40), marcado “por uma resistência obstinada ao que o regime de Salazar apelidava de ‘ventos da História’, acompanhada da preservação dum sistema colonial obsoleto” (*idem*, p.41), até àquela que, na sua opinião, foi a grande rutura de 1974/75, que originou a transição para a democracia parlamentar, o fim do império colonial português e, passado pouco mais de uma década, o começo da integração de Portugal no projeto europeu. Essas fases (*idem*: 41-60) são perspectivadas a partir de vários indicadores, desde o tempo da sociedade pré-moderna do Estado Novo até à fase atual em que Portugal está integrado no espaço político e económico da União Europeia.

Sucedem-se o capítulo 3, que é o mais longo deste ensaio, «Portugal no Sistema Mundial», constituído por duas grandes partes homónimas, separadas, que começa por caracterizar a configuração do sistema económico português, descrevendo as características e a evolução do capitalismo português durante o Estado Novo e durante o tempo da democracia parlamentar (*idem*: 61-75), entrecortados pelo período curto de transição para uma suposta “economia socialista” (*idem*: 62-64), apesar do autor constatar que “nem antes nem depois de 1974, esse sistema esteve explícita ou implicitamente fundado num modelo de economia de mercado de pura inspiração liberal” (*idem*: 61), ainda que se verifique, atualmente, uma tendência geral para a liberalização do sistema económico, com a redução da participação direta do Estado na atividade económica, tendo-se acelerado “a integração no mercado global e também a integração para a economia de mercado no quadro europeu, mas em contrapartida tem

sido lento o processo de construção duma economia ‘baseada no conhecimento’” (*idem*: 75).

Para ajudar a compreender o atraso da trajetória portuguesa, faz a caracterização das grandes tendências demográficas, dos movimentos migratórios e da estrutura do emprego desde 1950 (*idem*: 75-78), que são entendidos como “fundo contextual com óbvias implicações no ‘atraso’ português” (*idem*: 75) e que o condicionam. Por essa razão, esses elementos são descritos com algum pormenor, seguindo-se a apresentação de propostas, em vários domínios (*idem*: 79-82), para “retomar e acelerar a convergência real da economia no contexto da integração europeia, assegurando, ao mesmo tempo, maior coesão social” (*idem*: 79), referindo as atuações que são necessárias realizar, através de “uma engenharia de reformas”, procedente do poder político (*idem*: 82). Segundo Mário Murteira, o atraso de Portugal deve-se a fundamentos culturais e surge daquilo que designa por ‘ideologia portuguesa’ (*idem*: 83-88), uma noção de cunho *schumpeteriano* que se refere à “visão do mundo” (incluindo, nessa visão, o próprio sujeito do conhecimento, condicionado pela sua ideologia, com consciência ou não do facto) que “os portugueses têm de si mesmo e do seu posicionamento no mundo em que vivem” (*idem*: 83) e que é causa e efeito do atraso português, consistindo num complexo nacional de inferioridade que os conduz a hipervalorizar e a imitar o que se faz “lá fora” e a desprezar o que se faz “cá dentro”. Este fenómeno costuma estar associado àquilo que o autor denomina de ‘indecisão’, que é a incapacidade frequente dos portugueses, quer a nível individual, quer ao nível das organizações, de tomar decisões em tempo útil, ignorando a sua base empírica e o tempo histórico.

Um exemplo extremo da ‘indecisão’ dos portugueses é a sua experiência tardia da descolonização. Devido a esse facto, é feita a descrição daquilo que mudou na ideologia e na visão do desenvolvimento das antigas colónias portuguesas, desde a primeira vaga de independências em África até ao presente (*idem*: 88-104). Também é realçada a circunstância de que a descolonização alterou o posicionamento da economia portuguesa no sistema da economia mundial, com o declínio das relações económicas entre Portugal e as ex-colónias e a conseqüente integração do Estado-nação português no espaço europeu, subordinado à dominância e às orientações políticas e económicas dos países centrais da Europa, defendendo a necessidade, no início deste século XXI, de haver uma estratégia para a reposicionar, apresentando dois cenários alternativos possíveis, que serão expostos no capítulo seguinte (*idem*: 104-109).

No capítulo 4, «Os Futuros no Século XXI», o último capítulo, faz-se uma explicação estrutural do atual atraso português, adotando os fenómenos de ‘ideologia portuguesa’ e de ‘indecisão’ como pontos de partida, que originam um sentimento de desconfiança recíproca entre os indivíduos nas organizações e retardam o processo decisório, aos quais se acrescenta um duplo condicionamento: o *gap* entre as gerações e a repartição desigual de rendimento e de riqueza na sociedade portuguesa, que o sistema de ensino consolida em vez de superar, devido ao facto de existir, na sua opinião, uma “democracia política”, apenas formal, e não uma “democracia económica”. Para obter uma panorâmica das causas do atraso português nas últimas décadas, é apresentado o modelo social do período democrático, bem como é feita a explicitação de algumas hipóteses relativas à evolução do sistema do mercado global, por condicionarem o futuro socioeconómico de Portugal (*idem*: 111-123). Em consequência, o autor apresenta, agora com muito mais detalhe, os dois cenários genéricos antes referidos, que se alicerçam a partir das dimensões desse modelo social e constituem visões alternativas dos futuros possíveis para o Estado-nação português: o Cenário I, Integração na Deriva Periférica, “que corresponde ao aprofundamento da integração portuguesa no quadro ibérico, sem questionar o aprofundamento da integração europeia. Trata-se de perspectivar uma gradual diluição da identidade portuguesa” nesse quadro, com “acentuada periferação na Europa” (*idem*: 107 e 123-126), e o Cenário II, Identidade Própria e Valorização da Diferença, entendido como o mais desejável mas também como o mais improvável, no qual são apresentadas medidas concretas e soluções adequadas para a superação desse atraso, e que consiste na “afirmação de identidade própria, ou valorização da nossa diferença, num processo de globalização”, “não apenas no contexto europeu, mas também aberta a outras áreas, designadamente o conjunto dos países de língua portuguesa e países como a China e a Índia, de crescente influência na economia mundial, e com os quais Portugal tem laços históricos e culturais específicos” (*idem*: 107-109 e 126-143).

É a partir do confronto entre esses dois cenários possíveis para o futuro da economia e da sociedade portuguesas, que este ensaio, muito denso e de âmbito macroeconómico e macrosociológico, constrói a sua conclusão, descrevendo aquilo que é possível e provável acontecer a Portugal, no atual contexto de crise económica e financeira, quase generalizada por todos os países (*idem*: 145-157). Em face das atuais circunstâncias políticas e económicas, o autor admite que o primeiro cenário ocorrerá com mais probabilidade, apesar de ser indesejável, facto que nos remete para a citação

da *Ode Marítima* de Fernando Pessoa (Álvaro de Campos), que faz a abertura do livro e que parece revelar o verdadeiro sentimento de Mário Murteira, quer enquanto cidadão, quer enquanto cientista social, perante a situação de Portugal no presente e perante a sua evolução no futuro: “Dentro de mim há um só vácuo, um deserto, um mar nocturno.”

Referências bibliográficas

MURTEIRA, Mário (2011), *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*, Lisboa, Sítio do Livro / CESO CI Portugal, com o apoio do INDEG/ ISCTE Business School. Colectânea “Economia e Sociedade”, nº 1.

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ESTATUTO EDITORIAL

A revista *Sociologia* surgiu em 1991 como publicação científica na área da Sociologia, com uma periodicidade anual, e associada à consolidação da docência e da produção científica no âmbito da licenciatura em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (criada em 1985/86) e do Instituto de Sociologia (criado em 1989).

Tem como intenção principal abordar as questões sociais de âmbito vasto e segundo perspectivas teóricas diversas, de forma a promover o cultivo da Sociologia em Portugal, quer como conhecimento sistemático das realidades sociais, quer como prática social e profissional. Tem procurado estabelecer o diálogo entre os que, no interior da Universidade, promovem o trabalho científico e aqueles que, como outros profissionais da Sociologia, se ocupam de atividades diversificadas na sociedade global, sem esquecer os que, nos demais quadros laborais, necessitam de um conhecimento sistematizado da realidade social portuguesa.

Tem sido, ao longo das suas edições, uma revista especializada, na medida em que veicula trabalhos de investigação em Sociologia, mas sem se limitar a um campo específico desta ciência. Recolhe estudos tanto de pendor teorizante como de pendor empírico, em ambos os casos com a necessária e possível observação social nas várias especializações em Sociologia.

No momento atual, procura dotar cada número de uma maior coerência e da participação de autores de outras proveniências institucionais. Mantém-se o pressuposto de que o cruzamento de perspectivas, os diálogos intertextuais e a cumulatividade e reificação do conhecimento científico ficarão enriquecidos com a pluralidade de contributos.

Em 2011, a sua periodicidade passou a ser semestral, fruto da necessidade de promover uma maior atualização das publicações e agilidade no relacionamento com a produção científica, bem como de corresponder aos parâmetros estabelecidos pelas bases de indexação.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXIV, JULHO-DEZEMBRO 2012

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória

Gabrielle Cifelli e Paulo Peixoto

O problema da integração

Rui Pena Pires

Sementes e arupembas: a relação entre os saberes no contexto dos movimentos sociais

Carla Águas, Júlia Benzaquen e Marcos Valença

A mobilização de 12 de março em Portugal: movimento social ou “explosão”? Atores, processos e consequências

Dora Fonseca

À frente do computador: a Internet enquanto produtora de dependência e isolamento

Gustavo Malafaya Sá

Um suplemento entre dois mundos: Causas e consequências da transição papel/digital do DN Jovem

Helena de Sousa Freitas

Religião e outros conceitos

José Pereira Coutinho

Peregrinação: possibilidades de compreensão crítica de uma experiência

Ángelo Cardita

TEXTO

Das categorias de pensamento às categorias de conhecimento

Luísa Veloso

RECENSÃO

A precariedade como modo de vida? Recensão crítica do livro *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*.

José Soeiro

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: Uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. A **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)** aceita textos de diversa natureza: artigos; resenhas; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excepcionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.
9. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.

11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 40.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.

12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.

13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).

16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

- a) Livro: APELIDO, Nome próprio (ano), *Título do Livro*, Local de edição, Editor (ev. ref. da primeira edição).
- b) Artigo em publicação periódica: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do artigo”, in *Nome da publicação periódica*, volume (número), páginas.
- c) Textos em coletâneas/Contribuições em monografias: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do texto/contribuição”, in Nome próprio e apelido (org.), *Título da Coletânea/Monografia*, Local de edição, Editor, páginas (ev. ref. da publicação original da contribuição).
- d) Publicações *online*: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do texto”, Nome da publicação, [Consult. a dia-mês-ano]. Disponível em (colocar o URL).
- e) Teses: APELIDO, Nome próprio (ano), *Título da Tese. Tese de mestrado ou doutoramento (indicar uma delas)*, Local, Instituição de ensino.
- f) Legislação: Indicação do diploma legal (Exemplo: Decreto-lei nº , de).

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com

